ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 155 Brasília - DF, quinta-feira, 13 de agosto de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 6
Ministério da Cidadania 11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 11
Ministério das Comunicações 12
Ministério da Defesa 13
Ministério do Desenvolvimento Regional 14
Ministério da Economia 15
Ministério da Educação 54
Ministério da Infraestrutura 59
Ministério da Justiça e Segurança Pública 61
Ministério do Meio Ambiente 68
Ministério de Minas e Energia 73
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 78
Ministério da Saúde 81
Poder Judiciário 93
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 94

..... Esta edição completa do DOU é composta de 97 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.238 **(1)**

ORIGEM : ADI - 51549 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
ADV.(A/S) : PAULO MACHADO GUIMARÃES (5358/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : ANGELO LONGO FERRARO (37922/DF, 261268/SP)
ADV.(A/S) : EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO (0004935/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : LUIZ ARNÓBIO DE BENEVIDES COVÊLLO (DF011149/)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS MAGISTRADOS - APAMAGIS
ADV.(A/S) : ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (98628/SP)
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO FEDERAL - CONDSEF
ADV.(A/S) : JOSÉ LUIS WAGNER (17183/DF, 018097/RS, 18097/RS)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS - APAMAGIS
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077DF/DF)
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Decisão:
Decisão: O Tribunal, inicialmente, resolveu questão de ordem suscitada pelo Presidente. Em seguida, após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente Partido Comunista do Brasil - PC DO B, o Dr. Paulo Machado Guimarães; pelo requerente Partido dos Trabalhadores - PT, o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão; pelo *amicus curiae* Associação Paulista dos Magistrados - APAMAGIS, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; pelo *amicus curiae* Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Fabiano Dallazen, Procurador-Geral de Justiça do Estado; pelo *amicus curiae* Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF, o Dr. José Luis Wagner; pelos interessados Presidente da República e Congresso Nacional, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Advogada da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 27.2.2019.

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, não conheceu da ação direta quanto aos arts. 7º, §§ 2º e 3º, e 15 da Lei Complementar nº 101/2000; e arts. 3º, inc. II, e 4º da Medida Provisória 1.980-18/2000. Por unanimidade, julgou prejudicada a ação quanto aos arts. 30, inc. I, e 72 da Lei Complementar nº 101/2000. Não participou, justificadamente, do julgamento dessas preliminares, o Ministro Gilmar Mendes. Iniciando o julgamento do mérito, o Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta no tocante à impugnação de inconstitucionalidade formal da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência, por unanimidade, julgou improcedente a ação no que se refere aos arts. 4º, § 2º, inc. II, parte final, e § 4º; 11, parágrafo único; e 14, inc. II, da Lei Complementar nº 101/2000, tudo nos termos do voto do Relator. Em seguida, o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux e, por motivo de licença médica, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 21.08.2019 (Sessão Extraordinária).

Decisão: Prosseguindo no julgamento do mérito, o Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação no que se refere aos arts. 17, §§ 1º ao 7º; 24; e 60 da Lei Complementar nº 101/2000. Em seguida, após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Rosa Weber, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, que julgavam procedente a ação direta no que se refere ao art. 9º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal; e dos votos dos Ministros Dias Toffoli (Presidente), Edson Fachin, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, que, no tocante a esse dispositivo, julgavam parcialmente procedente a ação para fixar interpretação conforme, no sentido de que a limitação dos valores financeiros pelo Executivo, prevista no § 3º do art. 9º, dar-se-á no limite do orçamento realizado no ente federativo respectivo e observada a exigência de desconto linear e uniforme da Receita Corrente Líquida prevista na lei orçamentária, com a possibilidade de arresto nas contas do ente federativo respectivo no caso de desrespeito à regra do art. 168 da Constituição Federal/1988 (repasse até o dia 20 de cada mês), o julgamento foi suspenso. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Ausente, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 21.08.2019 (Sessão Ordinária).

Decisão: Em continuidade de julgamento, após o voto do Ministro Luiz Fux, que acompanhava o Relator para julgar procedente a ação direta no que se refere ao art. 9º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o julgamento, quanto a esse dispositivo, foi suspenso por empate na votação. Em seguida, o Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta no que se refere aos arts. 7º, *caput*, e § 1º; 18, § 1º; 26, § 1º; 28, § 2º; 29, inc. I, e § 2º; 39; 59, § 1º, inc. IV; e art. 68, *caput*. Por unanimidade, julgou parcialmente procedente a ação em relação ao art. 12, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conferindo interpretação conforme ao dispositivo para o fim de explicitar que a proibição não abrange operações de crédito autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, e, quanto ao art. 21, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgou parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme, no sentido de que se entenda como limite legal o previsto em lei complementar. Tudo nos termos do voto do Relator. Por maioria e nos termos do voto do Relator: (a) julgou improcedente a ação no que tange ao art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber apenas no tocante à alínea *d* do inc. I do art. 20 dessa lei; (b) julgou procedente a ação em relação ao art. 56, *caput*, vencido o Ministro Marco Aurélio, que dava interpretação conforme; e (c) julgou procedente a ação no que se refere ao art. 57, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal, vencido o Ministro Marco Aurélio, que, nesse ponto, julgava-a improcedente. Por fim, após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), Roberto Barroso e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente a ação no tocante ao art. 23, §§ 1º e 2º, com a cassação da medida cautelar concedida; dos votos dos Ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux e Marco Aurélio, que votavam pela procedência do pedido tão somente para declarar, parcialmente, a inconstitucionalidade, sem redução de texto, do art. 23, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a obstar interpretação segundo a qual é possível reduzir valores de função

AVISO

Foi publicada em 12/8/2020 a edição extra nº 154-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ou cargo que estiver provido, e, quanto ao § 2º do art. 23, declaravam a sua inconstitucionalidade, ratificando a cautelar; do voto da Ministra Cármen Lúcia, que divergia do Ministro Edson Fachin apenas na parte relativa à locução "quanto pela redução dos valores a eles atribuídos"; e do voto do Ministro Dias Toffoli (Presidente), que, em relação ao § 1º do art. 23, acompanhava o Relator, e, quanto ao § 2º, julgava parcialmente procedente a ação para fixar interpretação conforme no sentido de que o § 2º do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal deve observar a gradação constitucional estabelecida no art. 169, § 3º, da CF/88, de modo que somente será passível de aplicação quando já adotadas as medidas exigidas pelo art. 169, § 3º, inc. I, da CF/88, e a utilização da faculdade nele prevista se fará primeiramente aos servidores não estáveis e, somente se persistir a necessidade de adequação ao limite com despesas de pessoal, a faculdade se apresentará relativamente ao servidor estável; o Ministro Presidente, nos termos do art. 173, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o julgamento do processo. Ausente, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, 22.08.2019.

Decisão: O Tribunal, concluindo o julgamento, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade do art. 9º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Dias Toffoli (Presidente), Edson Fachin, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, que julgavam parcialmente procedente a ação para fixar interpretação conforme, no sentido de que a limitação dos valores financeiros pelo Executivo, prevista no § 3º do art. 9º, dar-se-á no limite do orçamento realizado no ente federativo respectivo e observada a exigência de desconto linear e uniforme da Receita Corrente Líquida prevista na lei orçamentária, com a possibilidade de arresto nas contas do ente federativo respectivo no caso de desrespeito à regra do art. 168 da Constituição Federal/1988 (repasse até o dia 20 de cada mês). Na sequência, o Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido tão somente para declarar, parcialmente, a inconstitucionalidade, sem redução de texto, do art. 23, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a obstar interpretação segundo a qual é possível reduzir valores de função ou cargo que estiver provido, e, quanto ao § 2º do art. 23, declarou a sua inconstitucionalidade, ratificando a cautelar, nos termos do voto do Ministro Edson Fachin, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Roberto Barroso e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente a ação no tocante ao art. 23, §§ 1º e 2º, com a cassação da medida cautelar concedida; e, parcialmente, a Ministra Cármen Lúcia, apenas num ponto específico, e o Presidente, que acompanhava o Relator quanto ao § 1º do art. 23 e, quanto ao § 2º, julgava parcialmente procedente a ação para fixar interpretação conforme. Redigirá o acórdão o Ministro Relator. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.575 **(2)**

ORIGEM : ADI - 143851 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE (3803-D/RJ)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DE CRIMINALÍSTICA DO ESTADO DO PARANÁ - ASCEP
ADV.(A/S) : JOÃO GUSTAVO DUARTE NADAL (46698/PR)
ADV.(A/S) : GUILHERME ROCHA DE ALMEIDA ABREU (61140/DF)

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava parcialmente procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da Emenda à Constituição do Estado do Paraná nº 10, de 16 de outubro de 2001, bem como para conferir interpretação conforme à expressão "Polícia Científica", contida na redação originária do art. 50 da Constituição estadual, tão somente para afastar qualquer interpretação que confira a esse órgão o caráter de órgão de segurança pública, e o voto do Ministro Roberto Barroso, que a julgava integralmente procedente, pediu vista dos autos o Ministro Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.11.2014.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou prejudicada a ação em relação à Emenda à Constituição do Estado do Paraná nº 10, de 16 de outubro de 2001, haja vista a deliberação ocorrida e transitada em julgado na ADI 2.616/PR, nos termos do voto ora reajustado do Ministro Dias Toffoli (Presidente e Relator). Na sequência, por maioria, julgou parcialmente procedente a ação para conferir interpretação conforme à expressão "Polícia Científica", contida na redação originária do art. 50 da Constituição estadual, tão somente para afastar qualquer interpretação que confira a esse órgão o caráter de órgão de segurança pública, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux, que julgavam integralmente procedente a ação, e os Ministros Edson Fachin e Marco Aurélio, que julgavam totalmente improcedente a ação. Não votou a Ministra Cármen Lúcia, ausente ocasionalmente. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.133 **(3)**

ORIGEM : ADI - 13061 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO DA REPÚBLICA - PR
ADV.(A/S) : WLADIMIR SÉRGIO REALE (003803/RJ)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (18970/BA, 05939/DF, 385604/SP)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : DAMARES MEDINA (14489/DF)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR (8735A/AL)
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO (6045-B/PI)
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF)
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS (19275/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo requerente, o Dr. Wladimir Sérgio Reale; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelos *amici curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL e Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou prejudicada a ação relativamente ao artigo 40, *caput*, e ao § 1º do artigo 149, ambos da Constituição Federal, alterados pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003; e também quanto ao artigo 4º, *caput*, parágrafo único e incisos I e II, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Votou o Presidente. Após os votos da Relatora e do Senhor Ministro Luiz Fux, julgando improcedente a ação quanto ao artigo 40, § 7º, incisos I e II da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e os votos da Relatora e dos demais Ministros, dando pela improcedência da ação quanto ao artigo 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, em virtude da edição da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, julgou prejudicada a ação quanto ao art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto ora reajustado da Ministra Cármen Lúcia (Relatora). Por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não votou, neste ponto, o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder a cadeira do Ministro Cezar Peluso. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.143 **(4)**

ORIGEM : ADI - 15952 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S) : ARY DURVAL RAPANELLI (55224/SP)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR (8735A/AL)
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO (6045-B/PI)
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (16619/DF, 429830/SP)
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS (19275/DF)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : CLAUDIO SANTOS DA SILVA (10081/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela requerente, o Dr. Ary Durval Rapanelli; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelos *amici curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL e Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, não conheceu da ação relativamente ao artigo 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Votou o Presidente. Também por unanimidade julgou o Tribunal prejudicada a ação quanto ao artigo 40, *caput*, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e quanto ao artigo 4º, parágrafo único e incisos I e II da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora. Votou o Presidente. Após os votos da Relatora e do Senhor Ministro Luiz Fux, julgando improcedente a ação quanto ao artigo 40, § 7º, incisos I e II da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, e os votos da Relatora e dos demais Ministros, dando pela improcedência da ação quanto ao artigo 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 21.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, em virtude da edição da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, julgou prejudicada a ação quanto ao art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto ora reajustado da Ministra Cármen Lúcia (Relatora). Por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Não votou, neste ponto, o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder a cadeira do Ministro Cezar Peluso. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.184 **(5)**

ORIGEM : 3184 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES - SINDICATO NACIONAL
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS (18970/BA, 05939/DF, 385604/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO (32147/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL
ADV.(A/S) : JOSE LUIS WAGNER (1235-A/AP, 17183/DF, 18061/PR, 125216/RJ, 18097/RS, 15111/SC)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - FENAFISP
ADV.(A/S) : DAMARES MEDINA (14489/DF)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIARIO E DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO NO DF-SINDJUS/DF
ADV.(A/S) : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR (8735A/AL)
ADV.(A/S) : ARENALDO FRANÇA GUEDES FILHO (6045-B/PI)
ADV.(A/S) : MARLUCIO LUSTOSA BONFIM (000016619/DF)
ADV.(A/S) : RENATO BORGES BARROS (19275/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso e, pelo *amicus curiae* Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - UNAFISCO SINDICAL, o Dr. Leopoldo Rodrigues Portela. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 14.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou prejudicada a ação quanto ao artigo 4º, parágrafo único, incisos I e II, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Votou o Presidente. Após os votos da Relatora e dos demais Ministros, que julgavam improcedente a ação, contra o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, quanto ao artigo 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Ayres Britto. Quanto ao artigo 9º da Emenda Constitucional nº 41/2003, o julgamento foi suspenso após os votos da Relatora e dos Senhores Ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente a ação para dar interpretação conforme, e os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Celso de Mello e Cezar Peluso (Presidente), julgado-a procedente. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 21.09.2011.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 40, § 18, da Constituição Federal, alterado pela redação do art. 1º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), vencido o Ministro Marco Aurélio. Na sequência, por maioria, julgou improcedente a ação quanto ao art. 9º da Emenda Constitucional nº 41/2003, nos termos do voto da Relatora, vencidos os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, Ayres Britto, Celso de Mello e Cezar Peluso, que proferiram voto em assentada anterior. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, por suceder a cadeira do Ministro Cezar Peluso. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 24.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.865 **(6)**

ORIGEM : ADI - 45336 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, assentando a constitucionalidade da Lei nº 12.466/2002 do Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 19.12.2019.

PROCESSO LEGISLATIVO - INICIATIVA. Não discrepa da Constituição Federal ato normativo, veiculado em diploma de iniciativa parlamentar, mediante o qual instituída plataforma de combate à violência em instituições estaduais de ensino, ausente supressão ou limitação das atribuições essenciais do Chefe do Executivo no desempenho da função de gestor superior da Administração, observado o princípio da separação dos poderes - artigo 2º da Lei Maior.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.754 **(7)**

ORIGEM : ADI - 81215 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO DE ALCKMIN DUTRA (126496/SP)

Decisão:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei 10.892 do Estado de São Paulo. Implementação da Política de Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Sustentável. 3. Ofensa a competência privativa dos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local. Inexistência. 4. Competência concorrente para legislar sobre meio ambiente. Legislação estadual que traça diretrizes gerais, sem interferir na autonomia municipal. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.975 **(8)**

ORIGEM : ADI - 167292 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC
ADV.(A/S) : ANA MARIA RIBAS MAGNO (01224/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Federal 11.603/2007. Atividade do comércio aos domingos e feriados. 3. Alegada violação ao disposto no art. 7º, XV, da CF. Inexistência. 4. A Constituição, apesar de encorajar o repouso semanal aos domingos, não exige que o descanso nele aconteça. Precedentes. 5. Ação julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.145 **(9)**

ORIGEM : ADI - 131286 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
AM. CURIAE. : INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S) : THIAGO BOTTINO DO AMARAL E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do art. 13, § 1º, da Resolução n. 59/2008 do Conselho Nacional de Justiça, vencidos, no ponto, os Ministros Edson Fachin (Relator), Roberto Barroso, Rosa Weber e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente o pedido, e, em menor extensão, o Ministro Alexandre de Moraes, que julgava inconstitucional também o art. 14, *caput*, da mesma Resolução, e, em maior extensão, o Ministro Marco Aurélio, que julgava o pedido totalmente procedente. Redator para o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 26.4.2018.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO JUDICIÁRIO (CF, ART. 5º, XXXV). INCONSTITUCIONALIDADE DE VEDAÇÃO ADMINISTRATIVA AO PLENO EXERCÍCO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL DURANTE O PLANTÃO. INDEVIDA INTERFERÊNCIA NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. AÇÃO DIRETA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. O objeto das ações concentradas na jurisdição constitucional brasileira, além das espécies normativas primárias previstas no art. 59 da Constituição Federal, engloba a possibilidade de controle de todos os atos revestidos de indiscutível conteúdo normativo e autônomo. Ato normativo do Conselho Nacional de Justiça revestido dos atributos da generalidade, impessoalidade e abstratividade, permitindo a análise de sua constitucionalidade. Jurisprudência pacífica desta CORTE.

2. Inconstitucionalidade de norma administrativa proibitiva de plena atuação jurisdicional durante o plantão judiciário. Resolução do Conselho Nacional de Justiça que, visando disciplinar e uniformizar procedimentos de interceptação de comunicações telefônicas e de sistemas de informática e telemática nos órgãos jurisdicionais do Poder Judiciário, criou, administrativamente, inadmissível vedação ao exercício regular da função jurisdicional, ao vedar a análise judicial de pedidos de prorrogação de prazo de medida cautelar de interceptação de comunicação telefônica, telemática ou de informática durante o plantão judiciário, ressalvada a hipótese de risco iminente e grave à integridade ou à vida de terceiros.

3. Inconstitucionalidade do § 1º do art. 13 da Resolução 59/2008, com posteriores alterações, do Conselho Nacional de Justiça, que desrespeitou a competência constitucional dos Estados para legislar sobre a Organização Judiciária (CF, art. 125, §1º), inclusive plantão judicial; bem como os artigos 22, I, competência privativa da União para legislar sobre processo penal; 5º incisos XII (reserva legal) e XXXV (inafastabilidade de jurisdição).

4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucional o § 1º do art. 13 da Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.035 **(10)**

ORIGEM : ADI - 5035 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA
ADV.(A/S) : MARCO AURELIO DE SOUZA (0193035/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : CARLOS MAGNO DOS REIS MICHAELIS JR (271636/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : LUIZ HENRIQUE PRESCENDO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
ADV.(A/S) : JOSE ALEJANDRO BULLON SILVA (00013792/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos os Ministros Marco Aurélio (Relator) e Rosa Weber, julgou improcedente a ação. Redator para o acórdão o Ministro Alexandre de Moraes. Ausentes, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski, e, neste julgamento, os Ministros Roberto Barroso e Dias Toffoli. Falaram, pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, a Ministra Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União, e, pelo *amicus curiae* Conselho Federal de Medicina, o Dr. José Alejandro Bullón. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 30.11.2017.

EMENTA: DIREITO FUNDAMENTAL À SAUDE. PROGRAMA MAIS MÉDICOS. CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 621/2013 NA LEI 12.871/13. RELEVÂNCIA E URGÊNCIA CONFIGURADAS PELA CARÊNCIA DE PROFISSONAIS MÉDICOS EM DIVERSAS REGIÕES DO PAÍS. PARCERIA ACADÊMICA QUE ATENDE AO BINÔMIO ENSINO-SERVIÇO. INOCORRÊNCIA DE OFENSAS AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. CONSTITUCIONALIDADE DOS ARTIGOS IMPUGNADOS.

1. A Constituição obriga o Estado brasileiro a perseguir um modelo de atenção à saúde capaz de oferecer acesso universal ao melhor e mais diversificado elenco de ações e serviços de saúde que possa ser custeado para todos, igualmente, e para cada um, isoladamente, quando circunstâncias extraordinárias assim o exigirem.

2. A grave carência de assistência médica em várias regiões do país admite a excepcionalidade legal de exigência de revalidação do diploma estrangeiro por ato normativo de mesma hierarquia daquele que a instituiu.

3. A norma vincula a prestação de serviços por médicos estrangeiros ou brasileiros diplomados no exterior à supervisão por médicos brasileiros, no âmbito de parceria acadêmica que atende ao binômio ensino-serviço. Previsão de limites e supervisão quanto ao exercício da medicina para os participantes do programa. Inocorrência do alegado exercício ilegal da medicina.

4. Inocorrência de tratamento desigual em face das diferentes formas de recrutamento. Inexistência de violação ao preceito constitucional da obrigatoriedade de concurso público.

5. As universidades, como todas as demais instituições e organizações, devem respeito absoluto à Constituição e às leis. Inexistência de violação da autonomia universitária.

6. Improcedência da ação. Constitucionalidade dos dispositivos impugnados.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.459 **(11)**

ORIGEM : ADI - 5459 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO DO SUL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)
AM. CURIAE. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE MATO GROSSO DO SUL - OAB/MS
ADV.(A/S) : MANSOUR ELIAS KARMOUCHE (5720/MS)

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade das Leis Complementares 201/2015, 249/2018 e 267/2019, editadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul, com eficácia prospectiva a partir da data do presente julgamento, nos termos do voto do Relator, vencido parcialmente o Ministro Marco Aurélio, que divergia apenas quanto à modulação dos efeitos da decisão. Plenário, Sessão Virtual de 1.5.2020 a 8.5.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS. LEIS COMPLEMENTARES 201/2015, 249/2018 E 267/2019 DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA UTILIZAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR PRIVATIVAMENTE SOBRE DIREITO PROCESSUAL E NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO. CONTRARIEDADE AO REGRAMENTO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 151/2015. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

1. Rejeitada preliminar de perda do objeto das Ações Diretas em razão de alegado exaurimento da eficácia das normas impugnadas, uma vez que a LC 201/2015 permanece regulando a custódia dos valores transferidos ao Estado, além de admitir a realização de novas transferências.

2. Leis estaduais que regulam a transferência de depósitos judiciais para o Poder Executivo são formalmente inconstitucionais por violação à competência da União para legislar privativamente sobre direito processual (art. 22, I, da CF) e para editar normas gerais de direito financeiro (art. 24, I, da CF). Precedentes: ADI 4.163, Rel. Min. CEZAR PELUSO, Tribunal Pleno, DJe de 1º/3/2013; ADI 4.925, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 10/3/2015; ADI 5.253, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 1º/8/2017; ADI 4.788 AgR, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 8/8/2017; ADI 6.083, Rel. Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2019, DJe de 18/12/2019; e ADI 6031, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 27/3/2020, DJe de 16/4/2020.

3. A legislação impugnada, além disso, é inconstitucional por contrariar a norma nacional editada pela União, Lei Complementar 151/2015, especialmente no que diz respeito ao montante aprovisionado como Fundo de Reserva e à limitação de transferência apenas de depósitos realizados em ações nas quais a Fazenda Pública é parte.

4. Necessidade de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, em razão do estado atual das finanças públicas estaduais, a demonstrar que a restituição imediata dos valores transferidos teria impacto sobre a continuidade de ações governamentais de interesse social.

5. Ação direta conhecida e julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade das LCs 201/2015, 249/2018 e 267/2019, com eficácia prospectiva a partir da data do presente julgamento.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.485 **(12)**

ORIGEM : ADI - 5485 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDENCIA PRIVADA E VIDA, SAUDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZACAO - CNSEG
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (21445/DF, 10503/ES, 139419/MG, 112310/RJ, 303020/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator. Falou, pela requerente, o Dr. Francisco Carlos Rosas Giardina. Plenário, Sessão Virtual de 5.6.2020 a 15.6.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE . ARTIGO 1º DA LEI 13.169/2015, FRUTO DA CONVERSÃO DA MPV 675/2015. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO (CSLL). ALÍQUOTA ESPECÍFICA PARA EMPRESAS DE SEGUROS, RESSEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA E SAÚDE SUPLEMENTAR. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL. COMPATIBILIDADE COM O ARTIGO 246 DA CONSTITUIÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. POSSIBILIDADE DE GRADUAÇÃO DA ALÍQUOTA CONFORME A ATIVIDADE ECONÔMICA. PECULIARIDADES SEGMENTO SECURITÁRIO E FINANCEIRO. ATIVIDADE PRODUTIVA. MÁXIMA EFICIÊNCIA ALOCATIVA DA TRIBUTAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ISONOMIA, CAPACIDADE CONTRIBUTIVA, LIVRE INICIATIVA E CONCORRÊNCIA E NÃO CONFISCO.

1. As alíquotas diferenciadas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - para empresas de seguros, resseguros, vida e previdência privada e saúde suplementar estabelecidas pela Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei federal 13.169/2015 não ofendem o Texto Constitucional.

2. A alteração da alíquota da CSLL por Medida Provisória não equivale à *regulamentação* do § 9º do artigo 195 da CRFB, incluído pela EC 20/1998, posteriormente modificado pelas EC 47/2005 e 103/2019, razão pela qual não há violação ao artigo 246 da Constituição. Precedentes desta Suprema Corte: RE 659.534-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Segunda Turma, *DJe* de 4/10/2017; ARE 1.175.895-AgR-Segundo, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, *DJe* de 6/8/2019; ARE 1.103.059-AgR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Primeira Turma, *DJe* de 6/6/2018.

3. O critério utilizado pela Lei 13.169/2015 para elevar a contribuição de 15% para 17 e 20%, foi a atividade econômica dos contribuintes.

4. O art. 195, § 9º, da Constituição prevê que as contribuições sociais de seguridade social poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

5. A disposição constitucional não faz referência à referibilidade na implementação das alíquotas diferenciadas, o que legitima a incidência da maneira prevista na lei impugnada.

6. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento formado com Repercussão Geral, já reconheceu a legitimidade da legislação que equipara, para fins tributários, a sistemática de tributação das instituições financeiras e empresas de seguros em geral. RE 598572, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 30/3/2016.

7. A consulta às informações divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - dá conta de que em alguns segmentos de seguros, como, por exemplo nos contratos de Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL e Vida Geradora de Benefícios Livres - VGBL, a concentração do mercado chega a **93%** nas mãos das cinco maiores empresas do setor, todas instituições financeiras, o que só demonstra a simbiose entre as empresas de seguros e as instituições financeiras em geral no exercício das respectivas atividades econômicas.

8. *In casu,* uma análise mais densa da legitimidade da incidência estabelecida pelo legislador com base no Texto Constitucional a partir de preceitos econômicos não leva à imposição do controle da jurisdição constitucional.

9. "(...) a economia é a ciência da escolha racional em um mundo - nosso mundo - no qual os recursos são limitados em relação às necessidades humanas" (Richard Posner). *O* objetivo da aplicação das normas jurídicas deve ser a maximização do aproveitamento dos recursos.

10. A eficiência alocativa da tributação deve ser maximizada sem colidir com os objetivos distributivos da política tributária.

11. As seguradoras e instituições financeiras não exercem atividade produtiva posto que as atividades das seguradoras, bem como aquela de intermediação financeira do acesso ao capital, exercida por instituições financeiras, franqueiam a atividade econômica do país e permitem a produção de bens e serviços pelos segmentos responsáveis.

11. O Sistema Tributário Nacional considera natural que as seguradoras e instituições financeiras não se submetam às exigências tributárias do setor produtivo. O "*produto",* por excelência, gerado pelas empresas do segmento securitário é o resultado obtido a partir dos prêmios auferidos em oposição às indenizações pagas.

12. O lucro dessas empresas, refletido nessa diferença, é o objeto natural de exigência tributária.

13. O preceito "atividade econômica" referido pela Constituição mostra-se corretamente interpretado na escolha realizada pelo legislador quando editou as normas impugnadas na presente demanda.

14. Tributar de maneira diferenciada o lucro do segmento financeiro e de seguros nada mais é do que escolher o signo representativo daquele segmento econômico para ser objeto de incidência da tributação.

15. A tributação como elemento indutor de comportamento é corolário natural das análises jurídicas baseadas em preceitos econômicos.

16. A eficiência alocativa da tributação do lucro de uma empresa de seguros deve ser calibrada de maneira a que não seja irrisória a ponto de manter estimulada a atividade securitária (ou seja, atingir o objetivo em certa medida), mas, em consequência, ocasionar baixíssima arrecadação para o potencial do mercado.

17. O mercado de seguros concentrado como o brasileiro, assegura que a demanda por seguro de automóveis, por exemplo, é inelástica no que resta imune à calibragem mais pesada na tributação que modifique o custo desse contrato.

18. Consectariamente, os aumentos na tributação promovidos tanto em 2008 quanto pela norma impugnada, de 2015, não afetaram a contratação de operações de seguro no país, conforme mostra o exame da tabela da evolução das receitas das companhias seguradoras, divulgada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (www.susep.gov.br).

19. A calibragem diferenciada das alíquotas, calcada em fundamentos razoáveis, representa a maximação da efetividade da tributação. Não há tributação desarrazoada ou violação aos princípios da isonomia e da capacidade contributiva.

20. O Supremo Tribunal Federal possui diversos julgados em que se declara a constitucionalidade de alíquotas diferenciadas para instituições financeiras e seguradoras. Confira-se os seguintes julgados: ARE 1.113.061-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Segunda Turma, *DJe* de 15/6/2018; ARE 949.005-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, *DJe* de 28/9/2016; ADI 2.898, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 3/12/2018.

21. Os princípios da livre iniciativa e livre concorrência invocam a liberdade de empreender consagrada no Texto Constitucional. De um lado, o exercício da atividade econômica não deve ser obstado pelo Estado, de outro, compete ao ente estatal estabelecer os limites da atuação para que a concorrência justa aconteça.

22. O Supremo Tribunal Federal entende que as medidas tributárias que prejudicam a livre iniciativa e a livre concorrência são aquelas atitudes comissivas praticadas pelo Estado que se caracterizam como sanção política. Precedentes: RE 565048, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 29/5/2014; ADI 5135, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 9/11/2016 .

23. A alegação de que a tributação acaba por afetar direta e negativamente as condições de competitividade no mesmo mercado e em relação os mesmos contribuintes, em vista do porte das empresas que compõem o setor, não procede.

24. A concentração do mercado de seguros nas mãos dos cinco maiores grupos vem paulatinamente sendo reduzida, mesmo com o aumento da contribuição à seguridade social de maneira indistinta a todas as empresas do ramo, conforme demonstram relatórios da SUSEP.

25. O efeito confiscatório da tributação deve levar em conta o limite da capacidade do cidadão de viver e se desenvolver, sempre observada a carga global a que o contribuinte está submetido.

26. *In casu,* a utilização do precedente formado nos auto da ADI-MC 2.010, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 12/4/2002 não se mostra razoável para fins comparativos. No precedente julgava-se questão relativa a servidores públicos aposentados, pessoas físicas; nesta demanda julga-se o efeito confiscatório para empresas seguradoras. No julgado anterior há elementos vitais postos em consideração para a aferição do efeito confiscatório, tais como as despesas com saúde, alimentação, moradia, etc.; no caso, o que pode se encontrar em jogo para uma empresa seguradora é pura e simplesmente a sua capacidade de gerar lucro operacional.

27. A atividade exercida pelas seguradoras não é onerada por tributos incidentes sobre a atividade produtiva. O resultado de suas operações está todo ele materializado em seu lucro. As entidades de seguros, de maneira substancial, não comercializam bens ou serviços, tal qual outros segmentos econômicos que contam com alíquotas menores de incidência da CSLL, mas arcam com tributos sobre a produção. Neste particular, a tributação mais onerosa não se mostra confiscatória.

28. Ação Direita de Inconstitucionalidade julgada **improcedente**.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.615 **(13)**

ORIGEM : ADI - 5615 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : USP-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ADRIANA FRAGALLE MOREIRA (290141/SP)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Roberto Barroso. Falaram: pelo interessado Governador do Estado de São Paulo, o Dr. André Brawerman, Procurador do Estado; e, pelo *amicus curiae*, o Dr. Marcos Felipe de Albuquerque Oliveira. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente). Plenário, Sessão Virtual de 22.5.2020 a 28.5.2020.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REGIME JURÍDICO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO. LEIS COMPLEMENTARES 1.074/2008 E 1.202/2013 DO ESTADO DE SÃO PAULO. CRIAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 39, *CAPUT*, DA CF. UNICIDADE DE REGIME. IMPROCEDÊNCIA.

1. Compete a cada Ente federativo estipular, por meio de lei em sentido estrito, o regime jurídico de seus servidores, escolhendo entre o regime estatutário ou o regime celetista, sendo que a Constituição Federal não excluiu a possibilidade de ser adotado o regime de emprego público (celetista) para as autarquias.

2. Para que haja produção completa dos efeitos do art. 39 da CF, é indispensável que o Ente federativo edite norma específica instituindo o regime jurídico de seus servidores da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas.

3. No caso do Estado de São Paulo, não foi editada norma específica instituindo o regime jurídico dos servidores estaduais. A Lei paulista 10.261/1968, a qual dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Estado, não pode ser considerada para esse fim, pois foi editada sob a Constituição de 1967, que não continha essa exigência, e ela própria trata de restringir o seu alcance, quando estabelece, em seu art. 2º, que aquelas normas "*não se aplicam aos empregados das autarquias, entidades paraestatais e serviços públicos de natureza industrial*".

4. A ausência da lei instituidora de um único regime de servidores na Administração Direta, autárquica e fundacional, apesar de se mostrar como uma situação constitucionalmente indesejável, não possui o condão de censurar as normas que estipularem um ou outro regime enquanto perdurar essa situação de mora legislativa.

5. Ação julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.045 **(14)**

ORIGEM : 6045 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RORAIMA
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (7077/DF)

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu a apreciação da medida cautelar em exame de mérito e julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação, para declarar a inconstitucionalidade do inciso V do artigo 3º da Lei nº 297/2001 do Estado de Roraima, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Ricardo Lewandowski, que julgava improcedente a ação. Plenário, Sessão Virtual de 12.6.2020 a 19.6.2020.

ORÇAMENTO - SUPERÁVIT - INCORPORAÇÃO - CONTA ÚNICA DO TESOURO. Na forma do artigo 43, inciso I, § 1º, da Lei nº 4.320/1964, eventual superávit apurado ao final do exercício financeiro há de ser incorporado à conta única do Tesouro, viabilizando aos Poderes Executivo, responsável pela contabilidade das receitas, e Legislativo a definição do orçamento estadual, observado o princípio da separação dos poderes - artigo 2º da Constituição Federal.

RECEITA - VINCULAÇÃO - FUNDO ESPECIAL - INCONSTITUCIONALIDADE. Conflita com a Constituição Federal norma a direcionar, a fundo voltado ao pagamento de despesas do Judiciário, em caráter automático e compulsório, saldo orçamentário positivo, considerada a vedação à "vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa" - artigos 2º e 167, inciso IV, da Lei Maior.

AG.REG. NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 65 **(15)**
ORIGEM : 65 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : CARLOS ALEXANDRE KLOMFAHS
ADV.(A/S) : CARLOS ALEXANDRE KLOMFAHS (346140/SP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica no início da sessão, o Ministro Celso de Mello (art. 2º, § 5º, da Res. 642/2019). Plenário, Sessão Virtual de 10.4.2020 a 17.4.2020.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI FEDERAL 13.869/2019. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE. AJUIZAMENTO POR PESSOA FÍSICA. ILEGITIMIDADE ATIVA. LEGITIMAÇÃO LIMITADA AO ROL DO ART. 103, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. A jurisprudência do STF é pacífica no sentido de que os legitimados para propositura das ações do controle concentrado se restringem aos elencados no rol do art. 103, da Constituição Federal, que não contempla a legitimação de pessoas físicas.

2. Agravo Regimental conhecido e desprovido.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 572 **(16)**
ORIGEM : 572 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : KAMILA RODRIGUES ROSENDA (32792/DF)
ADV.(A/S) : FILIPE TORRI DA ROSA (35538/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : COLEGIO DE PRESIDENTES DOS INSTITUTOS DE ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : JOSE HORACIO HALFELD REZENDE RIBEIRO (131193/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO SEGMENTADA ¿ ANATEC
ADV.(A/S) : PAULO ROGERIO TEIXEIRA PIMENTA (163390/SP)
AM. CURIAE. : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB
ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA (28328/DF, 137677/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG)

Decisão: Preliminarmente, o Presidente não conheceu da questão formulada pelo *amicus curiae* Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil ante a ilegitimidade do *amicus curiae* para suscitar eventual impedimento de ministro, por ser extemporânea e em razão da inadequação da forma, bem como por não se aplicarem às ações de controle concentrado ou abstrato de constitucionalidade as hipóteses de impedimento. Na sequência, o Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental, converteu o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito e, nos limites desse processo, diante de incitamento ao fechamento do STF, de ameaça de morte ou de prisão de seus membros, de apregoada desobediência a decisões judiciais, julgou totalmente improcedente o pedido nos termos expressos em que foi formulado ao final da petição inicial, para declarar a constitucionalidade da Portaria GP nº 69/2019 enquanto constitucional o artigo 43 do RISTF, nas específicas e próprias circunstâncias de fato com esse ato exclusivamente envolvidas, nos termos do voto do Relator e dos votos proferidos, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 18.06.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

CASA CIVIL

COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a Secretaria-Executiva e as Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE).

O COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Secretaria-Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial e institui as Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Art. 2º A Secretaria-Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial será exercida pela Casa Civil da Presidência da República, à qual compete:

I - assessorar o Presidente do Comitê Federal de Assistência Emergencial na coordenação das atividades e no cumprimento das competências previstas no Decreto nº 9.970/2019;

II - desempenhar as atividades de secretaria e apoio administrativo para as reuniões do Comitê Federal de Assistência Emergencial;

III - articular com os membros dos Subcomitês Federais, com o Coordenador Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária, com organismos internacionais e com outras entidades públicas e privadas com vistas à execução das atividades do Comitê Federal de Assistência Emergencial; e

IV - guardar e armazenar, preferencialmente em meio digital, os documentos do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Art. 3º Compete à Assessoria de Comunicação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, observadas as competências da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República:

I - prestar assessoramento ao Comitê Federal de Assistência Emergencial nas ações de comunicação social;

II - coordenar as ações de comunicação social e sua divulgação quando relacionadas às atividades do Comitê Federal de Assistência Emergencial, dos Subcomitês Federais e do Coordenador Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária;

III - fomentar a participação das instituições governamentais e não governamentais e sociedade civil nas ações de comunicação que envolvam o acolhimento dos imigrantes em contexto de intenso fluxo migratório;

IV - preparar e orientar o porta-voz do Comitê Federal de Assistência Emergencial para conceder entrevistas a veículos de comunicação nacionais e internacionais;

V - produzir e distribuir material informativo sobre o acolhimento dos imigrantes em contexto de intenso fluxo migratório para mídias locais e nacionais e canais digitais oficiais e não oficiais; e

VI - orientar as assessorias de comunicação de outros órgãos públicos envolvidas na divulgação e compartilhamento de conteúdo relacionados ao fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Art. 4º A Assessoria de Comunicação será composta por um representante dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Cidadania;

III - Ministério da Saúde; e

IV - Ministério da Defesa.

§ 1º Cada membro da Assessoria de Comunicação terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros titulares e suplentes de que trata o **caput** serão indicados pelo Ministro de Estado dos órgãos representados no prazo de cinco dias uteis, contado da data de publicação desta Resolução, e designados em ato do Presidente do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Art. 5º Compete à Assessoria de Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial:

I - prestar assessoramento técnico na identificação, compreensão e especificação das informações gerenciais necessárias para subsidiar as decisões do Comitê Federal de Assistência Emergencial;

II - articular com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, organismos internacionais e entidades da sociedade civil, para identificação e acesso às fontes de dados necessárias para produção de informações ao Comitê Federal de Assistência Emergencial;

III - apoiar na definição e elaboração de protocolos técnicos e requisitos tecnológicos a serem observados para fornecimento de dados e informações ao Comitê Federal de Assistência Emergencial pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, organismos internacionais e entidades da sociedade civil; e

IV - apoiar iniciativas voltadas à disseminação de dados e informações entre o Comitê Federal de Assistência Emergencial e os órgãos e entidades envolvidas com as atividades de assistência emergencial em razão de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Art. 6º A Assessoria de Gestão da Informação será composta por representantes dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério da Cidadania;

III - Ministério da Saúde;

IV - Ministério da Defesa;

VI - Ministério da Economia; e

V - Ministério da Justiça e Segurança Pública.

§ 1º Cada membro da Assessoria de Gestão da Informação terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros titulares e suplentes de que trata o caput serão indicados pelo Ministro de Estado dos órgãos representados no prazo de cinco dias uteis, contado da data de publicação desta Resolução, e designados em ato do Presidente do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Art. 7º Os membros das Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, a critério de seus respectivos coordenadores, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência ou por outros meios telemáticos.

Art. 8º As Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial poderão convidar representantes de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de organizações da sociedade civil, de organismos internacionais e de entidades privadas para colaborar com as suas atividades.

Art. 9º A participação nas Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. As reuniões das Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação serão realizadas em caráter ordinário, bimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelos respectivos coordenadores.

Parágrafo Único. O quórum de reunião das Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO
Presidente do Comitê

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 90, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12 de abril de 2018, e pela Portaria nº 1908, de 13 de novembro de 2015, publicada no DOU de 16 de novembro de 2015, e considerando o processo 21018.003710/2020-24, resolve:

Art. 1º - Habilitar sob o nº 189/ES o(a) Médico(a) Veterinário(a) EGNER THEODORO HEHR inscrito(a) no CRMV ES nº 3021 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para Aves e suínos no município de Domingos Martins, para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURELIANO NOGUEIRA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 180, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.007288/2020-89, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) PAULO ROBERTO BRUM PFEIFER, CRMV-RS 2.745, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 181, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.007286/2020-90, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) BRUNA FERNANDES PFEIFER, CRMV-RS 16.311, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 119, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO RIO DE JANEIRO, , no uso das atribuições que lhe confere o artigo 44, inciso VII, alínea "a" e Inciso XXII, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010 e tendo em vista o artigo 57 do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina NI 01 de 12 de janeiro de 2010 o parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e considerando ainda o disposto no processo eletrônico 21044.003100/2020-11, resolve:

Art. 1° - Credenciar o Médico Veterinário, LUIZ MARCOS SOEIRO DE BARROS inscrito no CRMV-RJ nº 1.940, para emissão de Certificados de Inspeção Sanitária - CIS-E, para subproduto de origem animal, no município de Cantagalo/RJ no Estado do Rio de Janeiro, para as propriedades relacionadas no processo em referência.

Art 2º - Revogar a Portaria SFA/RJ Nº 826 de 2005.

Art. 3º - Esta portaria sem numeração automática, entra em vigor na data da sua publicação.

RENATA BRIATA DA CONCEIÇÃO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 79, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Atualiza os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) e grãos (Categoria 3, Classe 9) de girassol (*Helianthus annuus*) produzidos na Bolívia.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto n.º 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 25, de 7 de abril de 2020, e considerando o que consta do Processo nº 21000.036549/2020-64, resolve:

Art. 1º Atualizar os requisitos fitossanitários para a importação de sementes (Categoria 4, Classe 3) e grãos (Categoria 3, Classe 9) de girassol (*Helianthus annuus*) produzidos na Bolívia .

Art. 2º O envio deve estar acompanhado do Certificado Fitossanitário - CF, emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF da Bolívia.

Art. 3º Os envios estão sujeitos à inspeção no ponto de ingresso (Inspeção Fitossanitária - IF), bem como à coleta de amostras para análise fitossanitária em laboratórios oficiais ou credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§ 1º Os custos do envio das amostras e da análise fitossanitária serão com ônus para o interessado.

§ 2º A critério da fiscalização o interessado poderá ficar como depositário do restante do envio até a conclusão do processo pela fiscalização.

Art. 4º No caso de interceptação de praga quarentenária ou de praga que apresente potencial quarentenário para o Brasil, o envio será destruído ou rechaçado e a ONPF da Bolívia será notificada, podendo a ONPF do Brasil suspender as importações de grãos ou sementes de girassol até a revisão da Análise de Risco de Pragas.

Art. 5º O envio não será internalizado quando descumprir as exigências estabelecidas nesta Instrução Normativa.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 50, de 26 de junho de 2003, publicada no D.O.U. de 30 de junho de 2003, Seção I, pág. 4.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1° de setembro de 2020.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

ATO Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.052091/2020-91, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de PASPALUM (*Paspalum guenoarum* Arechav., *Paspalum notatum* Flüggé, *Paspalum plicatulum* Michx. e híbridos.), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/forrageiras

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE PASPALUM DAS ESPÉCIES *Paspalum guenoarum* Arechav., *Paspalum notatum* Flüggé, *Paspalum plicatulum* Michx. e híbridos.

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de PASPALUM das espécies *Paspalum guenoarum* Arechav., *Paspalum notatum* Flüggé, *Paspalum plicatulum* Michx. e híbridos.

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.459, de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a disponibilizar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, amostras vivas da cultivar objeto de proteção, como especificado a seguir:

- 200 g de sementes como amostra de manipulação e exame;
- 200 g de sementes para integrar a coleção de germoplasma; e
- 200 g de sementes mantidas pelo obtentor.

2. As sementes deverão apresentar vigor e boas condições fitossanitárias devendo atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

3. As sementes deverão estar isentas de tratamento que afete a expressão das características da cultivar, salvo em casos especiais, devidamente justificados. Nesse caso, o tratamento deverá ser detalhadamente descrito.

4. A amostra viva deverá ser disponibilizada ao SNPC, após a obtenção do Certificado de Proteção. Entretanto, sempre que durante a análise do pedido for necessária a apresentação da amostra para confirmação de informações, a mesma deverá ser disponibilizada.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios devem ser realizados por, no mínimo, dois ciclos independentes de cultivo, em condições ambientais similares.

2. Os ensaios devem ser conduzidos em um único local. Caso nesse local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional.

3. Os ensaios de campo deverão ser conduzidos em condições que assegurem o desenvolvimento normal das plantas. O delineamento do ensaio deverá possibilitar que plantas, ou suas partes possam ser avaliadas individualmente ou removidas para avaliações, sem que isso prejudique as observações que venham a ser feitas até o final do ciclo de cultivo.

4. Para melhor resultado, recomenda-se o plantio das sementes em sementeira e posterior transplantio para o campo, respeitando-se o espaçamento mínimo de 1,5 x 1,5 metros.

5. Os métodos recomendados para observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de Descritores Mínimos, segundo a legenda abaixo:

- MG: mensuração única de um grupo de plantas ou partes de plantas;
- MI: mensuração de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente; e
- VG: avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

6. Cada ensaio deverá ser conduzido com, no mínimo, 60 plantas, divididas em duas ou mais repetições.

7. As observações deverão ser feitas em, no mínimo, 20 plantas ou partes de cada uma das 20 plantas.

8. Para avaliação da homogeneidade deverá ser aplicada uma população padrão de 1%, com uma probabilidade de aceitação de, pelo menos, 95%. No caso de uma amostra com 60 plantas, será permitido, no máximo, 2 plantas atípicas.

9. Testes adicionais para propósitos especiais poderão ser estabelecidos.

IV. CARACTERÍSTICAS AGRUPADORAS

1. Para a escolha das cultivares similares a serem plantadas no ensaio de DHE, utilizar as características agrupadoras.

2. Características agrupadoras são aquelas nas quais os níveis de expressão observados, mesmo quando obtidos em diferentes locais, podem ser usados para a organização dos ensaios de DHE, individualmente ou em conjunto com outras características, de forma que cultivares similares sejam plantadas agrupadas.

3. As seguintes características são consideradas úteis como características agrupadoras:

a) Planta: ploidia (característica 1);

b) Somente cultivares com presença de pubescência: Lâmina foliar: distribuição da pubescência (característica 13);

c) Lígula: textura (característica 26); e

d) Ciclo até o início do florescimento (característica 39).

V. SINAIS CONVENCIONAIS

- (a)-(d), (+): ver item "IX OBSERVAÇÕES E FIGURAS";
- QL: Característica qualitativa;
- QN: Característica quantitativa; e
- PQ: Característica pseudo-qualitativa.
- MG, MI, VG: ver item Capítulo III, item 5.

VI. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de doze meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de quatro anos.

2. Conforme estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará, a partir da data da concessão do Certificado Provisório de Proteção, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

VII. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção de cultivar, o interessado deverá apresentar, além deste, os demais formulários disponibilizados pelo SNPC.

3. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VIII. TABELA DE DESCRITORES DE PASPALUM das espécies *Paspalum guenoarum* Arechav., *Paspalum notatum* Flüggé, *Paspalum plicatulum* Michx. e híbridos.

Nome proposto para a cultivar:

Espécie(s):

		Característica	Código para cada descrição
1. (+)	VG	Planta: ploidia	
QL		diploide	2
		tetraploide	4
2. (+)	VG	Planta: hábito de crescimento	
QN		ereto	1
		semi-ereto	2
		semi-prostrado	3
		prostrado	4
3. (+)	MI	Planta: altura	
QN		baixa	3
		média	5
		alta	7
4. (+)	MI	Colmo: número de nós	
QN		2 ou menos	1
		de 3 a 4	2
		5 ou mais	3
5. (+)	VG	Colmo: pubescência dos nós	
QL		ausente	1
		presente	2
6. (+)	MI	Colmo: comprimento do entrenó	
QN		curto	3
		médio	5
		longo	7
7.	VG	Folhagem: intensidade da cor verde	
QN		clara	3
		média	5
		escura	7
8.	MI	Lâmina foliar: comprimento	
QN	(a)	curto	3
		médio	5
		longo	7
9. (+)	MI	Lâmina foliar: largura da base	
QN	(a)	estreita	3
		média	5
		larga	7
10.	MI	Lâmina foliar: relação comprimento/ largura da base	
QN	(a)	baixa	3
		média	5
		alta	7
11. (+)	VG	Lâmina foliar: curvatura	
QN	(a)	ligeiramente recurvada	3
		moderadamente recurvada	5
		fortemente recurvada	7
12.	VG	Lâmina foliar: pubescência	
PQ	(a)	ausente	1
		apenas na face superior	2
		apenas na face inferior	3
		em ambas as faces	4
13.	VG	Somente cultivares com presença de pubescência: Lâmina foliar: distribuição da pubescência	
PQ	(a)	na margem	1
		na base	2
		em toda a extensão	3
14.	VG	Somente cultivares com presença de pubescência: Lâmina foliar: densidade da pubescência	
QN	(a)	ausente ou esparsa	1
		média	2
		densa	3
15.	VG	Somente cultivares com presença de pubescência: Lâmina foliar: comprimento da pubescência	
QN	(a)	curto	1
		médio	2
		longo	3
16.	VG	Lâmina foliar: cor da nervura central	
PQ	(a)	branca	1
		verde	2
		roxa	3
17. (+)	MI	Bainha: comprimento	
QN	(b)	curto	3
		médio	5
		longo	7
18. (+)	MI	Bainha: largura	
QN	(b)	estreita	1
		média	2
		larga	3
19.	MI	Bainha: relação comprimento/ largura	
QN	(b)	baixa	3
		média	5
		alta	7
20. (+)	VG	Bainha: pubescência	
QL		ausente	1
		presente	2
21. (+)	VG	Bainha: cor na face dorsal	
PQ		branca	1
		verde	2
		amarela	3
		roxa	4
22. (+)	MI	Lígula: comprimento	
QN	(b)	curto	1
		médio	2
		longo	3
23. (+)	MI	Lígula: largura	
QN	(b)	estreita	1
		média	2
		larga	3
24.	MI	Lígula: relação comprimento/ largura	
QN	(b)	baixa	1
		média	2
		alta	3
25.	VG	Lígula: cor	
PQ	(b)	verde	1
		amarelada	2
		amarronzada	3
		roxa	4
26. (+)	VG	Lígula: textura	
PQ	(b)	lisa	1
		pilosa	2
		membranosa lisa	3
		membranosa franjada	4
27. (+)	MI	Inflorescência: comprimento do eixo floral	
QN		curto	3
		médio	5
		longo	7
28. (+)	MI	Inflorescência: quantidade de racemos	
QN		baixa	3
		média	5
		alta	7
29. (+)	MI	Inflorescência: comprimento do racemo	
QN		curto	3
		médio	5
		longo	7
30. (+)	VG	(c) Inflorescência: pubescência do racemo	
PQ		ausente	1
		na base	2
		no ápice	3
		em toda a extensão	4
31.	VG	Inflorescência: disposição das espiguetas na ráquis	
PQ	(c)	unisseriada	1
		bisseriada oposta	2
		bisseriada alterna	3
32.	VG	Inflorescência: cor do estigma	
PQ	(c)	marrom	1
		roxa	2
		preta	3
33.	VG	Espigueta: cor	
PQ	(c)	amarelada	1
		verde	2
		marrom	3
		preta	4
34. (+)	VG	Espigueta: presença de manchas	
QN	(c)	ausente ou muito poucas	1
		poucas	3
		médias	5
		muitas	7
35. (+)	VG	Espigueta: cor das manchas	
PQ	(c)	amarelada	1
		verde	2
		marrom	3
		preta	4
36.	MI	Semente: comprimento	
QN	(d)	curto	1
		médio	2
		longo	3
37.	MI	Semente: largura	
QN	(d)	estreita	1
		média	2
		larga	3
38.	MI	Semente: relação comprimento/ largura	
QN	(d)	baixa	1

		média	2
		alta	3
39. (+)	MG	Ciclo até o início do florescimento	
QN		precoce	3
		médio	5
		tardio	7

IX. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

1. Ver formulário na internet.

X. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS MENSURADAS DA CULTIVAR CANDIDATA E DAS MAIS PARECIDAS

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar ____	Cultivar ____
3. Planta: altura	____ cm	____ cm	____ cm
4. Colmo: número de nós	nº ____	nº ____	nº ____
6. Colmo: comprimento do entrenó	____ cm	____ cm	____ cm
8. Lâmina foliar: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
9. Lâmina foliar: largura da base	____ cm	____ cm	____ cm
10. Lâmina foliar: relação comprimento/ largura da base			
17. Bainha: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
18. Bainha: largura	____ cm	____ cm	____ cm
19. Bainha: relação comprimento/largura	____ cm	____ cm	____ cm
22. Lígula: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
23. Lígula: largura	____ mm	____ mm	____ mm
24. Lígula: relação comprimento/ largura	____ mm	____ mm	____ mm
27. Inflorescência: comprimento do eixo floral	____ cm	____ cm	____ cm
28. Inflorescência: quantidade de racemos	nº ____	nº ____	nº ____
29. Inflorescência: comprimento do racemo	____ cm	____ cm	____ cm
36. Semente: comprimento	____ mm	____ mm	____ mm
37. Semente: largura	____ mm	____ mm	____ mm
38. Semente: relação comprimento/ largura			
39. Ciclo até o início do florescimento	____ dias	____ dias	____ dias

XI. BIBLIOGRAFIA

1. DAHMER, N.; SCHIFINO-WITTMANN, M. T.; DALL'AGNOL, M. e CASTRO, B. de. (2008) Dados citogenéticos para acessos de Paspalum. Scientia Agricola 65: 381 - 388.

2. FACHINETTO, J.M.; SCHNEIDER, R.; HUBER, K G; DALL'AGNOL, M. (2012) Avaliação agronômica e análise da persistência em uma coleção de acessos de Paspalum notatum Flügge (Poaceae). Agrária (UFPE. Impresso) 7: 189 - 195.

3. FACHINETTO, J.M.; DALL'AGNOL, M.; SIMIONI, C.; WEILER, R. L.; MOTTA, E. A. M. (2017) Genetic diversity of a Paspalum notatum Flügge germplasm collection. REVISTA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA 46: 714 - 721.

4. GRAMINHO, L. A.; DALL´AGNOL, M.; POTTER, L.; LOPES, R R; SIMIONI, C.; WEILER, R. L. (2017) Avaliação de caracteres forrageiros de diferentes espécies do gênero Paspalum no Rio Grande do Sul: uma meta análise. CIENCIA RURAL 47: 1 - 7.

5. HUBER, K G C; DALL'AGNOL, M.; MOTTA, E.; SANTOS, T. S. (2016) Variabilidade agronômica e seleção de progênies F1 de Paspalum. Agrária (Recife. Online) 11: 374 - 380.

6. KRYCKI, K. C.; SIMIONI, C; DALL´AGNOL, M. (2016) Cytoembriyological evaluation, meiotic behavior and pollen viability of Paspalum notatum poliploidized plants. Crop Breeding and Applied Biotechnology (Impresso) 26: 282 - 288.

7. KRYCKI, K. C.; TEDESCO, M.; RODRIGUES, V.; WEILER, R. L.; BRUNES, A. P.; DALL AGNOL, M.; SIMIONI, C. (2020) Reproductive analyses of intraspecific Paspalum notatum Flügge hybrids. Crop Breeding and Applied Biotechnology, 20(1), e291620114.

8. 't MANNETJE, L.; JONES, R.M. Plant Resources of South-East Asia No. 4. Forages. (Pudoc Scientific Publishers, Wageningen, the Netherlands). Prosea Foundation. 1992. Ilustração 3.

9. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Proteção de cultivar - forrageiras. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/forrageiras > Acesso em: 12 ago. 2020.

10. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Proteção de cultivar - forrageiras. Disponível em: < https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/forrageiras > Acesso em: 12 ago. 2020. Ilustrações 11, 26 e 27 e fotografia 17, 18, 22 e 23.

11. PEREIRA, E.A.; DALL'AGNOL, M.; NABINGER, C.; HUBER, K G; MONTARDO, D. P.; GENRO, M C T. (2011) Produção agronômica de uma coleção de acessos de Paspalum nicorae Parodi. Revista Brasileira de Zootecnia / Brazilian Journal of Animal Science 40: 498 - 508.

12. PEREIRA, E.A.; VOLKMANN, G. K.; BATTISTI, G. K.; SILVA, J. A. G.; SIMIONI, C.; DALL'AGNOL, M. (2012) Variabilidade genética de caracteres forrageiros em Paspalum. Pesquisa Agropecuária Brasileira (Online) 47: 1533 - 1540.

13. PEREIRA, E.A.; DALL'AGNOL, M.; SCHNEIDER, R.; WEILER, R. L.; KUHN, N.; SIMIONI, C. (2015) Adaptabilidade e estabilidade em genótipos apomíticos do gênero Paspalum. Ciência Rural (UFSM. Impresso) 45: 1361 - 1367.

14. REIS, C A O; WITTMANN, M. T. S.; DALL'AGNOL, M. (2008) Chromosome numbers, meiotic behavior and pollen fertility in a collection of Paspalum nicorae Parodi accessions. Crop Breeding and Applied Biotechnology 8: 212 - 218.

15. Roberto Luis Weiler. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Agronomia, Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia, Porto Alegre, RS, Brasil. Fotografia 29.

16. STEINER, M. G.; Dall Agnol, M.; NABINGER, C.; BASSO, S. M. S.; WEILER, R. L.; SIMIONI, C; WITTMANN, M. T. S.; MOTTA, E. A. M. (2017) Forage potential of native ecotypes of Paspalum notatum and Paspalum guenoarum. ANAIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ONLINE). 89: 1753 - 1760.

17. WEILER, R. L.; KRYCKI, K. C.; DAHMER, N; GUERRA, DIVANILDE; SIMIONI, C.; DALL'AGNOL, M. (2017) Determination of the reproduction mode of bahiagrass hybrids using cytoembryological analysis and molecular markers. REVISTA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA 46: 185 - 191.

18. WEILER, R. L.; DALL'AGNOL, M.; SIMIONI, C.; KRYCKI, K. C.; PEREIRA, E.A.; MACHADO, J.M.; MOTTA, E. A. M. (2018) Intraspecific tetraploid hybrids of Paspalum notatum: agronomic characterization of segregating progeny. SCIENTIA AGRICOLA 75: 36 - 42.

ATO Nº 14, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Em cumprimento ao disposto no § 2°, do art. 4º, da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997, e no inciso III, do art. 3°, do Decreto nº 2.366, de 5 de novembro de 1997, e o que consta do Processo nº 21000.051953/2020-68, o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares divulga, para fins de proteção de cultivares de LOBÉLIA (*Lobelia alsinoides* Lam*., Lobelia erinus* L*., Lobelia valida* L. *Bolus,* hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia alsinoides* and hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia valida.*), os descritores mínimos definidos na forma do Anexo. O formulário estará disponível aos interessados pela internet no endereço: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/protecao-de-cultivar/ornamentais

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

ANEXO

INSTRUÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE DE CULTIVARES DE LOBÉLIA (*Lobelia alsinoides* Lam*., Lobelia erinus* L*., Lobelia valida* L. *Bolus,* hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia alsinoides* and hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia valida.*).

I. OBJETIVO

Estas instruções visam estabelecer diretrizes para as avaliações de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade (DHE), a fim de uniformizar o procedimento técnico de comprovação de que a cultivar apresentada é distinta de outra(s) cujos descritores sejam conhecidos, é homogênea quanto às suas características dentro de uma mesma geração e é estável quanto à repetição das mesmas características ao longo de gerações sucessivas. Aplicam-se às cultivares de LOBÉLIA (*Lobelia alsinoides* Lam*., Lobelia erinus* L*., Lobelia valida* L. *Bolus,* hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia alsinoides* and hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia valida.*.

II. AMOSTRA VIVA

1. Para atender ao disposto no art. 22 e seu parágrafo único da Lei nº 9.456 de 25 de abril de 1997, o requerente do pedido de proteção obrigar-se-á a manter e a apresentar ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC), no mínimo;

1.1. Para cultivares propagadas vegetativamente, 15 estadas enraizadas;

1.2. Para cultivares propagadas por sementes:

- 200 sementes como amostra de manipulação e exame (apresentar ao SNPC);
- 200 sementes como germoplasma (apresentar ao SNPC);
- 200 sementes mantidas pelo obtentor.

2. No caso das sementes, as mesmas não devem ser tratadas, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

3. O material propagativo deve apresentar boas condições sanitárias, vigor e deve atender aos critérios estabelecidos nas Regras de Análise de Sementes - R.A.S.

4. A amostra deverá ser disponibilizada ao SNPC após a obtenção do Certificado de Proteção (no caso de cultivares propagadas por sementes) e precisará ser fornecida pelo solicitante sempre que, durante a análise do pedido, for necessária a sua apresentação para confirmação de informações.

III. EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE DISTINGUIBILIDADE, HOMOGENEIDADE E ESTABILIDADE - DHE

1. Os ensaios deverão ser realizados por, no mínimo, um ciclo de cultivo. Caso a distinguibilidade, a homogeneidade e a estabilidade não possam ser comprovadas, os testes deverão ser estendidos por mais um ciclo de crescimento.

2. Os ensaios deverão ser conduzidos em apenas um local. Caso neste local não seja possível a visualização de todas as características da cultivar, a mesma poderá ser avaliada em um local adicional e isso deverá ser informado.

3. Os ensaios deverão ser realizados sob condições que garantam o desenvolvimento satisfatório das plantas, assegurando a expressão das características relevantes da cultivar e que permitam a realização do exame. As características devem ser examinadas no florescimento pleno.

4. Cada ensaio deve resultar em um mínimo de:

- 15 plantas, no caso de cultivares propagadas vegetativamente;
- 20 plantas, no caso de cultivares propagadas por sementes

5. O tamanho das parcelas deverá possibilitar que as plantas, ou suas partes, possam ser removidas para avaliações sem que isso prejudique as análises que venham a ser feitas até o final do ciclo vegetativo.

6. O número de plantas a ser examinado, para fins de distinguibilidade e descrição da cultivar deverá ser de:

- 10 plantas ou partes de 10 plantas, no caso de cultivares propagadas vegetativamente;
- 20 plantas ou partes de 20 plantas, no caso de cultivares propagadas por sementes.

6. Devido à variação da intensidade da luz ao longo do dia, as determinações de cores deverão ser feitas, de preferência, em recinto com iluminação artificial ou no meio do dia, sem incidência de luz solar direta. A fonte luminosa do recinto deverá estar em conformidade com o Padrão da Comissão Internacional de Iluminação (CIE) de Luminosidade Preferencial D 6.500 e deverá estar dentro dos níveis de tolerância especificados pelo Padrão Inglês 950, Parte I. Essas cores deverão ser definidas contrapondo-se a parte da planta a um fundo branco.

7. As cores das estruturas observadas são indicadas baseando-se em um sistema de numeração internacional concebido pela *Royal Horticultural Society* da Inglaterra, reproduzido no Catálogo de Cores RHS que contém, aproximadamente, 900 referências entre cores e tonalidades.

8. As avaliações para descrição da cultivar deverão ser realizadas apenas nas plantas com expressões típicas, sendo desconsideradas aquelas com expressões atípicas.

9. Os métodos recomendados de observação das características são indicados na primeira coluna da Tabela de Características, de acordo com a legenda abaixo:

- MI: Mensurações de um número de plantas ou partes de plantas, individualmente.
- VG: Avaliação visual única de um grupo de plantas ou partes de plantas.

10. Para a avaliação da homogeneidade devem ser consideradas todas as plantas do ensaio

11. Para a avaliação da homogeneidade em cultivares propagadas vegetativamente deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de 95%. No caso de uma amostra de tamanho de 15 plantas, o máximo de 1 planta atípica é permitido.

12. Para a avaliação da homogeneidade em cultivares propagadas por sementes deverá ser aplicada uma população padrão de 1% com probabilidade de aceitação de 95%. No caso de uma amostra de tamanho de 30 plantas, o máximo de 1 planta atípica é permitido.

13. É necessário anexar, ao formulário, fotografias representativas de partes da planta em pleno florescimento e das estruturas mais relevantes utilizadas na caracterização da cultivar, especialmente da folha e da bráctea. No caso de uma cultivar introduzida no Brasil apresentar alterações em suas características devido às condições ambientais diferentes, sempre que as mesmas possam ser demonstradas por fotografias, estas devem ser anexadas.

IV. SINAIS CONVENCIONAIS

(+) e (a) a (e): Ver explanações relativas a características específicas, item "VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS";

MG, MI, VG: ver item III, 9;

QL: Característica qualitativa;

QN: Característica quantitativa; e

PQ: Característica pseudoqualitativa.

V. NOVIDADE E DURAÇÃO DA PROTEÇÃO

1. A fim de satisfazer o requisito de novidade estabelecido no inciso V, art. 3º, da Lei nº 9.456, de 1997, para poder ser protegida, a cultivar não poderá ter sido oferecida à venda no Brasil há mais de 12 meses em relação à data do pedido de proteção e, observado o prazo de comercialização no Brasil, não poderá ter sido oferecida à venda ou comercializada em outros países, com o consentimento do obtentor, há mais de 4 anos.

2. Conforme estabelecido pelo artigo 11 da Lei nº 9.456, de 1997, a proteção da cultivar vigorará pelo prazo de 15 (quinze) anos, a partir da data de concessão do Certificado Provisório de Proteção.

VI. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DA TABELA DE DESCRITORES

1. Ver formulário na internet.

2. Para solicitação de proteção da cultivar o interessado deverá apresentar, além deste formulário, os demais formulários disponibilizados no CultivarWeb e na página do SNPC na internet.

3. Todas as páginas deste formulário deverão ser rubricadas pelo Representante Legal e pelo Responsável Técnico.

VII. TABELA DE DESCRITORES DE LOBÉLIA (*Lobelia alsinoides* Lam*., Lobelia erinus* L*., Lobelia valida* L. *Bolus,* hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia alsinoides* and hybrids between *Lobelia erinus* and *Lobelia valida.*).

Nome proposto para a cultivar:

		Característica/Identificação da característica	Código para cada descrição
1.	VG	Planta: porte dos ramos	
(+)		Ereto	1
QN		semiereto	3
		horizontal	5
		semidecumbente	7
		decumbente	9
2.	VG/MI	Planta: altura	
(+)		Baixa	3

QN		Média	5
		Alta	7
3.	VG/MI	Ramo: comprimento	
QN		Curto	3
		Médio	5
		Longo	7
4.	VG/MI	Ramo: comprimento dos entrenós	
QN	(a)	Curto	3
		Médio	5
		Longo	7
5.	VG	Ramo: diâmetro	
QN	(a)	Muito fino	1
		Fino	2
		Médio	3
		Grosso	4
		muito grosso	5
6.	VG	Ramo: intensidade de cor verde	
QN	(a)	Clara	1
		Media	2
		Oscura	3
7.	VG	Ramo: pigmentação antocianínica	
QN	(b)	ausente ou muito fraca	1
		Fraca	3
		Média	5
		Forte	7
8.	VG	Ramo: pubescência	
QN	(a)	ausente ou muito escassa	1
		Escasa	2
		média	3
		densa	4
		muito densa	5
9.	VG/MI	Folha: comprimento	
QN	(c)	curto	3
		médio	5
		longo	7
10.	VG/MI	Folha: largura	
QN	(c)	estreita	3
		média	5
		larga	7
11.	VG	Folha: incisões na margem	
QN	(c)	ausentes o muito pouco profundas	1
		pouco profundas	3
		médias	5
		profundas	7
		muito profundas	9
12.	VG	Folha: forma	
(+)	(c)	ovalada larga	1
PQ		elíptica	2
		circular	3
		oblanceolada	4
		obovada	5
		espatulada	6
13.	VG	Folha: intensidade da cor verde na face superior	
QN	(c)	clara	1
		média	2
		escura	3
14.	VG	Folha: pigmentação antocianínica da face inferior	
(+)	(c)	ausente ou muito fraca	1
QN		fraca	2
		média	3
		forte	4
15.	VG	Folha: pubescência na face superior	
QN	(c)	ausente ou muito escassa	1
		escasa	2
		média	3
		densa	4
		muito densa	5
16.	VG	Flor: tipo	
(+)		simples	1
QL		dobrada	2
17.	VG/MI	Somente cultivares com tipo de flor: dobrada: Flor: diâmetro	
QN		pequeno	3
		medio	5
		grande	7
18.	VG	Somente cultivares com tipo de flor: dobrada: Flor: cor	
PQ		Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	
19.	VG/MI	Corola: comprimento	
(+)	(d)	curto	3
QN		médio	5
		longo	7
20.	VG	Lábio superior: forma dos lóbulos	
(+)	(d)	elíptica	1
PQ		oblanceolada	2
		oboval	3
		obtriangular	4
21.	VG	Lábio superior: cor da face interna	
PQ	(d)	Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	
22.	VG/ MI	Lábio inferior: comprimento	
(+)	(d)	muito curto	1
QN		curto	2
		médio	3
		longo	4
		muito longo	5
23.	VG/ MI	Lábio inferior: largura	
(+)	(d)	estreita	3
QN		média	5
		larga	7
24.	VG/ MI	Lábio inferior: largura do lóbulo central	
(+)	(d)	estreita	1
QN		média	2
		larga	3
25. (+)	VG	Lábio inferior: cor principal da face superior (excluída a zona branca)	
PQ	(d)	Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	
26. (+)	VG	Lábio inferior: cor secundária da face superior (excluída a zona branca)	
PQ	(d)	Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	
27.	VG	Lábio inferior: zona blanca na face superior	
(+)	(d)	ausente ou muito pequena	1
QN		pequena	3
		média	5
		grande	7
		muito grande	9
28.	VG	Lábio inferior: forma da zona blanca na face superior	
(+)	(d)	somente comprida	1
PQ		comprida e arredondada	2
		somente arredondada	3
		irregular	4
29.	VG	Lábio inferior: marcas	
(+)	(d)	ausentes	1
QL	(e)	presentes	9
30.	VG	Lábio inferior: tamanho das marcas	
QN	(d)	pequeno	1
	(e)	médio	2
		grande	3
31.	VG	Lábio inferior: cor da face inferior	
PQ	(d)	Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	
32.	VG	Lábio inferior: disposição dos lóbulos	
(+)	(d)	separados	1
QN		em contato	2
		sobrepostos	3
33.	VG	Tubo da corola: cor da face externa	
PQ	(d)	Catálogo de cores RHS (indique número de referência)	

VIII. OBSERVAÇÕES E FIGURAS

8.1 Explicações relativas a várias características:

As características contendo a seguinte classificação na segunda coluna da Tabela de descritores mínimos deverão ser examinadas como indicado abaixo:

(a) As características de ramo devem ser observadas no seu terço médio;

(b) A pigmentação antocianínica do ramo deverá ser observada no seu terço superior;

(c) As características de folha deverão ser observadas em folhas totalmente desenvolvidas e no terço inferior do ramo, pouco antes da floração.

(d) Observar somente em cultivares com tipo de flor simples.

(d) As marcas do lábio inferior não incluem a zona branca, ou toda zona amarelada que se estenda a partir da garganta.

8.2 Explicações relativas a características individuais

1. Ver formulário da internet

IX. TABELA DE MEDIDAS ABSOLUTAS PARA CARACTERÍSTICAS AVALIADAS PELOS MÉTODOS MI E MG

Médias observadas Característica	Cultivar Candidata	Cultivar __	Cultivar __
2. Planta: altura	____ cm	____ cm	____ cm
3. Ramo: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
4. Ramo: comprimento dos entrenós	____ cm	____ cm	____ cm
5. Ramo: diâmetro	____ mm	____ mm	____ mm
9. Folha: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
10. Folha: largura	____ cm	____ cm	____ cm
17. Somente cultivares com tipo de flor: dobrada: Flor: diâmetro	____ cm	____ cm	____ cm
19. Corola: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
22. Lábio inferior: comprimento	____ cm	____ cm	____ cm
23. Lábio inferior: largura	____ cm	____ cm	____ cm
24. Lábio inferior: largura do lóbulo central	____ cm	____ cm	____ cm

X. BIBLIOGRAFIA

União para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV), TG/293/1, Genebra, 2019. Disponível em: https://www.upov.int/edocs/tgdocs/en/tg293.pdf . Acesso em: 17 de abr. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 1.425, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Aquisição de imóvel rural por estrangeiro - pessoa natural.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 19 da Estrutura regimental da autarquia, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, e pelo inciso VI do art. 110 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 Edição Nº 57, de terça-feira, de 24 de março de 2020, e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.025936/2020-24 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização pelo INCRA para segunda aquisição ou arrendamento de imóvel rural;

Considerando as manifestações da Divisão de Governança Fundiária - SR (06) MG-F, da Procuradoria Federal Especializada junto à SR (06) MG, e da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros - DFC-2, favoráveis à proposta de aquisição ou arrendamento do imóvel rural denominado "Barra das Antas";

Considerando que área total do Município de Bocaina de Minas/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 503,770 (quinhentos e três) Km², ou seja, 50.377,0000ha (cinquenta mil, trezentos e setenta e sete hectares); e não há necessidade de apresentação da Certidão do Oficial do Registro de Imóveis, lavrada com base no Livro Auxiliar, nos termos do art. 15 do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, declarando a soma total das áreas rurais registradas/matriculadas em nome de estrangeiros no Município de localização do imóvel objeto do requerimento e a soma das áreas por grupos de nacionalidade, pois a interessada, de nacionalidade portuguesa, é casada com brasileiro e apresentou a certidão de casamento, a situação se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974, e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

CONSIDERANDO que a área requerida pelos interessados é de 11,5000ha (onze hectares e cinquenta ares), equivalente a 0,76666 Módulos de Exploração Indefinida, somada à área já adquirida de 8,7000ha (oito hectares e setenta ares), não ultrapassando, assim, o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº. 74.965, de 26 de novembro de 1974;

CONSIDERANDO que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída do registro/matrícula nº R.2/10.170 do Cartório de Registro de Imóveis de Aiuruoca/MG, situado no Município de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro;

CONSIDERANDO a autorização contida na Resolução do Conselho Diretor - CD, consubstanciada na Ata da Reunião de Nº 694, realizada em 07/08/2020, resolve:

Art. 1º Autorizar, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, a Senhora FERNANDA MÁRCIA SALGADO PINTO DE MAGALHÃES, de nacionalidade portuguesa, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº W580127-7, válida, pois na data da substituição da Cédula de Identidade estava com idade acima de 60 anos (art. 1º da Lei nº 9.505, de 1997), expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o nº. 014.679.517-22, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com MAURÍCIO PINTO DE MAGALHÃES, de nacionalidade brasileira, portador da Carteira de Identidade nº 0992474-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 006.656.149-34, residentes e domiciliados à a Rua Almirante Guilherme, 115 / 301, Bairro Leblon, Rio de Janeiro / RJ CEP 22.440-000, a adquirir ou arrendar o imóvel rural denominado "Barra das Antas", com área de 11,5000ha (onze hectares e cinquenta ares), localizado no Município de Bocaina de Minas/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 950.068.722.200-3. A área do referido imóvel rural equivale a 0,76666 Módulos de Exploração Indefinida.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública e de mais 15 (quinze) dias para que ele efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965/1974.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

PORTARIA Nº 1.428, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 21.2.2020, combinado com o art. 110, incisos IV e V, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte;

Considerando a autorização concedida pelo Conselho Diretor por meio da Resolução nº 480, de 11 de agosto de 2020 (6778350), após deliberação ocorrida na reunião de nº 694, realizada em 07/08/2020;, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Superintendente Regional da SR (06) MG para firmar Contrato de Cessão de Uso com a Prefeitura Municipal de Ibiá/MG, referente à área de 7.591,92 m² situada no espaço comunitário do PA SANTO ANTÔNIO II, para construção de escola, nos termos da Norma de Execução Incra n. 33/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 478, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº. 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231 de 23 de outubro de 1984; com fulcro no Inciso XI do art. 17, combinado com o Parágrafo único do art. 18; por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 19, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial do dia 21 de fevereiro de 2020, combinado com o art. 110, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de março de 2020;

Considerando os documentos do Processo SEI 54000.013682/2019-68 referente a recurso administrativo do recorrente Sidelmo Ribeiro de Souza, quanto a regularização de sua ocupação inerente a 2 (dois) hectares parte integrante da parcela 15 (essa no total de 20,0000 ha), do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;

Considerando o disposto no art. 85 do Regimento Interno aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 531, de 23 de março de 2020; e

Considerando os termos e exposições constantes no Nota n. 00076/2020/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU (6685096), resolve:

Art. 1º Acolher recurso interposto do recorrente Sidelmo Riberido de Souza, no sentido de regularizá-lo, após confirmação de atendimento aos critérios de elegibilidade pela Diretoria de Desenvolvimento, na área de 2 (dois) hectares parte integrante da parcela 15 (essa no total de 20,0000 ha), do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Uberlândia/MG, conforme área descrita nos autos do processo SEI 54000.013682/2019-68, sem prejuízo de que posteriormente ao resultado da demanda judicial (proc. 4761-29.2012.4.01.3803 - em trâmite na Subseção Judiciária de Uberlândia-MG, ou qualquer outra sobre o assunto, defina a SR-06/MG sobre a regularização do restante da parcela em referência a quem porventura detiver o direito.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 479, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Aquisição de imóvel rural por estrangeiro - pessoa natural.

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "a" do inciso VIII do art. 17 da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, c/c o inciso o IX do art. 108 do Regimento Interno da entidade, aprovado pela Portaria/INCRA/Nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 Edição Nº 57, de terça-feira, de 24 de março de 2020, tendo em vista a decisão adotada em sua 694ª Reunião, realizada em 07 de agosto de 2020, e;

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54000.025936/2020-24 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974, para obtenção de autorização do INCRA para segunda aquisição de imóvel rural;

Considerando as manifestações da Divisão de Governança Fundiária - SR (06) MG-F, da Procuradoria Federal Especializada junto à SR (06) MG, e da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros - DFC-2, favoráveis à proposta de aquisição do imóvel rural denominado "Barra das Antas";

Considerando que área total do Município de Bocaina de Minas/MG, conforme dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, é de 503,770 (quinhentos e três) Km², ou seja, 50.377,0000ha (cinquenta mil, trezentos e setenta e sete hectares); e não há necessidade de apresentação da Certidão do Oficial do Registro de Imóveis, lavrada com base no Livro Auxiliar, nos termos do art. 15 do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, declarando a soma total das áreas rurais registradas/matriculadas em nome de estrangeiros no Município de localização do imóvel objeto do requerimento e a soma das áreas por grupos de nacionalidade, pois a interessada, de nacionalidade portuguesa, é casada com brasileiro e apresentou a certidão de casamento, a situação se enquadra no inciso III do § 2º do art. 5º do Decreto nº 74.965, de 1974, e no inciso III do § 2º do art. 12 da Lei nº 5.709, de 1971;

Considerando que a área requerida pelos interessados é de 11,5000ha (onze hectares e cinquenta ares), equivalente a 0,76666 Módulos de Exploração Indefinida, somada à área já adquirida de 8,7000ha (oito hectares e setenta ares), não ultrapassando, assim, o limite de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, de que trata o art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e o art. 7º do Decreto nº. 74.965, de 26 de novembro de 1974;

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída do registro/matrícula nº R.2/10.170 do Cartório de Registro de Imóveis de Aiuruoca/MG, situado no Município de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição ou arrendamento por estrangeiro, resolve:

Art. 1º Autorizar, com base na Lei nº 5.709, de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, a Senhora FERNANDA MÁRCIA SALGADO PINTO DE MAGALHÃES, de nacionalidade portuguesa, portadora da Cédula de Identidade de Estrangeiro na classificação Permanente, RNE nº W580127-7, válida, pois na data da substituição da Cédula de Identidade estava com idade acima de 60 anos (art. 1º da Lei nº 9.505, de 1997), expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, inscrita no CPF sob o nº. 014.679.517-22, casada pelo regime de comunhão parcial de bens com MAURÍCIO PINTO DE MAGALHÃES, de nacionalidade brasileira, portador da Carteira de Identidade nº 0992474-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 006.656.149-34, residentes e domiciliados à a Rua Almirante Guilherme, 115 / 301, Bairro Leblon, Rio de Janeiro / RJ CEP 22.440-000, a adquirir ou arrendar o imóvel rural denominado "Barra das Antas", com área de 11,5000ha (onze hectares e cinquenta ares), localizado no Município de Bocaina de Minas/MG, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 950.068.722.200-3. A área do referido imóvel rural equivale a 0,76666 Módulos de Exploração Indefinida.

Art. 2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública e de mais 15 (quinze) dias para que ele efetue o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme Parágrafo Único, do art. 10, do Decreto nº 74.965/1974.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 480, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº. 1.100, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231 de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 17, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 21.2.2020, combinado com o art. 108, inciso VI, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 seguinte, tendo em vista a decisão adotada em sua 694ª Reunião, realizada em 07 de agosto de 2020, e

Considerando a proposta de cessão de uso à Prefeitura Municipal de Ibiá, referente a área de 7.591,92m² situada no espaço comunitário do PA SANTO ANTÔNIO II, município de IBIÁ/MG, para construção de Escola Municipal;

Considerando a deliberação do Comitê de Decisão Regional - CDR, que decidiu, por unanimidade, pela aprovação da cessão de uso;

Considerando o teor do DESPACHO n. 00140/2020/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU (6743548), que concluiu pela possibilidade da Concessão de uso;

Considerando a manifestação da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, consubstanciada no relatório intitulado Voto 60 (6752598); e

Considerando o que consta do processo nº 54000.015549/2017-84, resolve:

Art. 1º Autorizar o Senhor Presidente do Incra a efetuar a cessão de uso à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG, de área equivalente a 7.591,92 m² situada no espaço comunitário do PA SANTO ANTÔNIO II, para construção de escola, nos termos da Norma de Execução Incra n. 33/2003 e do Contrato de Cessão de Uso.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CAMARA FERREIRA DE MELO FILHO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 466, DE 27 DE JULHO DE 2020

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL - CDR, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DE ALAGOAS - SR(22)AL, Autarquia Federal, criada pelo Decreto-Lei n° 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei n° 7.321, de 23 de outubro de 1984, restabelecido pelo Decreto Legislativo n° 2, de 29 de março de 1989, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, atribuídas pela Portaria INCRA/P/701/2017, publicada Diário Oficial da União de 20/12/2017, combinada com o disposto no artigo 115 do Regimento Interno da INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 1.723, de 25 de outubro de 2018, publicada no D.O.U. de 26 de outubro de 2018, tendo em vista a decisão adotada na sua Reunião Extraordinária ATA SR(22)AL-G (doc. SEI nº 6668738), realizada em 13 de julho de 2020; resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de doação de bens móveis (06 veículos), à Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela-AL, no valor total de R$ 302.675,26 (trezentos e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais, e vinte e seis centavos), pertencentes a esta Autarquia e alocados no acervo patrimonial do INCRA - SR-22/AL e considerado de recuperação antieconômica, de acordo com o contido no Processo Administrativo n° 54000.047877/2020-45 e discriminados nos Termos de Cessão/Doação (docs. SEI nº 6325292, 6325328, 6325357, 6325390, 6325452 e 6325497).

Art. 2º - Autorizar o Senhor Superintendente Regional do INCRA no Estado do Alagoas, para no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VI, artigo 115, do Regimento Interno do INCRA, assinar os respectivos Termos de Cessão/Doação.

WILSON CESAR LIRA SANTOS
p/ Comitê

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

PORTARIA Nº 1.419, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA NO ESTADO DE RONDÔNIA - INCRA SR(17)RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MAPA nº 99, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 56-B, seção 02 de 23 de março de 2020, nos termos da Estrutura Regimental e Art. 118 do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no DOU, nº 57, Seção 1, de 24 de março de 2020;

Considerando que em vistoria realizada na área abrangida pelos Projetos de Assentamento abaixo citados, foi constatado casos de abandono de parcelas, desistência, falecimento bem como vendas de benfeitorias sem anuência do INCRA, conforme dispões a Instrução Normativa n°. 97/2018 dos seguintes Beneficiários: PA ALIANÇA, localizado no município de Porto Velho/RO: TADEU APARECIDO DE MATOS CORDEIRO - CPF nº 282224822-20; PA VALE ENCANTADO, localizado no Município de Theobroma/RO: TÂNIA APARECIDA DA SILVA - CPF nº 607070202-63; PA GUARAJUS, localizado no Município de Corumbiara/RO: GUALDINO FERREIRA COSTA CPF nº 386481562-20, resolve:

fundamentado na Instrução Normativa n° 99/2019, Lei 4.504/64, Lei nº 8.629/93, e demais regramentos inerentes ao Programa Nacional de Reforma Agrária, RESCINDIR unilateralmente e de pleno direito todos os Contratos de Assentamento/Contratos de Concessão de Uso celebrados entre o INCRA e os beneficiários acima citados.

EDERSON LITTIG BRUSCKE

Ministério da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 462, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020, e considerando a criação do Escritório de Governança do Legado Olímpico, conforme Decreto nº 10.154, de 4 de dezembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.408, de 30 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Subsecretário de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva para atuar como Ordenador de Despesas da Unidade Gestora 550026 - Escritório de Governança do Legado Olímpico.

Art. 2° Delegar competência ao Subsecretário de Assuntos Administrativos Adjunto da Secretaria Executiva para atuar como Ordenador de Despesas Substituto da Unidade Gestora 550026 - Escritório de Governança do Legado Olímpico.

Art. 3º As competências delegadas pelos arts. 1º e 2º desta Portaria poderão ser objeto de subdelegação.

Art. 4º O Subsecretário de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva poderá designar os responsáveis pelos Atos de Gestão Orçamentária e Financeira, listados abaixo, da Unidade Gestora 550026 - Escritório de Governança do Legado Olímpico.

a) Gestor financeiro e seu substituto;

b) Responsável pela conformidade de registro de gestão e seu substituto;

c) Responsável pela conformidade contábil e seu substituto; e

d) Responsável pela inscrição de Nota de Empenho em Restos a Pagar não Processados a Liquidar/Em Liquidação e seu substituto.

Art. 5º Ficam revogadas as Portarias nº 43, de 17 de julho de 2019 e nº 47, de 19 de setembro de 2019, da Secretaria-Executiva, bem como a Portaria nº 1.783, de 16 de setembro de 2019, do Gabinete do Ministro.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ONYX DORNELLES LORENZONI

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PAUTA DA 288ª REUNIÃO ORDINÁRIA

(6° Reunião virtual do CNAS)

17/08/2020 - REUNIÃO DE COMISSÕES

9h30 às 13h

Reunião da Comissão de acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social - Discussão sobre a questão da paridade nos CAS, e outros.

Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - Atualização do Manual de Emendas Parlamentares, e outros.

14h às 16h

Reunião conjunta da Comissão de acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - Debate sobre assuntos relacionados aos recursos IGD Bolsa Família e a meta 6 do plano de Ação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.

9h30 às 16h

Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social - Elaboração e aprovação do plano de ação da Comissão de Normas para o período 2020/2022 a partir da análise do plano de ação 2018/2020, e outros.

Reunião da Comissão de Política da Assistência Social - Informes SNAS/MC - Relação do SUAS com o Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos - estágio dos acordos de cooperação técnica, e outros.

16h às 18h

Reunião da Mesa Diretora.

18/08/2020 - REUNIÃO DE GT E COMISSÃO

9h30 às 13h

Reunião do GT Povos Indígena - Discussão de minuta de protocolo produzida pelo DECAU/SAGI e FUNAI.

14h às 18h

Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - Diretrizes do novo Programa Renda Brasil, e outros.

19/08/2020 - PLENÁRIA

9h30 às 10h

Aprovação das atas da 286ª e 287ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 288ª Reunião Ordinária do CNAS.

10h às 11h

Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros.

11h às 12h30

Apresentação do Relatório do Programa Primeira Infância no SUAS em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016

Convidados: Secretaria Nacional da Primeira Infância-MC e Secretaria Nacional de Assistência Social-MC

14h às 15h30

Intersetorialidade do SUS e SUAS no enfretamento à situação de emergência e estado de calamidade pública.

Convidados: Conselho Nacional de Saúde e Secretaria Nacional de Assistência Social-MC

15h30 às 16h30

Monitoramento das ações de enfrentamento a COVID-19

Convidado: Secretaria Nacional de Assistência Social-MC

16h30 às 18h

Encaminhamentos sobre a Recomposição do Orçamento 2020 da Assistência Social

Convidados:

Diretoria Executiva do FNAS-MC

Secretaria Nacional de Assistência Social-MC

Relator do PL 383/2017

20/08/2020 - PLENÁRIA

9h30 às 10h30

Relato da Mesa Diretora.

10h30 às 11h30

Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda.

11h30 às 12h30

Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social.

14h às 15h30

Relato da reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.

Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.

15h30 às 16h30

Relato da reunião da Comissão de acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social.

16h30 às 17h30

Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 109, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento de decisão proferida nos autos da ação mandamental n. 1015955-73.2020.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a PORTARIA Nº 57, DE 9 DE ABRIL DE 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13/04/2020, referente à entidade Instituto Guga Kuerten, CNPJ nº 04.003.206/0001-26, de Florianópolis/SC.

Art. 2º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA DE SOUSA MACHADO NERIS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a classificação do nível de risco das atividades econômicas sujeitas a atos públicos de liberação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, para os fins da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

A COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBio, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o disposto no art. 14, incisos II e XVI, da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 3º do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Resolução Normativa estabelece o nível de risco das atividades econômicas sujeitas a atos públicos de liberação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.

Parágrafo único. Não se submeterá às disposições desta Resolução Normativa os organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados que tenham obtido autorização destinada à liberação para uso comercial, observado o constante no parecer técnico, emitido pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução Normativa serão consideradas as seguintes definições:

I - atos públicos de liberação: a licença, a autorização, a concessão, a inscrição, a permissão, o alvará, o cadastro, o credenciamento, o estudo, o plano, o registro e os demais atos exigidos, sob qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública na aplicação de legislação, como condição para o exercício de atividade econômica, inclusive o início, a continuação e o fim para a instalação, a construção, a operação, a produção, o funcionamento, o uso, o exercício ou a realização, no âmbito público ou privado, de atividade, serviço, estabelecimento, profissão, instalação, operação, produto, equipamento, veículo, edificação e outros;

II - nível de risco da atividade econômica: nível de perigo potencial de ocorrência de danos à integridade física e à saúde humana, animal ou ao meio ambiente, em decorrência do exercício de atividade econômica, considerando-se a probabilidade de ocorrência de eventos danosos, bem como a extensão, gravidade ou o grau de irreparabilidade do impacto causado à sociedade na hipótese de ocorrência de evento danoso;

III - organismo geneticamente modificado - OGM: organismo cujo material genético - ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética; e

IV - derivado de OGM: produto obtido de OGM e que não possua capacidade autônoma de replicação ou que não contenha forma viável de OGM.

Art. 3º A classificação de risco de biossegurança dos OGM e seus derivados obedecerá ao disposto na Resolução Normativa nº 18, de 23 de março de 2018, da CTNBio, ou em atos normativos que vierem a substituir.

Art. 4º O nível de risco da atividade econômica submetida a ato público de liberação pela CTNBio será classificado em:

I - nível de risco I - para os casos de risco leve ou irrelevante;

II - nível de risco II - para os casos de risco moderado; ou

III - nível de risco III - para os casos de risco alto.

Parágrafo único. Os níveis de risco das atividades econômicas sujeitas a atos públicos de liberação pela CTNBio estão relacionados no Anexo I desta Resolução Normativa.

Art. 5º Não se aplica a aprovação tácita prevista no inciso IX do caput do art. 3º da Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019 às solicitações de atos públicos de liberação pela CTNBio, por se enquadrarem como hipóteses vedadas em lei, com fundamento nos arts. 196 e 225 da Constituição Federal, bem como na Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, no Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005 e no Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2006.

Art. 6º Esta Resolução Normativa não altera as normas e procedimentos estabelecidos pela Lei nº 11.105, de 2005, pelo Decreto nº 5.591, de 2005 e pelos atos normativos da CTNBio, bem como não exime as Comissões Internas de Biossegurança-CIBios da concessão de autorizações e do desempenho de outras atribuições delegadas pela CTNBio, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º Esta Resolução Normativa não isenta as requerentes do cumprimento da legislação e das demais normas aplicáveis às atividades realizadas com OGM e seus derivados.

Art. 8º Os casos não previstos nesta Resolução Normativa serão resolvidos pela CTNBio.

Art. 9º Fica revogada a Resolução Normativa Ad Referendum nº 25, de 31 de janeiro de 2020, da CTNBio.

Art. 10. Esta Resolução Normativa entrará em vigor em 1° de setembro de 2020.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Atividade: Desenvolvimento de atividades de detecção, quantificação e identificação de OGM.

Nível de risco econômico: Nível de risco I

Atividade: Obtenção de credenciamento Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para desenvolver quaisquer atividades com OGM.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

Atividade: Desenvolvimento de atividades com OGM e seus derivados que não tenham sido liberados comercialmente, englobando a construção, o cultivo, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento e o descarte.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

Atividade: Realização de liberação planejada no meio ambiente com OGM e seus derivados da classe de risco de biossegurança 1 e 2.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

Atividade: Realização de liberação planejada no meio ambiente com OGM e seus derivados da classe de risco de biossegurança 1, em conformidade com a Resolução Normativa n° 23, de 2019 da CTNBio, ou ato que vier a substituí-la.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

Atividade: Uso comercial de Microrganismos Geneticamente Modificados - MGM e seus derivados mantidos exclusivamente em regime de contenção, em conformidade com os arts. 5º, 6º e com o Anexo VI da Resolução Normativa n° 21, de 2018 da CTNBio, ou ato que vier a substituí-los.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

Atividade: Liberação comercial de OGM e derivados de todas as classes de risco.

Nível de risco econômico: Nível de risco III

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS

DESPACHO Nº 193, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 4°, inciso III, da Portaria n.° 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo n.° 01250.007922/2020-11, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CULTURA DE MARINGÁ LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de MARINGÁ/PR, utilizando o canal n.° 212 (duzentos e doze), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.° 2217/2020/SEI-MC.

LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA

DESPACHO Nº 197, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 4°, inciso III, da Portaria n.° 5153/2019/SEI-MCTIC, de 27 de setembro de 2019, e considerando o que consta no processo n.° 53115.004707/2020-16, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Capanema - PR, utilizando o canal n.° 204 (duzentos e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica n.° 2324/2020/SEI-MC.

LUCIANA MARIA MONTEIRO DE LIMA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/90, torna público a 7ª RELAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTA PARA IMPORTAÇÃO - JULHO/2020 - LEI 8.010/90

PROCESSO	ENTIDADE	VALOR US$
0003/1990	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	1.698.413,92
0006/1990	Universidade Estadual de Campinas	489.822,32
0007/1990	Fundação Universitária José Bonifácio	55.711,47
0008/1990	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	125.584,13
0011/1990	Fundação Faculdade de Medicina	79.395,12
0013/1990	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	35.213,87
0014/1990	Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária	37.000,00
0016/1990	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	27.138,22
0019/1990	Universidade Federal do Rio Grande	3.928,00
0020/1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	172.717,81
0022/1990	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	163.136,91
0037/1990	Fundação Zerbini	19.395,00
0045/1990	Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa	79.115,16
0049/1990	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	12.712,54
0066/1990	Fund. da UFPR para o Desenvolv. da Ciência, Tecnologia e Cultura	285.490,05
0069/1990	Universidade Federal do Paraná	10.866,10
0070/1990	Fund. de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRPUSP	3.926,56
0083/1990	Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP	67.508,80
0087/1990	Universidade Federal de Santa Maria	104,13
0093/1990	Comissão Nacional de Energia Nuclear - SP	115.352,56
0101/1990	Sociedade Beneficente Israelita Brasileira - Hospital Albert Einstein	16.651,07
0103/1990	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de PE	6.050,00
0104/1990	Universidade Federal da Paraíba	574.984,40
0131/1990	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	16.335,29
0134/1990	Fundação Gorceix	11.830,00
0135/1990	Fundação Butantan	1.678.686,58
0137/1990	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP	205.047,49
0143/1990	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	1.062,77
0160/1990	Fundação Arthur Bernardes	40.494,30
0206/1991	Universidade Federal de Pelotas	19.620,56
0207/1991	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais	22.813,50
0225/1991	Fundação Casimiro Montenegro Filho	49.149,66
0231/1991	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	248.862,87
0285/1991	Fundação Christiano Ottoni	25.611,29
0302/1992	Fund. de Apoio Institucional ao Desenvolv. Científico e Tecnológico	55.045,50
0337/1992	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	705,05
0355/1992	Associação das Pioneiras Sociais	46.097,43
0372/1992	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	55.875,99
0469/1993	Inst. Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial	17.280,80
0534/1993	Fund. Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos	496.119,03
0568/1994	Centro Infantil de Investig. Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini	155.082,79
0570/1994	Fundação de Apoio à Pesquisa	82.278,00
0585/1994	CNEN/Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear	9.100,00
0589/1994	USP/Instituto de Física de São Carlos	37.764,39
0625/1995	Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia	27.517,34
0653/1995	Universidade Federal do Espírito Santo	92.266,62
0656/1995	Instituto de Ciências Biomédicas - ICB III	74.199,78
0668/1996	Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe	133.000,00
0693/1997	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	1.886.235,75
0698/1997	USP/Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas	3.265,00
0703/1997	Fundação Médica do Rio Grande do Sul	1.430,00
0712/1997	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos	135.433,41
0725/1998	Instituto de Tecnologia para o Desenolvimento	98.689,00
0726/1998	Fund. de Apoio à Educ., Pesq. e Desenvol.Cient. e Tec. da UTFPR	48.348,38
0729/1998	Fundação do Ensino da Engenharia em Santa Catarina	3.775,00
0737/1998	Instituto Presbiteriano Mackenzie/Mackenzie	37.800,00
0740/1998	Fund. Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações	52,03
0746/1998	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo	102.260,01
0750/1998	Faculdades Católicas/PUC-Rio	213.847,67
0760/1999	Fund. para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde	22.924.211,90
0762/1999	Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento	42.499,53
0769/1999	Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento	38.740,56
0772/2000	Fundação Espírito Santense de Tecnologia	371.721,93
0782/2000	Instituto de Biologia Molecular do Paraná	13.989,11
0785/2000	Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura	19.222,08
0786/2000	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa	2.550,22
0812/2001	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	519.302,39
0814/2001	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	576.119,82
0838/2001	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional a UFF	191.549,00
0850/2002	Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE	139.520,05
0870/2002	Fundação Delfim Mendes Silveira	2.800,00
0873/2002	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT	18.276,47
0901/2003	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	22.436,66
0902/2003	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	172,20
0917/2004	União Brasileira de Educação e Assistência (PUC-RS)	6.698,37
0932/2005	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	26.070,73
0982/2006	Fundação de Apoio Universitário	6.878,30
1008/2006	Fundação Universidade Federal do ABC	60.455,71
1013/2007	Fund. de Apoio à Pesquisa,Desenvolv. e Inovação Exército Brasileiro	206.640,00
1063/2008	Fund. de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento à Pesquisas	42.654,69
1080/2009	Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - SP	16.327,97
1094/2009	SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina	135.290,00
1120/2010	Centro de Inovações CSEM Brasil	9.808,58
1133/2011	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio G do Sul	116.824,04
1264/2017	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	2.400,92
1279/2018	Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil	248.933,71
1282/2019	Instituto Científico e Tecnológico de Agronegócios	7.616,00
8010/1990	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	171.454,48
9200/2004	Ciência Importa Fácil - Pessoa Física	19.812,70

FÁBIO EDUARDO MADIOLI

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 732, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Recria e declara a extinção de colegiados da Anatel.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

CONSIDERANDO a necessidade de manter em funcionamento comissões, comitês e grupos relevantes para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Agência ou para a efetividade de determinadas obrigações regulatórias;

CONSIDERANDO os comentários recebidos decorrentes da Consulta Pública nº 31, de 30 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2020;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 888, de 6 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.016190/2019-21, resolve:

Art. 1º Recriar:

I - o Comitê de Uso do Espectro e de Órbita (CEO), na forma e nos termos dispostos na Resolução nº 645, de 16 de dezembro de 2014 [publicada no Diário Oficial da União - DOU de 18 de dezembro de 2014];

II - o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), na forma e nos termos dispostos na Resolução nº 650, de 16 de março de 2015 [publicada no DOU de 17 de março de 2015];

III - o Comitê de Prestadores de Pequeno Porte (CPPP), na forma e nos termos dispostos na Resolução nº 698, de 27 de setembro de 2018 [publicada no DOU de 28 de setembro de 2018];

IV - as Comissões Brasileiras de Comunicações (CBCs) e seu Grupo de Coordenação (GC-CBC), na forma e nos termos dispostos na Resolução nº 347, de 22 de agosto de 2003 [publicada no DOU de 3 de setembro de 2003], e na Resolução nº 502, de 18 de abril de 2008 [publicada no DOU de 22 de abril de 2008];

V - o Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Telecomunicações (Ceatel), na forma e nos termos dispostos nos arts. 132, inciso V, 139-A e 139-B do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013 [publicada no DOU de 2 de maio de 2013];

VI - o Grupo de Implantação dos processos de aferição de Qualidade (GIPAQ), na forma e nos termos dispostos nos arts. 39 e 40 do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM), aprovado pela Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011 [publicada no DOU de 31 de outubro de 2011], e nos arts. 47 e 48 do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), aprovado pela Resolução nº 575, de 28 de outubro de 2011 [publicada no DOU de 31 de outubro de 2011];

VII - o Grupo de Gestão de Riscos e Acompanhamento de Desempenho das Redes de Telecomunicações (GGRR), na forma e nos termos dispostos nos arts. 10 e 11 do Regulamento sobre Gestão de Risco das Redes de Telecomunicações e Uso de Serviços de Telecomunicações em Desastres, Situações de Emergência e Estado de Calamidade Pública, aprovado pela Resolução nº 656, de 17 de agosto de 2015 [publicada no DOU de 19 de agosto de 2015];

VIII - o Grupo de Trabalho de Localização de Terminais em Chamada de Emergência (GT-LOC), na forma e nos termos dispostos no art. 19, § 5º, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP), aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007 [publicada no DOU de 13 de agosto de 2007]; e,

IX - o Grupo de Implementação da Entidade Supervisora de Ofertas de Atacado e das Bases de Dados de Atacado (GIESB), na forma e nos termos dispostos nos arts. 4º, inciso IV, 44 e 45 do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012 [publicada no DOU de 12 de novembro de 2012].

Art. 2º Recriar o Comitê sobre Infraestrutura Nacional de Informações (C-INI), instalado por meio da Resolução nº 53, de 14 setembro de 1998 [publicada no DOU de 15 de setembro de 1998], sob o título de Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações, com o objetivo de formular ao Conselho Diretor da Anatel proposições e recomendações relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura nacional de telecomunicações, bem como de outras infraestruturas que suportem o setor de telecomunicações.

§ 1º O Comitê previsto no caput será composto por um Conselheiro, que o presidirá, e pelos Superintendentes da Agência.

§ 2º O Regimento Interno do Comitê previsto no caput será aprovado por meio de Portaria de seu Presidente.

Art. 3º Revogar os seguintes instrumentos normativos, declarando extintos os correspondentes colegiados:

I - Resolução nº 58, de 24 de setembro de 1998 [publicada no DOU de 25 de setembro de 1998], que cria o Comitê de Defesa da Ordem Econômica;

II - Resolução nº 322, de 4 de outubro de 2002 [publicada no DOU de 25 de outubro de 2002], que aprova o Regimento Interno do Comitê de Defesa da Ordem Econômica; e,

III - Resolução nº 96, de 1º de fevereiro de 1999 [publicada no DOU de 3 de fevereiro de 1999], que cria o Comitê para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações e aprova seu Regimento Interno.

Art. 4º Revogar a Resolução nº 53, de 14 de setembro de 1998 [publicada no DOU de 15 de setembro de 1998].

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados a partir de 28 de junho de 2019 no âmbito dos colegiados recriados nos termos do art. 1º desta Resolução.

Art. 6º Os colegiados recriados na forma dos arts. 1º e 2º desta Resolução deverão atender, no que couber, ao disposto no art. 6º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Outorga aos abaixo identificados autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização do Serviço Auxiliar de Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas:

Nº 4.278 - Processo nº 53516.001584/2020-49, RÁDIO THALENTO FM LTDA, CNPJ nº 03.317.127/0001-27;

Nº 4.279 - Processo nº 53516.001661/2020-61, RÁDIO QUIGUAY LTDA, CNPJ nº 04.362.453/0001-19.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.284, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 53516.001380/2020-16: Outorga à FRANKE DIJKSTRA, CPF nº 117.842.539-87, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 4.281, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Expedir autorização à RÁDIO EDUCADORA DE BELÉM LTDA, CNPJ/MF nº 12.042.651/0001-23, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 4.260, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Outorga autorização de uso de radiofrequência à RÁDIO E TV MAIRA LTDA, CNPJ 63.752.505/0001-22, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão para Transmissão de Programas, em Candeias do Jamari/RO, até 28/06/2030.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 4.260, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Outorga autorização de uso de radiofrequência à RÁDIO E TV MAIRA LTDA, CNPJ 63.752.505/0001-22, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão para Transmissão de Programas, em Candeias do Jamari/RO, até 28/06/2030.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 3.334, DE 24 DE JUNHO DE 2020

Processo nº 53500.002904/2020-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV CIDADE SUL DO PARA LTDA, CNPJ 22.970.503/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Redenção/PA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 4.007, DE 29 DE JULHO DE 2020

Processo nº 53500.034907/2020-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.388.774/0001-67, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Goiânia/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 30 DE JULHO DE 2020

Nº 4.023 Processo nº 53500.025995/2020-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à M. V. L - COMMUNICARE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ 12.071.310/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Itupiranga/PA.

Nº 4.024 Processo nº 53500.033933/2020-61. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA PLUG DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 03.709.705/0001-70, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Paranaíta/MT.

Nº 4.046 Processo nº 53528.004414/2019-43. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à FENIX MR SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ/MF nº 31.109.629/0001-06, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.048 Processo nº 53587.000105/2020-33. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ/MF nº 33.000.118/0008-45, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 4.092, DE 31 DE JULHO DE 2020

Processo n° 53500.027875/2020-36. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à UNINET TELECOM E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 24.268.722/0001-90, associada à autorização para execução do Radioenlaces associados ao SCM.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Nº 4.286 Autoriza CATTRON BRASIL COMERCIO LTDA, CNPJ nº 21.589.763/0001-90, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Cubatão/SP, no período de 17/08/2020 a 15/10/2020.

Nº 4.287 Autoriza Center Park Empreendimentos Eireli, CNPJ nº 06.088.226/0001-72, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Itapetininga/SP, no período de 02/09/2020 a 31/10/2020.

Nº 4.288 Autoriza TELESAT BRASIL CAPACIDADE DE SATÉLITES LTDA, CNPJ nº 02.884.281/0001-18, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 01/09/2020 a 30/09/2020.

Nº 4.291 Autoriza Marco Aurelio Ribeiro da Costa, CPF nº 06788533636, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 21/08/2020 a 22/08/2020.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 73/GM-MD, DE 4 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Portaria Normativa nº 109/GM-MD, de 3 de dezembro de 2019, que aprova os critérios e procedimentos específicos para atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM no âmbito do Ministério da Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º-A, § 7º, da Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 64536.009917/2018-41, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa nº 109/GM-MD, de 3 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.12.....

§ 1º.....

I - .....

II - Comando da Marinha em 1º de dezembro e encerrando-se em 30 novembro de cada ano;

III - Comando da Aeronáutica em 1º de junho e encerrando-se em 31 de maio de cada ano.

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AZEVEDO E SILVA

COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 156/DGCEA, DE 11 DE JULHO DE 2020

Alterar a redação do artigo 15, do Anexo I da portaria DECEA n° 156/DGCEA, de 17 de setembro de 2019.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO, de conformidade com o previsto no art. 19, inciso I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, no uso das atribuições que lhe concede o inciso IV do artigo 10 do Regulamento do DECEA, aprovado pela Portaria nº 2.030/GC3, de 22 de novembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973 e suas alterações posteriores, e na Lei nº 7.565, de 19 dezembro de 1986, e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 932/GC5, de 23 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1° Alterar a redação do artigo 15 do Anexo I da Portaria DECEA n° 156/DGCEA, de 17 de setembro de 2019, publicada na Seção 1, página 10, do DOU n° 183, de 20 de setembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. A formalização do parcelamento especial, de que trata o artigo 13, § 2°, do Anexo I a esta Portaria, fica condicionada à apresentação, pelo interessado, de garantia compatível com o débito, da seguinte forma:

I - Garantia Fidejussória, que poderá ser prestada por fiança bancária, seguro-garantia ou fiança pessoal prestada por pessoa física ou jurídica com capacidade de pagamento compatível com o compromisso a ser assumido; ou

II - Garantia Real, a qual deverá incidir sobre bens imóveis ou sobre outros bens ou direitos sujeitos a registro público ou decorrentes de contratos administrativos.

§ 1º Para análise da garantia ofertada administrativamente, o requerimento deverá ser instruído com a documentação estabelecida no artigo 17, do Anexo I a esta Portaria, além de declaração firmada pelo devedor, sob as penas da lei, de que a garantia apresentada não foi oferecida e aceita em outro parcelamento eventualmente existente.

§ 2º Para formalização da garantia administrativa de natureza real sobre os bens ou direitos sujeitos a registro público, serão aceitas as seguintes modalidades:

I - hipoteca, no caso de imóveis;

II - penhor, nos demais casos.

§ 3º Os custos necessários para avaliação, formalização e registro das garantias correram às expensas do requerente."

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Ten Brig Ar HERALDO LUIZ RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.165, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Divulga seleção de proposta do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02), apresentada pela Prefeitura de Campo Grande-MS no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Setor Público.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das competências que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, c/c com os artigos 29, 57, inciso IV, e 76 da Lei n.13.844, de 18 de junho de 2019, c/c o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 e com o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n. 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte),

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa n. 16, de 10 de julho de 2018, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02), apresentada no âmbito do Pró-Transporte,

CONSIDERANDO que a proposta cumpriu as etapas de enquadramento prévio e validação, respectivamente realizadas pelo Gestor da Aplicação e pelo Agente Financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do Anexo desta Portaria, a seleção da proposta da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, apresentada no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 02).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 02) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

Proponente	Protocolo	Objeto	Agente Financeiro	Valor de Financiamento
Campo Grande-MS	4007.2.1405/2019	Corredores de Ônibus com Faixa Exclusiva	Caixa Econômica Federal	R$ 91.334.232,00

PORTARIA Nº 2.166, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Divulga a seleção das propostas do Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentadas pelas Prefeituras Municipais de Novo Santo Antônio-PI e Goiatuba-GO, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), setor público e da outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das competências que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, c/c com os artigos 29, 57, inciso IV, e 76 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, c/c o art. 6º da Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990 e com o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), aprovado pelo Decreto n. 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n. 1.522, de 13 de junho de 1995,

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa n. 27, de 11 de julho de 2017, que regulamentou a reformulação do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte),

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa n. 28, de 11 de julho de 2017 e suas alterações, que estabeleceu procedimento específico de enquadramento e seleção de proposta de operação de crédito no Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01), apresentada no âmbito do Programa Pró-Transporte,

CONSIDERANDO que as propostas cumpriram as etapas de enquadramento prévio e validação pelo Agente Financeiro, resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do Anexo desta Portaria, a seleção das propostas das Prefeituras Municipais de Novo Santo Antônio-PI e Goiatuba-GO, apresentadas no âmbito do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana (Grupo 01).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

ANEXO

SELEÇÃO AVANÇAR CIDADES - MOBILIDADE URBANA (GRUPO 01) - PRÓ-TRANSPORTE - SETOR PÚBLICO

Município	UF	Protocolo	Objeto da Proposta	Agente Financeiro	Valor do Financiamento (R$)
Novo Santo Antônio	PI	3407.24.0606/2018	Obras de Qualificação Viária e Elaboração de Estudos e Projetos	Caixa Econômica Federal	3.833.112,62
Goiatuba	GO	3354.24.2905/2018	Obras de Qualificação Viária e Elaboração de Estudos e Projetos	Caixa Econômica Federal	13.817.270,44

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.153, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.921, de 12 de agosto de 2019, que autorizou a transferência de recursos ao Estado de Santa Catarina, para ações de Defesa Civil, para até 10/10/2020.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.161, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Arroio do Meio - RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Arroio do Meio-RS, no valor de R$ 1.004.909,23 (um milhão, quatro mil novecentos e nove reais e vinte e três centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004479/2020-42.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.163, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Moreno - PE, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Moreno-PE, no valor de R$ 353.895,10 (trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e noventa e cinco reais e dez centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59000.004209/2019-11.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2019NE000275 e 2020NE000467, Programas de Trabalho: 06.182.2040.8348.0026 e 06.182.2218.8348.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100 e 188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.164, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Peixoto de Azevedo - MT, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Peixoto de Azevedo-MT, no valor de R$ 1.050.570,08 (um milhão, cinquenta mil quinhentos e setenta reais e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.001941/2018-25.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2018NE000550, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.168, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Imbé de Minas - MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Imbé de Minas-MG, no valor de R$ 814.260,19 (oitocentos e quatorze mil duzentos e sessenta reais e dezenove centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.003550/2020-60.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000265, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso III, do Anexo I da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a Diretoria Colegiada, em sua 799ª Reunião Administrativa Ordinária, realizada em 10 de agosto de 2020, resolveu:

Art. 1º Determinar que, em atendimento ao art. 4º § 1º, do Anexo I da Resolução nº 76/2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, a supervisão das Unidades Organizacionais - UORGs seja exercida pelos Diretores, nos termos a seguir:

I. Área de Gestão de Recursos Hídricos - AG:	RICARDO MEDEIROS DE ANDRADE
I.1 Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS	
I.2 Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP.	
II. Área de Planejamento - AP:	MARCELO CRUZ
II.1 Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR;	
II.2 Superintendência de Tecnologia da Informação - STI.	
III. Área de Regulação - AR:	OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO
III.1 Superintendência de Regulação - SRE;	
III.2 Superintendência de Fiscalização - SFI.	
IV. Área de Hidrologia - AH:	RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
IV.1 Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH	
IV.2 Superintendência de Operações e Eventos Críticos - SOE	
V. Área de Administração - AA:	CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
V.1 Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF.	

Art. 2º Revogar a Resolução nº 5, de 17 de fevereiro de 2020, publicada no DOU, em 21 de fevereiro de 2020, seção 1, página 48.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

PORTARIA Nº 220, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 115, incisos III e XIII, do Anexo I, da Resolução nº 76, de 25 de setembro de 2019, publicada no DOU de 14 de outubro de 2019, Seção 1, pág. 11, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 796ª Reunião Ordinária, realizada em 20 de julho de 2020, e com base nos elementos constantes nos processos nº 02501.004478/2019-10 e nº 02501.000725/2020-34, resolveu:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), para o biênio de 2020 a 2021, disponível no endereço: https://www.ana.gov.br/acesso-a-informacao/tecnologia-da-informacao.

Art. 2º A implementação e a adequação dos instrumentos de governança acima são atividades continuadas a serem desenvolvidas pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), acompanhadas no âmbito do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e aprovadas pela Diretoria Colegiada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

Ministério da Economia

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 1 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO

1 - Processo nº: 10880.995198/2011-50 - Recorrente: ACTIVE COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10680.005133/2003-75 - Recorrente: AES FORCA EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13896.906878/2012-15 - Recorrente: CIMCORP COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10950.905998/2009-00 - Recorrente: CURTUME PANORAMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10950.905999/2009-46 - Recorrente: CURTUME PANORAMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10980.909289/2008-57 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.909288/2008-11 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10980.909295/2008-12 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.909290/2008-81 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10980.905526/2008-19 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10980.908153/2008-20 - Recorrente: EMPRESA AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS DO PARANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10945.004275/2007-91 - Recorrente: FRONTEIRA OUTDOOR EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11080.724497/2010-17 - Recorrente: NELCIO J. PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13002.000102/2010-37 - Recorrente: PSITY PRESENTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.720408/2010-55 - Recorrente: RV-PRESTADORA DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 1 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO JOSE LUZ DE MACEDO
16 - Processo nº: 10680.909861/2008-62 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10680.909862/2008-15 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10680.906553/2008-85 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10680.909860/2008-18 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10680.903321/2008-75 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10680.909859/2008-93 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10680.906555/2008-74 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10680.906554/2008-20 - Recorrente: SORH - SERVICO TEMPORARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11030.000002/2008-23 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: TECIDOS E CONFECCOES POLETTO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
25 - Processo nº: 10580.007737/2002-01 - Recorrente: AMV CONSULTORIA E PROM DE EVENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13609.001439/2010-32 - Recorrente: C I SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13609.001441/2010-10 - Recorrente: CERA FRASCOS SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13609.001440/2010-67 - Recorrente: CERA SERVICE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13609.000229/2011-16 - Recorrente: CLEUZA MARIA MARQUES GUIMARAES-ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10380.731543/2012-41 - Recorrente: CONSOVI COMERCIAL DE SOM E VIDEO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
31 - Processo nº: 10840.721376/2013-46 - Recorrente: DESTAK DIESEL BOMBAS INJETORAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 13807.000892/2004-47 - Recorrente: DRILLER TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 19647.017818/2008-50 - Recorrente: ELIANE & SILVIO LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13971.004665/2009-01 - Recorrente: GHS TEXTIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 12269.000754/2010-88 - Recorrente: GOMES & CORTINA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10730.732890/2012-73 - Recorrente: HIDRAUTEC RIO REPAROS NAVAIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 13609.001438/2010-98 - Recorrente: INGLEZA LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13609.000524/2011-64 - Recorrente: JOAO BARBOSA NEPOMUCENO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10320.722605/2012-38 - Recorrente: LINHARES E CASTRO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11516.001858/2006-00 - Recorrente: MAURILIA TEREZINHA PEREIRA DE OLIVEIRA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 15504.018304/2010-18 - Recorrente: MOCHILAS ESCOLARE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13609.001437/2010-43 - Recorrente: NEWWAX SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10480.720161/2010-00 - Recorrente: PAPERPLAY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13963.000010/2007-93 - Recorrente: PREVIMEC INDUSTRIA COMERCIO PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 15553.721448/2012-23 - Recorrente: SANITARIA MARBELLA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): RAFAEL ZEDRAL
46 - Processo nº: 13841.000605/2008-14 - Recorrente: SERVEMAC - COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13609.001436/2010-07 - Recorrente: SERVLOG SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 19515.001223/2010-01 - Recorrente: SOCIEDADE DE INSTRUCAO E BENEFICENCIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11060.003191/2010-53 - Recorrente: SOS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA. ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 18239.007051/2008-08 - Recorrente: TORRES DE PARIS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13609.001435/2010-54 - Recorrente: UAU SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA
52 - Processo nº: 11080.724765/2010-92 - Recorrente: COLAFIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10660.720142/2010-57 - Recorrente: DIAUTO - DIAS AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13811.726609/2012-51 - Recorrente: EMBASD DECORACOES S/C LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10935.720316/2013-57 - Recorrente: R. R RODRIGUES COMERCIO DE OCULOS - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10830.725680/2012-09 - Recorrente: GESTAC - GESTAO ASSESSORIA E ADMINISTRACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13681.000279/2010-31 - Recorrente: GRAFITEX COMERCIO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13681.000280/2010-66 - Recorrente: JANAUBA IRRIGACAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19679.017889/2003-71 - Recorrente: LEADER TECH COMERCO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10675.723021/2012-60 - Recorrente: RELOJOARIA SANTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): AILTON NEVES DA SILVA
61 - Processo nº: 13603.000895/2007-10 - Recorrente: APLICAR CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13971.000520/2006-81 - Recorrente: RODOCIMECAR TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10980.009638/2006-77 - Recorrente: SELECTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10804.000151/2011-27 - Recorrente: SIGN ASSESSORIA COMERCIAL LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10875.720403/2013-66 - Recorrente: SOFTEST EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13706.003178/2004-49 - Recorrente: TAVARES AZEVEDO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13558.000272/2010-35 - Recorrente: CHURRASCARIA E LANCHONETE SAMARINO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13628.000805/2010-16 - Recorrente: NEWCODE CONSULTORIA TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13888.002805/2008-67 - Recorrente: S & P MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL DE AMERICANA LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11634.001551/2010-31 - Recorrente: SALUSTIANO & SALUSTIANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13973.000630/2007-11 - Recorrente: SERVICE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS
72 - Processo nº: 10980.907741/2009-27 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10980.910192/2009-78 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 11080.924291/2009-43 - Recorrente: CRP COMPANHIA DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 11080.924292/2009-98 - Recorrente: CRP COMPANHIA DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DAYAN DA LUZ BARROS
76 - Processo nº: 10880.687354/2009-97 - Recorrente: MAPOL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.919963/2009-11 - Recorrente: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10880.913733/2010-81 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.911845/2011-89 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.923627/2011-97 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10880.936511/2011-18 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10880.936512/2011-62 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10880.960519/2011-03 - Recorrente: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10980.907197/2010-57 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10980.909747/2010-72 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10980.916147/2010-61 - Recorrente: GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10783.909492/2012-36 - Recorrente: SERTRADING (BR) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11080.901327/2014-88 - Recorrente: CRP COMPANHIA DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11080.904113/2014-63 - Recorrente: CRP COMPANHIA DE PARTICIPACOES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11030.905184/2016-31 - Recorrente: LONGO SERVICOS DIVERSOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10384.720790/2017-96 - Recorrente: NEIDA MARQUES FERNANDES & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

AILTON NEVES DA SILVA
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

3ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 1 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA
1 - Processo nº: 10166.728776/2011-10 - Recorrente: CREDENT-CLINICA DE REABILITACAO ESTETICA DENTARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10670.003373/2008-69 - Recorrente: FREITAS SOUZA & SOUZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10670.003378/2008-91 - Recorrente: FREITAS SOUZA & SOUZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10670.003379/2008-36 - Recorrente: FREITAS SOUZA & SOUZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10670.003380/2008-61 - Recorrente: FREITAS SOUZA & SOUZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10670.003381/2008-13 - Recorrente: FREITAS SOUZA & SOUZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10680.913100/2009-96 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10680.913114/2009-18 - Recorrente: ARCELORMITTAL INOX BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10830.000453/2005-30 - Recorrente: MOTOVELOZ VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10830.912878/2009-17 - Recorrente: KARCHER INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10830.913129/2012-11 - Recorrente: KARCHER INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10845.720080/2010-15 - Recorrente: SANTOS CLINICA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 1 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CARMEN FERREIRA SARAIVA
13 - Processo nº: 10980.907944/2009-13 - Recorrente: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10480.901911/2010-34 - Recorrente: GRUPONOVE COMUNICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13603.900090/2009-30 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13603.900167/2008-91 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13603.900183/2008-83 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13603.900199/2008-96 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13603.909385/2009-71 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13603.900189/2008-51 - Recorrente: S P DATA SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DAD e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
21 - Processo nº: 19515.002125/2006-04 - Recorrente: AMACE BAR E RESTAURANTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13963.000524/2006-68 - Recorrente: SIDERTEX INDUSTRIA E COMERCIO DO VESTUARIO LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10120.013785/2008-33 - Recorrente: BIO FARMACIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13707.004211/2008-71 - Recorrente: PANIFICACAO SAO BRAZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
25 - Processo nº: 11060.002082/2009-85 - Recorrente: PEREIRA & PERIPOLLI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11080.724395/2010-93 - Recorrente: GIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS E CONFECCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11052.001315/2010-65 - Recorrente: EURO COLCHOES LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10240.720230/2012-61 - Recorrente: ANTI-ROUBO SEGURANCA ELETRONICA LTDA - ME. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10811.720281/2012-71 - Recorrente: O.Z. BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 12448.728328/2012-66 - Recorrente: ORGANIZACAO CONTABIL FELIX LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 12448.730771/2012-05 - Recorrente: SIQUEIRAS EDITORA E COMERCIO DE SOM LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10830.726567/2012-32 - Recorrente: S.P.I. COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMES LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10980.728226/2012-88 - Recorrente: USIFRESA USINAGEM LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13899.720822/2012-37 - Recorrente: PESTILHO ESSENCIAL DESIGN GESSO E PINTURA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10280.003842/2012-10 - Recorrente: LIMAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10660.723353/2012-11 - Recorrente: M.L.G. MONIZ DE ARAGAO EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): BARBARA SANTOS GUEDES
37 - Processo nº: 13295.720237/2012-36 - Recorrente: CERAMICA LIAMAR LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13766.721397/2012-17 - Recorrente: ENCOPEL COMERCIO DE AMBALAGENS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11610.721652/2013-42 - Recorrente: STEK VIDEO ELETRONICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10882.720858/2013-92 - Recorrente: PAMELLA NUNES DA SILVA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13864.720104/2013-49 - Recorrente: SUTUREX DO BRASIL COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICO - CIRURGICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13116.722255/2013-02 - Recorrente: R & A MONTAGENS INDUSTRIAIS - EIRELI - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10380.729693/2013-75 - Recorrente: CLAUDIO PEDROSA TELES - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13046.720002/2014-48 - Recorrente: VITORIA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 16062.720114/2014-99 - Recorrente: SUTUREX DO BRASIL COMERCIO DE INSTRUMENTOS MEDICO - CIRURGICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.924902/2011-90 - Recorrente: TPA6 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.927584/2011-19 - Recorrente: TPA6 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
48 - Processo nº: 10880.925803/2014-78 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.925805/2014-67 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.925806/2014-10 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.928621/2012-97 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.938796/2013-93 - Recorrente: BECOAL PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10120.902868/2011-02 - Recorrente: FERTIVERDE COM E REPRES DE PROD AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10120.904875/2010-50 - Recorrente: FERTIVERDE COM E REPRES DE PROD AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10120.910988/2009-51 - Recorrente: FERTIVERDE COM E REPRES DE PROD AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10120.910989/2009-03 - Recorrente: FERTIVERDE COM E REPRES DE PROD AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10120.911265/2009-79 - Recorrente: FERTIVERDE COM E REPRES DE PROD AGROPECUARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10880.901125/2009-91 - Recorrente: GSS - CENTRO DE SERVICOS COMPARTILHADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10880.957936/2009-46 - Recorrente: GSS - CENTRO DE SERVICOS COMPARTILHADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MAURITANIA ELVIRA DE SOUSA MENDONCA
60 - Processo nº: 13839.913312/2009-11 - Recorrente: IRMAOS BOA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10384.720803/2009-17 - Recorrente: MARCHAO MECANICA E ENGENHARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10384.720804/2009-61 - Recorrente: MARCHAO MECANICA E ENGENHARIA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10825.901267/2013-07 - Recorrente: RIACHO SERVICOS FLORESTAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10825.901268/2013-43 - Recorrente: RIACHO SERVICOS FLORESTAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WILSON KAZUMI NAKAYAMA
65 - Processo nº: 11610.016001/2008-70 - Recorrente: ASSESSOTEC EDITORA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13603.901644/2011-31 - Recorrente: ESTAMPARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13603.901645/2011-85 - Recorrente: ESTAMPARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13603.901762/2011-49 - Recorrente: ESTAMPARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13603.904386/2011-44 - Recorrente: ESTAMPARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13603.906435/2009-69 - Recorrente: ESTAMPARIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.916862/2008-15 - Recorrente: TRADEMIX BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.916863/2008-51 - Recorrente: TRADEMIX BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13888.903751/2012-35 - Recorrente: OFFICE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARMEN FERREIRA SARAIVA
Presidente da 3ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

4ª CÂMARA

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 1 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN
1 - Processo nº: 16151.000060/2006-32 - Recorrente: FISCO SOFT EDITORA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13807.007128/2006-64 - Recorrente: AFIM SERVICOS GRAFICOS LTDA-ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13971.001433/2003-06 - Recorrente: REBELMAR CONSERTOS ELETRICOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16151.000250/2006-50 - Recorrente: ESFIHA CEDRO DO LIBANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.001612/2008-11 - Recorrente: HARMONIA COMERCIO DE RECICLAVEIS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 18470.726209/2011-97 - Recorrente: COLEGIO CASTRO E SILVA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13964.000545/2009-16 - Recorrente: METALURGICA LATINO AMERICANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13851.720192/2011-66 - Recorrente: MRM COMERCIO DE PRODUTOS METALURGICOS E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 16542.002567/2008-99 - Recorrente: METALURGICA OCAM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13887.000608/2008-13 - Recorrente: KELLY CRISTINA VIVEIRO LEIVA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13839.723587/2012-60 - Recorrente: SERGIO L F PALHARES REPRESENTACOES SC LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13964.000348/2009-05 - Recorrente: SAMIR UTHMAN - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13971.001892/2010-19 - Recorrente: TRANSPORTES EXECUTIVO LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13888.002429/2002-15 - Recorrente: ENGEHIDRO EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS PIRACICABA LTDA. EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13894.001048/2004-00 - Recorrente: COLEGIO INTEGRADO LUMBINI SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13004.000069/2009-91 - Recorrente: GRANITO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10980.011691/2007-19 - Recorrente: KILOUCA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 1 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANDREA MACHADO MILLAN
18 - Processo nº: 11634.001524/2010-68 - Recorrente: SALUSTIANO SERVICOS E MANUTENCAO DE FERROVIAS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10907.002440/2008-15 - Recorrente: IVO PADILHA LEANDRO & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10980.008305/2009-73 - Recorrente: KOBRA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19647.001240/2004-96 - Recorrente: PROJESOL ISOLAMENTOS TERMICOS E ACUSTICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10825.722313/2011-33 - Recorrente: MAITETXUMIA COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13890.000495/2010-11 - Recorrente: J. S. G. PAVAN EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10845.002728/2010-78 - Recorrente: C A CUBATAO INFORMATICA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13876.720575/2012-37 - Recorrente: PUBLICENTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10120.722294/2013-44 - Recorrente: CENTRO VER PRODUTOS OPTICOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13629.720859/2012-45 - Recorrente: AKRED & CIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13840.000707/2010-56 - Recorrente: IMAGRIL - ITAPIRA MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
29 - Processo nº: 16151.000416/2006-38 - Recorrente: KOINONIA PROPAGANDA E PRODUCOES SC LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16151.000065/2009-16 - Recorrente: ACODISA COM PRODS SIDERURGICOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 13963.000437/2006-19 - Recorrente: ROSCEL INDUSTRIA DO VESTUARIO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15467.001230/2010-66 - Recorrente: GARAGEM RIO COMPRIDO LTDA ME. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10166.900468/2012-17 - Recorrente: BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10768.008746/2003-02 - Recorrente: BOTELHO IND E DISTRIB CINEMATOGRAFICA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
35 - Processo nº: 15467.000768/2009-10 - Recorrente: PREMIERA CALCADOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13047.000296/2010-54 - Recorrente: SEERVES SERVICOS ESPECIAIS DE COSTURA LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10940.002348/2008-31 - Recorrente: RENATO MENDES - TRANSPORTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10166.911838/2009-38 - Recorrente: BSB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGURO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 13876.001588/2008-27 - Recorrente: CPL SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA. - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10830.014046/2010-77 - Recorrente: TEX PRINT INDUSTRIAS QUIMICAS E TEXTEIS LTDA. EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13887.000609/2008-68 - Recorrente: NASCIMENTO & ROSSETTI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10855.002453/2009-10 - Recorrente: H.H. SIMOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 13106.000834/2010-69 - Recorrente: LUME LIGHT PRO ATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE LUMINOSOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 13819.000641/2011-52 - Recorrente: SURCOM INTERNACIONAL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11844.000165/2010-56 - Recorrente: FAVARO CONTABIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10940.720269/2012-91 - Recorrente: PONTAPLAC COMERCIO DE COMPENSADOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13971.004688/2010-41 - Recorrente: CENTRO EDUCACIONAL CULTURA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13827.003063/2008-10 - Recorrente: ELETRODIESEL JAHU LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 11618.007005/2008-97 - Recorrente: CRUZEIRO VIAGEME TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13886.001920/2008-34 - Recorrente: TAPECARIA AMERICANA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13822.000532/2008-81 - Recorrente: IRRIGA-PLUS SISTEMAS DE IRRIGACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 15504.003166/2011-45 - Recorrente: LOCACERTA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 2 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA
53 - Processo nº: 13106.000843/2010-50 - Recorrente: MAIS MIDIA DIGITAL SUPRIMENTOS E COMUNICACAO VISUAL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13106.000847/2010-38 - Recorrente: GALVOACO INDUSTRIA E COMERCIO DE TELHAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 11516.000869/2011-21 - Recorrente: MERCEARIA PONTO FINAL LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10320.720360/2013-95 - Recorrente: A M S INDUSTRIA E COMERCIO DE VELAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10480.734055/2012-67 - Recorrente: SANTOS DIAS TRANSPORTES DE CARGAS E PASSAGEIROS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10480.720431/2014-06 - Recorrente: ELLO-PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10680.934093/2009-66 - Recorrente: PRAIAMAR TRANSPORTES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
60 - Processo nº: 10120.911459/2009-74 - Recorrente: DMW PROPAGANDA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10140.903989/2011-25 - Recorrente: NET CAMPO GRANDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10140.900991/2013-12 - Recorrente: NET CAMPO GRANDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10140.903990/2011-50 - Recorrente: NET CAMPO GRANDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10140.903853/2011-15 - Recorrente: NET CAMPO GRANDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10945.900687/2010-59 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10945.900688/2010-01 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10945.904254/2009-39 - Recorrente: DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 12719.721067/2012-16 - Recorrente: IVONETE VIEIRA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANDRE SEVERO CHAVES
69 - Processo nº: 10880.916460/2008-11 - Recorrente: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10183.725215/2012-31 - Recorrente: A. TOIGO - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13874.720086/2013-86 - Recorrente: CONSULTOR SERVICOS CONTABEIS S/S LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 18470.731144/2012-82 - Recorrente: MINISTRO E ROMERO COMERCIO DE CALCADOS EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13956.720253/2013-89 - Recorrente: PRO CURSOS UMUARAMA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.916461/2008-57 - Recorrente: BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13971.720755/2013-11 - Recorrente: UDOMAR PAUPITZ - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13876.720564/2012-57 - Recorrente: MASILAR INDUSTRIA GRAFICA EIRELI - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10935.722781/2013-22 - Recorrente: ARTALE, LINHAM E CIA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13962.720081/2013-64 - Recorrente: D K CALCADOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10830.726576/2012-23 - Recorrente: VANESSA LIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13840.000225/2009-62 - Recorrente: COMPANHIA DE IMOVEIS,INTERMEDIACAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS E CONDOMINIOS S/S LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10166.730717/2013-73 - Recorrente: HOTEL SAINT PETER SERVICOS DE HOTELARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15374.920313/2008-71 - Recorrente: NOVACOM COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SERGIO ABELSON
83 - Processo nº: 10120.721524/2013-58 - Recorrente: DISCOMETAL IND E COM DE MAQUINAS E METAIS PERF LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 16624.001898/2010-16 - Recorrente: DOMINIUM MATERIAIS HIDRAULICOS E FERRAGENS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13603.723709/2012-81 - Recorrente: ELETROTECNICA GERATON LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 3 de Setembro de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SERGIO ABELSON
86 - Processo nº: 13011.720135/2013-31 - Recorrente: ERIK VINICIUS VIEIRA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10825.722640/2012-76 - Recorrente: FARIAS E FREITAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11543.001372/2006-36 - Recorrente: H P HOTEIS E TURISMO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10640.722704/2012-05 - Recorrente: IFC JF 01 SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13983.720069/2011-40 - Recorrente: IFESC - INSTITUTO DE FORMACAO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13822.000170/2010-42 - Recorrente: INDUSTRIA DE ALIMENTOS DONANA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10811.720244/2012-63 - Recorrente: IRAIDE DE SOUZA NOVAES ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 13116.720345/2013-51 - Recorrente: JK - PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13631.720146/2013-13 - Recorrente: JOSE RUBEM SIQUEIRA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10640.723463/2012-11 - Recorrente: JUIZ DE FORA INDEPENDENCIA POINT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10166.013765/2008-36 - Recorrente: LAVANDERIA MEDIANEIRA LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10925.002454/2008-11 - Recorrente: MECANICA ELOI LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13986.720275/2012-19 - Recorrente: MOTEIS CAMINHOS DO AMOR LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13922.720011/2013-82 - Recorrente: RODRIGUES & BELLOTO LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 18470.726216/2011-99 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL ATIVIDADE LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13011.720469/2012-23 - Recorrente: SUL PEDRAS DECORATIVAS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 13227.000651/2002-67 - Recorrente: DONIZETE GRACIANO DISTRIBUIDORA DE MOTO PECAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

SERGIO ABELSON
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção do CARF

3ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10283.000577/2011-15 (item 04) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 05 a 20. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 05 a 20, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10983.902720/2012-91 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 67. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 59 a 67, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10880.950468/2015-27 (item 104) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 105 a 110. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 105 a 110, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
1 - Processo nº: 13433.000321/2009-11 - Recorrente: MARICULTURA TROPICAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10680.011158/2006-51 - Recorrente: VIACAO PRESIDENTE LAFAIETE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10680.011160/2006-20 - Recorrente: VIACAO PRESIDENTE LAFAIETE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
4 - Processo nº: 10283.000577/2011-15 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
5 - Processo nº: 10283.003491/2011-36 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10283.004810/2009-14 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10283.005735/2010-34 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10283.007123/2010-86 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 12266.720225/2012-96 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 12266.720267/2014-99 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 12266.720377/2014-51 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 12266.720386/2011-07 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 12266.720778/2012-49 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 12266.720916/2013-71 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 12266.720953/2014-60 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 12266.721120/2012-54 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 12266.721170/2012-31 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 12266.721171/2012-86 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 12266.721497/2012-11 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 12266.721551/2012-11 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
21 - Processo nº: 12266.720172/2014-75 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 12266.721575/2013-51 - Recorrente: GEODIS GERENCIAMENTO DE FRETES DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
23 - Processo nº: 10510.904363/2009-66 - Recorrente: SULNORTE SERVICOS MARITIMOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13820.001186/2002-82 - Recorrente: SUPER DIESEL SAO CAETANO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10945.006425/2004-58 - Recorrente: SUPERMERCADO TRENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
26 - Processo nº: 10283.901888/2009-71 - Recorrente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10283.901199/2012-61 - Recorrente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAERCIO CRUZ ULIANA JUNIOR
28 - Processo nº: 19515.002269/2006-52 - Embargante: HEIDENHAIN BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 13839.001865/2002-52 - Recorrente: IRMAOS LUCHINI S A COMERCIAL AUTO PECAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
30 - Processo nº: 15374.902506/2009-21 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15374.902507/2009-75 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15374.902508/2009-10 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 15374.966551/2009-11 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 15374.966552/2009-58 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15374.966553/2009-01 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15374.918170/2009-18 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15374.933052/2009-30 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
38 - Processo nº: 11080.903741/2017-74 - Recorrente: KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.903742/2017-19 - Recorrente: KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11128.002223/2005-12 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
41 - Processo nº: 16349.000188/2009-31 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 16349.000190/2009-19 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16349.000201/2009-52 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 16349.000211/2009-98 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
45 - Processo nº: 12448.928177/2011-63 - Recorrente: EMPRESA CARIOCA DE PRODUTOS QUIMICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
46 - Processo nº: 15374.917036/2009-08 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15374.917037/2009-44 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 15374.917039/2009-33 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10380.002303/2007-78 - Recorrente: COMERCIAL INTERCONTINENTAL PROD LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
50 - Processo nº: 10909.001643/2004-32 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10909.003982/2005-34 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10909.003983/2005-89 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10909.003984/2005-23 - Recorrente: DETROIT BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
54 - Processo nº: 10880.904168/2008-47 - Recorrente: TECHWARE SYSTEMS COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10880.916919/2006-14 - Recorrente: TECHWARE SYSTEMS COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10880.916920/2006-31 - Recorrente: TECHWARE SYSTEMS COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10880.916921/2006-85 - Recorrente: TECHWARE SYSTEMS COMERCIO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
58 - Processo nº: 10983.902720/2012-91 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
59 - Processo nº: 10983.911643/2012-60 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10983.911648/2012-92 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10983.912390/2012-41 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10983.912915/2012-49 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10983.912916/2012-93 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10983.912917/2012-38 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10983.912918/2012-82 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10983.912920/2012-51 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10983.912921/2012-04 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
68 - Processo nº: 10983.902490/2012-60 - Recorrente: PORTOBELLO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
69 - Processo nº: 13116.900254/2009-11 - Recorrente: AGRO-RUB AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
70 - Processo nº: 11618.000833/2006-32 - Recorrente: TEXNOR TEXTIL DO NORDESTE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10980.923603/2009-95 - Recorrente: VINICOLA CAMPO LARGO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10980.923618/2009-53 - Recorrente: ZANLORENZI BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
73 - Processo nº: 12898.000231/2009-91 - Recorrente: PROL ALIMENTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 12898.000232/2009-36 - Recorrente: PROL ALIMENTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
75 - Processo nº: 16327.901320/2009-82 - Recorrente: UNIBANCO COMPANHIA DE CAPITALIZACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 16327.901321/2009-27 - Recorrente: UNIBANCO COMPANHIA DE CAPITALIZACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
77 - Processo nº: 10380.008432/2005-16 - Recorrente: INDUSTRIA COM ALIMENT BEBIDAS DO NE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
78 - Processo nº: 11610.012558/2002-46 - Recorrente: ENGEFORM ENGENHARIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
79 - Processo nº: 12689.000086/2009-12 - Recorrente: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO CORREIA LIMA MACEDO
80 - Processo nº: 10880.726553/2009-28 - Recorrente: MOL (BRASIL) LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10921.000848/2008-66 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 11050.000237/2009-68 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 11050.000311/2009-46 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 11050.001183/2009-58 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11050.002454/2008-10 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10909.006512/2008-75 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11128.000581/2009-14 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11128.009346/2008-19 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11128.010145/2008-64 - Recorrente: MOL BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
90 - Processo nº: 10768.902280/2006-78 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10768.902281/2006-12 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
92 - Processo nº: 10680.016541/2005-14 - Recorrente: SIDERURGICA VALINHO SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10845.002160/2001-02 - Recorrente: TERMAQ TERRAPLENAGEM CONSTRUCAO CIVIL E ESCAVACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
94 - Processo nº: 13984.000822/2005-29 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13984.000823/2005-73 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13984.001507/2005-19 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13984.001508/2005-63 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 13984.720194/2011-40 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13984.720195/2011-94 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13984.720273/2011-51 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13984.720274/2011-03 - Recorrente: VOSSKO DO BRASIL ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
102 - Processo nº: 16403.000024/2007-41 - Recorrente: VECAL - VEICULOS CAMPOS GERAIS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
103 - Processo nº: 17747.001930/2006-53 - Recorrente: FREUDENBERG NAO TECIDOS LTDA. & CIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
104 - Processo nº: 10880.950468/2015-27 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
105 - Processo nº: 10880.950469/2015-71 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10880.950470/2015-04 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10880.950471/2015-41 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10880.950472/2015-95 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10880.950473/2015-30 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10880.950474/2015-84 - Recorrente: DOCES DOCELANDIA & VAZ EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
111 - Processo nº: 13804.000389/2002-50 - Recorrente: INSTITUTO JLMF DE ENSINO S/S LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
112 - Processo nº: 12898.000121/2009-20 - Recorrente: BARROSO FONTELLES, BARCELLOS, MENDONCA & ASSOCIADOS - ESCRITORIO DE ADVOCACIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
113 - Processo nº: 10920.002258/2007-05 - Recorrente: MADEIREIRA EK LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10920.002260/2007-76 - Recorrente: MADEIREIRA EK LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
115 - Processo nº: 10725.000837/2003-98 - Recorrente: USINA SAPUCAIA SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10380.005471/2002-19 - Recorrente: VICUNHA NORDESTE S.A INDUSTRIA TEXTIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
117 - Processo nº: 10380.007590/2003-89 - Recorrente: PRONTO SOCORRO INF LUIS FRANCA S/C LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10380.011079/2006-24 - Recorrente: PRONTO SOCORRO INFANTIL LUIZ FRANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
119 - Processo nº: 11040.000290/2010-11 - Recorrente: ABRAO DESPACHOS INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 19679.011048/2003-50 - Recorrente: COUROMODA FEIRAS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
121 - Processo nº: 10735.900870/2014-53 - Recorrente: UNIMED NOVA IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10735.900872/2014-42 - Recorrente: UNIMED NOVA IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
123 - Processo nº: 16682.903251/2011-17 - Recorrente: KOBE ELIJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 16682.904101/2011-21 - Recorrente: KOBE ELIJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 16682.904102/2011-75 - Recorrente: KOBE ELIJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 16682.904103/2011-10 - Recorrente: KOBE ELIJA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
127 - Processo nº: 10218.000417/2009-27 - Recorrente: IBL - IZABEL MADEIRAS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10218.000418/2009-71 - Recorrente: IBL - IZABEL MADEIRAS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10218.000419/2009-16 - Recorrente: IBL - IZABEL MADEIRAS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
130 - Processo nº: 10935.001323/2009-70 - Recorrente: MARINI INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10935.001324/2009-14 - Recorrente: MARINI INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10935.003462/2010-71 - Recorrente: MARINI INDUSTRIA DE COMPENSADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
133 - Processo nº: 16175.000061/2005-28 - Recorrente: TOP CLEAN COM. PROD. LIMP SERV CONS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
134 - Processo nº: 11080.005033/2006-13 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 11080.007395/2007-20 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 11080.007404/2007-82 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 11080.721636/2011-23 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 11080.721637/2011-78 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 11080.721831/2011-53 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 11080.721833/2011-42 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 11080.721836/2011-86 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 11080.722357/2009-62 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 11080.722358/2009-15 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 13004.000105/2004-11 - Recorrente: CMPC RIOGRANDENSE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): HELCIO LAFETA REIS
145 - Processo nº: 13899.001203/2001-97 - Recorrente: NICHIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCIO ROBSON COSTA
146 - Processo nº: 11065.000276/2007-34 - Recorrente: LATICINIOS IVOTI LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
147 - Processo nº: 10860.901963/2008-11 - Recorrente: ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10860.901978/2008-80 - Recorrente: ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara
da 3ª Seção do CARF

3ª CÂMARA

2º TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta; e

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4 - julgamento do Processo nº 11128.007197/2009-34 (item 03) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 04 a 07. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 04 a 07, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5 - julgamento do Processo nº 11128.007217/2009-77 (item 08) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 09 a 13. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 09 a 13, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6 - julgamento do Processo nº 11128.000386/2010-10 (item 14) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 15 a 18. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 15 a 18, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

7 - julgamento do Processo nº 11128.002370/2010-41 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 23. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 23, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

8 - julgamento do Processo nº 11128.724828/2012-89 (item 24) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 25 a 41. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 25 a 41, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

9 - julgamento do Processo nº 11128.727455/2014-60 (item 42) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 43 a 44. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 43 a 44, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

10 - julgamento do Processo nº 15771.726132/2014-15 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 51. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 51, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

11 - julgamento do Processo nº 15771.726882/2014-97 (item 52) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 53 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 53 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

12 - julgamento do Processo nº 12466.720506/2015-35 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 60. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 60, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

13 - julgamento do Processo nº 11128.720849/2017-30 (item 61) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 62 a 63. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 62 a 63, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

14 - julgamento do Processo nº 13971.907448/2012-62 (item 104) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 105 a 136. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos

repetitivos de que tratam os itens 105 a 136, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

15 - julgamento do Processo nº 10920.000089/2011-47 (item 137) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 138 a 150. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 138 a 150, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

16 - julgamento do Processo nº 10950.724431/2011-41 (item 154) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 155 a 163. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 155 a 163, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

17 - julgamento do Processo nº 10925.900109/2011-31 (item 164) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 165 a 169. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 165 a 169, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

18 - julgamento do Processo nº 10925.900097/2011-45 (item 170) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 171 a 179. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 171 a 179, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

19 - julgamento do Processo nº 10850.722076/2011-01 (item 180) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 181 a 190. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 181 a 190, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

20 - julgamento do Processo nº 10480.730257/2012-30 (item 191) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 192 a 220. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 192 a 220, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

21 - julgamento do Processo nº 10640.909560/2011-19 (item 232) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 233 a 242. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 233 a 242, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

22 - julgamento do Processo nº 10920.900410/2014-38 (item 243) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 244 a 251. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 244 a 251, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

23 - julgamento do Processo nº 10380.914046/2011-03 (item 252) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 253 a 258. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 253 a 258, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

24 - julgamento do Processo nº 10380.900483/2013-01 (item 259) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 260 a 271. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 260 a 271, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

25- julgamento do Processo nº 10835.720138/2011-21 (item 275) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 276 a 296. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 276 a 296, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

26- julgamento do Processo nº 10980.919701/2012-23 (item 301) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 302 a 311. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 302 a 311, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

27- julgamento do Processo nº 10925.901124/2011-05 (item 331) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 332 a 342. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 332 a 342, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

28- julgamento do Processo nº 10880.971816/2016-81 (item 364) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 365 a 377. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 365 a 377, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 01: Comércio exterior
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
1 - Processo nº: 10111.000567/2006-86 - Recorrente: UNIAO BRASILIENSE DE EDUCACAO E CULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
2 - Processo nº: 10730.001946/2007-87 - Recorrente: EXPRESS COMMODITIES 2005 COMERCIAL EXPOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
3 - Processo nº: 11128.007197/2009-34 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
4 - Processo nº: 11128.001052/2010-63 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11128.002887/2010-31 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11128.007029/2009-49 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11128.007218/2009-11 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
8 - Processo nº: 11128.007217/2009-77 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
9 - Processo nº: 11128.001879/2010-77 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11128.007245/2009-94 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 11128.007325/2009-40 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 11128.007379/2009-13 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11128.009612/2009-94 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
14 - Processo nº: 11128.000386/2010-10 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
15 - Processo nº: 11128.000565/2010-57 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 11128.000568/2010-91 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 11128.000574/2010-48 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 11128.002085/2010-21 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
19 - Processo nº: 11128.002370/2010-41 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
20 - Processo nº: 11128.000166/2010-96 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 11128.003063/2010-88 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 11128.007240/2009-61 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11128.008392/2009-81 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
24 - Processo nº: 11128.724828/2012-89 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
25 - Processo nº: 11128.720663/2013-57 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11128.721443/2013-41 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11128.721641/2013-12 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 11128.721793/2013-15 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11128.722004/2013-55 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 11128.722451/2013-12 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 11128.722452/2013-59 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 11128.722844/2013-18 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 11128.722850/2013-75 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 11128.723634/2013-47 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11128.723635/2013-91 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 11128.725302/2013-05 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 11128.725472/2013-81 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 11128.725557/2013-60 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11128.726719/2013-87 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11128.728414/2013-18 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 11128.729084/2013-70 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
42 - Processo nº: 11128.727455/2014-60 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
43 - Processo nº: 11128.724808/2015-51 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 12466.720935/2015-11 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
45 - Processo nº: 15771.726132/2014-15 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
46 - Processo nº: 15771.723565/2014-19 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 15771.724421/2014-80 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 15771.725715/2014-29 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 15771.726131/2014-71 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15771.726133/2014-60 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15771.726485/2014-15 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
52 - Processo nº: 15771.726882/2014-97 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
53 - Processo nº: 15771.725307/2015-58 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 15771.725316/2015-49 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 15771.726944/2014-61 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 15771.726945/2014-13 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
57 - Processo nº: 12466.720506/2015-35 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
58 - Processo nº: 12466.720528/2015-03 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 12466.720871/2015-40 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 12466.720939/2015-91 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
61 - Processo nº: 11128.720849/2017-30 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
62 - Processo nº: 11128.720684/2017-04 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 11128.721109/2017-11 - Recorrente: MAERSK BRASIL BRASMAR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 02: IOF
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
64 - Processo nº: 14098.720171/2014-35 - Recorrente: BORRACHAS DREBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 03: IPI/PIS/Cofins
65 - Processo nº: 10183.901232/2011-09 - Recorrente: BORRACHAS DREBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10183.901237/2011-23 - Recorrente: BORRACHAS DREBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10183.901236/2011-89 - Recorrente: BORRACHAS DREBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10183.901234/2011-90 - Recorrente: BORRACHAS DREBOR LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
69 - Processo nº: 10983.720084/2010-19 - Recorrente: CORGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10983.720087/2010-52 - Recorrente: CORGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10983.720088/2010-05 - Recorrente: CORGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10983.720090/2010-76 - Recorrente: CORGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10983.720091/2010-11 - Recorrente: CORGRAF INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
74 - Processo nº: 10467.900211/2006-14 - Embargante: JORNAL CORREIO DA PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
75 - Processo nº: 13502.900428/2014-59 - Recorrente: TECNOGRES REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10920.904715/2009-51 - Recorrente: TUPER S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10920.905699/2010-58 - Recorrente: TUPER S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10920.909150/2011-13 - Recorrente: TUPER S\A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
79 - Processo nº: 10510.001946/2010-77 - Recorrente: VIACAO HALLEY LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
80 - Processo nº: 10865.900540/2010-59 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10865.900541/2010-01 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10865.900542/2010-48 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10865.900543/2010-92 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10865.900544/2010-37 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10865.002201/2010-13 - Recorrente: LUMATEC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
86 - Processo nº: 13819.000611/2005-06 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13819.001240/2005-71 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13819.000914/2006-00 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13819.001350/2005-33 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 13819.001690/2005-64 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 13819.000612/2005-42 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13819.001239/2005-47 - Recorrente: ABC SISTEMAS E MODULOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
93 - Processo nº: 13609.720738/2011-51 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13609.720700/2011-88 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 13609.720727/2011-71 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13609.720103/2012-34 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 13609.720739/2011-03 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 13609.720691/2011-25 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 13609.720692/2011-70 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 13609.720701/2011-22 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13609.720729/2011-60 - Recorrente: COMPANHIA SETELAGOANA DE SIDERURGIA COSSISA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10235.720004/2009-54 - Recorrente: EDITORA GRAFICA DO AMAPA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10235.001528/2009-42 - Recorrente: EDITORA GRAFICA DO AMAPA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
104 - Processo nº: 13971.907448/2012-62 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13971.907449/2012-15 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 13971.907450/2012-31 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13971.907451/2012-86 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13971.907452/2012-21 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 13971.907453/2012-75 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 13971.907454/2012-10 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13971.907455/2012-64 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 13971.907456/2012-17 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 13971.907457/2012-53 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 13971.907458/2012-06 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 13971.907459/2012-42 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 13971.907460/2012-77 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 13971.907461/2012-11 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13971.907462/2012-66 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13971.907463/2012-19 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 13971.907464/2012-55 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13971.907465/2012-08 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 13971.907466/2012-44 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 13971.907467/2012-99 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13971.907468/2012-33 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13971.907470/2012-11 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13971.907472/2012-00 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 13971.907473/2012-46 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13971.907474/2012-91 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 13971.907475/2012-35 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13971.907476/2012-80 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13971.907477/2012-24 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13971.907478/2012-79 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 13971.907469/2012-88 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13971.907479/2012-13 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 13971.907471/2012-57 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 13971.907480/2012-48 - Recorrente: MALHARIA CRISTINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10920.000089/2011-47 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10920.000090/2011-71 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10920.000091/2011-16 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10920.000092/2011-61 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10920.000093/2011-13 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10920.000094/2011-50 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10920.000095/2011-02 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10920.000096/2011-49 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10920.000097/2011-93 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10920.000098/2011-38 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10920.000099/2011-82 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10920.000100/2011-79 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10920.000101/2011-13 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10920.000102/2011-68 - Recorrente: MASISA MADEIRAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
151 - Processo nº: 13019.000085/2005-91 - Recorrente: RASIP AGRO PASTORIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 11543.002309/2003-74 - Recorrente: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10380.504189/2004-73 - Recorrente: A SILVA PRACA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
154 - Processo nº: 10950.724431/2011-41 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
155 - Processo nº: 10950.724433/2011-30 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10950.724437/2011-18 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10950.724438/2011-62 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 10950.724441/2011-86 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 10950.724442/2011-21 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 10950.724444/2011-10 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 10950.906565/2011-88 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10950.906568/2011-11 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10950.906569/2011-66 - Recorrente: AGROPECUARIA AGUA AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
164 - Processo nº: 10925.900109/2011-31 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
165 - Processo nº: 10925.900110/2011-66 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 10925.900111/2011-19 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 10925.900112/2011-55 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 10925.900115/2011-99 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 10925.900116/2011-33 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
170 - Processo nº: 10925.900097/2011-45 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
171 - Processo nº: 10925.900098/2011-90 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 10925.900099/2011-34 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 10925.900100/2011-21 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 10925.900101/2011-75 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 10925.900102/2011-10 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 10925.900103/2011-64 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 10925.900104/2011-17 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 10925.900105/2011-53 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10925.900106/2011-06 - Recorrente: ANDREAZZA MADEIRAS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
180 - Processo nº: 10850.722076/2011-01 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
181 - Processo nº: 10850.722040/2011-10 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 10850.722042/2011-17 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 10850.722047/2011-31 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 10850.722052/2011-44 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 10850.722055/2011-88 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 10850.722067/2011-11 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 10850.722070/2011-26 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 10850.722080/2011-61 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 10850.722083/2011-03 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10850.722085/2011-94 - Recorrente: ANTONIO RUETTE AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
191 - Processo nº: 10480.730257/2012-30 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
192 - Processo nº: 10480.730215/2012-07 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 10480.730216/2012-43 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 10480.730217/2012-98 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 10480.730219/2012-87 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10480.730220/2012-10 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo nº: 10480.730221/2012-56 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10480.730222/2012-09 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10480.730223/2012-45 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10480.730225/2012-34 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10480.730227/2012-23 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10480.730228/2012-78 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10480.730230/2012-47 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10480.730231/2012-91 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10480.730233/2012-81 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10480.730234/2012-25 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10480.730240/2012-82 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10480.730241/2012-27 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10480.730244/2012-61 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10480.730245/2012-13 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10480.730246/2012-50 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10480.730247/2012-02 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10480.730248/2012-49 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10480.730249/2012-93 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10480.730250/2012-18 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10480.730252/2012-15 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10480.730253/2012-51 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10480.730254/2012-04 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10480.730255/2012-41 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo nº: 10480.730256/2012-95 - Recorrente: ARLINDO DA FONSECA LINS & CIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
221 - Processo nº: 10840.903968/2012-01 - Recorrente: AUTHOMATHIKA SISTEMAS DE CONTROLE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo nº: 10840.903967/2012-59 - Recorrente: AUTHOMATHIKA SISTEMAS DE CONTROLE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo nº: 10840.903969/2012-48 - Recorrente: AUTHOMATHIKA SISTEMAS DE CONTROLE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
224 - Processo nº: 10882.905746/2011-48 - Recorrente: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo nº: 10882.905747/2011-92 - Recorrente: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo nº: 10880.904091/2009-96 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo nº: 10880.904092/2009-31 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo nº: 10880.914602/2009-88 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo nº: 10880.925098/2009-41 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo nº: 10880.925099/2009-96 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo nº: 10880.925100/2009-82 - Recorrente: DR. OETKER BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
232 - Processo nº: 10640.909560/2011-19 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
233 - Processo nº: 10640.902434/2012-14 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo nº: 10640.902435/2012-51 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo nº: 10640.909558/2011-31 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo nº: 10640.909559/2011-86 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo nº: 10640.909561/2011-55 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo nº: 10640.909562/2011-08 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo nº: 10640.909563/2011-44 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo nº: 10640.909564/2011-99 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo nº: 10640.909565/2011-33 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo nº: 10640.909566/2011-88 - Recorrente: ESDEVA INDUSTRIA GRAFICA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
243 - Processo nº: 10920.900410/2014-38 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
244 - Processo nº: 10920.901612/2014-05 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo nº: 10920.901614/2014-96 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo nº: 10920.901616/2014-85 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo nº: 10920.901618/2014-74 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo nº: 10920.901619/2014-19 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo nº: 10920.901620/2014-43 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo nº: 10920.901622/2014-32 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo nº: 10920.901624/2014-21 - Recorrente: METALURGICA ZENKER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
252 - Processo nº: 10380.914046/2011-03 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
253 - Processo nº: 10380.914047/2011-40 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo nº: 10380.914048/2011-94 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo nº: 10380.914049/2011-39 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo nº: 10380.914050/2011-63 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo nº: 10380.914051/2011-16 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo nº: 10380.914052/2011-52 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
259 - Processo nº: 10380.900483/2013-01 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
260 - Processo nº: 10380.900484/2013-48 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo nº: 10380.900485/2013-92 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo nº: 10380.900487/2013-81 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo nº: 10380.900488/2013-26 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

264 - Processo nº: 10380.900492/2013-94 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo nº: 10380.900493/2013-39 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo nº: 10380.900494/2013-83 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo nº: 10380.900496/2013-72 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo nº: 10380.900498/2013-61 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo nº: 10380.900500/2013-01 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo nº: 10380.902513/2012-25 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo nº: 10380.902514/2012-70 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
272 - Processo nº: 13854.000169/2004-01 - Recorrente: PITANGUEIRAS ACUCAR E ALCOOL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo nº: 10840.002878/2003-01 - Recorrente: PITANGUEIRAS ACUCAR E ALCOOL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JORGE LIMA ABUD
274 - Processo nº: 10923.000117/2006-39 - Recorrente: AUTOMETAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
275 - Processo nº: 10835.720138/2011-21 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
276 - Processo nº: 10835.720128/2011-95 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo nº: 10835.720129/2011-30 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo nº: 10835.720130/2011-64 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo nº: 10835.720131/2011-17 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo nº: 10835.720132/2011-53 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo nº: 10835.720133/2011-06 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo nº: 10835.720134/2011-42 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo nº: 10835.720135/2011-97 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo nº: 10835.720136/2011-31 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo nº: 10835.720137/2011-86 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo nº: 10835.720139/2011-75 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo nº: 10835.720140/2011-08 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo nº: 10835.720141/2011-44 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo nº: 10835.720142/2011-99 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo nº: 10835.720143/2011-33 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo nº: 10835.720144/2011-88 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo nº: 10835.720145/2011-22 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo nº: 10835.720146/2011-77 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo nº: 10835.720147/2011-11 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo nº: 10835.720148/2011-66 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo nº: 10835.720149/2011-19 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
297 - Processo nº: 10835.720809/2015-87 - Recorrente: BIOENERGIA DO BRASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
298 - Processo nº: 10680.725544/2012-71 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
299 - Processo nº: 13971.000649/2005-16 - Recorrente: COMERCIO DE BEBIDAS PINDONAKO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
300 - Processo nº: 15889.000221/2010-97 - Recorrente: COMERCIO DE LUMINOSOS PERSONALIZADOS REGINA LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
301 - Processo nº: 10980.919701/2012-23 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
302 - Processo nº: 10980.902653/2013-15 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo nº: 10980.919700/2012-89 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo nº: 10980.919702/2012-78 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo nº: 10980.919703/2012-12 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo nº: 10980.919704/2012-67 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo nº: 10980.919705/2012-10 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo nº: 10980.919706/2012-56 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo nº: 10980.922310/2012-96 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo nº: 10980.922311/2012-31 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo nº: 10980.922312/2012-85 - Recorrente: DIGA LOGISTICA EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo nº: 11516.001209/2007-81 - Recorrente: DIMAS COM DE AUTOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
313 - Processo nº: 10166.016674/2002-67 - Recorrente: DOMINGUES COM E IND DE MAT P/CONSTRUCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
314 - Processo nº: 13896.909503/2012-07 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo nº: 13896.909505/2012-98 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo nº: 13896.909504/2012-43 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo nº: 13896.909502/2012-54 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo nº: 13896.909507/2012-87 - Recorrente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JORGE LIMA ABUD
319 - Processo nº: 12448.900287/2014-11 - Recorrente: GENERALI BRASIL SEGUROS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo nº: 12448.900285/2014-14 - Recorrente: GENERALI BRASIL SEGUROS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo nº: 12448.906114/2014-07 - Recorrente: GENERALI BRASIL SEGUROS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
322 - Processo nº: 10983.911456/2012-86 - Recorrente: INPLAC INDUSTRIA DE PLASTICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo nº: 10983.911460/2012-44 - Recorrente: INPLAC INDUSTRIA DE PLASTICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo nº: 10983.911461/2012-99 - Recorrente: INPLAC INDUSTRIA DE PLASTICOS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo nº: 10880.919820/2014-76 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo nº: 10880.919821/2014-11 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo nº: 10880.923386/2014-29 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo nº: 10880.995629/2012-69 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo nº: 10880.995630/2012-93 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo nº: 10880.995631/2012-38 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
331 - Processo nº: 10925.901124/2011-05 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
332 - Processo nº: 10925.901125/2011-41 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo nº: 10925.901126/2011-96 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo nº: 10925.901127/2011-31 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo nº: 10925.901128/2011-85 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo nº: 10925.901129/2011-20 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo nº: 10925.901130/2011-54 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo nº: 10925.901131/2011-07 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo nº: 10925.901132/2011-43 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo nº: 10925.901133/2011-98 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo nº: 10925.901134/2011-32 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo nº: 10925.901135/2011-87 - Recorrente: INDUSTRIA DE MADEIRAS FAQUEADAS IPUMIRIM SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
343 - Processo nº: 16004.000757/2008-69 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ESTRELA D'OESTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
344 - Processo nº: 10580.911934/2009-95 - Recorrente: JOTAGE ENGENHARIA COMERCIO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo nº: 10580.912675/2009-10 - Recorrente: JOTAGE ENGENHARIA COMERCIO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo nº: 10580.912676/2009-64 - Recorrente: JOTAGE ENGENHARIA COMERCIO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo nº: 10580.911933/2009-41 - Recorrente: JOTAGE ENGENHARIA COMERCIO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo nº: 10580.912674/2009-75 - Recorrente: JOTAGE ENGENHARIA COMERCIO E INCORPORACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
349 - Processo nº: 13603.908815/2009-38 - Recorrente: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo nº: 13603.908483/2009-91 - Recorrente: MAGNETI MARELLI SISTEMAS AUTOMOTIVOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
351 - Processo nº: 11610.002269/2002-39 - Recorrente: METALURGICA ANTONIO AFONSO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
352 - Processo nº: 13884.910052/2009-86 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo nº: 13884.909632/2009-21 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo nº: 13884.902534/2010-04 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo nº: 13884.909631/2009-86 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo nº: 13850.000086/2008-77 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo nº: 13884.901699/2012-12 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo nº: 13884.901740/2012-51 - Recorrente: MEXICHEM BIDIM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALKER ARAUJO
359 - Processo nº: 13982.000532/2010-62 - Recorrente: PALMASOLA S A MADEIRAS E AGRICULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo nº: 10925.001445/2007-13 - Recorrente: PALMASOLA S A MADEIRAS E AGRICULTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
361 - Processo nº: 10850.001860/2004-45 - Embargante: RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS
362 - Processo nº: 10725.900493/2008-23 - Recorrente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo nº: 10725.900253/2008-29 - Recorrente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo nº: 10880.971816/2016-81 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
365 - Processo nº: 10880.920623/2017-42 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo nº: 10880.920625/2017-31 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo nº: 10880.920626/2017-86 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo nº: 10880.920627/2017-21 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo nº: 10880.920628/2017-75 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo nº: 10880.971817/2016-25 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo nº: 10880.971818/2016-70 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo nº: 10880.971819/2016-14 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo nº: 10880.971820/2016-49 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo nº: 10880.971821/2016-93 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo nº: 10880.971822/2016-38 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo nº: 10880.971823/2016-82 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo nº: 10880.997434/2016-87 - Recorrente: VIVAREAL INTERNET LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
378 - Processo nº: 10880.017723/97-30 - Recorrente: VJ ELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): VINICIUS GUIMARAES
379 - Processo nº: 10120.725765/2011-12 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo nº: 10120.725763/2011-15 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo nº: 10120.725760/2011-81 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo nº: 10120.725766/2011-59 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo nº: 10120.725762/2011-71 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo nº: 10120.725764/2011-60 - Recorrente: COMPANHIA DE URBANIZACAO DE GOIANIA - COMURG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo nº: 10882.910083/2011-83 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo nº: 10882.910058/2011-08 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo nº: 10882.910065/2011-00 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo nº: 10882.910067/2011-91 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo nº: 10882.910085/2011-72 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo nº: 10882.910081/2011-94 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo nº: 10882.910066/2011-46 - Recorrente: FERTIBRAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAPHAEL MADEIRA ABAD
392 - Processo nº: 10783.912576/2012-57 - Recorrente: PTP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo nº: 10783.912578/2012-46 - Recorrente: PTP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo nº: 10783.912577/2012-00 - Recorrente: PTP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo nº: 10783.912579/2012-91 - Recorrente: PTP IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DENISE MADALENA GREEN
396 - Processo nº: 10880.914977/2009-48 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo nº: 10880.909690/2012-00 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo nº: 10880.961228/2012-13 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo nº: 10880.999641/2012-42 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo nº: 10880.909691/2012-46 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo nº: 10880.961227/2012-61 - Recorrente: VOLKSWAGEN CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10980.924755/2012-19 (item 35) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 36 a 40. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 36 a 40, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10980.924753/2012-11 (item 41) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 42 a 44. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 42 a 44, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 13839.901003/2013-84 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 53. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 53, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10711.723079/2012-20 (item 74) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 75 a 84. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 75 a 84, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 11128.007046/2009-86 (item 85) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 86 a 94. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 86 a 94, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9) O julgamento do Processo nº 11128.721409/2011-12 (item 95) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 96 a 107. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 96 a 107, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

10) O julgamento do Processo nº 11020.001915/2010-09 (item 114) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 115 a 121. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 115 a 121, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

11) O julgamento do Processo nº 10882.909997/2011-00 (item 129) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 130 a 142. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 130 a 142, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

12) O julgamento do Processo nº 10880.977309/2009-21 (item 143) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 144 a 153. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 144 a 153, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

13) O julgamento do Processo nº 13502.720043/2015-91 (item 172) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 173 a 183. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 173 a 183, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
1 - Processo nº: 10480.720065/2010-53 - Recorrente: BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO NORDESTE S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10480.912641/2009-53 - Recorrente: BRASFIO INDUSTRIA E COMERCIO NORDESTE S/A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
3 - Processo nº: 13884.906632/2012-74 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13884.906631/2012-20 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13838.000124/99-25 - Recorrente: COMERCIO DE MAT PARA CONST VITORIO DAL FABBRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10850.905386/2011-51 - Recorrente: VIADIESEL TRANSPORTE E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13884.901616/2008-17 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13884.901619/2008-42 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13884.901618/2008-06 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 13884.901617/2008-53 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13884.905070/2008-65 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13884.905077/2008-87 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13884.905076/2008-32 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13884.905075/2008-98 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13884.905074/2008-43 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 13884.905073/2008-07 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13884.905072/2008-54 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 13884.905071/2008-18 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13884.904354/2009-15 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13884.909115/2009-51 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13884.901562/2010-04 - Recorrente: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13977.000022/2005-05 - Recorrente: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13977.000023/2005-41 - Recorrente: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13977.000024/2005-96 - Recorrente: AMERICANA GRANITOS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10384.007213/2007-33 - Recorrente: ELIZEU MARTINS DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10384.007215/2007-22 - Recorrente: ELIZEU MARTINS DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
27 - Processo nº: 16327.900384/2009-66 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 16327.900382/2009-77 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16327.900385/2009-19 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16327.900380/2009-88 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 16327.900379/2009-53 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 16327.900381/2009-22 - Recorrente: UNIBANCO AIG SEGUROS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
33 - Processo nº: 16327.900051/2013-13 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 16327.900052/2013-68 - Recorrente: BANCO ITAUCARD S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10980.924755/2012-19 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
36 - Processo nº: 10980.924756/2012-55 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10980.924757/2012-08 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10980.924758/2012-44 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10980.924760/2012-13 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10980.924761/2012-68 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
41 - Processo nº: 10980.924753/2012-11 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
42 - Processo nº: 10980.924754/2012-66 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10980.924759/2012-99 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10980.924762/2012-11 - Recorrente: IRMAOS DRUZIKI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
45 - Processo nº: 13839.901003/2013-84 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
46 - Processo nº: 13839.901007/2013-62 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13839.901857/2013-61 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13839.901858/2013-13 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13839.901859/2013-50 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13839.901860/2013-84 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13839.901861/2013-29 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13839.901862/2013-73 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13839.901863/2013-18 - Recorrente: NOVA - INJECAO SOB PRESSAO E COMERCIO DE PECAS INDUSTRIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
54 - Processo nº: 13502.900585/2017-15 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13502.900070/2014-64 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
56 - Processo nº: 10380.909332/2012-20 - Recorrente: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10380.911030/2012-11 - Recorrente: CAMED CONSULTORIA EM SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10380.908481/2012-71 - Recorrente: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10380.908482/2012-16 - Recorrente: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10380.909330/2012-31 - Recorrente: CAMED OPERADORA DE PLANO DE SAUDE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
61 - Processo nº: 10783.914112/2012-85 - Recorrente: SERTRADING (BR) LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
62 - Processo nº: 16692.729270/2015-80 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ARI VENDRAMINI
63 - Processo nº: 15165.722652/2012-35 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 15165.722654/2012-24 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 15165.000275/2009-84 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 15165.000276/2009-29 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15165.002152/2010-11 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15165.002464/2010-25 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 15165.003290/2010-18 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15165.003288/2010-49 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15165.001172/2011-56 - Recorrente: BLUETRADE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
72 - Processo nº: 11020.002944/2009-46 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS E IMPLEMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 11020.002943/2009-00 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS E IMPLEMENTOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
74 - Processo nº: 10711.723079/2012-20 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10711.722178/2012-94 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10711.722192/2012-98 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10711.722193/2012-32 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10711.722194/2012-87 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10711.722195/2012-21 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10711.722196/2012-76 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10711.722198/2012-65 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10711.722199/2012-18 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10711.722200/2012-04 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10711.722201/2012-41 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11128.007046/2009-86 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11128.000412/2011-91 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11128.005279/2010-88 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11128.007027/2009-50 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11128.007257/2009-19 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11128.007260/2009-32 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11128.007261/2009-87 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 11128.007262/2009-21 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11128.007266/2009-18 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 11128.007267/2009-54 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11128.721409/2011-12 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 11128.005395/2010-05 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 11128.006080/2010-77 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 11128.008037/2010-46 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11128.720124/2013-18 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11128.720511/2012-73 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11128.720919/2011-64 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 11128.720922/2011-88 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 11128.722471/2011-13 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 11128.722803/2011-60 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11128.722804/2011-12 - Recorrente: LIBRA SERVICOS DE NAVEGACAO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 11684.000986/2010-72 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11684.000993/2010-74 - Recorrente: CSAV GROUP AGENCIES BRAZIL AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
108 - Processo nº: 10715.002972/2007-11 - Recorrente: TV GLOBO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
109 - Processo nº: 10980.902907/2010-52 - Recorrente: SPAIPA INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
110 - Processo nº: 10850.905384/2011-62 - Recorrente: VIADIESEL TRANSPORTE E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
111 - Processo nº: 10950.004308/2005-61 - Recorrente: COOPERVAL COOP AGROINDL VALE DO IVAI LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
112 - Processo nº: 11020.002949/2009-79 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 11020.002947/2009-80 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 11020.001915/2010-09 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
115 - Processo nº: 11020.001916/2010-45 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 11020.001917/2010-90 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11020.001918/2010-34 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11020.001919/2010-89 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 11020.001920/2010-11 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 11020.001921/2010-58 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 11020.001922/2010-01 - Recorrente: SAN MARINO ONIBUS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
122 - Processo nº: 19647.018619/2008-69 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 19647.018620/2008-93 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 19647.018626/2008-61 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 19647.018624/2008-71 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 19647.018623/2008-27 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 19647.018625/2008-16 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 19647.018627/2008-13 - Recorrente: MB INDUSTRIA CIRURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
129 - Processo nº: 10882.909997/2011-00 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
130 - Processo nº: 10882.910001/2011-09 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 10882.910002/2011-45 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10882.910003/2011-90 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10882.910005/2011-89 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10882.910006/2011-23 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10882.910007/2011-78 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10882.910008/2011-12 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10882.910024/2011-13 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10882.910034/2011-41 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10882.910035/2011-95 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10882.910036/2011-30 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10882.910038/2011-29 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10882.910039/2011-73 - Recorrente: BENSPAR S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
143 - Processo nº: 10880.977309/2009-21 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
144 - Processo nº: 10880.977310/2009-56 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10880.977315/2009-89 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 10880.977317/2009-78 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 10880.977319/2009-67 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 10880.977321/2009-36 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 10880.977323/2009-25 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 10880.977325/2009-14 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10880.977327/2009-11 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10880.978913/2009-75 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10880.991302/2009-12 - Recorrente: DAVO SUPERMERCADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
154 - Processo nº: 19515.000538/2006-46 - Recorrente: CHICAGO PNEUMATIC BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
155 - Processo nº: 10880.013379/2001-01 - Recorrente: SUPER HOLDING GIMENES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10840.001271/2002-14 - Recorrente: SUPER HOLDING GIMENES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10840.002271/2002-31 - Recorrente: SUPER HOLDING GIMENES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
158 - Processo nº: 10907.001362/2008-23 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
159 - Processo nº: 13709.001809/00-15 - Recorrente: ALG POSTO DE ABASTECIMENTO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
160 - Processo nº: 10825.901503/2009-09 - Recorrente: ANIDRO DO BRASIL EXTRACOES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
161 - Processo nº: 13312.720044/2007-62 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 13312.720046/2007-51 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 13312.720064/2011-10 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
164 - Processo nº: 10074.000193/2008-54 - Embargante: YIN'S BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
165 - Processo nº: 10909.006907/2008-78 - Recorrente: ALDRI DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
166 - Processo nº: 12689.000104/2009-58 - Recorrente: CABOTO COMERCIAL E MARITIMA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
167 - Processo nº: 10715.004458/2010-15 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ARI VENDRAMINI
168 - Processo nº: 12466.722554/2014-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PORTES BR IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): SALVADOR CANDIDO BRANDAO JUNIOR
169 - Processo nº: 10840.904909/2009-47 - Recorrente: SUPER HOLDING GIMENES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
170 - Processo nº: 13009.000475/2002-38 - Recorrente: METALURGICA BARRA DO PIRAI S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
171 - Processo nº: 11128.005262/2010-21 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ANTONIO MARINHO NUNES
172 - Processo nº: 13502.720043/2015-91 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
173 - Processo nº: 13502.720044/2015-35 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 13502.720047/2015-79 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 13502.720048/2015-13 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 13502.720049/2015-68 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 13502.720050/2015-92 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 13502.720051/2015-37 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 13502.720059/2015-01 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 13502.720060/2015-28 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 13502.720061/2015-72 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 13502.720062/2015-17 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 13502.720063/2015-61 - Recorrente: BRASKEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA
184 - Processo nº: 11128.725592/2015-41 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo nº: 11128.725892/2015-20 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo nº: 12452.720044/2016-96 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 19558.720552/2016-35 - Recorrente: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
Presidente Substituta da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 3ª Seção do CARF

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião presencial, a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10580.903454/2012-56 (item 01) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 02 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 02 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

5) O julgamento do Processo nº 10880.928583/2009-77 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 a 68. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 a 68, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

6) O julgamento do Processo nº 10880.690709/2009-25 (item 69) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 71 a 77. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 71 a 77, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada;

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
1 - Processo nº: 10580.903454/2012-56 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
2 - Processo nº: 10580.903455/2012-09 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10580.903456/2012-45 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10580.903457/2012-90 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10580.903458/2012-34 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10580.903459/2012-89 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10580.903460/2012-11 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10580.903461/2012-58 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10580.903462/2012-01 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10580.903463/2012-47 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10580.903464/2012-91 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10580.903465/2012-36 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10580.903466/2012-81 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10580.903467/2012-25 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10580.903468/2012-70 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10580.903469/2012-14 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10580.903470/2012-49 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10580.903471/2012-93 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10580.903472/2012-38 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10580.903473/2012-82 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10580.903474/2012-27 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10580.903475/2012-71 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10580.903476/2012-16 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10580.903477/2012-61 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10580.903478/2012-13 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10580.903479/2012-50 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10580.903480/2012-84 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10580.903481/2012-29 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10580.903482/2012-73 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10580.903483/2012-18 - Recorrente: CRESAUTO VEICULOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10580.906870/2012-14 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10580.906871/2012-51 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10580.906872/2012-03 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10580.906873/2012-40 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10580.906874/2012-94 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10580.906875/2012-39 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10580.906876/2012-83 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10580.906877/2012-28 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10580.906878/2012-72 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10580.906879/2012-17 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10580.906880/2012-41 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10580.906881/2012-96 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10580.906882/2012-31 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10580.906883/2012-85 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10580.906884/2012-20 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10580.906885/2012-74 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10580.906886/2012-19 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10580.906887/2012-63 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10580.906888/2012-16 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10580.906889/2012-52 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10580.906890/2012-87 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10580.906891/2012-21 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10580.906892/2012-76 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10580.906893/2012-11 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10580.906894/2012-65 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10580.906895/2012-18 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10580.906896/2012-54 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10580.906897/2012-07 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10580.906898/2012-43 - Recorrente: DANTON VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
60 - Processo nº: 10880.928583/2009-77 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
61 - Processo nº: 10880.928574/2009-86 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10880.928575/2009-21 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10880.928576/2009-75 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10880.928578/2009-64 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10880.928579/2009-17 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10880.928580/2009-33 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.928581/2009-88 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10880.928582/2009-22 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
69 - Processo nº: 10880.690709/2009-25 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
70 - Processo nº: 10880.690699/2009-28 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10880.690700/2009-14 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10880.690701/2009-69 - Recorrente: DROGASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10880.690704/2009-01 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10880.690707/2009-36 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10880.690708/2009-81 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10880.690710/2009-50 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10880.690713/2009-93 - Recorrente: RAIA DROGASIL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
78 - Processo nº: 11610.011241/2001-10 - Recorrente: HOSPITAL MONUMENTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 10880.690695/2009-40 - Recorrente: DROGASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10880.690696/2009-94 - Recorrente: DROGASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10880.690681/2009-26 - Recorrente: DROGASIL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 16143.000227/2009-15 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10880.679704/2009-41 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10880.679703/2009-05 - Recorrente: EDP - COMERCIALIZACAO E SERVICOS DE ENERGIA LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10880.928584/2009-11 - Recorrente: ENERTRADE - COMERCIALIZADORA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
86 - Processo nº: 10880.678773/2009-38 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10880.678785/2009-62 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10880.678783/2009-73 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10880.678781/2009-84 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10880.678780/2009-30 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10880.678779/2009-13 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10880.678774/2009-82 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10880.678786/2009-15 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10880.678784/2009-18 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10880.678782/2009-29 - Recorrente: A. TELECOM S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
96 - Processo nº: 10325.000081/2005-51 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10325.000502/2005-44 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10325.000279/2005-35 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERC.TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10325.000002/2005-11 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10325.000503/2005-99 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10325.000001/2005-68 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL TOCANTINS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
102 - Processo nº: 10880.678847/2009-36 - Recorrente: HUNTSMAN QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10880.678849/2009-25 - Recorrente: HUNTSMAN QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10880.678846/2009-91 - Recorrente: HUNTSMAN QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10880.678848/2009-81 - Recorrente: HUNTSMAN QUIMICA BRASIL LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
106 - Processo nº: 13936.000086/2002-31 - Embargante: MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 13936.000231/2002-84 - Embargante: MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 13936.000313/2003-18 - Embargante: MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): OSWALDO GONCALVES DE CASTRO NETO
109 - Processo nº: 10735.721767/2011-04 - Recorrente: GRANDE RIO ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10735.721768/2011-41 - Recorrente: GRANDE RIO ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
111 - Processo nº: 10680.918579/2012-52 - Recorrente: ANDRADE GUTIERREZ ENGENHARIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 11831.000510/2002-91 - Recorrente: COMPANHIA LESTE PAULISTA DE ENERGIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA VIEIRA KOTZIAS
113 - Processo nº: 10882.901547/2012-41 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10882.904310/2012-12 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10882.900704/2011-11 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10882.900705/2011-65 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10882.900711/2011-12 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10882.900708/2011-07 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10882.900712/2011-67 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10882.900707/2011-54 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10882.900706/2011-18 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10882.904309/2012-98 - Recorrente: MAQPLAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
123 - Processo nº: 13909.000138/2002-05 - Recorrente: CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 13909.000045/2007-87 - Recorrente: CIA IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 13909.000044/2007-32 - Recorrente: CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 13909.000046/2007-21 - Recorrente: CIA. IGUACU DE CAFE SOLUVEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE SEIXAS PANTAROLLI
127 - Processo nº: 10183.004034/2005-49 - Recorrente: OSMAR DA CRUZ FIGUEIREDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 11080.001718/2006-91 - Recorrente: S FERREIRA DEWES ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10882.000546/2005-59 - Recorrente: IMPALA BRASIL EDITORES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 13839.001406/2005-11 - Recorrente: GRAFICA ALVINOPOLIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 13851.000449/2005-11 - Recorrente: ARTES GRAFICAS LAMANNA ALVES DIBO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 13056.000027/2006-01 - Recorrente: AGRO LATINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LAZARO ANTONIO SOUZA SOARES
133 - Processo nº: 10860.720053/2010-54 - Recorrente: CPW BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10860.906317/2009-21 - Recorrente: CPW BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10860.720054/2010-07 - Recorrente: CPW BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
136 - Processo nº: 13839.003034/2006-49 - Recorrente: CBC INDUSTRIAS PESADAS S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARA CRISTINA SIFUENTES
137 - Processo nº: 19515.003284/2009-61 - Embargante: CONSELHEIRO CARF e Interessado: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
138 - Processo nº: 10921.000587/2010-07 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10921.000588/2010-43 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10921.000586/2010-54 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10921.000583/2010-11 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10921.000136/2010-61 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 10921.000584/2010-65 - Recorrente: COMPANHIA LIBRA DE NAVEGACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 11968.720095/2011-31 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 10480.724308/2010-22 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11968.000225/2006-58 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11968.000348/2005-16 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11968.000130/2007-15 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 11968.000707/2009-51 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 11968.001047/2006-82 - Recorrente: TECON SUAPE S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 11968.000156/2009-25 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 11968.000238/2010-11 - Recorrente: TECON SUAPE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
153 - Processo nº: 10909.720576/2018-54 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 10711.001645/2007-81 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10711.001391/2007-00 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 13502.000676/2004-26 - Recorrente: GRIFFIN BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

TOM PIERRE FERNANDES DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 3ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

4) O julgamento do Processo nº 10735.905011/2012-99 (item 28) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 29 a 35. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 29 a 35, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10384.900358/2012-72 (item 36) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 37 a 44. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 37 a 44, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10410.906771/2016-18 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13312.900396/2012-67 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 68. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 68, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 10680.722766/2013-13 (item 69) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 70 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 70 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ADUANEIRO
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
1 - Processo nº: 19647.005789/2007-01 - Recorrente: PROPLANTA AGROCOMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
2 - Processo nº: 10711.001858/2007-11 - Recorrente: LUBRIZOL DO BRASIL ADITIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10711.002806/2007-54 - Recorrente: LUBRIZOL DO BRASIL ADITIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
4 - Processo nº: 11128.000365/2009-61 - Recorrente: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11128.006031/2009-09 - Recorrente: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11128.007034/2008-71 - Recorrente: NUMERAL 80 PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
7 - Processo nº: 11968.000476/2007-13 - Recorrente: BRASCOLOR GRAFICA E EDITORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
8 - Processo nº: 11128.005293/2008-67 - Recorrente: PHILIPS DA AMAZONIA IND.ELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11128.005292/2008-12 - Recorrente: PHILIPS DA AMAZONIA IND.ELETRONICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
10 - Processo nº: 10880.721373/2010-93 - Recorrente: POLAR AIR CARGO, INC. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 12644.000358/2007-21 - Recorrente: POLAR AIR CARGO, INC. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10830.720743/2008-46 - Recorrente: POLAR AIR CARGO, INC. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: IPI
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
13 - Processo nº: 10380.900422/2006-15 - Recorrente: AMENDOAS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10380.905508/2008-98 - Recorrente: AMENDOAS DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
15 - Processo nº: 10945.000814/2010-18 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10945.000815/2010-62 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10945.000810/2010-30 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10945.000812/2010-29 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10945.000813/2010-73 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10945.000811/2010-84 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10945.000809/2010-13 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
22 - Processo nº: 11020.911413/2011-61 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 11020.911414/2011-13 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 11020.911415/2011-50 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 11020.911412/2011-16 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 11020.911416/2011-02 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11020.911417/2011-49 - Recorrente: TIBRE INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: PIS E COFINS
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
28 - Processo nº: 10735.905011/2012-99 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
29 - Processo nº: 10735.905012/2012-33 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10735.905013/2012-88 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10735.905014/2012-22 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10735.905015/2012-77 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10735.905016/2012-11 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10735.905020/2012-80 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 10735.905024/2012-68 - Recorrente: SUPERMERCADO NOVO REGINA DE TERESOPOLIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
36 - Processo nº: 10384.900358/2012-72 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
37 - Processo nº: 10384.900363/2012-85 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10384.900384/2012-09 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10384.900387/2012-34 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10384.900390/2012-58 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10384.900391/2012-01 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10384.900392/2012-47 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10384.900393/2012-91 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10384.900394/2012-36 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
45 - Processo nº: 10410.906771/2016-18 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
46 - Processo nº: 10410.906772/2016-54 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10410.906773/2016-07 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10410.906774/2016-43 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10410.906775/2016-98 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10410.906776/2016-32 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10410.906777/2016-87 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10410.906778/2016-21 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10410.906779/2016-76 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10410.906780/2016-09 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10410.906781/2016-45 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10410.906783/2016-34 - Recorrente: INDUSTRIAL PORTO RICO S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
57 - Processo nº: 13312.900396/2012-67 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
58 - Processo nº: 13312.900213/2012-11 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13312.900214/2012-58 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13312.900215/2012-01 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13312.900216/2012-47 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13312.900217/2012-91 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13312.900218/2012-36 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13312.900322/2012-21 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13312.900323/2012-75 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13312.900397/2012-10 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13312.900398/2012-56 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13312.900399/2012-09 - Recorrente: AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
69 - Processo nº: 10680.722766/2013-13 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
70 - Processo nº: 10680.722737/2013-51 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10680.722761/2013-91 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10680.903200/2013-91 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10680.905098/2013-68 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10680.905099/2013-11 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10680.905182/2013-81 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10680.905183/2013-26 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10680.905184/2013-71 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10680.905185/2013-15 - Recorrente: ATLANTICA EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
79 - Processo nº: 10725.901047/2012-12 - Recorrente: FABRICA DE LATICINIOS MONTE AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10725.901049/2012-10 - Recorrente: FABRICA DE LATICINIOS MONTE AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10725.901048/2012-67 - Recorrente: FABRICA DE LATICINIOS MONTE AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10725.901050/2012-36 - Recorrente: FABRICA DE LATICINIOS MONTE AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
83 - Processo nº: 10830.913565/2009-86 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10830.914043/2009-00 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10830.913561/2009-06 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10830.913564/2009-31 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10830.913563/2009-97 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10830.913562/2009-42 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10830.913566/2009-21 - Recorrente: CPFL CENTRAIS ELETRICAS S. A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
90 - Processo nº: 10882.002509/2003-13 - Recorrente: TV STUDIOS DE BRASILIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10882.002505/2003-35 - Recorrente: TVSBT - CANAL 5 DE BELEM S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10882.002508/2003-79 - Recorrente: TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10882.002513/2003-81 - Recorrente: TV STUDIOS DE RIBEIRAO PRETO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: PIS E COFINS
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
94 - Processo nº: 16327.001468/2005-91 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS FUNCIONARIOS DA ABRIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 19515.001038/2006-21 - Recorrente: PADO SA INDL COMERCIAL E IMPORTADORA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): SILVIO RENNAN DO NASCIMENTO ALMEIDA
96 - Processo nº: 10768.004013/2003-91 - Recorrente: GEOCOOP ENGENHARIA E CONSULTORIA - COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10768.004011/2003-00 - Recorrente: GEOCOOP ENGENHARIA E CONSULTORIA - COOPERATIVA DE TRABALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
98 - Processo nº: 11060.005889/2008-99 - Recorrente: MARZARI ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10830.721743/2011-69 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
100 - Processo nº: 10384.900389/2012-23 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10384.900385/2012-45 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10384.900386/2012-90 - Recorrente: DISTRIMED COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
103 - Processo nº: 10880.676047/2009-81 - Recorrente: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10840.000192/2006-10 - Recorrente: ORTOVEL VEICULOS E PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
105 - Processo nº: 11065.001847/2008-39 - Recorrente: PLASTICOS TUPA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATA DA SILVEIRA BILHIM
106 - Processo nº: 10909.002071/2007-51 - Recorrente: RD INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11080.001163/2007-68 - Recorrente: ARCA ADMINISTRACAO DE PARTICIPACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10725.720087/2014-27 - Recorrente: FABRICA DE LATICINIOS MONTE AZUL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: IPI
Relator(a): RODRIGO MINEIRO FERNANDES
109 - Processo nº: 10840.903586/2008-93 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10840.908529/2009-81 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10840.908530/2009-14 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10840.908531/2009-51 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10840.904664/2009-58 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10840.904665/2009-01 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10840.904666/2009-47 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
116 - Processo nº: 10983.901166/2006-86 - Recorrente: INCOMARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10983.901167/2006-21 - Recorrente: INCOMARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 11516.006130/2008-28 - Recorrente: INCOMARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 11516.006131/2008-72 - Recorrente: INCOMARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10983.901165/2006-31 - Recorrente: INCOMARTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOLDURAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
121 - Processo nº: 11080.005709/00-30 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 11080.003676/2001-18 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 11080.007512/2001-60 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 11080.010871/2001-02 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 11080.000460/2002-81 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 11080.001370/2001-27 - Recorrente: CHIES INDUSTRIA DE PRODUTOS PLASTICOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO SOUSA BISPO
127 - Processo nº: 13851.720006/2005-41 - Recorrente: FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
128 - Processo nº: 10183.001287/2005-61 - Recorrente: SPERAFICO DA AMAZONIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
129 - Processo nº: 11080.003799/2007-44 - Recorrente: COPESUL-CIA PETROQUIMICA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
130 - Processo nº: 13884.909104/2011-96 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA MARCATTO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: PIS E COFINS
Relator(a): CYNTHIA ELENA DE CAMPOS
131 - Processo nº: 19558.720333/2013-11 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 11131.720584/2013-97 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 10830.912270/2012-98 - Recorrente: CASA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DE VALINHOS - GRUPO GENTE NOVO RUMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
134 - Processo nº: 10835.001507/2005-34 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10835.001986/2005-99 - Recorrente: SMALL DISTRIB DE DERIV DE PETROLEO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RODRIGO MINEIRO FERNANDES
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 3ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

2ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhado por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, observadas as orientações na Carta de Serviços no sítio do CARF;

2) É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta;

3) Fica facultada às partes a solicitação de retirada do recurso de pauta por meio de formulário eletrônico, disponibilizado na Carta de Serviços no sítio do CARF na internet, a ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia da sessão em que o processo tenha sido agendado, situação em que o respectivo processo será automaticamente incluído em reunião a ser agendada oportunamente.

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 01: Decadência/prescrição, Penalidades/Retroatividade Benigna e Outros.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
1 - Processo nº: 10297.000822/2011-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VIACAO PERPETUO SOCORRO LIMITADA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
2 - Processo nº: 35065.000588/2007-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE NOVA VENECIA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
3 - Processo nº: 19515.003809/2009-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GENERAL MILLS BRASIL LTDA
4 - Processo nº: 19515.003810/2009-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GENERAL MILLS BRASIL LTDA
5 - Processo nº: 19515.003811/2009-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GENERAL MILLS BRASIL LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
6 - Processo nº: 17546.000937/2007-03 - Recorrente: AUTONEUM BRASIL TEXTEIS ACUSTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
7 - Processo nº: 14489.000095/2008-04 - Recorrente: CENTAURO-VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
8 - Processo nº: 11060.002532/2009-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OLIVEIRA - SERVICOS DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO LTDA
9 - Processo nº: 11060.002533/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OLIVEIRA - SERVICOS DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO LTDA
10 - Processo nº: 11060.002534/2009-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OLIVEIRA - SERVICOS DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO LTDA
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
11 - Processo nº: 10909.003516/2009-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA CONSTRUTORA SULINA S/A
12 - Processo nº: 10909.003518/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: EMPRESA CONSTRUTORA SULINA S/A
13 - Processo nº: 10660.725599/2010-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAO GONCALO DO SAPUCAI CAMARA MUNICIPAL
14 - Processo nº: 10660.725604/2010-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SAO GONCALO DO SAPUCAI CAMARA MUNICIPAL
15 - Processo nº: 10783.723186/2011-23 - Recorrentes: AGUIA BRANCA PARTICIPACOES S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
16 - Processo nº: 35464.003824/2006-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BROOKS AGROPECUARIA LTDA
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
17 - Processo nº: 10166.722722/2011-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CENTRO DE GESTAO E ESTUDOS ESTRATEGICOS
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
18 - Processo nº: 16537.001055/2011-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CIPLA INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
19 - Processo nº: 35464.000167/2007-82 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE GESTAO DE SERVICOS e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
20 - Processo nº: 18050.003084/2008-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CULTROSA CULTURAS TROPICAIS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
21 - Processo nº: 13971.000281/2010-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FKN TEXTIL LTDA
22 - Processo nº: 12045.000134/2007-78 - Recorrente: GOIASA GOIATUBA ALCOOL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
23 - Processo nº: 36660.000754/2005-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PLASTICOS BEIJA FLOR LTDA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
24 - Processo nº: 36392.001623/2007-65 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RASH ADMINISTRACAO DE HOTEIS E TURISMO LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
25 - Processo nº: 15504.020607/2009-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: RIO RANCHO AGROPECUARIA SA
26 - Processo nº: 10980.721417/2010-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
27 - Processo nº: 11020.002175/2010-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
28 - Processo nº: 11634.001206/2007-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TANYTEX PROMOCAO DE VENDAS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
29 - Processo nº: 11020.000118/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MEDICOS LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
30 - Processo nº: 12259.000611/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS
31 - Processo nº: 19515.007755/2008-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: VZ TRANSPORTES EIRELI
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
32 - Processo nº: 10380.001304/2009-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE MARACANAU
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
33 - Processo nº: 15563.720133/2012-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE RESENDE
34 - Processo nº: 14120.000118/2008-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PINESSO AGROPASTORIL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

DIA 25 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 02: Caracterização Segurado Empregado, Cessão de mão de obra e Outros.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
35 - Processo nº: 16327.720708/2012-80 - Embargante: UNIBANCO CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS E CAMBIO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
36 - Processo nº: 13971.721476/2012-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OBJETO BRASIL CONFECCOES EIRELI
37 - Processo nº: 13971.721477/2012-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: OBJETO BRASIL CONFECCOES EIRELI
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
38 - Processo nº: 14485.001877/2007-10 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
39 - Processo nº: 10380.016070/2007-91 - Recorrente: FRAUMAR CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
40 - Processo nº: 13609.000203/2010-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CASA DE CARIDADE SANTA TEREZA
41 - Processo nº: 10665.001864/2010-69 - Recorrente: COLEGIO NOVO SER LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
42 - Processo nº: 11070.721647/2013-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE VITORIA DAS MISSOES
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
43 - Processo nº: 19515.000522/2009-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UTINGAS ARMAZENADORA S A
44 - Processo nº: 19515.000523/2009-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UTINGAS ARMAZENADORA S A
45 - Processo nº: 19515.000524/2009-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UTINGAS ARMAZENADORA S A
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
46 - Processo nº: 10293.720272/2011-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: PODER JUDICIARIO
47 - Processo nº: 10972.720024/2011-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MUNICIPIO DE CONQUISTA

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 03: Preliminar/Nulidade e Outros
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
48 - Processo nº: 23034.023102/2002-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
49 - Processo nº: 11060.722092/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: HERTER CEREAIS LTDA.
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
50 - Processo nº: 23034.008187/2003-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: A. B. CORTE REAL & CIA. LTDA.
51 - Processo nº: 14120.000214/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COBEL CONSTRUTORA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA
52 - Processo nº: 35437.000603/2006-60 - Recorrente: MASSAFERA EMPREENDIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
53 - Processo nº: 13502.001156/2007-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARAIBA METAIS SA E OUTROS
54 - Processo nº: 13502.001398/2007-77 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13502.000334/2008-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARAIBA METAIS SA E OUTRO
56 - Processo nº: 13502.000336/2008-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARAIBA METAIS SA E OUTRO
57 - Processo nº: 13502.000369/2008-79 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13502.000387/2008-51 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 18050.001204/2008-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CARAIBA METAIS SA
60 - Processo nº: 18050.001210/2008-51 - Recorrente: CARAIBA METAIS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO VICTOR RIBEIRO ALDINUCCI
61 - Processo nº: 18108.002403/2007-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: L ATELIER MOVEIS LTDA
62 - Processo nº: 18108.002421/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: L ATELIER MOVEIS LTDA

DIA 26 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 04: Salário indireto e Diversos.
Relator(a): MARIO PEREIRA DE PINHO FILHO
63 - Processo nº: 16327.721349/2012-88 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO NOGUEIRA RIGHETTI
64 - Processo nº: 15504.004615/2010-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
65 - Processo nº: 15586.001675/2010-90 - Recorrente: GS COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 15586.001676/2010-34 - Recorrente: GS INTERNACIONAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 15586.001677/2010-89 - Recorrente: GS INTERNACIONAL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
68 - Processo nº: 12269.004173/2009-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TURBO CENTER PORTO ALEGRE COMERCIO DE TURBOS EIRELI
69 - Processo nº: 12269.004175/2009-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TURBO CENTER PORTO ALEGRE COMERCIO DE TURBOS EIRELI
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
70 - Processo nº: 11052.000579/2010-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERES SERVICOS DE RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL LTDA.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
71 - Processo nº: 10380.013788/2008-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SERJAK MANUFATURA DE ROUPAS LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
72 - Processo nº: 19515.001198/2009-13 - Recorrente: M&G FIBRAS E RESINAS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 12045.000433/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NARA PRESTACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA
74 - Processo nº: 36378.002714/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: NARA PRESTACAO DE SERVICOS GERAIS LTDA
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
75 - Processo nº: 14479.000070/2007-31 - Recorrentes: SABO INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTOPECAS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIA HELENA COTTA CARDOZO
76 - Processo nº: 37172.001426/2006-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: TIM NORDESTE S/A
77 - Processo nº: 13602.001777/2008-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ELETROLISE LTDA
Relator(a): RITA ELIZA REIS DA COSTA BACCHIERI
78 - Processo nº: 16832.000291/2010-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FRANCECAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA.

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 09:00 HORAS

Tema 05: ITR/Glosa de Área Declarada, Valor da Terra Nua (VTN) e outros.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
79 - Processo nº: 10218.721117/2007-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ADAO RIBEIRO SOARES
80 - Processo nº: 10325.001218/2002-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: AGROPECUARIA CARACOL LTDA
81 - Processo nº: 10120.002187/2006-77 - Recorrente: ALFREDO GUILHERME DORCA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
82 - Processo nº: 10675.720230/2008-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CAXUANA REFLORESTAMENTO LTDA.
Relator(a): ANA CECILIA LUSTOSA DA CRUZ
83 - Processo nº: 10235.720040/2007-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARCO ANTONIO RAMOS GEMAQUE
Relator(a): ANA PAULA FERNANDES
84 - Processo nº: 14751.002756/2008-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CRISTAL MINERACAO DO BRASIL LTDA
85 - Processo nº: 10120.721510/2009-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ARNALDO DA CUNHA MACCHERONI
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
86 - Processo nº: 11080.720203/2007-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANTONIO JOSE VELHO MARTINS

DIA 27 de Agosto de 2020, ÀS 14:00 HORAS

Tema 06: Ajuste/omissão de rendimentos e Outros.
Relator(a): PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA
87 - Processo nº: 13629.000929/2007-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JOSE AVELINO BARBOSA
88 - Processo nº: 13893.720755/2012-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: WILSON NOGUEIRA FILHO
89 - Processo nº: 11080.730049/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DECIO ROQUE DIEHL
90 - Processo nº: 10280.723590/2012-49 - Recorrente: JOSE NERY AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 76, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera o prazo de vigência disposto no art. 20 da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 20. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de outubro de 2020." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

SECRETARIA DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 78, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga, em caráter excepcional, prazos previstos na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, relacionados à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, em razão da necessidade de extensão do prazo para envio do PDP por meio do Portal SIPEC.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e III do art. 138 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria n° 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º No exercício de 2020, em caráter excepcional, ficam prorrogados os seguintes prazos previstos na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019:

I - envio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), devidamente aprovado, ao órgão central do SIPEC, previsto no inciso VII do art. 4º da Instrução Normativa nº 201, de 2019, de 15 de junho de 2020 para 28 de agosto de 2020;

II - envio do Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento, pelo órgão central do SIPEC à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, previsto no art. 9º da Instrução Normativa nº 201, de 2019, de 20 de agosto de 2020 para 19 de outubro de 2020; e

III - envio da manifestação técnica do órgão central do SIPEC aos órgãos e entidades, previsto no art. 6º da Instrução Normativa nº 201, de 2019, de 30 de novembro de 2020 para 21 de dezembro de 2020.

Art. 2º Revoga-se a Instrução Normativa nº 37, de 11 de maio de 2020.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LENHART

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 58, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a classificação de risco das atividades econômicas para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências e as diretrizes gerais para o licenciamento pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal.

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante deliberação ocorrida em reunião ordinária no dia 4 de agosto de 2020, no uso das competências que lhe conferem o § 7º do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e o inciso I do art. 2º do Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019, e

CONSIDERANDO a Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017, que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, e a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, resolve:

Art. 1º Os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal, quando da elaboração de normas de sua competência pertinentes ao processo de licenciamento de empresários e pessoas jurídicas relativamente à segurança contra incêndio, pânico e emergências, deverão atentar-se para o atendimento ao contido nesta Resolução, quanto às definições, classificação de risco e procedimentos a serem executados, em atenção ainda às seguintes premissas:

I - racionalizar, simplificar e uniformizar procedimentos de regularização e os requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências;

II - estimular e promover a integração dos processos, procedimentos e dados aos demais órgãos e entidades que compõem a Redesim;

III - não adotar a duplicidade de exigências;

IV - promover a linearidade do processo de registro e legalização de empresas, sob a perspectiva do usuário;

V - promover a entrada única de dados cadastrais e documentos;

VI - manter à disposição dos usuários, de forma presencial e eletrônica, informações, orientações e instrumentos que permitam conhecer, previamente, o processo e todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção do licenciamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;

VII - classificar as atividades econômicas conforme o grau de risco e estabelecer tratamento jurídico adequado para cada um deles;

VIII - não realizar exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de licenciamento;

IX - reduzir o tempo necessário para o licenciamento empresarial junto aos Corpos de Bombeiros Militares nas unidades federativas; e

X - promover as condições mínimas exigíveis para a segurança da vida das pessoas, do meio ambiente e da propriedade, diante dos riscos de incêndio, pânico e emergências nas edificações onde estão inseridas as atividades econômicas.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta Resolução, adotam-se as seguintes definições:

I - Área de risco: área não construída, coberta ou não, associada ou não à edificação, que apresenta risco específico de ocorrência de incêndio ou emergências, tais como armazenamento de produtos inflamáveis ou combustíveis, explosivos, produtos perigosos, subestações elétricas, pátio de contêineres, ocupação temporária e similares;

II - Atividade econômica: o ramo de atividade identificado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e da lista de estabelecimentos auxiliares a ela associados, se houver, editada pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA;

III - Licença Provisória: documento emitido pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal para atividades de nível de risco II, médio risco, baixo risco B ou risco moderado, que permite o início da operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro empresarial, sem a necessidade de vistorias prévias, mediante assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade. Pode possuir outras denominações desde que possua a mesma função, e não se confunda com o certificado de segurança contra incêndio, pânico e emergências;

IV - Área construída: somatório das áreas cobertas e ocupáveis de uma edificação;

V - Certificado de Segurança contra Incêndio, Pânico e Emergências: documento emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar certificando que determinada edificação ou área de risco atende as condições de segurança contra incêndio, pânico e emergências, previstas na legislação em vigor, com previsão de prazo de vigência. Pode ser chamado também de auto de vistoria, alvará, certidão, licenciamento, atestado, entre outros, desde que possua a mesma função;

VI - Edificação: estrutura coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material;

VII - Emergências: situações que representam perigo iminente à vida, ao meio ambiente ou ao patrimônio, decorrentes de atividade humana ou fenômeno da natureza e que obrigam a uma rápida intervenção operacional;

VIII - Empresa: atividade econômica exercida profissionalmente pelo empresário por meio da articulação dos fatores produtivos para a produção ou circulação de bens ou de serviços;

IX - Empresário: pessoa que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços;

X - Empresa sem estabelecimento: atividade econômica exercida exclusivamente em dependência de clientes ou contratantes, em local não edificado, ou na residência do empresário, desde que sem recepção ou atendimento de clientes;

XI - Estabelecimento empresarial: local que ocupa, no todo ou em parte, um imóvel individualmente identificado, com ou sem risco isolado, edificado ou não, onde é exercida atividade econômica em caráter permanente, periódico ou eventual;

XII - Fiscalização: ato administrativo, decorrente do exercício do poder de polícia, pelo qual os Corpos de Bombeiros Militares verificam a implementação e manutenção das medidas de segurança contra incêndio, pânico e emergências de uma edificação, área de risco ou estabelecimento empresarial;

XIII - Licença de funcionamento: etapa obrigatória do procedimento de registro e legalização, presencial ou eletrônica, que conduz o interessado à autorização para o exercício de determinada atividade econômica. Difere da regularização da edificação ou área de risco em que Corpo de Bombeiros Militar expede o certificado de segurança contra incêndio, pânico e emergências para a edificação ou área de risco;

XIV - Licenciamento simplificado: procedimento obrigatório que visa atestar por meio do simples fornecimento de dados e declarações do empresário que determinada edificação ou área de risco atende a todas as condições de segurança contra incêndio, pânico e emergências, previstas na legislação vigente;

XV - Atividade econômica de nível de risco I, baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente: aquela que não oferece riscos de incêndio ou apresenta risco muito baixo, na qual é dispensada a solicitação de qualquer ato público de liberação, como o licenciamento para o seu funcionamento;

XVI - Atividade econômica de nível de risco II, médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado: aquela que possibilita o ato público de liberação, como o licenciamento, por meio de fornecimento de informações e declarações do interessado, a fim de permitir o reconhecimento formal do atendimento aos requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências por parte dos Corpos de Bombeiros Militares;

XVII - Atividade econômica de nível de risco III ou alto risco: aquela cujo exercício apresente alto nível de risco à integridade física de pessoas, ao meio ambiente ou ao patrimônio que implique em licenciamento por meio de procedimentos específicos e pré-definidos pelos Corpos de Bombeiros Militares, conforme regramento próprio das unidades federativas;

XVIII - Medidas de segurança contra incêndio, pânico e emergências: conjunto de dispositivos, sistemas, procedimentos e outros meios a serem adotados nas edificações e áreas de risco, visando à proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio;

XIX - Mudança de ocupação: alteração de atividade exercida na edificação que resulte em mudança de classificação de risco;

XX - Pavimento: plano de piso (andar) de uma edificação ou área de risco;

XXI - Perigo iminente: situação fática caracterizada pela iminência do acontecimento de um evento adverso de alto potencial lesivo à vida, provocado por falhas nas medidas de segurança e/ou uso indevido da edificação;

XXII - Prevenção contra incêndio, pânico e emergências: conjunto de medidas instaladas e mantidas nas edificações e áreas de risco, caracterizadas pelos dispositivos ou sistemas necessários para evitar o surgimento de um incêndio, limitar sua propagação, possibilitar sua extinção e, ainda, permitir o abandono seguro dos ocupantes e acesso do Corpo de Bombeiros Militar em caso de sinistro;

XXIII - Subsolo: pavimento situado abaixo do perfil do terreno, cuja área de ventilação natural para o exterior seja de até 0,006 m² para cada metro cúbico de ar do compartimento e cuja laje de cobertura seja situada até 1,20 m acima do perfil do terreno;

XXIV - Vistoria: verificação do cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências de uma edificação ou área de risco; e

XXV - Vistoria prévia: vistoria realizada antes do início do exercício da atividade econômica.

Art. 3º Para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências, classificam-se como de nível de risco I, baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente as atividades realizadas nos termos do art. 4º da Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019.

§ 1º Os Corpos de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal podem definir sua classificação de atividades de nível de risco I, baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente de acordo com as peculiaridades de suas respectivas unidades federativas.

§ 2º Conforme previsto no inciso III, § 1º, art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, na hipótese de existência de legislação estadual sobre a classificação de atividades de baixo risco, o ente federativo que editar ou tiver editado norma específica encaminhará notificação ao Ministério da Economia sobre a edição de sua norma, que avaliará as condições da norma nos termos da Lei e das resoluções do CGSIM.

Art. 4º As atividades econômicas de nível de risco I, baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente, ficam dispensadas de atos públicos de liberação da atividade econômica junto aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e Distrito Federal.

§ 1º A dispensa dos atos públicos de liberação não exime a atividade da fiscalização dos Corpos de Bombeiros Militares, em qualquer tempo ou enquanto forem exercidas atividades econômicas, para verificação do cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências.

§ 2º A fiscalização da atividade econômica referida no § 1º terá natureza prioritariamente orientadora, exceto quando houver situação de risco iminente quanto à prevenção de incêndio, pânico e emergência.

Art. 5º Para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências, classificam-se como atividades de nível de risco II, risco médio, "baixo risco B" ou risco moderado:

I - a atividade econômica desenvolvida em edificação que possua certificado de segurança contra incêndio, pânico e emergências vigente ou documento equivalente, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar, observado o disposto no art. 13;

II - a atividade econômica desenvolvida em edificações com área total construída acima de 200 m² (duzentos metros quadrados) e menor ou igual a 930 m² (novecentos e trinta metros quadrados), desde que atenda cumulativamente as seguintes condições:

a) a edificação deve possuir até 3 pavimentos, desconsiderando-se o subsolo utilizado exclusivamente para estacionamento de veículos, sem abastecimento no local;

b) se atividade destinada à reunião de público, possuir lotação máxima de 100 (cem) pessoas;

c) possuir, no máximo, 190 Kg de gás liquefeito de petróleo - GLP;

d) se atividade destinada a hotéis, pousadas e pensões, possuir, no máximo, 40 leitos;

e) possuir, no máximo, 1.000 litros de líquidos combustíveis ou inflamáveis em recipientes ou tanques;

f) não ser destinada a hospitais e locais cujos pacientes necessitam de cuidados especiais;

g) não ser destinada a locais onde haja a predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção, como asilos, pré-escola, creches, escolas maternais, jardins da infância e similares;

h) não ser destinada a comercialização ou revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP;

i) não utilizar, armazenar ou comercializar quaisquer outros tipos de gases combustíveis em recipientes estacionários ou transportáveis; e

j) não possuir produtos perigosos à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como: explosivos, peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, substâncias tóxicas, substâncias radioativas, substâncias corrosivas e substâncias perigosas diversas.

Parágrafo único. Os Corpos de Bombeiros Militares dos estados e Distrito Federal podem definir sua classificação de atividades de nível de risco II, médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado de acordo com as peculiaridades de suas respectivas unidades federativas.

Art. 6º O licenciamento para atividades econômicas de nível de risco II, médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado deve ser simplificado, com a concessão de licença provisória, a partir do fornecimento de dados e declarações do empresário.

§ 1º O licenciamento simplificado dispensa vistoria prévia e apresentação de projeto técnico de segurança contra incêndio, ou documento semelhante, e autoriza o funcionamento da atividade econômica, em caráter provisório, permitindo o início de operação do estabelecimento imediatamente após o registro empresarial.

§ 2º O processo de licenciamento simplificado pode ser inteiramente executado em página do poder público na rede mundial de computadores.

§ 3º As informações e declarações prestadas pelo empreendedor tem por objetivo permitir o reconhecimento formal do cumprimento dos requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências.

§ 4º O fornecimento de informações e declarações acarreta na assunção da responsabilidade pelo signatário da implementação e manutenção dos requisitos de prevenção contra incêndio, pânico e emergências, sob pena de aplicação de sanções administrativas pelo órgão competente.

Art. 7º A licença provisória para a atividade econômica de nível de risco II, médio risco, "baixo risco B" ou risco moderado, deve ser concedida uma única vez e por um prazo suficiente para que o proprietário ou responsável legal tenha tempo hábil para obter o Certificado de Segurança Contra Incêndio, pânico e emergências para edificação junto ao Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 8º Para fins de prevenção contra incêndio, pânico e emergências, classificam-se como de nível de risco III ou alto risco, todas as atividades econômicas que não se enquadrarem nas condições de risco de nível de risco I e II.

Parágrafo único. As atividades econômicas listadas no Anexo a esta Resolução são eminentemente classificadas como atividades de nível de risco III ou alto risco, independente das condições do estabelecimento.

Art. 9º O licenciamento aplica-se a cada estabelecimento, individualmente, conforme a atividade a ser exercida no local e não se confunde com o ato público de liberação urbanística para a edificação como um todo.

Parágrafo único. Para as atividades econômicas de nível de risco III ou alto risco, pode ser exigido apresentação de projeto técnico de segurança contra incêndio, e vistoria prévia ao funcionamento, ou ao início da operação do estabelecimento, de acordo com a regularização urbanística definida pela unidade federativa para a classificação de risco.

Art. 10. A dispensa da vistoria prévia não exime o proprietário do imóvel, o empresário e o responsável pelo uso do estabelecimento do cumprimento das exigências técnicas na área de sua responsabilidade, bem como a instalação e manutenção das medidas de segurança contra incêndio, pânico e emergências, sob pena de aplicação de sanções administrativas e penais, quando for o caso, pelo órgão competente.

Art. 11. Os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal podem fiscalizar a qualquer momento a edificação e atividade econômica visando comprovar a veracidade das informações fornecidas no momento da solicitação da licença.

Art. 12. O Certificado de Segurança Contra Incêndio, Pânico e Emergências, ou equivalente, será considerado válido pelo período de vigência estabelecido no próprio documento, desde que a edificação não tenha sofrido reforma, ampliação ou redução da área, ou ainda, mudança de uso ou ocupação após a vistoria que fundamentou sua emissão.

Art. 13. O exercício de nova atividade econômica em unidade integrante de edificação com licenciamento vigente, deve receber o mesmo tratamento dispensado às atividades econômicas de risco II, ou risco médio, independentemente de sua área de ocupação, desde que não acarrete alteração do conjunto de medidas de segurança contra incêndios, ou que a nova atividade não modifique ou altere o uso ou ocupação do conjunto total da edificação, conforme especificação dos Corpos de Bombeiros Militares Estaduais e do Distrito Federal.

Art. 14. A emissão do certificado de segurança contra incêndio, pânico e emergências e autorização de funcionamento pode ser condicionada ao pagamento de taxa ou preço público instituídos de acordo com a legislação local.

Parágrafo único. O Microempreendedor Individual (MEI) possui isenção de taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 15. A licença e a autorização de funcionamento deve vigorar pelo prazo estabelecido na legislação local, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 13.425, de 2017.

Art. 16. O proprietário do imóvel, o representante legal do condomínio e os empresários são responsáveis solidários pela manutenção e instalação das medidas de segurança contra incêndio, pânico e emergências do imóvel onde estão contidos os estabelecimentos, a fim de que sejam cumpridos os requisitos previstos em legislação própria.

Art. 17. Os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal podem editar normas complementares e específicas para o cumprimento desta Resolução, considerando as especificidades de cada unidade federativa.

Art. 18. Fica revogada a Resolução CGSIM nº 29, de 29 de novembro de 2012.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
p/ Comitê

ANEXO

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE NÍVEL DE RISCO III OU ALTO RISCO PARA FINS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, PÂNICO E EMERGÊNCIAS

Código CNAE	Descrição da atividade econômica	Condição para classificação em nível de risco III ou alto risco
0600-0/01	Extração de petróleo e gás natural	
2092-4/01	Fabricação de pólvoras, explosivos e detonantes	
2092-4/02	Fabricação de artigos pirotécnicos	
2092-4/03	Fabricação de fósforos de segurança	
4681-8/01	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)	
4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	
4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito do petróleo (GLP)	
4789-0/06	Comercial varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	
4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	Especificamente no que tange ao comércio de carvão e lenha

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 59, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Altera as Resoluções CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010; nº 48, de 11 de outubro de 2018; e nº 51, de 11 de junho de 2019.

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante deliberação ocorrida em reunião ordinária no dia 4 de agosto de 2020, no uso das competências que lhe conferem o § 7º do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e o inciso I do art. 2º do Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º A Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

V - atividade econômica de nível de risco III - alto risco: as atividades econômicas, relacionadas no Anexo II a esta Resolução, que exigem vistoria prévia por parte dos órgãos e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações, antes do início do funcionamento da empresa, exceto para o MEI, hipótese em que se aplica o disposto no art. 16 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018;

....." (NR)

Art. 2º O Anexo II à Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

CNAE	DESCRIÇÃO
.....	.....
3250-7/05	Fabricação de materiais para medicina e odontologia
	REVOGADO
	REVOGADO
3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo
.....	.....
4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos
	REVOGADO
4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)
.....	.....

" (NR)

Art. 3º A Resolução nº 48, de 11 de outubro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O procedimento especial de registro, licenciamento, alteração, baixa, cancelamento, suspensão, anulação e legalização do MEI, por meio do Portal do Empreendedor, obedecerá ao disposto nesta Resolução, devendo ser observado pelos órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais responsáveis pelo registro, alteração, baixa e concessão de inscrições tributárias, alvarás e licenças de funcionamento ou sua dispensa." (NR)

"Art. 3º .....

.....

IX - adoção do mecanismo de acesso digital único do usuário aos serviços públicos, previsto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2018, para fins de identificação e autenticação segura do empreendedor." (NR)

"Art. 7º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e ainda às demais entidades e órgãos, exigirem taxas, emolumentos, custos, inclusive prévios e suas renovações, ou valores a qualquer título referentes à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, à dispensa de licença ou alvará, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao MEI, incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de licenciamento, sindicais, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas, conforme o § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

....." (NR)

"Art. 15. .....

§ 1º As informações mencionadas no caput deverão possibilitar ao MEI decidir quanto ao registro, alteração, baixa, legalização e emissão eletrônica do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

....." (NR)

"Art. 16. O MEI manifestará sua concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento a partir do ato de inscrição ou alteração, emitido eletronicamente, que permitirá o exercício de suas atividades.

§ 1º A Prefeitura Municipal poderá se manifestar a qualquer tempo quanto à correção do endereço de exercício da atividade do MEI relativamente à sua descrição oficial, assim como quanto à possibilidade de que este exerça as atividades constantes do registro e enquadramento na condição de MEI.

§ 2º REVOGADO

.....

§ 4º Manifestando-se contrariamente à possibilidade de que o MEI exerça suas atividades no local indicado no registro, o Município ou o Distrito Federal deverá notificar o interessado, fixando-lhe prazo para a transferência da sede de suas atividades, sob pena de cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

.....

§ 6º REVOGADO

.....

§ 8º O cancelamento do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento efetuado pelo Município ou Distrito Federal cancela o CCMEI definitivamente e perante todos os demais órgãos envolvidos no registro do MEI.

§ 9º A manifestação de concordância quanto ao conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento de que trata o caput abrangerá todas as ocupações permitidas ao Microempreendedor Individual, conforme definidas em Resolução do CGSN." (NR)

"Art. 17. O Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento conterá declaração eletrônica do MEI, sob as penas da lei, quanto:

I - ao conhecimento e atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa de alvará de licença e funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos;

II - à autorização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades, ainda que em sua residência, para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e

III - ao conhecimento que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município acarretará o cancelamento da dispensa de alvará e licença de funcionamento.

§ 1º Os órgãos e entidades responsáveis pela emissão de alvarás e licenças de funcionamento deverão fornecer as orientações e informações mencionadas no caput ao MEI ou ao seu preposto, quando de consulta presencial, ou ainda por meio do Portal do Empreendedor.

....." (NR)

"Art. 18. O Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento integrará o processo eletrônico de inscrição do MEI." (NR)

"Art. 21. As vistorias para fins de verificação da observância dos requisitos ensejadores da dispensa de alvará e licença de funcionamento deverão ser realizadas após o início de operação da atividade do MEI." (NR)

"Art. 23. .....

.....

V - a expressão "Dispensado de alvará e licença de funcionamento";

.....

Parágrafo único. A emissão, uso e o cancelamento do documento a que se refere o caput serão regulados pela Prefeitura Municipal." (NR)

"Art. 24. .....

.....

§ 4º Enquanto o Portal do Empreendedor não dispuser de processos informatizados, integrados e instantâneos para a pesquisa a que se refere o caput, esta pesquisa não poderá ser exigida pelos órgãos municipais, prevalecendo, nessa situação, os efeitos do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento." (NR)

"Art. 32. No ato de inscrição e registro do MEI, este deverá se autenticar por meio do mecanismo previsto no inciso IX do artigo 3º desta Resolução e, posteriormente, informar o número do recibo de entrega da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), se entregue, ou o número do Título de Eleitor, quando a pessoa física que estiver se registrando não tiver entregado a DIRPF.

....." (NR)

"Art. 41. .....

I - .....

.....

e) .....

.....

2. Declaração de opção pelo Simples Nacional, de acordo com o Anexo II a esta Resolução;

3. Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento, de acordo com o Anexo III a esta Resolução;

4. Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME), de acordo com o Anexo IV a esta Resolução; e

5. para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos, Declaração de Capacidade, de acordo com o Anexo V a esta Resolução.

f) nos atos de alteração, o MEI registrará sua conformidade à uma nova declaração do "Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento ", citado acima, assinalando-a no formulário eletrônico;

.....

i) efetuada a inscrição, alteração ou baixa, os dados cadastrais e a atual situação do MEI deverão ser disponibilizados para os órgãos e entidades responsáveis pela inscrição fiscal, pela dispensa do alvará e licenças de funcionamento e pela sua legalização, inclusive, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1) efetuada a inscrição do MEI, os dados cadastrais correspondentes serão disponibilizados, para os demais órgãos e entidades responsáveis pela sua legalização, inclusive os destinados ao Simples Nacional e à Previdência Social, e para os demais órgãos e entidades responsáveis pela inscrição fiscal e pela dispensa do alvará e licenças de funcionamento." (NR)

"Art. 42. .....

.....

V - REVOGADO;

.....

VIII - dados comprobatórios da vigência da Dispensa de Alvará de Licença e Funcionamento, inclusive o Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento; e

....." (NR)

"Art. 44. O CCMEI é o documento hábil de registro e dispensa de licenciamento, para comprovar inscrições, dispensas de alvarás e licenças e enquadramento do MEI na sistemática SIMEI perante terceiros." (NR)

"Art. 45. REVOGADO" (NR)

"Art. 46. REVOGADO" (NR)

"Art. 47. REVOGADO" (NR)

"Art. 49. Não havendo possibilidade de algum resultado referente à inscrição tributária ou à dispensa de alvará ou licenças ser verificado no CCMEI, em virtude de os procedimentos correspondentes ainda não estarem informatizados e integrados, o interessado deverá obter as informações nos respectivos órgãos ou entidades." (NR)

"Art. 63. A Gestão da Política Pública de Registro e Legalização do MEI, inclusive o Portal do Empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br) é de competência da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, parte integrante da estrutura regimental do Ministério da Economia." (NR)

Art. 4º Os anexos à Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018, passam a vigorar na forma dos anexos a esta Resolução.

Art. 5º O Anexo I à Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

Código CNAE	Descrição da atividade econômica	Condição para classificação em baixo risco, "baixo risco A", risco leve, irrelevante ou inexistente
.....	.....	.....
1032-5/99	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	Desde que o resultado do exercício da atividade econômica não seja diferente de produto artesanal
.....	.....	.....
1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	
.....	.....	.....
1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	
.....	.....	.....
1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	
.....	.....	.....
2539-0/01	Serviços de usinagem, tornearia e solda	Desde que não haja operações de jateamento (jato de areia)
.....	.....	.....
3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	Desde que não haja no exercício a fabricação de escova dental
3299-0/02	Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório	Desde que não haja armazenamento e/ou geração de resíduos químicos perigosos
3299-0/06	Fabricação de velas, inclusive decorativas	Desde que não haja no exercício da atividade a fabricação de velas, sebo e/ou estearina utilizadas como cosmético ou saneante
.....	.....	.....
4712-1/00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	
4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	
4721-1/02	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	
.....	.....	.....

" (NR)

Art. 6º Ficam excluídas as seguintes atividades econômicas do Anexo II à Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010:

I - CNAE 3250-7/07, Fabricação de artigos ópticos;

II - CNAE 3291-4/00, Fabricação de escovas, pincéis e vassouras; e

III - CNAE 4772-5/00, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

Art. 7º Ficam incluídas as seguintes atividades econômicas no Anexo I à Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019:

I - CNAE 3299-0/02, Fabricação de canetas, lápis e outros artigos para escritório, com a condição para classificação em baixo risco "desde que não haja armazenamento e/ou geração de resíduos químicos perigosos"; e

II - CNAE 4713-0/02, Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines.

Art. 8º Ficam revogados:

I - o Anexo I à Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010;

II - o § 2º do art. 16 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018;

III - o § 6º do art. 16 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018;

IV - o inciso V do art. 42 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018;

V - o art. 45 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018;

VI - o art. 46 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018; e

VII - o art. 47 da Resolução CGSIM nº 48, de 11 de outubro de 2018.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
p/ Comitê

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Declaro, sob as penas da Lei, ser capaz, não estar impedido de exercer atividade empresária e que não possuo outro registro de empresário.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES NACIONAL

Declaro que opto pelo Simples Nacional e pelo SIMEI (arts. 12 e 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), que não incorro em quaisquer das situações impeditivas a essas opções (arts. 3º, 17, 18-A e 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE COM EFEITO DE DISPENSA DE ALVARÁ E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA

Declaro, sob as penas da Lei, que me enquadro na condição de Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE

Declaro, sob as penas da Lei, ser legalmente emancipado.

ANEXO VI

DADOS A SEREM TRANSMITIDOS PARA FINS DE REGISTRO E DISPENSA DE LICENÇAS E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO

1. Dados constantes da tela de coleta:

a) CPF (recuperado do mecanismo de autenticação única);
b) Nome Civil (recuperado da base CPF);
c) Identidade;
d) Nacionalidade (recuperado da base CPF);
e) Data de Nascimento (recuperado da base CPF);
f) Sexo (recuperado da base CPF);
g) Nome da Mãe (recuperado da base CPF, se houver cadastro);
h) Endereço Residencial;
i) Nome Empresarial;
j) Endereço Comercial;
k) Capital - R$ 1,00;
l) Telefone;
m) Telefone celular (recuperado do mecanismo de autenticação única);
n) E-mail;
o) CNAEs principal e secundárias (tabela de ocupações para MEI);
p) Objeto (tabela de ocupações para MEI);
q) Data de início de atividades; e
r) Data de formalização.

2. Dados atribuídos, não constantes da tela de coleta:

a) Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE; e
b) Número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

3. Declarações:

a) Declaração de Desimpedimento - Anexo I;
b) Declaração de Opção pelo Simples Nacional - Anexo II;
c) Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento - Anexo III;
d) Declaração de Enquadramento como Microempresa - Anexo IV; e
e) Declaração de Capacidade - Anexo V.

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 60, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelos Subcomitês estaduais do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM nos Estados e no Distrito Federal.

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante deliberação ocorrida em reunião ordinária no dia 4 de agosto de 2020, no uso das competências que lhe conferem o § 7º do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e o inciso I do art. 2º e o art. 6º do Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as diretrizes para os subcomitês do CGSIM nos Estados e no Distrito Federal, com a finalidade de estimular e desenvolver ações voltadas à simplificação e desburocratização do registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

Art. 2º Os Estados e o Distrito Federal deverão criar ou manter em funcionamento Subcomitês do CGSIM, observadas as normas e orientações do Comitê.

Art. 3º Compete aos subcomitês do CGSIM nos Estados e no Distrito Federal:

I - zelar pelo fiel cumprimento das medidas de simplificação e desburocratização, sobretudo constantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e das Resoluções do CGSIM;

II - articular e executar ações para plena integração dos municípios, órgãos de registro, licenciamento e administrações tributárias, no âmbito estadual e municipal;

III - elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação da REDESIM, nos Estados e Distrito Federal;

IV - definir e promover a execução do programa de trabalho com base nas metas estabelecidas pelo CGSIM;

V - realizar o acompanhamento e a avaliação periódicos do programa de trabalho aprovado, assim como estabelecer os procedimentos básicos para o acompanhamento e a avaliação das atividades e das ações a cargo dos respectivos representantes, em conformidade com o estabelecido pelo CGSIM;

VI - conscientizar e orientar os órgãos e entidades estaduais e municipais sobre a importância de operacionalização das normas e implantação de medidas voltadas à simplificação;

VII - acompanhar o número de procedimentos e o tempo para conclusão do processo de registro, legalização de empresários e pessoas jurídicas, propondo e executando medidas que viabilizem a eliminação de procedimentos e a redução do tempo;

VIII - encaminhar bimestralmente à Secretaria-Executiva do CGSIM o resultado dos trabalhos do subcomitê em prol da simplificação e desburocratização;

IX - notificar os órgãos que descumprirem as normas e orientações; e

X - noticiar os casos de desrespeito às normas de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas à Secretaria-Executiva do CGSIM, inclusive quanto à edição de normas locais que desrespeitem os comandos e premissas da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e das Resoluções do CGSIM.

Art. 4º Os subcomitês, nos Estados e no Distrito Federal, deverão observar em sua composição:

I - preferencialmente, simetria com a composição do CGSIM, de modo a compor os colegiados de forma democrática e plural, com representações dos órgãos e entidades envolvidos no processo de registro e legalização de empresas;

II - obrigatoriamente, incumbir a coordenação dos trabalhos ao Presidente da Junta Comercial; e

III - obrigatoriamente, o limite máximo de 10 (dez) membros.

Art. 5º Nas unidades da Federação em que existir subcomitê estruturado e em atividade na data da entrada em vigor desta Resolução:

I - sua organização e composição poderá ser mantida, observada a impossibilidade de inclusão de novos membros, caso o limite constante do art. 4º, III, já tenha sido atingido; e

II - deverão passar a cumprir as obrigações constantes desta Resolução.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - a Resolução CGSIM nº 12, de 17 de dezembro de 2009;

II - a Resolução CGSIM nº 21, de 9 de junho de 2010; e

III - a Resolução CGSIM nº 42, de 25 de outubro de 2017.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
p/ Comitê

RESOLUÇÃO CGSIM Nº 61, DE 12 AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre medidas de simplificação e prevê o modelo operacional de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

O COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM, consoante reunião ordinária ocorrida em 4 de agosto de 2020, com fundamento no § 7º do art. 2º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, e no inciso II do art. 2º do Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019;

CONSIDERANDO que o processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas deverá observar os dispositivos legais instituídos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, atendendo as premissas da compatibilização e integração de procedimentos; vedação da duplicidade de exigências; garantia da linearidade do processo, sob a perspectiva do usuário; coleta única de dados cadastrais e documentos; independência das bases de dados; e compartilhamento e equivalência de informações; e

CONSIDERANDO a necessidade premente da melhoria da posição do Brasil no ranking Doing Business do Banco Mundial no indicador de abertura de empresas, para propiciar atração de investimentos e geração de emprego e renda, resolve:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece os modelos de integração da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM para realização do registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

Parágrafo único. As disposições desta Resolução se aplicam aos órgãos e entidades da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, responsáveis pelo processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, no âmbito da REDESIM.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução, considera-se como:

I - Processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, pesquisa prévia, nos casos em que exigida, o registro de empresários e pessoas jurídicas, as inscrições fiscais e o licenciamento de atividades.

II - Portal Nacional da REDESIM: sistema informatizado que contém informações e orientações sobre as etapas de pesquisa prévia, registro, inscrição e licenciamento de atividades de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e em relação a entrada do processo.

III - Integrador Nacional: sistema informatizado de adoção obrigatória pelos órgãos partícipes, que contém os aplicativos para troca de dados e validações com os Integradores Estaduais, coleta eletrônica de informações, nos termos do modelo A, e módulos de licenciamento, de gerenciamento e auditoria.

IV - Integrador Estadual: sistema informatizado de adoção obrigatória pelos órgãos partícipes, que contém os aplicativos para coleta de informações, troca de dados com os órgãos e entidades estaduais e municipais responsáveis pelo processo de registro e legalização, bem como com o Integrador Nacional, e módulos de gerenciamento e auditoria.

V - Órgãos de Registro: responsáveis pelo registro dos atos de empresários e pessoas jurídicas.

VI - Pesquisa prévia: ato pelo qual o interessado submete consultas, por meio eletrônico e on-line com a finalidade de obter a viabilidade de localização, pesquisa de nome da pessoa jurídica e classificação de risco das atividades.

VII - Base Nacional de Empresas: repositório centralizado dos dados de cada etapa do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

§ 1º Incumbe ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI zelar pelo cumprimento dos dispositivos constantes desta Resolução, bem como coordenar a realização dos trabalhos voltados para simplificação e desburocratização do registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas.

§ 2º A pesquisa prévia de nome empresarial será dispensada na hipótese de a pessoa jurídica optar por utilizar o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ como nome empresarial, seguido da partícula identificadora do tipo societário.

§ 3º A pesquisa prévia de viabilidade locacional será dispensada do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas nos casos em que:

I - a atividade exercida seja realizada exclusivamente de forma digital;

II - não for possível responder pelo Integrador Estadual de forma automática, imediata, instantânea e sem análise humana; e

III - a coleta dos dados necessários para resposta não for realizada no sistema disponibilizado pelo Integrador Estadual.

§ 4º Nas hipóteses constantes do § 3º, deverá ser preenchida autodeclaração no Integrador Estadual de que o empresário ou a pessoa jurídica, sob as penas da lei, atenderá aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pelo Município.

§ 5º Entende-se como requisitos legais, nos termos do § 4º, aqueles devidamente disponibilizados de forma clara e objetiva aos usuários no sítio institucional do respectivo órgão.

§ 6º A viabilidade prévia deverá ser gratuita, nos casos em que exigida.

§ 7º As secretarias de estado de fazenda e de finanças dos Municípios não deverão exigir dos empresários e pessoas jurídicas números de inscrição, além do CNPJ, número de identificação nacional cadastral única, nos termos do art. 8º, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

TÍTULO II

DA ARQUITETURA DE INTEGRAÇÃO DO REGISTRO E LEGALIZAÇÃO

Art. 3º A arquitetura de integração da REDESIM será formada:

I - Pelo Portal Nacional da REDESIM, sendo de responsabilidade:

a) da Receita Federal do Brasil - RFB, em articulação com os demais órgãos componentes da REDESIM, o seu desenvolvimento, manutenção, hospedagem e publicação; e

b) dos órgãos partícipes, a atualização dos respectivos conteúdos.

II - Pelo Integrador Nacional, sendo de responsabilidade:

a) da RFB, em articulação com os demais órgãos componentes da REDESIM, o seu desenvolvimento, manutenção e hospedagem; e

b) dos órgãos partícipes, a atualização dos respectivos conteúdos.

III - Pela Base Nacional Cadastral Única - BNE, sendo responsabilidade:

a) conjunta do DREI e da RFB, o seu desenvolvimento, manutenção e hospedagem no ambiente do CNPJ; e

b) do Integrador Nacional, pela atualização de seu conteúdo.

IV - Por um Integrador Estadual por Estado da federação e um no Distrito Federal, sendo de responsabilidade da respectiva Junta Comercial ações voltadas para integração relativas ao desenvolvimento, manutenção, hospedagem e publicação, e dos órgãos partícipes a atualização dos respectivos conteúdos.

§ 1º O Portal do Empreendedor, sob responsabilidade da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, terá comunicação com o Portal Nacional.

§ 2º O Portal Nacional e o Portal do Empreendedor serão disponibilizados no Portal único "Gov.br".

§ 3º A atividade da Junta Comercial como Integrador Estadual não se confunde com sua atribuição de órgão de registro.

§ 4º Os Integradores Estaduais deverão:

I - zelar pelo fiel cumprimento da legislação e das normas em vigor para o registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas;

II - envidar os esforços necessários para integração digital dos órgãos de registro e de legalização;

III - coordenar e articular os trabalhos realizados no âmbito estadual para redução de procedimentos e do tempo necessário para conclusão dos processos;

IV - encaminhar comunicações e orientações oficiais do CGSIM aos órgãos de legalização;

V - para os casos de dispensa de licenciamento, refletir as informações emitidas pelo Integrador Nacional e que constam do cartão do CNPJ;

VI - encaminhar mensalmente à Secretaria-Executiva do CGSIM dados e informações relativos aos órgãos de registro e legalização e sobre os trabalhos realizados voltados à simplificação no âmbito dos estados;

VII - disponibilizar acesso à Secretaria-Executiva do Comitê aos sistemas utilizados para realização do registro e legalização de empresas nos estados; e

VIII - reportar ao CGSIM denúncias do descumprimento da legislação ou das normativas em vigor.

§ 5º No caso de descumprimento devidamente comprovado das obrigações constantes do § 4º, o CGSIM deliberará sobre a possibilidade das atribuições do Integrador Estadual serem assumidas por outro órgão.

§ 6º Os Integradores Estaduais poderão a qualquer tempo notificar à Secretaria-Executiva do CGSIM sobre o desinteresse em desempenhar a função, caso no qual o CGSIM deliberará sobre qual órgão pode assumir as atribuições.

§ 7º A Secretaria-Executiva do CGSIM deverá realizar, periodicamente, análise de conformidade dos sistemas disponibilizados pelos Integradores Estaduais às normas de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, notificando à Presidência casos de descumprimento.

§ 8º O sistema Integrador Nacional e os sistemas Integradores Estaduais devem adotar identidade visual harmônica.

§ 9º O sistema Integrador Nacional e os sistemas Integradores Estaduais deverão utilizar protocolo único e a forma de autenticação de usuário do login único "Gov.br".

TÍTULO III

DOS MODELOS OPERACIONAIS DE REGISTRO E LEGALIZAÇÃO

Art. 4º O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas, bem como o processo de legalização, ocorrerá em observância aos modelos A ou B da REDESIM.

SUBTÍTULO I

DO MODELO A

CAPÍTULO I

DA PESQUISA PRÉVIA

Art. 5º Cabe à pesquisa prévia, quando exigida:

I - realizar a viabilidade de localização do estabelecimento;

II - realizar a pesquisa e reserva de nome da pessoa jurídica; e

III - classificar o risco das atividades e disponibilizar informações sobre os requisitos a serem cumpridos pelo usuário no processo de registro e legalização.

Art. 6º Em relação à pesquisa prévia, quando exigida, cabe ao Integrador Estadual:

I - coletar eletronicamente os dados e informações necessários à realização da pesquisa prévia referente à viabilidade de localização, ao nome da pessoa jurídica e classificação do risco da atividade;

II - disponibilizar os dados das solicitações para os municípios e receber as respectivas respostas relativas à viabilidade de localização;

III - disponibilizar os dados das solicitações para o órgão de registro e receber a respectiva resposta relativa à pesquisa e reserva do nome da pessoa jurídica; e

IV - disponibilizar a resposta da pesquisa prévia, quando exigida, para o Integrador Nacional.

Art. 7º Cabe ao município, nos termos de Resolução específica do CGSIM:

I - definir os dados a serem coletados pelo Integrador Estadual para realização da viabilidade de localização, quando exigida; e

II - dar resposta ao Integrador Estadual sobre as solicitações de viabilidade de localização, no prazo definido, incluindo as orientações, requisitos condicionantes e os respectivos motivos, caso negativa.

Art. 8º Cabe ao Órgão de Registro competente receber e dar resposta ao Integrador Estadual sobre a possibilidade do uso, a respectiva reserva do nome da pessoa jurídica e o devido prazo de validade da reserva, quando exigida a pesquisa prévia de nome empresarial.

Art. 9º A resposta negativa à solicitação de viabilidade de localização e/ou de pesquisa de nome da pessoa jurídica impede o início da coleta eletrônica de informações, devendo ser motivada e informada a respectiva base legal.

Art. 10. A resposta positiva à solicitação de viabilidade de localização deverá vir acompanhada de orientações e requisitos condicionantes à operação futura do estabelecimento.

Art. 11. A análise de viabilidade de localização, quando exigida, deve ser realizada com base exclusivamente nos dados e informações coletados pelo Integrador Estadual, que não deverá disponibilizar funcionalidades para recepção e acompanhamento de entrega presencial de documentos e de vistorias prévias, respectivamente.

Art. 12. A resposta positiva à solicitação de viabilidade de localização terá validade contada a partir da data do recebimento dos respectivos dados pelo Integrador Estadual.

Parágrafo único. Somente serão recuperados pelo Integrador Nacional os dados das pesquisas prévias, quando exigidas, aprovadas e que estejam no prazo de validade.

CAPÍTULO II

COLETA ELETRÔNICA DE INFORMAÇÕES

Art. 13. Cabe à coleta eletrônica de informações:

I - recuperar os dados utilizados para a pesquisa prévia, quando exigida, junto ao Integrador Estadual;

II - coletar os dados comuns, fixados nacionalmente, para o registro e inscrições tributárias; e

III - validar os dados coletados em relação à situação cadastral da pessoa jurídica e dos sócios.

Parágrafo único. Cabe à Receita Federal do Brasil validar de forma on-line a situação cadastral do CNPJ das pessoas jurídicas e do CPF dos sócios.

Art. 14. Cabe ao Integrador Nacional disponibilizar aplicativo exclusivamente eletrônico e on-line, que garanta a uniformidade e padronização da comunicação entre a Receita Federal do Brasil e os Integradores Estaduais.

Parágrafo único. Os dados da pesquisa prévia recuperados pelo Integrador Nacional não poderão ser editados.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO E DAS INSCRIÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 15. Cabe ao registro e inscrições tributárias:

I - realizar o registro de empresários, pessoas jurídicas e demais entes passíveis de inscrição no CNPJ nos órgãos de registro; e

II - realizar as inscrições de natureza tributária nos respectivos órgãos federal, estaduais e municipais.

Art. 16. Cabe ao Integrador Nacional:

I - enviar ao Integrador Estadual os dados coletados, criticados e validados na coleta eletrônica de informações; e

II - efetuar a inscrição no CNPJ, após o recebimento do número do registro fornecido pelos órgãos de registro, enviado pelo Integrador Estadual.

Parágrafo único. O Integrador Nacional, após validação, poderá gerar os documentos necessários ao registro.

Art. 17. Cabe ao Órgão de Registro:

I - disponibilizar a relação ou a geração de documentos necessários ao registro; e

II - indicar o motivo de exigências e a base legal para o indeferimento do registro.

Art. 18. Cabe aos Integradores Estaduais:

I - receber do Integrador Nacional os dados coletados, criticados e validados na coleta eletrônica de informações;

II - coletar dados específicos para os Órgãos de Registro, secretarias de estado de fazenda e secretarias de finanças dos municípios;

III - validar de forma on-line os dados relacionados à situação cadastral nos órgãos de registro, secretarias de estado de fazenda e secretarias de finanças dos municípios;

IV - receber os dados do órgão de registro e enviá-los para o Integrador Nacional;

V - receber o número de inscrição do CNPJ do Integrador Nacional;

VI - enviar os dados comuns e específicos recebidos, respectivamente do Integrador Nacional e do Integrador Estadual, para que o Estado, o Distrito Federal e os Municípios gerem as suas respectivas inscrições tributárias;

VII - receber do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios os respectivos números de inscrições tributárias; e

VIII - enviar ao Integrador Nacional as respectivas inscrições tributárias do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Os Integradores Estaduais, após validação prevista no inciso III desse artigo, poderão gerar os documentos necessários ao registro.

CAPÍTULO IV

DO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 19. Cabe ao licenciamento das atividades:

I - possibilitar a obtenção de licenças para o início da atividade de um estabelecimento; e

II - informar sobre os requisitos que deverão ser observados para o início das atividades do estabelecimento.

Art. 20. Cabe ao Integrador Estadual:

I - disponibilizar aplicativo para captação das regras de classificação de grau de risco dos órgãos de licenciamento;

II - disponibilizar aplicativo para comunicação da resposta dos órgãos de licenciamento às solicitações;

III - informar aos demais órgãos de licenciamento e de tributação sobre a conclusão do processo de licenciamento, se for o caso;

IV - informar ao Integrador Nacional sobre a conclusão do processo de licenciamento ocorrido em cada um dos respectivos órgãos; e

V - informar ao Integrador Nacional e aos demais órgãos de licenciamento e de tributação sobre a ocorrência de cassação ou de reativação da licença de atividades, se for o caso.

Art. 21. Cabe a cada órgão de licenciamento, em relação aos respectivos Integradores Estaduais:

I - fornecer e manter atualizados os dados e informações para a classificação do grau de risco da solicitação;

II - fornecer e manter atualizados os procedimentos e exigências, baseados na classificação do grau de risco, a serem cumpridos para a obtenção de licença;

III - informar e manter atualizadas as licenças concedidas e seu prazo de validade;

IV - informar os resultados dos procedimentos de licenciamento de solicitações classificadas como de alto risco; e

V - informar as ocorrências de cassação ou reativação de licença de atividades.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES E BAIXAS

Art. 22. No caso de alteração deverá ser verificada a necessidade de realização de pesquisa prévia.

Parágrafo único. Os Integradores Nacional e Estaduais deverão prever todas as situações de alteração previstas no caput.

Art. 23. Nos casos de alterações cadastrais ou baixas efetuadas exclusivamente em relação à matriz, o Integrador Nacional deverá enviar a informação para os Integradores Estaduais onde estão localizadas suas filiais, por intermédio de "Atos Informativos", para propiciar a atualização de suas bases de dados.

Parágrafo único. Entende-se por "Ato Informativo" as alterações cadastrais ou baixas realizadas do estabelecimento matriz que possam ter repercussão nos dados das respectivas filiais que estão localizadas em outro Integrador Estadual.

Art. 24. Nos casos de solicitação de baixa do estabelecimento, o processo de coleta de dados inicia-se no Integrador Nacional, seguido do registro do ato no órgão competente e da baixa da inscrição no CNPJ, bem como nos cadastros dos demais órgãos estaduais, do Distrito Federal e dos órgãos municipais envolvidos na solicitação.

Parágrafo único. A solicitação de baixa deverá seguir as seguintes etapas:

I - no Integrador Nacional:

a) coletar informações cadastrais e realizar críticas on-line;

b) enviar ao Integrador Estadual os dados coletados, criticados e validados;

c) receber o número de aprovação do arquivamento do ato de extinção dos Integradores Estaduais, após o registro no órgão competente;

d) promover a baixa do número de inscrição no CNPJ;

e) enviar aos Integradores Estaduais a informação de baixa do CNPJ; e

f) receber dos Integradores Estaduais a informação de baixa dos órgãos estaduais, do Distrito Federal e dos órgãos municipais envolvidos na solicitação.

II - no Integrador Estadual:

a) receber do Integrador Nacional os dados coletados, criticados e validados;

b) coletar dados específicos dos órgãos estaduais, do Distrito Federal e dos municípios e realizar críticas cadastrais on-line;

c) enviar o número de aprovação do arquivamento do ato de extinção ao Integrador Nacional após o registro no órgão competente;

d) receber a informação de baixa do CNPJ do Integrador Nacional;

e) enviar a informação de baixa no CNPJ para os órgãos estaduais, o Distrito Federal e os municípios; e

f) receber do Estado, Distrito Federal e Município as informações de baixa dos respectivos cadastros.

SUBTÍTULO II

DO MODELO B

CAPÍTULO I

PREMISSAS GERAIS

Art. 25. O modelo B de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas será adotado nos termos de ajuste celebrado entre a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e o respectivo Integrador Estadual.

Art. 26. O sistema Integrador Estadual permitirá o preenchimento de formulário digital que conterá todos os dados necessários para a pesquisa prévia, quando for exigida, registro, legalização e funcionamento do empresário ou pessoa jurídica, sendo vedada a realização de qualquer outra coleta para o registro, inscrições fiscais e emissão de licenças e alvarás, nos casos em que as atividades não comportem alto grau de risco.

§ 1º As respostas necessárias para conclusão do processo ocorrerão de forma on-line, automática, imediata, instantânea e sem qualquer análise humana.

§ 2º Deverá ser disponibilizada alternativa ao uso do certificado digital, mediante utilização de assinatura avançada no processo de registro e legalização.

CAPÍTULO II

DA COLETA ÚNICA DE INFORMAÇÕES

Art. 27. Cabe ao Integrador Estadual:

I - coletar eletronicamente os dados e informações necessários à realização das pesquisas prévias de viabilidade locacional e de nome empresarial, quando exigidas, e da classificação do risco da atividade;

II - disponibilizar os dados das solicitações para os municípios e receber as respectivas respostas relativas à pesquisa prévia de viabilidade locacional de forma automática, imediata, instantânea;

III - disponibilizar os dados das solicitações para o órgão de registro e receber a respectiva resposta relativa à pesquisa de nome de forma automática, imediata e instantânea;

IV - coletar os dados para os órgãos de registro, Receita Federal do Brasil, secretarias de estado de fazenda e secretarias de Finanças dos municípios;

V - validar de forma on-line os dados relacionados à situação cadastral nos órgãos de registro, Receita Federal do Brasil, secretarias de estado da fazenda e secretarias de finanças dos municípios;

VI - receber os dados do órgão de registro e enviá-los para o Integrador Nacional;

VII - receber o número de inscrição do CNPJ do Integrador Nacional;

VIII - enviar os dados coletados para que o estado, o Distrito Federal e os municípios gerem as suas respectivas inscrições tributárias;

IX - disponibilizar aplicativo para captação das regras de classificação de grau de risco dos órgãos de licenciamento;

X - disponibilizar aplicativo para comunicação da resposta dos órgãos de licenciamento às solicitações;

XI - informar aos demais órgãos de licenciamento e de tributação sobre a conclusão do processo de licenciamento, se for o caso;

XII - gerar os documentos necessários ao registro e emitir as licenças e alvarás necessários para o início da atividade, quando não for dispensada de alvarás e licenças;

XIII - disponibilizar dados relativos à pesquisa prévia de viabilidade locacional, quando exigida, e das inscrições fiscais estaduais e municipais e do licenciamento, para o Integrador Nacional; e

XIV - informar ao Integrador Nacional e aos demais órgãos de licenciamento e de tributação sobre a ocorrência de cassação ou de reativação da licença de atividades, se for o caso.

Art. 28. Cabe aos municípios:

I - definir os dados a serem coletados pelo Integrador Estadual, para realização da pesquisa prévia de viabilidade locacional, quando for exigida; e

II - dar resposta automática, imediata e instantânea ao Integrador Estadual sobre as solicitações, incluindo as orientações, requisitos condicionantes e os respectivos motivos, caso negativa.

Art. 29. Cabe ao Órgão de Registro competente:

I - receber e dar resposta ao Integrador Estadual sobre a possibilidade de uso do nome empresarial de forma automática, imediata e instantânea, quando for necessária a realização de pesquisa prévia de nome empresarial; e

II - realizar o registro de forma automática, instantânea, imediata, sem análise humana, nos termos previstos pelo DREI.

Art. 30. Cabe ao Integrador Nacional:

I - receber do Integrador Estadual os dados coletados;

II - realizar a validação e criticar os dados; e

III - efetuar a inscrição no CNPJ e enviar o número ao Integrador Estadual.

Art. 31. Cabe a cada órgão de licenciamento, em relação aos respectivos Integradores Estaduais:

I - fornecer e manter atualizados os dados e informações para a classificação do grau de risco da solicitação;

II - fornecer e manter atualizados os procedimentos e exigências, baseados na classificação do grau de risco, a serem cumpridos para a obtenção de licença;

III - informar e manter atualizadas as licenças concedidas e seu prazo de validade;

IV - informar os resultados dos procedimentos de licenciamento de solicitações classificadas como de alto risco; e

V - informar as ocorrências de cassação ou reativação de licença de atividades.

SUBTÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. O procedimento de inscrição do Microempreendedor Individual continuará ocorrendo de forma simplificada conforme previsto em Resolução do CGSIM, em observância à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 33. Os atos de ofício deverão ser comunicados mutuamente entre o Integrador Nacional e os Integradores Estaduais.

§ 1º Entende-se por ato de ofício as inscrições, alterações cadastrais e baixas efetuadas por iniciativa do órgão em sua respectiva base de dados.

§ 2º A comunicação entre o Portal do Simples Nacional e o Integrador Nacional relacionada à inclusão ou exclusão de pessoas jurídicas no Simples Nacional e/ou do SIMEI, e o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte praticado pela Receita Federal do Brasil, também serão considerados como atos de ofício.

§ 3º Verificada pela fiscalização de qualquer órgão componente da REDESIM divergência em dado cadastral do empresário ou da pessoa jurídica originário de instrumento de constituição, alteração ou baixa, deverá constar do auto a que seja reduzido o ato de fiscalização a obrigatoriedade de atualização ou correção daquele, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante registro de instrumento próprio no órgão executor do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, conforme o caso.

Art. 34. Ficam revogadas:

I - a Resolução CGSIM nº 25, de 18 de outubro de 2011;

II - a Resolução CGSIM nº 31, de 13 de janeiro de 2015;

III - a Resolução CGSIM nº 38, de 16 de dezembro de 2016;

IV - a Resolução CGSIM nº 40, de 28 de agosto de 2017; e

V - a Resolução CGSIM nº 50, de 19 de dezembro de 2018.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
p/ Comitê

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 17944.101734/2020-18
Interessado: Município de Santo André - SP.
Assunto: Contrato de Garantia a ser firmado entre a União e o Município de Santo André - SP, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Créditos, em Contragarantia, entre a União e o Município de Santo André - SP, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. e da CAIXA, ambos referentes a Contrato de Financiamento nº 0536.338-21, a ser firmado entre o referido ente e a CAIXA, no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cujos recursos serão destinados à reforma, modernização e construção de equipamentos públicos, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 17944.102901/2020-30
Interessado: Município de Teresina-PI
Assunto: Minutas de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Teresina-PI, com a interveniência da Caixa Econômica Federal- CAIXA (SEI nº 8859849) e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência da Caixa Econômica Federal-CAIXA, e do Banco do Brasil S.A, (SEI nº 8859864), referentes a Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Município e a CAIXA, no valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), cujos recursos serão destinados a despesas de capital para Implantação de Infraestrutura Urbana e Social, no âmbito do Programa FINISA, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 5.528, de 18/06/2020 (SEI 8859588).

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 17944.104620/2019-88
Interessados: Município de Maragogipe - BA e Caixa Econômica Federal.
Assunto: Contrato de Garantia a ser firmado entre a União e o Município de Maragogipe - BA, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Maragogipe, ambos relativos a Contrato de Financiamento a ser celebrado entre o município e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), cujos recursos são destinados à infraestrutura da sede e dos distritos do Município de Maragogipe, objetivando financiar programas de investimentos, como pavimentação, construção e/ou requalificação de espaços públicos, aquisição de máquinas, veículos e/ou equipamentos, obras civis em equipamentos públicos, iluminação, contrapartidas, reajustes, aquisição de bens imóveis, dentre outras despesas de capital.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 17944.102722/2020-01
Interessado: Município de Correia Pinto - SC
Assunto: Minutas de contrato de garantia, a ser celebrado entre a União e o Município de Correia Pinto - SC, com a interveniência da Caixa Econômica Federal- CAIXA (SEI nº 9621343) e minuta de contrato de contragarantia, a ser celebrado entre a União e a municipalidade, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e do Banco do Brasil S.A, (SEI nº 9621386), referentes a Contrato de Financiamento a ser firmado entre o Município e a CAIXA, no valor de R$ 3.828.348,00 (três milhões, oitocentos e vinte e oito mil, trezentos e quarenta e oito reais), cujos recursos serão destinados a obras de qualificação viária no âmbito do Programa Avançar Cidades, conforme autorizado pelas Leis Municipais nº 2.212, de 05/12/2018 (SEI 8616130), nº 2.328, de 03/06/2020 (SEI 8615990) e nº 2.336, de 10/07/2020 (SEI 9382236).

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do §5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE ICMS Nº 48, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Ato COTEPE/ICMS 23/18, que divulga a relação dos contribuintes beneficiados no cumprimento de obrigações tributárias relativas ao ICMS na prestação de serviço de transporte e na armazenagem de Etanol Hidratado Combustível - EHC e Etanol Anidro Combustível - EAC pelo sistema dutoviário.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, com base no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 02/14, de 17 de fevereiro de 2014 e no § 1º da cláusula primeira do Protocolo ICMS 05/14, de 21 de março de 2014,

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º do Ato COTEPE/ICMS 20/15, de 25 de março de 2015,

CONSIDERANDO a solicitação recebida da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, no dia 3 de agosto de 2020, registrada no Processo SEI nº 12004.100604/2020-56, torna público:

Art. 1º Fica acrescido o item 19 à "Relação de contribuintes beneficiados" do Ato COTEPE/ICMS 23/18, de 27 de março de 2018, no campo referente ao Estado do Rio de Janeiro, com a seguinte redação:

ITEM	UF	TIPO DE ETANOL		CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL
		EAC	EHC			
19	RJ	SIM	SIM	71770689000939	11592597	TOTAL BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

PORTARIA Nº 18.791, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Portaria GME n° 117, de 26 de março de 2019, publicada no DOU de 27 de março de 2019, seção 1, página 9 (Processo nº 10132.100382/2020-81), resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para o mês de agosto de 2020, os fatores de atualização:

I - das contribuições vertidas de janeiro de 1967 a junho de 1975, para fins de cálculo do pecúlio (dupla cota) correspondente, serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2020;

II - das contribuições vertidas de julho de 1975 a julho de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (simples), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,003300 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2020 mais juros;

III - das contribuições vertidas a partir de agosto de 1991, para fins de cálculo de pecúlio (novo), serão apurados mediante a aplicação do índice de reajustamento de 1,000000 - utilizando-se a Taxa Referencial-TR do mês de julho de 2020; e

IV - dos salários-de-contribuição, para fins de concessão de benefícios no âmbito de Acordos Internacionais, serão apurados mediante a aplicação do índice de 1,004400.

Art. 2º A atualização monetária dos salários-de-contribuição para a apuração do salário-de-benefício, de que trata o art. 33 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e a atualização monetária das parcelas relativas aos benefícios pagos com atraso, de que trata o art. 175 do referido Regulamento, no mês de agosto de 2020, será efetuada mediante a aplicação do índice de 1,004400.

Art. 3º A atualização de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 do RPS, será efetuada com base no mesmo índice a que se refere o art. 2º.

Art. 4º Se após a atualização monetária dos valores de que tratam os §§ 2º a 5º do art. 154 e o art. 175 do RPS, os valores devidos forem inferiores ao valor original da dívida, deverão ser mantidos os valores originais.

Art. 5º As respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social, página "Legislação da Previdência Social".

Art. 6º O Ministério da Economia, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV adotarão as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO BIANCO LEAL

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 7 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão proferida no Processo Judicial n.º 1000289-05.2019.5.02.0442, proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Santos, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 30509/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46261.005500/2017-14 , de interesse do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Santos e dos Empregados em Empresas de Limpeza Urbana e Áreas Verdes de São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande, CNPJ:03.561.490/0001-93, processo n. 46261.005500/2017-14, nos termos do art. 22, inciso I e 47 da Portaria 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

DESPACHOS DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento de Decisão Judicial (9491102), Processo nº 0000534-24.2020.5.10.0006, procedente da 6ª Vara do Trabalho de Brasília - DF, TRT da 10ª Região, determinando a análise dos autos no prazo total de 10 (dez) dias úteis; com fundamento na Portaria nº 186/2008 c/c Art.21, II da Portaria nº 17.593/2020, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 31016/2020/ME (9620866), resolve: a) Arquivar as Impugnações nº 46000.001278/2017-51, 46000.001608/2017-17, 46000.001631/2017-01, 46000.001661/2017-18, 46000.001708/2017-35, nos termos do art. 10, inciso V, da Portaria nº 186/2008, c/c art. 50 da Portaria n.° 326/2013, c/c Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, b) Conceder a Alteração Estatutária (RAE) à FEBRAC - Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação, Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 46000.003012/2016-62 (SA03401), CNPJ: 00.718.734/0001-00, para coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria econômica com abrangência de serviços de limpeza, conservação, acrescentando a manutenção geral, de prédios de qualquer tipo, inclusive, de edifícios residenciais, escritórios, fábricas, armazéns, hospitais, prédios públicos e outros prédios que desenvolvam atividades comerciais e de serviços; serviços de limpeza, conservação e manutenção de móveis, jardins; serviços de limpeza urbana; serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos; preservação ambiental; serviços de medições para expedições de contas de fornecimentos públicos de energia e água/esgotos e entregas; bem como compreende empresas de serviços terceirizados de portaria e vigia em geral, inclusive em condomínios e edifícios; de faxineiros ou serventes; de limpadores de caixas-d'água; de trabalhadores braçais; de agentes de campo; de ascensoristas; de copeiros; de capineiros; de dedetizadores; de limpadores de vidros; de manobristas; de garagistas; de reprografistas; de operadores de carga; de auxiliares de jardinagem; de contínuos ou office-boys; de faxineiros de limpeza técnica industrial e outras; de recepcionistas ou atendentes; de motoristas no caso dos veículos serem fornecidos pelo contratante; de serviços temporários; de serviços permanentes ou contínuos; em conformidade com a lista da Cartilha de Orientação ao Tomador de Serviços, expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - Inspeção do Trabalho, dos sindicatos a ela filiados, com abrangência Nacional, nos termos do art. 14, inciso II, da Portaria nº 186/2008, c/c art.21, II da Portaria nº 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000444-13.2020.5.10.0007, procedente da 7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 30810/2020/ME (SEI 9582237), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46214.001114/2017-19, de interesse do SINDICATO REGIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS DA REGIÃO DE SIMPLÍCIO MENDES - PI - SINDRACS/ACE - SIMPLICIO MENDES/ PI, CNPJ 14.144.167/0001-30, para representação da categoria dos Trabalhadores Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Simplício Mendes, Campinas do Piauí, Isaias Coelho, Conceição do Canindé, Bela Vista do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, Paes Landim, Pedro Laurentino, Lagoa do Barro do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo e Nova Santa Rita, no Estado Piauí, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

DESPACHO DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Considerando o disposto na Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, CERTIFICO que a Sociedade de Crédito ao Micro Empreendedor do Planalto Norte - PLANORTE, inscrita no CNPJ sob o n. 03.666.116/0001-52, encontra-se cadastrada no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Processo SEI-ME n. 19967.100384/2020-21.

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO
Secretário

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 4.174, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Altera os Anexos II, III e IV da Portaria nº 925, de 28 de junho de 2018, que estabelece o Inventário de Competências Institucionais e Individuais no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Os Anexos II, III e IV da Portaria RFB nº 925, de 28 de junho de 2018, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II e III, respectivamente, desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSE BARROSO TOSTES NETO

ANEXO I

COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS FUNDAMENTAIS

1. Comunicação Eficaz: Expressar-se por escrito e oralmente de forma objetiva, utilizando linguagem acessível, inteligível e adequada às características do interlocutor.

2. Conduta Profissional: Conduzir suas atividades profissionais e interpessoais de acordo com o conjunto de regras de conduta e preceitos éticos estabelecidos em legislação aplicável aos agentes públicos.

3. Trabalho em equipe: Desempenhar as atividades de forma participativa e cooperativa, apoiado em objetivos e metas compartilhados.

4. Autodesenvolvimento: Identificar as necessidades e tomar iniciativas de desenvolvimento profissional e pessoal continuado, alinhado aos objetivos e competências institucionais.

5. Criatividade e Inovação: Propor soluções e práticas inovadoras no âmbito organizacional, para a excelência nos serviços prestados pela instituição, empregando técnicas de produção criativa.

6. Racionalidade na utilização dos recursos: Utilizar os recursos institucionais de acordo com os princípios da sustentabilidade, economicidade, transparência, eficiência e eficácia, buscando a redução dos custos operacionais.

7. Excelência na prestação de serviços: Prestar serviços aos públicos interno e externo, com foco no atendimento das expectativas e demandas específicas, atuando com cortesia e tempestividade.

8. Autogerenciamento: Organizar e realizar as próprias tarefas, estabelecendo prioridades e prevendo os prazos para sua realização, em conformidade com os objetivos institucionais.

9. Autocrítica: Ajustar sua conduta a partir da identificação dos pontos positivos e negativos da sua atuação profissional, e de devolutivas (feedback) recebidas.

10. Relacionamento Interpessoal: Interagir com as pessoas no ambiente de trabalho, de forma empática, contribuindo para o convívio harmonioso, respeitoso e produtivo.

ANEXO II

COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS GERENCIAIS

1. Visão Estratégica: Estabelecer estratégias que considerem o papel e o contexto de atuação da RFB, nos âmbitos interno e externo, alinhadas aos propósitos institucionais de curto, médio e longo prazo.

2. Publicidade: Identificar e socializar informações (Diretrizes, Valores e Objetivos Institucionais), nos diferentes meios de comunicação, que possam fortalecer a imagem da Instituição junto à população e ao próprio órgão.

3. Representação: Representar a RFB em eventos internos e externos, de acordo com seu conhecimento técnico, com postura, clareza e comunicação adequada.

4. Orientação estratégica: Elaborar objetivos, metas e iniciativas para as unidades e equipes alinhadas às estratégias institucionais, identificando necessidades e prioridades para a maximização dos resultados.

5. Planejamento: Definir objetivos, investimentos, ações e resultados alinhados aos objetivos do Planejamento Estratégico da Unidade e da instituição.

6. Visão sistêmica: Tomar decisões considerando a interação e a interdependência entre processos de trabalho, setores e unidades, avaliando os impactos de suas ações para a obtenção dos resultados institucionais.

7. Organização do Trabalho: Organizar tarefas da equipe, estabelecendo prioridades e prevendo o tempo necessário para sua realização.

8. Delegação de tarefas: Distribuir as atividades sob sua responsabilidade, de acordo com os objetivos da unidade e perfil e as competências da equipe, otimizando recursos e tempo de trabalho.

9. Gestão de Projetos: Monitorar a execução de projetos, programas e ações de acordo com os objetivos estratégicos do Órgão, dentro do prazo e orçamento, metodologias e ferramentas definidos institucionalmente.

10. Gestão com Foco em Resultado: Monitorar e avaliar a qualidade das ações e soluções executadas e seu impacto para o alcance dos objetivos definidos pelo Planejamento Estratégico da unidade e da instituição.

11. Liderança de Equipes: Liderar pessoas favorecendo o desenvolvimento e a integração entre os membros da equipe, em prol de um ambiente colaborativo e harmônico.

12. Gestão de Equipes Virtuais: Gerenciar equipes de trabalho por meio de tecnologias de comunicação e informação, adotando padrões de conduta apropriados para relações interpessoais virtuais.

13. Gerenciamento de Talentos: Alocar os membros da equipe de trabalho em atividades e projetos, considerando suas competências, desempenho, expectativas profissionais e os objetivos da instituição.

14. Negociação: Estabelecer acordos e consensos com pessoas e grupos de acordo com as condições e contrapartidas da instituição, utilizando técnicas de negociação por meio de processo democrático, ético e legal.

15. Oferecer Devolutiva (feedback): Oferecer ao servidor informações a respeito de seu desempenho, apontando pontos positivos e pontos a melhorar.

16. Flexibilidade: Aceitar e assumir opiniões, ideias e pensamentos de outras pessoas, revendo posições e mostra-se aberto ao feedback (devolutiva).

17. Gestão da Inovação: Estimular a proposição de soluções inovadoras para incremento dos serviços prestados pela instituição.

18. Condução de Mudanças: Criar ambiente favorável a processos de mudança organizacional em conjunto com a equipe, de acordo com a realidade e/ou os desafios apresentados.

19. Articulação: Construir redes de suporte, apoio e cooperação com atores Inter e intraorganizacionais para consecução de objetivos comuns.

20. Gestão de Conflitos: Mediar conflitos, considerando as partes envolvidas e propondo soluções viáveis, com foco na efetividade organizacional.

ANEXO III

COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS ADMINISTRATIVAS

1. Elaboração de documentos: Elaborar minutas, documentos, pareceres e despachos, observando o Manual de Redação da RFB, as normas legislativas e específicas de cada área de atuação.

2. Análise Jurídica: Confrontar o texto da norma com os fatos em questão, identificando os aspectos do marco legal cabível à situação.

3. Teletrabalho: Executar suas atividades profissionais fora das dependências da RFB, utilizando tecnologias de comunicação e sistemas de informação adequados.

4. Planilha eletrônica básica: Inserir textos e números em uma planilha, utilizando fórmulas e funções simples (soma, subtração, multiplicação e divisão).

5. Visão Institucional: Identificar responsabilidades e competências de cada unidade organizacional, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno e documentos da estrutura organizacional.

6. Manifestações jurídicas: Elaborar manifestações jurídicas, orais ou escritas, de acordo com suas competências, fundamentadas na doutrina e jurisprudência, respeitando as legislações pertinentes.

7. Gestão documental: Encaminhar e/ou acompanhar diferentes modalidades de documentos e/ou processos para os setores competentes, utilizando sistema informatizado específico, de acordo com a sua natureza e a legislação pertinente.

8. Arquivamento eletrônico: Arquivar documentos e processos, no formato eletrônico, de acordo com a legislação vigente e de forma a possibilitar sua fácil localização, utilizando sistema informatizado específico ou repositório.

9. Atendimento a demandas: Responder as demandas do público interno e externo, de maneira tempestiva, considerando a natureza da solicitação, os sistemas adequados e o perfil do solicitante, adequando a sua linguagem para este fim.

10. Divulgação interna e externa: Compartilhar informações pertinentes à sua área, de acordo com as diretrizes do plano de comunicação da instituição, utilizando os meios adequados.

11. Realização de reuniões: Organizar e conduzir encontros, presenciais ou a distância, com foco nos resultados esperados, primando pelo engajamento de todos os participantes e observando o cronograma definido.

12. Publicação de atos: Identificar a forma, conteúdo e veículo adequados para a publicação interna e externa de atos administrativos, observando as normas vigentes.

13. Apresentações: Realizar apresentações pertinentes à sua área de atuação, com adequação aos objetivos propostos, utilizando métodos e técnicas de apresentação, oratória e ferramentas de apresentação tais como LibreOffice ou PowerPoint.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 357, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Define as competências das Equipes de Atendimento Regional (Eatre) da 1ª Região Fiscal.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as competências das Equipes de Atendimento Regional (Eatre) da 1ª Região Fiscal.

Art. 2º À Equipe de Atendimento Regional 1 compete as seguintes atividades definidas como de execução regional:

I - retificação de pagamentos;

II - análise e liberação de Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa;

III - análise e liberação de Certidão de Regularidade Fiscal de Imóvel Rural; e

IV - análise e decisão relativas a pedidos de inscrição, alteração e baixa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 3º À Equipe de Atendimento Regional 2 compete as seguintes atividades definidas como de execução regional:

I - análise e liberação de Certidão para Averbação de Obra de Construção Civil; e

II - inscrição, alteração, reativação e cancelamento no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir).

Art. 4º Compete às Equipes de Atendimento Regional executar outras atividades de atendimento ao cidadão, cujo requerimento de serviço venha a ser disponibilizado pela Coordenação-Geral de Atendimento (Cogea) por meio de dossiê digital de atendimento via Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ROSANE FARIA DE OLIVEIRA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA
INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita empresa ao regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF

O INSPETOR CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, em Fortaleza/CE, no uso da competência prevista no artigo 7º, da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e, tendo em vista o constante do processo 12907.000380/2007-32, declara:

1. Fica habilitada a empresa TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES - TAP, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 33.136.896/0027-29 a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, por prazo indeterminado, nos seguintes locais:

1.1 Recinto com 79,2 m2 localizado no prédio anexo da empresa de catering Fortaleza Serviços de Bordo Ltda, localizada na Rua Lauro Vieira Chaves, 1410, Vila União - Fortaleza/CE, destinado à guarda de provisões de bordo e outros previstos no artigo 2º, §3º, incisos I a III, da Instrução Normativa SRF nº 409/2004;

1.2 Um container almoxarifado com 6,0 metros de comprimento, 2,40 metros de largura e 2,56 metros de altura externa, posicionado defronte ao pátio de estacionamento de aeronaves, ao fundo dos escritórios da SWISS CARGO e TRI STAR, ao lado direito da CIOPAER e ao lado esquerdo do TECA/FRAPORT, zona primária deste aeroporto, para guarda de peças, ferramentas e materiais de manutenção e outros previstos no artigo 2º, §1º, incisos I e II, da Instrução Normativa SRF nº 409/2004.

2. O recinto Depósito Afiançado TAP, conforme telas do Sistema SISCOMEX - TABELAS será de nº 3927201.

3. Fica formalmente revogado o Ato Declaratório Executivo nº 1, de 20 de abril de 2018.

4. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DOMICIO PINTO CAVALCANTE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.002, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10480.732641/2019-43, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 300/SPE DE 03/10/2019, emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

CNPJ nº : 33.541.368/0001-16

Nome do Projeto: Reforços em instalações de transmissão de energia elétrica

Cadastro Nacional de Obras: Empreitada Total

Setor de Infraestrutura: Infraestrutura de transmissão de Energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 08/07/2019 a 08/09/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.003, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10480.732638/2019-20, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 301/SPE, de 09/10/2019 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

CNPJ nº : 33.541.368/0001-16

Nome do Projeto: Reforços nas subestações de Cotegipe e Matatu

Cadastro Nacional de Obras: Empreitada Total

Setor de Infraestrutura: Estrutura de Transmissão de Energia Elétrica

Prazo Estimado de Execução: 07/05/2019 a 07/05/2021.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1.004, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 10469.720429/2020-25, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 164/SPE, de 26/06/2019 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ nº : 03.092.799/0001-81

Nome do Projeto: Projeto EOL Cumaru I

Cadastro Nacional de Obras: 90.000.63937/71

Setor de Infraestrutura: Geração de energia elétrica

Prazo Estimado de Execução: 05/12/2020 a 21/02/2022.

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO AURÉLIO DE ALBUQUERQUE FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.720260/2019-11, resolve:

Autorizar o fornecimento de 22.176 (vinte e dois mil, cento e setenta e seis) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa BACARDI MARTINI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº. 59.104.737/0009-54, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08124/080, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
William Lawsons	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL	22.176

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituído por meio da Portaria RFB nº 430, de 09 de outubro de 2017, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1598, de 9 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta no Requerimento 5111, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como IMPORTADOR / EXPORTADOR, a empresa SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.567.288/0001-59.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 tendo em vista o disposto no art. 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e o que consta no dossiê nº 13031.270487/2020-22, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS MUTUMILK LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.943.114/0001-09, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 01/07/2020 a 30/06/2023, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 21028.006083/2020-64.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo nº 10670.720778/2020-51, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, o estabelecimento GAAS SERVICOS E SOLUCOES LTDA, CNPJ nº 13.226.892/0001-95, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2019 até o ano calendário de 2028, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à modernização de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 070/2019, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto:

1) a fabricação de insertos e conexões forjadas (forjados de metais não ferrosos e suas ligas), com capacidade incentivada de 9.548.352 unidades/ano;

2) a fabricação de barras e perfis (forjados de metais não ferrosos e suas ligas), com capacidade incentivada de 71.808 quilogramas/ano.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Declara a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho, de 2020, e tendo em vista o disposto art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e, ainda, no que ficou apurado no processo administrativo nº 10670.720586/2020-45, declara:

Art. 1º Observado o estabelecido no artigo 13 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, alterados pelos artigos 1º da Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994, 3º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto 2001, alterado pelo artigo 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e pela Lei 12.995/2014, bem como no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, o estabelecimento SAGA MEDICAO LTDA, CNPJ nº 08.026.075/0001-53, faz jus à redução de 75% (setenta e cinco por cento), a partir do ano calendário de 2019 até o ano calendário de 2028, do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro de exploração.

Art. 2º. O benefício ora reconhecido refere-se à modernização de empreendimento, conforme especificado no LAUDO CONSTITUTIVO nº 048/2019, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, devendo ser calculado com base no lucro da exploração, tendo como objeto a fabricação de hidrômetros, com capacidade incentivada de 1.311.024 unidades/ano.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILIPE ARAUJO FLORENCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI à empresa que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e art. 587 da Instrução Normativa RFB Nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, tendo em vista os documentos juntados ao processo nº 11707.720227/2020-96, sobretudo, o Despacho Decisório EBEN-DEVAT07-DRF/NIT Nº127, de 06 de agosto de 2020, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a pessoa jurídica: FLAH ENGENHARIA LTDA, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 22.069.238/0001-06 e matriculada no CNO sob o nº 90.003.08528/74.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto na área de infraestrutura de geração de energia elétrica, proposto pela MARLIM AZUL ENERGIA S.A., CNPJ nº 29.884.534/0001-00, conforme o Anexo da Portaria Ministério de Minas e Energia nº 250/2018, habilitada por meio do ADE DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO nº 47, de 21/02/2019, publicado no DOU de 01/03/2019, cujo objeto contratual é a execução de serviços e fornecimentos relacionados à implantação do sistema de captação e adução de água, para a central geradora termelétrica denominada UTE Vale Azul II, no município de Macaé/RJ.

Art. 3º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva coabilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 9º do Decreto Nº 6.144, de 03 de julho de 2007.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Declara a inidoneidade do profissional de contabilidade WILSON ROBERTO BIGARELLA, inscrito no CPF nº 638.226.018-53.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, II, e pelo art. 299, § 1º, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Declarar inidôneo, nos termos do art. 820 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, o profissional de contabilidade WILSON ROBERTO BIGARELLA, inscrito no CPF sob o nº 638.226.018-53, haja vista a falsidade de documentos contábeis constatada nos autos da representação fiscal administrativa nº 10882.720442/2017-06.

Art. 2º É facultado ao interessado apresentar recurso contra este Ato, no prazo de vinte dias, ao Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO SERGIO FERREIRA CABRALES

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora (UG) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco e Unidades Administrativas (UAs) Vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 277 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020, considerando o disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e na Nota Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Chefe da Equipe de Logística da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco para praticar os atos necessários ao encerramento da UG 170551, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos e a transferência de gestão patrimonial.

Art. 2º Fica delegada competência ao Chefe da Equipe de Gestão Corporativa da Agência da Receita Federal do Brasil em Barueri para praticar os atos necessários ao encerramento da UG 170551, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a sub-rogação de contratos e a transferência de gestão patrimonial.

Art. 3º Fica delegada competência ao Chefe do/a Serviço/Seção de Programação e Logística desta Delegacia para efetuar notas de empenho e realizar pagamentos, na condição de Gestor Financeiro no Siafi, e praticar os demais atos relativos à execução orçamentária e financeira, no âmbito desta UG e das UAs vinculadas.

Art. 4 º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 5º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 6 º Os atos praticados em virtude da delegação prevista nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JÚLIO SÉRGIO FERREIRA CABRALES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA Nº 115, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e com fundamento na Instrução Normativa n° 19, de 12 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e n° 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, publicadas no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pela Portaria RFB nº 4.105 publicada no DOU de 31 de julho de 2020, e na Portaria SRRF08 nº 333, publicada no DOU de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 1.024, publicada no DOU de 11 de agosto de 2020, as quais disciplinam o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e

Considerando a continuidade dos necessários procedimentos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20/2020 e n° 21/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

E considerando a disponibilização de novos canais de atendimento digitais e virtuais, emergenciais, no âmbito da área de atendimento, resolve:

Art 1º Com o horário de expediente de atendimento ao público das 8h00 às 12h00 definido pela portaria SRRF08 nº 533, de 06 de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço/RFB do dia 09 de julho de 2020, manter suspensas, parcial e temporariamente, as atividades de atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC, desta Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Manter os demais dispositivos constantes da portaria DRF/SJC nº 47, de 23 de março de 2020, publicada no DOU de 25 de março de 2020, tendo a presente portaria efeitos até 31 de agosto de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação emergencial de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19.

Art. 3º Fica revogada a portaria DRF/SJC nº 107, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU de 03 de agosto de 2020, e tendo esta portaria vigência a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO HINO

PORTARIA Nº 116, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade de atendimento da IRF/SSO, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e com fundamento na Instrução Normativa n° 19, de 12 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e n° 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, publicadas no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pela Portaria RFB nº 4.105 publicada no DOU de 31 de julho de 2020, e na Portaria SRRF08 nº 333, publicada no DOU de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 1.024, publicada no DOU de 11 de agosto de 2020, as quais disciplinam o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e

Considerando a continuidade dos necessários procedimentos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20/2020 e n° 21/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

E considerando a disponibilização de novos canais de atendimento digitais e virtuais, emergenciais, no âmbito da área de atendimento, resolve:

Art 1º Com o horário de expediente de atendimento ao público das 8h00 às 12h00 definido pela portaria SRRF08 nº 533, de 06 de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço/RFB do dia 09 de julho de 2020, manter suspensas, temporariamente, as atividades de atendimento presencial na Inspetoria da Receita Federal do Brasil em São Sebastião - IRF/SSO, vinculada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos.

Art. 2º Manter os demais dispositivos constantes da portaria DRF/SJC nº 48, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2020, tendo a presente portaria efeitos até 31 de agosto de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação emergencial de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19.

Art. 3º Fica revogada a portaria DRF/SJC nº 109, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU de 03 de agosto de 2020, e tendo esta portaria vigência a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO HINO

PORTARIA Nº 117, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade ARF/Jacareí, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e com fundamento na Instrução Normativa n° 19, de 12 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e n° 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, publicadas no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pela Portaria RFB nº 4.105 publicada no DOU de 31 de julho de 2020, e na Portaria SRRF08 nº 333, publicada no DOU de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 1.024, publicada no DOU de 11 de agosto de 2020, as quais disciplinam o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e

Considerando a continuidade dos necessários procedimentos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20/2020 e n° 21/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

E considerando a disponibilização de novos canais de atendimento digitais e virtuais, emergenciais, no âmbito da área de atendimento, resolve:

Art 1º Com o horário de expediente de atendimento ao público das 8h00 às 12h00 definido pela portaria SRRF08 nº 533, de 06 de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço/RFB do dia 09 de julho de 2020, manter suspensas, temporariamente, as atividades de atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Jacareí - ARF/JAC, vinculada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos.

Art. 2º Manter os demais dispositivos constantes da portaria DRF/SJC nº 49, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 2020, tendo a presente portaria efeitos até 31 de agosto de 2020, podendo ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação emergencial de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19.

Art. 3º Fica revogada a portaria DRF/SJC nº 108, de 30 de julho de 2020, publicada no DOU de 03 de agosto de 2020, e tendo esta portaria vigência a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO HINO

PORTARIA Nº 118, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a sistemática emergencial de atendimento na unidade ARF/Taubaté, jurisdicionada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e com fundamento na Instrução Normativa n° 19, de 12 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e n° 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, publicadas no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pela Portaria RFB nº 4.105 publicada no DOU de 31 de julho de 2020, e na Portaria SRRF08 nº 333, publicada no DOU de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 1.024, publicada no DOU de 11 de agosto de 2020, as quais disciplinam o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e

Considerando a continuidade dos necessários procedimentos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20/2020 e n° 21/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

E considerando a disponibilização de novos canais de atendimento digitais e virtuais, emergenciais, no âmbito da área de atendimento, resolve:

Art 1º Com o horário de expediente de atendimento ao público das 8h00 às 12h00 definido pela portaria SRRF08 nº 533, de 06 de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço/RFB do dia 09 de julho de 2020, manter suspensas, parcial e temporariamente, as atividades de atendimento presencial na Agência da Receita Federal do Brasil em Taubaté - ARF/TAU, vinculada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos.

Art. 2º Com efeitos até 31 de agosto de 2020, esta portaria poderá ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação emergencial de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19

Art. 3º Esta portaria terá vigência a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO HINO

PORTARIA Nº 119, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga a sistemática emergencial de atendimento nas unidades ARF/Campos do Jordão, Guaratinguetá, Pindamonhangaba e no Posto de Atendimento de Cruzeiro, jurisdicionados a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos/SP.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e com fundamento na Instrução Normativa n° 19, de 12 de março de 2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20, de 13 de março de 2020, e n° 21, de 16 de março de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, publicadas no Diário Oficial da União de 17 de março de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 543, de 20 de março de 2020, publicada no DOU de 23 de março de 2020, alterada pela Portaria RFB nº 4.105 publicada no DOU de 31 de julho de 2020, e na Portaria SRRF08 nº 333, publicada no DOU de 20 de março de 2020, alterada pela Portaria SRRF08 nº 1.024, publicada no DOU de 11 de agosto de 2020, as quais disciplinam o atendimento ao contribuinte no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e

Considerando a continuidade dos necessários procedimentos para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

Considerando a insuficiência de servidores fora do grupo de risco a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa nº 19/2020, alterada pelas Instruções Normativas nº 20/2020 e n° 21/2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia;

E considerando a disponibilização de novos canais de atendimento digitais e virtuais, emergenciais, no âmbito da área de atendimento, resolve:

Art 1º Com o horário de expediente de atendimento ao público das 8h30 às 12h30 definido pela portaria SRRF08 nº 533, de 06 de julho de 2020, publicada no Boletim de Serviço/RFB do dia 09 de julho de 2020, manter suspensas, parcial e temporariamente, as atividades de atendimento presencial nas Agências da Receita Federal do Brasil em Campos do Jordão - ARF/CJD, Guaratinguetá - ARF/GTA, Pindamonhangaba - ARF/PMB e o Posto de Atendimento em Cruzeiro - PST/CZO, vinculados a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos.

Art. 2º Com efeitos até 31 de agosto de 2020, esta portaria poderá ser novamente prorrogada enquanto perdurar a situação emergencial de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19.

Art. 3º Esta portaria terá vigência a partir da sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os efeitos a partir de 03 de agosto de 2020.

ROGÉRIO HINO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Altera credenciamento de profissionais

A União, por intermédio da INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO (IRF/SSO), neste ato representada pela Inspetora Substituta do referido órgão aduaneiro, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 361 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.800, de 28 de março de 2018 e suas alterações, como também o que consta do processo 10821.720034/2020-66 e no Ato Declaratório Executivo - ADE IRF/SSO nº 2 de 18/03/2020, declara:

Art. 1º Em virtude de solicitação de descredenciamento do perito, ficam alterados, durante o período de 10/08/2020 a 22/03/2022, os credenciados para os serviços de assistência técnica na área de quantificação de mercadorias importadas ou a exportar, elencados no ADE IRF/SSO nº 2 de 18/03/2020, de que trata a Instrução Normativa RFB 1.800, de 28 de março de 2017 para atuar na área aduaneira desta IRF SÃO SEBASTIÃO- SP, a saber :

ÁREA: QUANTIFICAÇÃO
1- MARIA HELENA MANGINI VAZ
2- ACACIO FARINELA
3- SIDNEY PEREIRA GIL
4- FLAVIO NOGUEIRA MAGALHÃES
5- AMANDA CECÍLIA SIMÕES DA SILVA

Art. 2º As demais áreas de atuação e demais artigos do Ato Declaratório Executivo - ADE IRF/SSO nº 2 de 18/03/2020 permanecem inalterados e em vigência.

Art.3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA DE CASTRO KHOURY MEDEIROS

PORTARIA Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Revoga artigos da Portaria IRF/SSO nº 06/2013

A INSPETORA SUBSTITUTA DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO SEBASTIÃO, no uso das atribuições previstas no art. 361 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os arts. 1 a 14 da Portaria IRF/SSO nº 06/2013, de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º Ressalte-se que permanecem inalterados e em vigência os arts. 15 a 26 da Portaria IRF/SSO nº 06/2013, de 23 de outubro de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA DE CASTRO KHOURY MEDEIROS

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Habilita ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Indutrial sob Controle Informatizado - RECOF à pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA ADJUNTA DA DECEX - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 4º da Portaria COANA nº 57, de 02 de outubro de 2019 e artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1291, de 19 de setembro de 2012, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 15771.720636/2018-55, declara:

Art. 1º Fica a empresa Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos Ltda, localizada na Rua Volkswagen nº 291 - 7º. 8º e 9º Andares, Jabaquara, município de São Paulo, inscrita no CNPJ 06.020.318/0001-10 habilitada, em caráter precário, a operar o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - RECOF por meio do estabelecimento 06.020.318/0005-44, situado na Rua Volkswagen nº 100 - Polo Industrial, município de Resende.

Art. 2º Os requisitos previstos no artigo 5º da IN/RFB nº 1291/2012 devem ser mantidos enquanto a empresa estiver habilitada a operar o regime, bem como a manutenção da habilitação fica condicionada ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo 6º da mesma norma.

Art. 3º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, esta habilitação pode ser cancelada ou suspensa a qualquer tempo em caso de descumprimento das condições estabelecidas na legislação de regência ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, podendo, ainda, a RFB revê-la a qualquer tempo, para sua adequação às normas.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 45, de 04 de outubro de 2020.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIRELA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 197, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 18186.722012/2020-85, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa NOVA OLINDINA TRANSMISSORA SPE LTDA, CNPJ nº 36.243.890/0001-00, relativa ao projeto de transmissão de energia elétrica correspondente ao Lote 2 do Leilão nº 02/2019-ANEEL (Contrato de Concessão nº 02/2020-ANEEL, de 20/03/2020), matriculado no CNO sob nº 90.003.68795/77, de sua titularidade e aprovado para enquadramento no regime pela Portaria SPE nº 207, de 15 de maio de 2020, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME, publicada no DOU de 19/05/2020, Seção 1, Pág. 43, com período de execução previsto de 20/03/2020 a 20/03/2023.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 198, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 19985.720960/2020-33, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa LAGOA DO BARRO X ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., CNPJ nº 35.603.267/0001-58, relativa ao projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Queimada Nova 02, matriculado no CNO sob nº 90.003.14086/75, de sua titularidade e aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 207, de 4 de maio de 2020, do Ministério de Minas e Energia - MME, publicada no DOU Nº 86, de 07/05/2020, Seção 1, Págs. 208/210, com período de execução previsto de 20/07/2023 a 20/12/2024.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 199, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) à empresa que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto no art. 587 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 19985.720959/2020-17, declara:

rt. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa LAGOA DO BARRO IX ENERGIAS RENOVAVEIS S.A., CNPJ nº 35.572.851/0001-93, relativa ao projeto de geração de energia elétrica da EOL Aura Queimada Nova 01, matriculado no CNO sob nº 90.003.14065/79, de sua titularidade e aprovado para enquadramento no regime pela Portaria nº 208, de 5 de maio de 2020, do Ministério de Minas e Energia - MME, publicada no DOU Nº 86, de 07/05/2020, Seção 1, Págs. 210/211, com período de execução previsto de 20/06/2023 a 20/12/2024.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Delega e especifica competência para praticar atos administrativos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 360 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, e conferidas pela Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013 com redação dada pela Portaria RFB nº 1454, de 29 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, com a alteração do Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, e artigos 11 a 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações, e objetivando a descentralização administrativa para obtenção de simplificação e dinamização dos serviços, resolve:

Art. 1º. Delegar ou especificar competência e atribuições aos servidores estatutários desta Delegacia em Joinville para, restringindo-se ao exercício nas áreas de atuação conforme regimento interno, praticarem os seguintes atos:

I - decidir sobre arquivamento ou desarquivamento de processos, juntada por apensação ou anexação, desanexação e desapensação, fornecimento de cópias de processos e outros documentos, observadas a Tabela de Temporalidade, a legislação sobre o sigilo fiscal e as normas relativas ao ressarcimento de despesas; e

II - decidir sobre a guarda de documentos não processuais afetos à sua área de atuação, com as devidas cautelas decorrentes do sigilo fiscal e observados os prazos e condições de arquivamento fixados na Tabela de Temporalidade ou os previstos em normas específicas.

Parágrafo único. O arquivamento dos processos que contenham crédito tributário ou mercadorias apreendidas deverá ser precedido da emissão do respectivo extrato de encerramento nos sistemas de controle da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o qual deverá ser juntado aos autos.

Art. 2º. Delegar, subdelegar ou especificar competência e atribuições aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil desta Delegacia em Joinville para, restringindo-se ao exercício nas suas áreas de atuação, de acordo com o regimento interno, aos documentos e aos processos administrativos distribuídos pelas chefias, bem como às ações fiscais sob sua responsabilidade, respeitadas as competências da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e respeitado o disposto no inciso II do art. 13 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, praticarem os seguintes atos:

I - aplicar pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas;

II - declarar inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos;

III - emitir os atos decorrentes das competências de suas áreas de atuação, observadas as diretrizes estabelecidas pelas Unidades Centrais e pela Superintendência.

§ 1º. Os Auditores-Fiscais em exercício na Seção de Administração Aduaneira (SAANA) e da Equipe de Vigilância e Repressão (EVR) somente poderão aplicar a pena de perdimento de mercadorias, veículos e moedas em decorrência de revelia ou de abandono.

Art. 3º. Delegar ou especificar competência aos Chefes de Seção, aos Chefes de Equipes, Chefe do Centro de Atendimento (CAC), e aos seus substitutos eventuais, no âmbito de suas atuações, conforme regimento interno e legislação vigente, respeitado o sigilo fiscal, para praticarem os atos de assinar e expedir editais e ofícios sobre assuntos afetos à sua área de competência original ou delegada, e emitir intimações e expedientes destinados a órgãos públicos e a contribuintes.

Art. 4º. Delegar ao Delegado Adjunto para praticar, de forma isolada ou conjunta, todos os atos atribuídos ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Joinville, conforme previsão no regimento interno e legislação vigente.

Art. 5º. Delegar competência ao Chefe da SAANA, para praticar os seguintes atos:

I - credenciar órgãos, entidades da Administração Pública e peritos, autônomos ou vinculados a entidades privadas, conforme estipulado e para atender os objetivos da Instrução Normativa RFB nº 1020, de 31 de março de 2010.

II - apreciar recursos e reconsiderações, previstos na legislação relativa ao Comércio Exterior, quando estes devam ser dirigidos ao chefe ou titular da unidade da RFB, desde que não haja previsão de indelegabilidade da competência.

Art. 6º. Delegar competência aos Agentes da Receita Federal do Brasil das agências jurisdicionadas e aos seus substitutos eventuais, para praticarem, na área de sua jurisdição, os seguintes atos:

I - atestar a residência de contribuinte residente no Brasil, em razão de interesse da administração fiscal de país com o qual o Brasil tenha firmado acordo, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda;

II - atestar a comprovação de recolhimento de imposto de renda no Brasil, solicitada por contribuinte não-residente no Brasil, para efeito de compensação em outro Estado; e

III - prestar informações solicitadas pelo Poder Judiciário, Ministério Público e pelos demais órgãos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, respeitadas as limitações impostas pela legislação vigente;

Art. 7º. Delegar competência ao Chefe do CAC, aos Chefes das Equipes de Atendimento - EAT1 e EAT2 e aos seus substitutos eventuais para:

I - atestar a residência de contribuinte residente no Brasil, em razão de interesse da administração fiscal de país com o qual o Brasil tenha firmado acordo, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda; e

II - atestar a comprovação de recolhimento de imposto de renda no Brasil, solicitada por contribuinte não-residente no Brasil, para efeito de compensação em outro Estado; e

Art. 8º. As delegações referidas acima não excluem as competências originárias, que poderão ser exercidas concorrentemente.

Art. 9º. As competências delegadas ou especificadas por esta Portaria não afetam as demais atividades exercidas pelos ocupantes dos respectivos cargos, em conformidade às suas atribuições, previstas na legislação vigente.

Art. 10. Na conveniência da administração, a eventual avocação de competências não importa em revogação, no todo ou em parte, da presente delegação.

Art. 11. Para os fins do disposto nesta Portaria, são "delegadas competências" para as atividades de Delegado e "especificadas" aquelas cujo servidor já possua competência para exercê-las, seja por atribuição legal do cargo, seja por determinação legal ou normativa que assim o especifique.

Parágrafo único. As atividades especificadas nesta Portaria não são exaustivas e não limitam, nem substituem as demais competências e atividades exercidas pelos servidores citados, constantes das demais normas da RFB.

Art. 12. Determinar que em todos os atos praticados em função das atribuições ora delegadas, seja mencionado o número e a data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União (DOU), após a assinatura.

Art. 13. Os atos administrativos decorrentes das competências e atribuições delegadas deverão estar de acordo com a Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU, com efeitos a partir do dia 27 de julho de 2020.

Art. 15. Revoga-se a Portaria DRF/JOI nº 1, de 02 de janeiro de 2018, e convalidam-se, até a data da publicação desta Portaria, todos os atos praticados sob a sua égide.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 13033.290968/2020-34, declara:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Indústria de Beneficiamento de Leite Marau Ltda., CNPJ nº 04.190.993/0001-62.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 135, de 16 de julho de 2020, e o período de execução do projeto é de 01/03/2020 a 28/02/2022.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 13033.286173/2020-21, declara:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Indústria de Laticínios Dom Miro Ltda., CNPJ nº 30.786.393/0001-71.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 125, de 2 de julho de 2020, e o período de execução do projeto é de 27/05/2020 a 26/05/2021.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO GODOY CORREA

PORTARIA Nº 134, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Delega competência no âmbito da Unidade Gestora (UG) da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Novo Hamburgo e Unidades Administrativas (UA) Vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia (RFB), aprovado pela Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020, publicada no D.O.U. de 27/07/2020, considerando o disposto nos art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no artigo 3º da Portaria MEcon nº 284, de 27/07/2020 e na Nota Técnica RFB/Sucor/Copol nº 7, de 19 de junho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Chefe da Equipe de Gestão Corporativa da Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul para praticar os atos necessários ao encerramento da UG 170263, extinta e transformada em UA de acordo com o Anexo XIII do novo Regimento Interno, inclusive a transferência de gestão patrimonial.

Art. 2º Fica delegada competência à Chefe do Serviço de Programação e Logística desta Delegacia para efetuar notas de empenho e realizar pagamentos, na condição de Gestora Financeira no Siafi, e praticar os demais atos relativos à execução orçamentária e financeira, no âmbito desta UG e das UA vinculadas.

Art. 3º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria serão exercidas pelo substituto eventual.

Art. 4º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 5º Os atos praticados em virtude da delegação prevista nesta Portaria deverão ser mencionados expressamente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO GODOY CORRÊA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Declara habilitada ao Programa Mais Leite Saudável, de que tratam os artigos 621 a 657 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO - RS, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no § 7º do artigo 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 13033.289783/2020-87, declara:

Art. 1º Habilitada, de forma definitiva, ao Programa Mais Leite Saudável, a pessoa jurídica Cooperativa Tritícola Frederico Westphalen Ltda., CNPJ nº 89.982.268/0001-80.

Art. 2º O Edital de aprovação do projeto, emitido pelo Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União - DOU nº 135, de 16 de julho de 2020, e o período de execução do projeto é de 05/05/2020 a 30/04/2023.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CHARLES A. OST

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 1, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu Regulamento.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 6 de agosto de 2020, com base no art. 10, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 10 da Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, nos arts. 6º, 7º, 9º, 10, 14 e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, na Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, no Comunicado nº 32.927, de 21 de dezembro de 2018, e no Comunicado nº 34.085, de 28 de agosto de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituído o arranjo de pagamentos Pix.

Art. 2º Fica aprovado o Regulamento anexo, que disciplina o funcionamento do Pix.

Art. 3º A participação no Pix é obrigatória para as instituições financeiras e para as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com mais de quinhentas mil contas de clientes ativas, consideradas as contas de depósito à vista, as contas de depósito de poupança e as contas de pagamento pré-pagas.

§ 1º Para os fins desta Resolução, consideram-se contas de clientes ativas as contas de depósito à vista, as contas de depósito de poupança e as contas de pagamento pré-pagas não encerradas.

§ 2º As instituições financeiras e as instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que superarem o limite de que trata o caput, após a entrada em vigor desta Resolução, terão prazo de 90 (noventa) dias para submeter ao Banco Central do Brasil solicitação de adesão ao Pix como provedor de conta transacional, nos termos do Regulamento anexo a esta Resolução.

§ 3º Além das instituições mencionadas no caput, fica facultada a adesão ao Pix:

I - das demais instituições financeiras e instituições de pagamento que ofereçam as contas de que trata o § 1º;

II - da Secretaria do Tesouro Nacional, na condição de ente governamental.

§ 4º As instituições de pagamento que optarem por aderir ao Pix, na forma do inciso I do § 3º, e não se enquadrarem nos critérios previstos na regulamentação em vigor para serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, serão consideradas integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) a partir do momento em que apresentarem pedido de adesão ao Pix.

§ 5º Enquanto não vierem a preencher os demais critérios previstos na regulamentação em vigor para serem autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicam-se às instituições de pagamento que integrarem o SPB exclusivamente em virtude de sua adesão ao Pix, na forma do § 4º:

I - regulação mínima, abrangendo normas atinentes a:

a) estrutura de gerenciamento de riscos operacional e de liquidez, conforme disposto na Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013;

b) política de segurança cibernética, plano de ação e de resposta a incidentes, contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem, conforme disposto na Circular nº 3.909, de 16 de agosto de 2018;

c) política, procedimentos e controles internos visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, conforme disposto na Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009, e, a partir de sua revogação, na Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020;

d) procedimentos para a execução das medidas determinadas pela Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluindo a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados, conforme disposto na Circular nº 3.942, de 21 de maio de 2019; e

e) outras matérias que o Banco Central do Brasil vier a indicar; e

II - supervisão proporcional baseada no risco.

§ 6º As instituições de pagamento com processo de autorização de funcionamento em análise pelo Banco Central do Brasil que optarem por aderir ao Pix, na forma do inciso I do § 3º, consideram-se integrantes do SPB, ficando sujeitas ao disposto no § 5º enquanto perdurar o processo de autorização.

§ 7º As instituições de pagamento de que trata o § 3º que já tenham apresentado pedido de adesão ao Pix e que não o cancelarem no prazo de 15 (quinze) dias serão consideradas integrantes do SPB, independentemente de autorização do Banco Central do Brasil, ficando imediatamente sujeitas ao disposto no § 5º.

Art. 4º Os processos e estruturas de governança do Pix devem garantir:

I - a representatividade e a pluralidade de instituições e de segmentos participantes;

II - o acesso não discriminatório; e

III - a mitigação de conflitos de interesse.

Art. 5º O Fórum Pix é um comitê consultivo permanente que tem como objetivo subsidiar o Banco Central do Brasil na definição das regras e dos procedimentos que disciplinam o funcionamento do Pix.

Art. 6º O Fórum Pix é integrado por:

I - participantes do arranjo, individualmente ou por meio de associações representativas de âmbito nacional;

II - provedores e potenciais provedores de serviços de tecnologia da informação, conforme disposto na Circular nº 3.970, de 28 de novembro de 2019, e regulamentação posterior;

III - usuários pagadores e recebedores, por meio de associações representativas de âmbito nacional; e

IV - câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação que ofertem mecanismos de provimento de liquidez no âmbito do Pix.

§ 1º A coordenação do Fórum Pix será exercida pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º A critério do Coordenador do Fórum Pix, poderão ser convidados a participar das reuniões do Fórum Pix ou de grupos de trabalho temáticos criados no âmbito do Fórum Pix órgãos e entidades reguladoras de serviços de pagamento, órgãos de defesa da concorrência e do consumidor de âmbito nacional e outros agentes econômicos com legítimo interesse nas operações do Pix.

Art. 7º Compete ao Coordenador do Fórum Pix:

I - apresentar, por iniciativa própria ou a partir de sugestão de participante, propostas de acréscimos ou de alterações de regras que possam ensejar a necessidade de alteração no Regulamento do Pix, quando referentes a temas que impactem a atuação dos participantes e seus correspondentes modelos de negócio;

II - analisar e responder as contribuições dos participantes do Fórum Pix acerca das propostas de que trata o inciso I;

III - definir os temas a serem discutidos pelo Fórum Pix;

IV - definir a periodicidade das reuniões do Fórum Pix;

V - decidir sobre a constituição de grupos de trabalho temáticos, com objeto delimitado, de forma permanente ou por prazo determinado, e sobre a composição, a coordenação, os produtos, os prazos e as diretrizes de atuação desses grupos;

VI - decidir sobre a constituição de comitês, inclusive de autorregulação, sua composição e objeto de atuação; e

VII - coordenar a atuação das entidades envolvidas no encaminhamento das soluções aprovadas.

Art. 8º O Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT) entrará em funcionamento:

I - no dia 5 de outubro de 2020, em operação restrita; e

II - no dia 16 de novembro de 2020, em operação plena.

Art. 9º O Pix entrará em funcionamento:

I - no dia 3 de novembro de 2020, em operação restrita; e

II - no dia 16 de novembro de 2020, em operação plena.

Art. 10. O Banco Central do Brasil detalhará, em ato específico, orientações e determinações complementares ao disposto nos arts. 8º e 9º, inclusive no que diz respeito aos horários diferenciados para realização de transações de envio e de recebimento de Pix durante a fase de operação restrita.

Art. 11. Fica revogada a Circular nº 3.985, de 18 de fevereiro de 2020.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2020, produzindo efeitos desde a sua publicação quanto ao disposto no § 7º do art. 3º.

JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

ANEXO

REGULAMENTO

Disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix.

CAPÍTULO I

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Sujeitam-se ao disposto neste Regulamento todos os participantes do arranjo de pagamentos Pix.

Parágrafo único. O disposto neste Regulamento não afasta a aplicação da regulação emanada pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil sobre as instituições reguladas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, prevalecendo, em caso de conflito, o disposto na regulação aplicável a cada segmento.

CAPÍTULO II

DO ESCOPO

Art. 2º Além deste documento, compõem o Regulamento do Pix:

I - Manual de Uso da Marca;

II - Manual de Padrões para Iniciação do Pix;

III - Manual de Fluxos do Processo de Efetivação do Pix;

IV - Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário;

V - Manual de Redes do SFN;

VI - Manual de Segurança do SFN;

VII - Catálogo de Serviços do SFN;

VIII - Manual das Interfaces de Comunicação;

IX - Manual de Tempos do Pix;

X - Manual Operacional do DICT;

XI - Manual de Resolução de Disputas; e

XII - Manual de Penalidades.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos deste Regulamento, as expressões e os termos relacionados são assim definidos:

I - chave Pix: informação relacionada ao titular de uma conta transacional que permite obter as informações armazenadas no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT) sobre o usuário recebedor e a correspondente conta transacional, com a finalidade de facilitar o processo de iniciação de transações de pagamento pelos usuários pagadores e de mitigar o risco de fraude em transações no âmbito do Pix;

II - código de resposta rápida (quick response code ou QR Code): código de barras bidimensional que será utilizado com a finalidade de facilitar a iniciação de uma transação de pagamento;

III - código de resposta rápida dinâmico (dynamic quick response code ou QR Code dinâmico): QR Code gerado pelo usuário recebedor, para iniciar um ou mais Pix, cujas informações da transação de pagamento estão fora da codificação do QR Code e que apresenta um rol extenso de funcionalidades passíveis de configuração por parte do usuário recebedor;

IV - código de resposta rápida estático (static quick response code ou QR Code estático): QR Code gerado pelo usuário recebedor, para iniciar um ou mais Pix, cujas informações da transação de pagamento estão dentro da codificação do QR Code e que apresenta poucas funcionalidades passíveis de configuração por parte do usuário recebedor;

V - Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI): conta de titularidade de um participante direto no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), mantida no Banco Central do Brasil para fins de transferências de fundos no âmbito do SPI;

VI - conta transacional: conta mantida por um usuário final, em um participante do Pix, utilizada para fins de pagamento ou de recebimento de recursos, podendo ser uma conta de depósito à vista, uma conta de depósito de poupança ou uma conta de pagamento pré-paga;

VII - consentimento: manifestação livre, informada, prévia e inequívoca de vontade pela qual o usuário final concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

VIII - Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT): componente do Pix que armazena chaves Pix vinculadas às informações sobre os usuários finais e suas correspondentes contas transacionais, com a finalidade de facilitar o processo de iniciação de transações de pagamento pelos usuários pagadores, de mitigar o risco de fraude em transações no âmbito do Pix e de suportar funcionalidades que contribuem para o bom funcionamento do arranjo;

IX - Horário Universal Coordenado (Coordinated Universal Time - UTC): padrão horário internacional, definido pela União Internacional de Telecomunicações;

X - inserção manual dos dados: processo no qual o usuário pagador deve inserir manualmente os dados de identificação do usuário recebedor e da correspondente conta transacional para iniciar um Pix;

XI - pagamento instantâneo: transferência eletrônica de fundos, na qual a transmissão da ordem de pagamento e a disponibilidade de fundos para o usuário recebedor ocorrem em tempo real e cujo serviço está disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e em todos os dias no ano;

XII - participante: instituição financeira, instituição de pagamento ou ente governamental que adere ao Regulamento do Pix e atende aos demais requisitos do processo de adesão ao arranjo;

XIII - participante contratante: instituição de pagamento de que trata o § 4º do art. 3º da Resolução que divulga este Regulamento ou instituição de pagamento com processo de autorização de funcionamento em curso que contrata os serviços do participante responsável;

XIV - participante liquidante no SPI: participante direto do SPI que presta serviço de liquidação de pagamentos instantâneos, em sua Conta PI, a participante indireto do SPI, podendo atuar como liquidante emissor ou como liquidante recebedor de pagamentos instantâneos;

XV - participante reivindicador: no âmbito dos processos de portabilidade e de reivindicação de posse de chave Pix, participante do Pix para o qual o usuário final deseja transferir determinada chave Pix, com o objetivo de vincular a uma conta transacional mantida por esse participante;

XVI - participante responsável: participante do Pix que se responsabiliza pela atuação do participante contratante em aspectos relativos ao arranjo;

XVII - Pix: arranjo de pagamentos instituído pelo Banco Central do Brasil que disciplina a prestação de serviços de pagamento relacionados a transações de pagamentos instantâneos e a própria transação de pagamento instantâneo no âmbito do arranjo;

XVIII - prestador de serviços de pagamento: instituição financeira ou instituição de pagamento que provê serviços de pagamento para um usuário final;

XIX - Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI): infraestrutura centralizada de liquidação bruta em tempo real das transações realizadas no âmbito de arranjo de pagamentos instantâneos que resultam em transferências de fundos entre seus participantes titulares de Conta PI no Banco Central do Brasil;

XX - usuário final: pessoa natural ou pessoa jurídica (de natureza privada ou pública) que utiliza o Pix como pagadora ou como recebedora;

XXI - usuário pagador: usuário final que, no processamento do Pix, tem a sua conta transacional debitada;

XXII - usuário recebedor: usuário final que, no processamento do Pix, tem a sua conta transacional creditada.

CAPÍTULO IV

DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

Art. 4º O Pix abrange, relativamente às modalidades de arranjos de pagamento, de que tratam os arts. 8º a 10 do Regulamento anexo à Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, os arranjos classificados quanto ao seu propósito, ao relacionamento dos usuários finais com a instituição participante e à abrangência territorial, como:

I - de compra, baseado em conta de depósito e doméstico;

II - de compra, baseado em conta de pagamento pré-paga e doméstico;

III - de transferência, baseado em conta de depósito e doméstico; e

IV - de transferência, baseado em conta de pagamento pré-paga e doméstico.

CAPÍTULO V

DA INICIAÇÃO DE UM PIX

Seção I

Disposições gerais

Art. 5º Admitem-se os seguintes procedimentos para a iniciação de um Pix, de forma exclusiva ou combinada:

I - inserção manual dos dados pelo usuário pagador; e

II - utilização de informações enviadas ou disponibilizadas previamente, mediante os mecanismos previstos neste Regulamento.

Parágrafo único. Para fins de iniciação do Pix, por qualquer um dos procedimentos previstos no caput, são necessárias, no mínimo, as seguintes informações relativas ao usuário recebedor:

I - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), no caso de pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no caso de pessoa jurídica;

II - Código Identificador no Sistema de Pagamentos Brasileiro (ISPB) do participante do Pix no qual o usuário recebedor detém uma conta transacional;

III - identificação do número da agência em que o usuário recebedor detém uma conta transacional, se houver;

IV - identificação do tipo de conta transacional que o usuário recebedor detém; e

V - número da conta transacional.

Art. 6º Os participantes do Pix que ofertem contas transacionais a usuários finais pessoas naturais devem disponibilizar a iniciação de um Pix, pelo menos, por meio do aplicativo principal do participante, em termos de quantidade de usuários, que tenha utilização oferecida a pessoas naturais e que seja acessível por meio de telefone celular.

Parágrafo único. Os participantes de que trata o caput devem ofertar aos usuários pagadores a iniciação de um Pix na forma prevista no inciso II do caput art. 5º.

Art. 7º Os participantes do Pix que ofertem contas transacionais a usuários finais pessoas jurídicas devem disponibilizar a iniciação de um Pix, pelo menos, por meio de seu principal canal digital, em termos de quantidade de transações, destinado a esse tipo de usuário final para pagamentos e recebimentos.

Parágrafo único. Na situação de que trata o caput, o participante pode escolher, entre os procedimentos para iniciação previstos no inciso II do caput do art. 5º, qual ou quais ofertará aos usuários pagadores.

Seção II

Do Pix Agendado

Art. 8º O Pix Agendado consiste na possibilidade de o usuário pagador agendar a realização de um Pix para uma determinada data futura.

Art. 9º A solicitação de um Pix Agendado deve ficar retida nos sistemas internos do participante, não sensibilizando os saldos em conta transacional do usuário pagador, até o momento da efetiva iniciação do Pix, quando passa a seguir o fluxo normal de um Pix, conforme o disposto nos Capítulos VIII, IX e X deste Regulamento.

§ 1º Caso não haja recursos suficientes na conta do usuário pagador na data prevista para a realização do Pix, a iniciação da transação não será autorizada.

§ 2º O Manual das Interfaces de Comunicação estabelecerá a quantidade máxima de transações por unidade de tempo que cada participante poderá enviar para liquidação no SPI relativamente ao Pix Agendado.

Art. 10. Para ofertar o Pix Agendado, o participante deve definir, no mínimo, os seguintes aspectos:

I - o limite de data futura para o agendamento;

II - a forma e as condições para agendamentos recorrentes; e

III - o horário limite para alteração ou cancelamento de um Pix Agendado, se for o caso, que deve ser anterior ao momento de sua efetiva iniciação.

Art. 11. A oferta do Pix Agendado pelos participantes do Pix é facultativa.

Seção III

Dos mecanismos para envio ou disponibilização prévia de informações para fins de iniciação de um Pix

Art. 12. São mecanismos para envio ou disponibilização prévia de informações para fins de iniciação de um Pix:

I - chave Pix;

II - QR Code dinâmico; e

III - QR Code estático.

Subseção I

Das chaves Pix

Art. 13. As chaves Pix de que trata o inciso I do art. 12 ficam armazenadas no DICT, conforme disposto no Capítulo XIII.

Art. 14. Na iniciação de um Pix por qualquer um dos mecanismos de que trata o art. 12, a identificação da conta transacional do usuário recebedor deve ser feita por meio de consulta ao DICT, quando se tratar de transação entre com contas transacionais de usuários finais em diferentes participantes.

Parágrafo único. Caso a transação ocorra entre contas transacionais de usuários finais em um mesmo participante, cabe ao próprio participante identificar os dados da conta transacional do usuário recebedor por meio de consulta à sua base de dados interna.

Subseção II

Dos QR Codes

Art. 15. As regras e as sistemáticas operacionais para geração e uso de QR Codes para iniciação de um Pix estão descritas no Manual de Padrões para Iniciação do Pix.

CAPÍTULO VI

DO USO DA MARCA PIX

Art. 16. A marca Pix é de titularidade exclusiva do Banco Central do Brasil, que conferirá aos participantes do Pix licença temporária, não exclusiva e intransferível de uso da marca, em suas formas nominativa e de símbolo, nos termos do art. 139 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 1º A instituição passa a ser licenciada a utilizar a marca Pix a partir do momento em que for aceita como participante do Pix.

§ 2º Caso o participante decida voluntariamente desligar-se do Pix, nos termos do art. 30, ou caso seja excluído do Pix, nos termos dos art. 31 ou do inciso III do art. 93, fica revogada sua licença de uso da marca Pix.

§ 3º Qualquer tipo de uso da marca deverá estar em conformidade com os termos deste Regulamento e com o Manual de Uso da Marca.

Art. 17. É vedado aos participantes:

I - afirmar a existência de quaisquer direitos sobre a marca Pix não previstos, de forma expressa, neste Regulamento ou no Manual de Uso da Marca;

II - questionar a titularidade da marca Pix;

III - registrar ou tentar registrar razão social, nome fantasia, logotipo ou qualquer nome de domínio de internet contendo referência à marca Pix;

IV - associar a marca Pix a produtos não relacionados ao arranjo; e

V - utilizar a marca Pix ou termo que esteja relacionado à marca Pix além dos limites fixados neste Regulamento e no Manual de Uso da Marca.

Parágrafo único. O uso ou a exibição da marca Pix não conferirá ao participante quaisquer direitos ou benefícios sobre ela além daqueles expressamente estabelecidos neste Regulamento.

Art. 18. Ao fazer uso da marca Pix, o participante deve assegurar-se de que essa utilização não acarretará danos de nenhuma espécie, inclusive de imagem, ao Banco Central do Brasil ou ao Pix.

Parágrafo único. O participante notificará o Banco Central do Brasil, em até 7 (sete) dias, sempre que tomar conhecimento do uso indevido da marca ou de qualquer tentativa de cópia ou de infração aos direitos da marca por prestador de serviços de pagamento, seja ele participante ou não do Pix.

Art. 19. O participante, ao contratar a aceitação do Pix com um estabelecimento comercial, deverá estipular a obrigatoriedade do uso da marca, em conformidade com o disposto neste Regulamento e no Manual de Uso da Marca.

§ 1º O contrato do participante com o estabelecimento comercial para aceitação do Pix deve estipular regras para o uso da marca em conformidade com o disposto neste Regulamento e no Manual de Uso da Marca, além de prever que os anúncios de instrumentos de pagamentos aceitos pelo estabelecimento contratado:

I - não veicularão a marca Pix em dimensão inferior às marcas, aos símbolos ou aos logotipos dos demais instrumentos de pagamento aceitos pelo estabelecimento comercial; e

II - não transmitirão a impressão de que o Pix possui aceitação mais restrita ou menos vantajosa do que os demais instrumentos aceitos pelo estabelecimento comercial, quando tal impressão não corresponda à realidade ou não seja adequadamente justificada por diferenças técnicas.

§ 2º O uso da marca não confere ao estabelecimento comercial qualquer direito de titularidade ou outro benefício referente à marca.

§ 3º Cabe ao participante disponibilizar canal para denúncias relativamente ao uso indevido da marca pelos estabelecimentos comerciais que com ele contratam.

§ 4º Caso identifique uso indevido da marca nos termos do § 3º, o participante deve comunicar ao Banco Central do Brasil, em até 7 (sete) dias, e deve tomar as providências necessárias para a regularização de seu uso.

§ 5º O contrato firmado entre o participante e o estabelecimento comercial, para aceitação do Pix, deverá prever:

I - a possibilidade de o participante suspender a aceitação do Pix pelo estabelecimento comercial, em caso de reincidência de infração relacionada ao uso da marca, de recusa ou de demora injustificada para a regularização do uso da marca; e

II - a possibilidade de o participante resolver unilateralmente o negócio jurídico em caso de grave infração, pelo estabelecimento comercial, das regras de uso da marca, desde que devidamente comprovados os fatos.

§ 6º As situações de que tratam os incisos I e II do § 5º deverão ser informadas ao Banco Central do Brasil, em até 7 (sete) dias, contados a partir da decisão de suspender ou de resolver o contrato.

Art. 20. Os participantes devem fornecer aos estabelecimentos comerciais com os quais mantenham contrato a arte final apropriada para o uso da marca nos formatos definidos no Manual de Uso da Marca.

Art. 21. A utilização da marca Pix no ambiente dos participantes obedecerá a critérios específicos de compatibilização da marca Pix com as marcas ou demais identidades visuais, conforme estabelecido no Manual de Uso da Marca.

Art. 22. Os participantes devem adotar ações de comunicação relacionadas ao Pix alinhadas à estratégia de comunicação desse arranjo definida pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VII

DA PARTICIPAÇÃO

Seção I

Das modalidades de participação

Art. 23. O Pix admite as seguintes modalidades de participação:

I - provedor de conta transacional;

II - ente governamental; e

III - liquidante especial.

§ 1º Pode atuar como provedor de conta transacional a instituição financeira ou a instituição de pagamento que oferte conta de depósito ou conta de pagamento pré-paga ao usuário final.

§ 2º Pode atuar como ente governamental a Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade exclusiva de realizar recolhimentos e pagamentos relativos às suas atividades típicas.

§ 3º Pode atuar como liquidante especial a instituição financeira ou a instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil que:

I - no âmbito do Pix, tenha como objetivo exclusivo prestar serviço de liquidação para outros participantes, não ofertando envio ou recebimento de um Pix a usuários finais;

II - atenda aos requisitos para atuar como participante liquidante no SPI, nos termos do Regulamento daquele sistema;

III - não se enquadre no critério de obrigatoriedade de participação no Pix, de que trata o art. 3º da Resolução que divulga este Regulamento.

Seção II

Dos requisitos e dos procedimentos para a participação no Pix

Art. 24. Para fins de participação no Pix as instituições financeiras, as instituições de pagamento e a Secretaria do Tesouro Nacional deverão:

I - aderir às regras, às condições e aos procedimentos estabelecidos neste Regulamento; e

II - possuir capacidade técnica e operacional para cumprir os deveres e as obrigações previstos neste Regulamento.

§ 1º As instituições de pagamento não sujeitas à autorização de funcionamento ou em processo de autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil deverão:

I - possuir contrato firmado com participante responsável; e

II - comprovar a integralização e a manutenção de, no mínimo, R$1.000.000,00 (um milhão de reais) de capital.

§ 2º A qualquer tempo, o Banco Central do Brasil poderá exigir do participante contratante a identificação da origem dos recursos utilizados no empreendimento pelos integrantes do grupo de controle e pelos detentores de participação qualificada, relativamente à exigência de que trata o inciso II do § 1º.

§ 3º As informações e os documentos relativos à verificação de que trata o inciso II do caput e o inciso II do § 1º pelo participante responsável devem ser mantidos à disposição do Banco Central do Brasil.

Art. 25. Além da adesão aos termos deste Regulamento, para participar do Pix, a instituição deve obter aprovação do Banco Central do Brasil quanto ao cumprimento dos requisitos das etapas cadastral e homologatória do processo de adesão.

§ 1º A etapa cadastral compreende o envio de informações relativas à identificação da instituição, à modalidade de participação pretendida no Pix, à modalidade de participação pretendida no SPI, à opção pela forma de acesso ao DICT, entre outras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, a seu critério.

§ 2º A etapa homologatória compreende:

I - testes de comprovação da capacidade tecnológica e operacional, nos termos do Regulamento do SPI, bem como de suas alterações posteriores e normas a ele complementares;

II - testes de homologação entre o participante indireto e o participante direto que lhe presta serviço de liquidação no SPI;

III - testes formais de homologação no DICT; e

IV - verificação de aderência das soluções desenvolvidas para os usuários finais.

§ 3º O detalhamento dos requisitos, procedimentos e formulários relativos à etapa cadastral e aos incisos I a IV da etapa homologatória, de que trata o § 2º, estão detalhados em regulamentação específica.

Seção III

Do participante responsável e do participante contratante

Art. 26. Qualifica-se para atuar como participante responsável o participante do Pix que se enquadre nas modalidades provedor de conta transacional ou liquidante especial e que seja participante direto do SPI.

Art. 27. O participante responsável, durante a vigência de seu contrato de prestação de serviço com o participante contratante, deve:

I - atestar perante o Banco Central do Brasil o atendimento, pelo participante contratante, das exigências previstas no inciso II do caput do art. 24 e do inciso II do § 1º do art. 24;

II - verificar o cumprimento, pelo participante contratante, da regulação mínima de que trata o inciso I, alíneas "a" a "d", do § 5º do art. 3º da Resolução que divulga este Regulamento, sem prejuízo da supervisão a cargo do Banco Central do Brasil; e

III - prestar serviço de liquidação, nos termos do Regulamento do SPI.

§ 1º Para atendimento do disposto no caput, o participante responsável poderá utilizar-se de serviços de auditoria independente, que poderão, a critério dos envolvidos, ser custeados pelo participante contratante.

§ 2º O participante responsável solicitará do participante contratante apenas as informações necessárias para o cumprimento dos deveres previstos no caput, sendo vedada a utilização dessas informações para qualquer outro fim.

§ 3º Ao exigir o fornecimento das informações de que trata o § 2º, o participante responsável dispensará tratamento isonômico e não discriminatório a todos os participantes contratantes com os quais venha a estabelecer relação contratual.

Art. 28. O contrato entre o participante responsável e o participante contratante deve prever que o não atendimento dos requisitos de participação no Pix pelo participante contratante, nos termos deste Regulamento, resultará na resolução do contrato.

Art. 29. Caso o participante responsável decida encerrar a prestação de serviço para um ou mais participantes contratantes, deverá comunicar a decisão ao participante contratante com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 1º O prazo previsto no caput não se aplica à hipótese de resolução contratual de que trata o art. 28.

§ 2º O contrato entre o participante responsável e o participante contratante poderá estipular prazo superior a 90 (noventa) dias para a comunicação prévia do encerramento da prestação de serviços.

Seção IV

Da saída ordenada de participante

Art. 30. O desligamento voluntário de participante que deseje encerrar sua participação no Pix deverá ser notificado ao Banco Central do Brasil com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência do desligamento efetivo.

§ 1º O disposto no caput não se aplica aos participantes obrigatórios do Pix.

§ 2º Mesmo após o desligamento voluntário de que trata o caput, o participante continua responsável por eventuais fatos ocorridos durante a sua atuação no Pix que ensejem processos de resolução de disputas ou penalidades.

Seção V

Da exclusão de participante

Art. 31. Além da exclusão de participante decorrente da aplicação de penalidade, conforme disposto no Capítulo XIX, fica automaticamente excluído do Pix o participante que:

I - for submetido a processo de liquidação extrajudicial, liquidação ordinária ou falência;

II - efetivar mudança de objeto social que desenquadre a instituição do rol de instituições que podem participar do Pix;

III - tiver seu contrato com o participante responsável rescindido, sem que tenha havido substituição dentro do prazo de notificação previsto no art. 29.

Seção VI

Dos deveres dos participantes

Art. 32. Os participantes do Pix devem:

I - cumprir o disposto neste Regulamento;

II - zelar pela imagem, a integridade e a segurança do Pix;

III - reportar ao Banco Central do Brasil, caso tome conhecimento da existência de fatos que possam comprometer a imagem, a integridade e a segurança do Pix;

IV - ofertar a iniciação e o recebimento de Pix para todos os usuários finais, caso enquadrados na modalidade provedor de conta transacional;

V - responsabilizar-se por fraudes no âmbito do Pix decorrentes de falhas nos seus mecanismos de gerenciamento de riscos; e

VI - conferir tratamento não discriminatório para os diferentes participantes do Pix com os quais estabelecerem relação para a prestação do serviço, em termos de qualidade e de preço do serviço prestado.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DE TRANSAÇÕES

Art. 33. As transações de pagamento entre diferentes participantes do Pix serão liquidadas no SPI, nos termos do Regulamento do SPI.

Parágrafo único. Caso diferentes participantes do Pix utilizem o serviço de liquidação de um mesmo participante liquidante no SPI, a liquidação das transações entre esses diferentes participantes deverá ser realizada nos sistemas do próprio liquidante no SPI.

Art. 34. No caso de um Pix entre usuários finais de um mesmo participante, a liquidação é realizada nos sistemas do próprio participante.

CAPÍTULO IX

DOS TEMPOS MÁXIMOS ASSOCIADOS AO PIX

Art. 35. O Banco Central do Brasil estabelecerá, no Manual de Tempos do Pix:

I - tempos máximos para as transações de pagamento no âmbito do Pix; e

II - acordos de nível de serviço.

CAPÍTULO X

DA AUTORIZAÇÃO PARA INICIAÇÃO E DA REJEIÇÃO DE TRANSAÇÕES

Art. 36. Uma transação no âmbito do Pix é considerada autorizada, para fins de iniciação, quando o participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador, após realizar as devidas verificações de segurança, identifica a existência de saldo suficiente na conta transacional do usuário pagador e bloqueia o valor correspondente à transação para iniciar o processo de liquidação, caso a transação seja liquidada por meio do SPI.

§ 1º Nos casos em que a transação for liquidada nos sistemas do participante, a autorização, para fins de iniciação da transação, ocorre no momento em que o participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador, realizadas as devidas verificações de segurança, identifica a existência de saldo suficiente, sendo desnecessária a efetivação de bloqueio do valor correspondente à transação.

§ 2º O Banco Central do Brasil estabelecerá, no Manual de Tempos do Pix, os limites máximos de tempo para autorização de iniciação de transações pelo participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador.

Art. 37. Os participantes do Pix somente poderão estabelecer limites de valor para as transações baseados em critérios de mitigação de riscos de fraude e de infração à regulação de prevenção à "lavagem" de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, não podendo esse limite ser inferior ao de instrumentos de pagamento com características similares às do Pix, nem consistir em limitação de uso do Pix, consideradas as características e o perfil do usuário pagador.

Art. 38. Uma transação no âmbito do Pix deverá ser rejeitada pelo participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador quando:

I - o tempo para autorização de iniciação de transação exceder o tempo máximo para essa autorização, nos termos do Regulamento do SPI;

II - houver fundada suspeita de fraude;

III - houver suspeita de infração à regulação de prevenção à "lavagem" de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;

IV - houver problemas na autenticação do usuário pagador; ou

V - envolver movimentação de recursos oriundos de usuários pagadores sancionados por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na forma prevista na Lei nº 13.810, de 2019, e conforme disciplina própria editada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 39. Uma transação no âmbito do Pix deverá ser rejeitada pelo participante prestador de serviço de pagamento do usuário recebedor quando:

I - houver fundada suspeita de fraude; ou

II - houver problemas na identificação do usuário recebedor.

CAPÍTULO XI

DA DEVOLUÇÃO DE TRANSAÇÕES

Art. 40. Poderão ser objeto de devolução, total ou parcial, os recursos de determinada transação realizada cujos fundos já se encontrem disponíveis na conta transacional do usuário recebedor.

§ 1º A devolução de um Pix deve ser iniciada pelo usuário recebedor.

§ 2º É permitida a realização de múltiplas devoluções de uma mesma transação.

Art. 41. Na iniciação da devolução, o usuário recebedor deve informar ao seu prestador de serviço de pagamento o valor e o motivo da devolução.

Parágrafo único. O participante deve debitar o valor informado na conta transacional do usuário recebedor, após sua autorização, e remeter os fundos ao participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador, informando o motivo da devolução.

Art. 42. A solicitação de devolução de um Pix deve ser iniciada, no máximo, em até 90 (noventa) dias da data da transação de pagamento original.

CAPÍTULO XII

DO SERVIÇO DE PROVIMENTO DE LIQUIDEZ

Art. 43. O Banco Central do Brasil ofertará serviço de provimento de liquidez aos participantes diretos do SPI, na forma definida no Regulamento do SPI.

Art. 44. Complementarmente aos mecanismos ofertados pelo Banco Central do Brasil, as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação também poderão ofertar mecanismos de provimento de liquidez, desde que observadas as regras, os procedimentos e as condições dispostos nos regulamentos dos correspondentes sistemas e no Regulamento do SPI.

CAPÍTULO XIII

DO DICT

Art. 45. O DICT é um componente do Pix que armazena as informações dos usuários finais e das correspondentes contas transacionais, com a finalidade de facilitar o processo de iniciação de transações de pagamento pelos usuários pagadores, de mitigar o risco de fraude em transações no âmbito do Pix e de suportar funcionalidades que contribuem para o bom funcionamento do arranjo.

Parágrafo único. As seguintes chaves Pix podem ser utilizadas para vinculação às contas transacionais:

I - número de telefone celular;

II - endereço de correio eletrônico (e-mail);

III - número de inscrição no CPF;

IV - número de inscrição no CNPJ; e

V - chave aleatória.

Seção I

Da estrutura e da conexão

Art. 46. O DICT é um sistema tecnológico, operado pelo Banco Central do Brasil, conectado à Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), com redundância de instalações físicas, de estruturas de processamento e de comunicação, conforme padrões estabelecidos no Manual de Redes do SFN e no Manual de Segurança do SFN.

Art. 47. A conexão dos participantes do Pix ao DICT é feita por intermédio da RSFN.

§ 1º A conexão à RSFN pelos participantes do Pix é feita por meio da contratação de circuitos das operadoras de telecomunicação independentes que proveem a rede, ou por intermédio dos Provedores de Serviços de Tecnologia da Informação (PSTI) autorizados pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º A conexão entre um participante do Pix com acesso direto ao DICT e um participante do Pix sem acesso direto ao DICT é definida entre as partes, observando-se o disposto no Manual da RSFN e no Manual de Segurança do SFN.

Seção II

Do acesso

Art. 48. Os participantes do Pix devem acessar o DICT de forma direta ou indireta.

§ 1º O acesso direto ao DICT é obrigatório para todos os participantes do Pix que sejam participantes diretos do SPI.

§ 2º O acesso indireto ao DICT deve ser realizado por meio de um participante do Pix com acesso direto ao DICT, devendo incluir, no mínimo, a realização de ordens de registro, de exclusão, de portabilidade, de reivindicação de posse, de verificação de sincronismo e de consulta.

§ 3º A relação entre o participante do Pix com acesso direto e o participante do Pix com acesso indireto deve reger-se por meio de contrato comercial bilateral, observados os requisitos e os procedimentos previstos neste Regulamento.

Art. 49. A solicitação de acesso ao DICT e a opção pela forma de acesso fazem parte do procedimento para solicitação de participação no Pix.

Art. 50. O participante do Pix pode, a qualquer tempo, solicitar ao Banco Central do Brasil a alteração da forma de acesso ao DICT, observadas as condições previstas neste Regulamento.

Subseção I

Da exclusão e da suspensão de acesso

Art. 51. A exclusão ou a suspensão da participação no Pix implica a imediata exclusão ou suspensão do acesso ao DICT, inclusive para fins de acesso indireto.

Subseção II

Dos deveres dos participantes do Pix com acesso ao DICT

Art. 52. Os participantes do Pix com acesso direto ao DICT têm o dever de:

I - zelar pela segurança e pelo sigilo das ordens por ele emitidas e recebidas e pelo bom funcionamento do DICT;

II - informar ao Banco Central do Brasil, imediatamente, qualquer irregularidade observada no funcionamento do DICT;

III - manter-se conectado ao DICT, em condições de emitir e receber mensagens, durante todo o período de funcionamento do DICT;

IV - pagar tempestivamente os valores devidos, na forma da Seção VI deste Capítulo;

V - prover adequadamente o serviço de acesso para os participantes do Pix com acesso indireto ao DICT com os quais estabelecer relacionamento, nos termos deste Regulamento e do contrato comercial bilateral assinado entre as partes;

VI - não utilizar, para fins comerciais, as informações obtidas a partir das ordens enviadas pelas instituições com as quais estabelecer relação para prestação de serviço de acesso ao DICT;

VII - manter uma base de dados interna que replique os registros no DICT para as chaves Pix vinculadas às contas transacionais de seus usuários finais;

VIII - manter atualizados os registros de sua base de dados interna em relação aos registros do DICT;

IX - disponibilizar chave Pix em sua base de dados interna somente após a confirmação de sua atualização no DICT; e

X - observar as demais regulamentações e padrões técnicos emanados pelo Banco Central do Brasil, no que aplicáveis.

Art. 53. Os participantes do Pix com acesso indireto ao DICT têm o dever de:

I - zelar pela segurança e pelo sigilo das informações enviadas e obtidas por meio do DICT;

II - manter uma base de dados interna que replique os registros do DICT para as chaves Pix vinculadas às contas transacionais de seus usuários finais;

III - manter atualizados os registros de sua base de dados interna em relação aos registros do DICT; e

IV - disponibilizar chave Pix, em sua base de dados interna, somente após a confirmação de sua atualização no DICT.

Parágrafo único. A base de dados interna, de que trata o inciso III do caput, pode ser mantida pelo participante do Pix que provê serviço de acesso direto ao DICT para o participante do Pix com acesso indireto.

Seção III

Das funcionalidades

Art. 54. As seguintes funcionalidades, associadas às chaves Pix, estão disponíveis para os participantes do Pix com acesso direto ao DICT:

I - registro: permite a vinculação de uma chave Pix a uma conta transacional;

II - exclusão: permite a remoção do vínculo existente entre uma chave Pix e uma conta transacional;

III - alteração: permite a alteração das informações relativas à conta transacional, ou de agência e de conta transacional, mantida pelo participante, vinculada a uma chave Pix;

IV - portabilidade: permite a transferência do vínculo de determinada chave Pix da conta transacional original para uma nova conta transacional de mesma titularidade, mantida no participante reivindicador;

V - reivindicação de posse: permite a transferência do vínculo de determinada chave Pix da conta transacional original para uma nova conta transacional, de titularidade diferente, mantida no participante reivindicador;

VI - verificação de sincronismo: permite a obtenção de informações relativas às chaves Pix vinculadas às contas transacionais mantidas em determinado participante, com a finalidade de possibilitar a realização das verificações necessárias para que sua base de dados interna reflita as informações constantes no DICT;

VII - consulta: permite a consulta às informações da conta transacional do usuário recebedor vinculada a determinada chave Pix e a disponibilização de informações dessa conta para o usuário pagador; e

VIII - notificação de infração: permite a notificação de infração, por suspeita de fraude ou por suspeita de infração à regulação de prevenção à "lavagem" de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Art. 55. O Banco Central do Brasil estabelecerá, no Manual de Tempos do Pix, o nível de serviço para a execução das funcionalidades disponibilizadas pelo DICT.

Subseção I

Do registro das chaves Pix e da vinculação a contas transacionais

Art. 56. O registro das chaves Pix no DICT deve ser solicitado pelo participante do Pix, a pedido do usuário.

Parágrafo único. O participante do Pix deve solicitar o registro da chave Pix, sem necessidade de anuência do usuário final, em caso de identificação de necessidade de ajuste após processo de verificação de sincronismo de chaves Pix, conforme disposto na Subseção VI desta Seção.

Art. 57. Para solicitar o registro das chaves Pix, o participante do Pix deve:

I - validar a posse da chave junto ao usuário final, conforme definido no Manual Operacional do DICT; e

II - obter o consentimento do usuário final.

§ 1º O disposto no inciso I do caput não se aplica às chaves aleatórias geradas pelo DICT.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput, o consentimento refere-se:

I - à solicitação feita pelo usuário final ao participante do Pix de registro de chave Pix; ou

II - à confirmação e aceitação de recebimento pelo usuário final de oferta de registro de chave Pix feita pelo participante do Pix.

§ 3º O consentimento de que trata o inciso II do caput deve ser formalizado por meio da aceitação pelo usuário final de termo de consentimento específico para essa finalidade, que deverá observar as disposições aplicáveis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 58. O DICT acatará todos os pedidos de registro recebidos dos participantes do Pix com acesso direto, exceto os pedidos:

I - referentes a chave Pix já registrada;

II - referentes a chave Pix vinculada a conta transacional mantida por outro participante do Pix, caso o solicitante do registro não preste serviço de acesso ao DICT para o participante do Pix em questão; ou

III - com erro de sintaxe ou no preenchimento da ordem de registro.

§1º O DICT retornará mensagem de erro específica, identificando o motivo para a falha no registro solicitado.

§2º No caso de chave aleatória, o DICT gerará aleatoriamente o número correspondente, previamente ao registro.

Art. 59. O DICT armazena as seguintes informações vinculadas à chave Pix:

I - Código ISPB do participante do Pix;

II - nome empresarial do participante do Pix, conforme registrado no CNPJ;

III - número da agência vinculada à conta transacional do usuário final, se houver;

IV - número da conta transacional do usuário final;

V - tipo da conta transacional do usuário final;

VI - nome completo ou nome empresarial do usuário final, conforme registrado no CPF ou no CNPJ;

VII - número de inscrição do usuário final no CPF ou no CNPJ, conforme o caso; e

VIII - título do estabelecimento (nome de fantasia) do usuário final, se registrado no CNPJ.

Parágrafo único. O DICT poderá, a critério do Banco Central do Brasil, armazenar outras informações para fins de segurança e do bom funcionamento do Pix.

Subseção II

Da exclusão das chaves Pix

Art. 60. A exclusão das chaves Pix do DICT deve ser solicitada pelo participante do Pix, a pedido do usuário final.

Parágrafo único. O participante do Pix deve solicitar a exclusão da chave Pix, sem necessidade de anuência do usuário final, em caso de:

I - encerramento da conta transacional do usuário final;

II - suspeita, tentativa ou efetivação de uso fraudulento da chave Pix;

III - identificação da necessidade de ajuste após processo de verificação de sincronismo de chaves, conforme disposto na Subseção VI desta Seção; ou

IV - inatividade de uso da chave Pix ou da conta vinculada à chave Pix, caracterizada pelo não recebimento de ordens de liquidação por mais de 12 (doze) meses.

Art. 61. O participante do Pix somente acatará a solicitação para exclusão de chave Pix cujo registro tenha sido requerido pelo usuário final solicitante.

Art. 62. O participante do Pix somente poderá solicitar exclusão da chave cujo registro tenha sido solicitado por ele.

Art. 63. As chaves Pix vinculadas às contas transacionais mantidas em participante do Pix com acesso ao DICT excluído serão excluídas do DICT imediatamente após a determinação da exclusão.

Subseção III

Da alteração de dados da conta transacional vinculada a uma chave Pix

Art. 64. A alteração de dados da conta transacional vinculada a uma chave Pix no DICT deve ser solicitada pelo participante do Pix.

Art. 65. A alteração de dados da conta transacional é uma funcionalidade cuja oferta é facultativa pelos participantes do Pix com acesso direto ou indireto ao DICT.

Art. 66. A alteração pode ser solicitada para as seguintes chaves Pix:

I - número de telefone celular;

II - endereço de correio eletrônico (e-mail);

III - número de inscrição no CPF;

IV - número de inscrição no CNPJ; e

V - chave aleatória gerada pelo DICT.

Art. 67. A alteração de dados da conta transacional vinculada a uma chave Pix pode ser solicitada:

I - a pedido do usuário final ao qual a chave está vinculada, no caso em que houver alteração dos identificadores de agência ou de agência e de conta; e

II - independentemente de pedido do usuário final, no caso em que houver alteração dos identificadores de agência ou de agência e de conta, no mesmo participante, mantida sua titularidade pelo usuário final.

Parágrafo único. A chave discriminada no inciso V do art. 66 não pode ser objeto da solicitação de que trata o inciso I do caput.

Subseção IV

Da portabilidade das chaves Pix

Art. 68. A portabilidade das chaves Pix no DICT deve ser solicitada pelo participante reivindicador, a pedido do usuário final:

I - em decorrência do processo de registro de chave; ou

II - por meio de funcionalidade específica disponível em canal de atendimento.

Art. 69. A portabilidade pode ser solicitada para as seguintes chaves Pix:

I - número de telefone celular;

II - endereço de correio eletrônico (e-mail);

III - número de inscrição no CPF; e

IV - número de inscrição no CNPJ.

Subseção V

Da reivindicação de posse das chaves Pix

Art. 70. A reivindicação de posse das chaves Pix no DICT deve ser solicitada pelo participante reivindicador, a pedido do usuário final, em decorrência do processo de registro de chave.

Art. 71. A reivindicação de posse pode ser solicitada para as seguintes chaves Pix:

I - número de telefone celular; e

II - endereço de correio eletrônico (e-mail).

Subseção VI

Da verificação de sincronismo das chaves Pix

Art. 72. Os participantes do Pix poderão emitir os seguintes tipos de ordens para verificação de sincronismo, por tipo de chave Pix, nos termos do parágrafo único do art. 45:

I - agregada; e

II - individualizada.

Art. 73. Caso seja identificada divergência entre as chaves Pix registradas no DICT e aquelas registradas em sua base de dados interna, o participante do Pix deverá adotar as medidas necessárias para que ambas as bases reflitam os mesmos registros.

Art. 74. O DICT disponibilizará ao participante do Pix arquivo específico, em resposta à ordem individualizada para a verificação de sincronismo das chaves Pix.

Subseção VII

Da consulta às chaves Pix

Art. 75. As consultas ao DICT devem ser feitas com o propósito único e exclusivo de iniciar um Pix.

Art. 76. Não se admitem consultas de chaves Pix quando o participante prestador de serviço de pagamento do usuário recebedor for o mesmo participante prestador de serviço de pagamento do usuário pagador.

Art. 77. O DICT retornará todas as informações vinculadas à chave Pix consultada para o participante do Pix que enviou a ordem de consulta, inclusive eventuais informações registradas para fins de segurança.

Parágrafo único. Caso a chave consultada não esteja registrada, o DICT enviará mensagem específica de erro.

Art. 78. O participante do Pix deve disponibilizar para o usuário pagador os seguintes dados:

I - nome empresarial do participante do Pix prestador de serviço de pagamento do usuário recebedor;

II - nome completo do usuário recebedor, que poderá corresponder ao nome de fantasia, no caso de estar registrado no CNPJ, ou ao nome empresarial, caso não haja nome de fantasia registrado no CNPJ; e

III - número de inscrição no CPF ou no CNPJ do usuário recebedor, conforme o caso.

Seção IV

Dos dias e do horário de funcionamento

Art. 79. O registro, a exclusão, a alteração, a portabilidade, a reivindicação de posse, a consulta e a solicitação de devolução estão disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias do ano.

Art. 80. O registro, a exclusão, a alteração, a portabilidade, a reivindicação de posse e a solicitação de devolução devem estar disponíveis para os usuários finais das 8h às 20h, no horário de Brasília, em todos os dias do ano.

Parágrafo único. A critério de cada participante do Pix, as funcionalidades discriminadas no caput podem ser ofertadas aos usuários finais nos demais horários em que elas estejam disponíveis no DICT.

Art. 81. A verificação de sincronismo está disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todos os dias do ano.

Art. 82. Os horários informados pelo DICT e pelos seus participantes obedecerão ao formato UTC, salvo disposição em contrário.

Parágrafo único. O horário observado pelos equipamentos do Banco Central do Brasil prevalece sobre qualquer outro para todos os fins.

Seção V

Dos mecanismos de prevenção a ataques de leitura

Art. 83. Com o intuito de evitar que usuários finais utilizem as informações contidas no DICT para propósitos distintos da realização de transações de pagamento, o DICT manterá mecanismos de prevenção a ataques de leitura, conforme definido no Manual Operacional do DICT.

Art. 84. Os participantes do Pix deverão manter, em sua base de dados interna, mecanismos de prevenção a ataques de leitura.

Seção VI

Da cobrança de tarifas relativas ao DICT

Art. 85. A utilização do DICT poderá sujeitar o participante com acesso direto ao pagamento de ressarcimento de custos ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A bilhetagem, a cobrança e o pagamento dos valores devidos ocorrem no âmbito do ressarcimento de custos do Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), na forma da regulamentação própria.

CAPÍTULO XIV

DA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO FINAL

Art. 86. Os participantes do Pix devem ofertar ao usuário final uma experiência:

I - simples;

II - sem fricções;

III - em que as opções para a realização das transações sejam fáceis de encontrar nos canais de acesso disponibilizados;

IV - segura;

V - com clareza de linguagem nos comandos para a efetivação das transações;

VI - ágil;

VII - precisa;

VIII - transparente; e

IX - conveniente.

Parágrafo único. O disposto no caput inclui as experiências, quando ofertadas, de:

I - iniciação de um Pix;

II - recebimento de um Pix;

III - devolução de um Pix;

IV - autenticação do usuário final;
V - registro de chave Pix no DICT;
VI - exclusão de chave Pix no DICT;
VII - portabilidade de chave Pix no DICT;
VIII - reivindicação de posse de chave Pix no DICT.

CAPÍTULO XV

DA COBRANÇA DE TARIFAS AOS USUÁRIOS FINAIS

Art. 87. Os participantes do Pix devem divulgar aos usuários finais pessoas naturais e pessoas jurídicas as tarifas, as gratuidades e os eventuais benefícios relativos ao envio e recebimento de um Pix.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput devem ser divulgadas pelos participantes, no mínimo, em seus sítios eletrônicos na internet, em local e formato de fácil visualização.

CAPÍTULO XVI

DOS RISCOS INCORRIDOS PELOS PARTICIPANTES E CORRESPONDENTES MECANISMOS DE GERENCIAMENTO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 88. Ao aderir ao Pix, os participantes declaram estar cientes de que, em decorrência da natureza de suas atividades, estarão sujeitos, em especial, aos seguintes riscos:

I - operacional, conforme definido no inciso I do art. 2º da Circular nº 3.681, de 4 de novembro de 2013, e regulamentação posterior;

II - de liquidez, definido, para os fins deste Regulamento, como a falta de recursos suficientes para dar curso a ordens de pagamento dos usuários finais, em acordo com este Regulamento, decorrente de falha do participante:

a) no planejamento de necessidade de fundos na Conta PI para realização das transações dos usuários finais, próprios ou de participante para o qual preste serviços de liquidação no âmbito do SPI, ou no acesso aos mecanismos de provimento de liquidez;

b) no planejamento de necessidade de fundos em sua conta no liquidante do SPI para realização das transações dos usuários finais;

c) nos mecanismos de provimento de liquidez disponíveis, observadas as responsabilidades dos participantes na adimplência de suas obrigações eventualmente assumidas para esse fim.

Seção II

Do Gerenciamento do Risco de Fraude

Art. 89. Adicionalmente ao gerenciamento de risco operacional disposto na Seção I deste Capítulo, os participantes do Pix devem adotar mecanismos robustos para garantir a segurança:

I - do processo de autenticação de usuários pagadores e de identificação de usuários recebedores;

II - dos procedimentos de iniciação do Pix; e

III - do processo de abertura de contas transacionais.

CAPÍTULO XVII

DOS CRITÉRIOS E DAS CONDIÇÕES PARA TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 90. É facultado aos participantes contratar terceiros, por meio de contrato específico, para a realização de atividades no âmbito do Pix.

§ 1º O participante deve garantir que o terceiro contratado atuará em conformidade com o disposto neste Regulamento e nos demais dispositivos legais e normativos relativos à matéria, com vistas a assegurar a segurança, a eficiência, a confiabilidade, a integridade, o sigilo e a qualidade do serviço de pagamento.

§ 2º Os contratos de que trata o caput devem prever:

I - a permissão de acesso do Banco Central do Brasil, na qualidade de instituidor do Pix, aos contratos firmados, à documentação e às informações referentes aos produtos e aos serviços fornecidos relativos a atividades realizadas no âmbito do arranjo, às dependências do terceiro contratado e à correspondente documentação relativa aos atos constitutivos, aos registros, aos cadastros e às licenças requeridos pela legislação; e

II - a possibilidade de adoção de medidas de caráter preventivo e corretivo pelo participante, abrangendo, inclusive, a rescisão do contrato, por sua iniciativa ou por determinação do Banco Central do Brasil.

§ 3º O disposto no § 2º não exclui a responsabilidade direta do participante do Pix pelas atividades realizadas por terceiros por ele contratados.

CAPÍTULO XVIII

DA RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Art. 91. Os casos omissos, as divergências, os conflitos e as controvérsias entre participantes e entre participantes e usuários finais a respeito da execução do disposto neste Regulamento serão, preferencialmente, resolvidos de acordo com procedimentos definidos pelo Banco Central do Brasil, nos termos de manual específico.

CAPÍTULO XIX

DAS PENALIDADES

Art. 92. Os participantes do Pix sujeitam-se às penalidades previstas neste Regulamento, além daquelas previstas na legislação em vigor, no caso de descumprimento, total ou parcial, das disposições deste Regulamento, inclusive no que se refere:

I - ao uso indevido da marca Pix;

II - à utilização do Pix para transações de pagamento ilícitas, que não respeitem seus processos de prevenção conforme definidos nas leis e regulamentos pertinentes;

III - ao descumprimento de acordos de níveis de serviço, ocasionando descumprimento do tempo máximo de processamento das transações de pagamento;

IV - à quantidade excessiva de reclamações procedentes de usuários finais relativamente ao descumprimento do disposto neste Regulamento;

V - ao descumprimento de procedimentos tecnológicos, operacionais e de segurança requeridos por este Regulamento;

VI - ao inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras relativas a tarifas cobradas no âmbito do Pix;

VII - à leniência do participante responsável no cumprimento de seus deveres relativamente à atuação do participante contratante;

VIII - à adoção de quaisquer outras condutas capazes de comprometer a credibilidade ou de impactar negativamente a imagem ou a integridade do Pix; e

IX - ao descumprimento de determinações do Banco Central do Brasil, na qualidade de instituidor do Pix, com vistas a adequar a atuação do participante ao requerido neste Regulamento.

Art. 93. São aplicáveis as seguintes penalidades aos participantes do Pix, de forma isolada ou cumulativa:

I - multa;
II - suspensão; e
III - exclusão.

Art. 94. Na aplicação das penalidades de que trata este Capítulo, o Banco Central do Brasil observará o direito do participante ao contraditório e à ampla defesa e seguirá o rito e as condições estabelecidas no Manual de Penalidades.

Art. 95. Aplica-se o disposto neste Capítulo às instituições em processo de adesão ao Pix, nos termos do disposto na Seção II do Capítulo VII.

CAPÍTULO XX

DA ESTRUTURA DE TARIFAS ENTRE PARTICIPANTES

Art. 96. Fica vedada a cobrança de tarifas ou outras formas de remuneração, de forma direta ou indireta, entre participantes prestadores de serviço de pagamento do usuário recebedor e participantes prestadores de serviço de pagamento do usuário pagador.

CAPÍTULO XXI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97. Não se aplica o disposto nos arts. 6º e 7º e nos Capítulos V, X, XI, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX à Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 1º É facultativo o acesso da Secretaria do Tesouro Nacional ao DICT.

§ 2º Caso a Secretaria do Tesouro Nacional opte por acessar o DICT, não se aplica o disposto nos arts. 57, 60 e 78.

Art. 98. Não se aplica o disposto nos Capítulos V, XI e XIV aos participantes que atuarem exclusivamente na modalidade liquidante especial, de que trata o inciso III do art. 23.

Art. 99. O Banco Central do Brasil definirá o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix para fins de monitoramento do cumprimento dos termos deste Regulamento.

Art. 100. O desligamento, por qualquer motivo, de participante do Pix não afeta sua responsabilidade por fatos ocorridos durante sua atuação no arranjo, tampouco impede sua submissão aos procedimentos de resolução de disputas ou de aplicação de penalidades relacionados ao período de participação.

CAPÍTULO XXII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Seção I

Da iniciação de um Pix

Art. 101. Os participantes do Pix não enquadrados no critério de obrigatoriedade de participação, que não disponibilizem aos usuários finais aplicativo acessível por meio de telefone celular, ou que não tenham o aplicativo como o principal canal digital de pagamentos e recebimentos, em termos de quantidade de transações, devem atender o disposto no art. 6º até 1º de junho de 2021, disponibilizando, até essa data, a iniciação de um Pix por meio de seu principal canal digital.

§ 1º Na situação de que trata o caput, o participante pode escolher qual ou quais dos procedimentos de iniciação de um Pix previstos no inciso II do art. 5º ofertará aos usuários pagadores.

§ 2º Após o prazo estabelecido no caput, o aplicativo a ser disponibilizado pelo participante aos usuários finais deverá ter sido aprovado no processo de homologação quanto à verificação de aderência das soluções desenvolvidas para os usuários finais, de que trata o inciso IV do § 2º do art. 25.

Seção II

Do uso da marca Pix

Art. 102. Durante o período anterior à divulgação pelo Banco Central do Brasil da relação das instituições aprovadas no processo de adesão ao Pix, as instituições em processo de adesão podem usar a marca Pix, desde que observado o disposto neste Regulamento e no Manual de Uso da Marca.

Parágrafo único. Caso o participante decida voluntariamente cancelar o processo de adesão ao Pix ou caso não seja aprovado nas etapas cadastral ou homologatória do processo de adesão, fica proibido de utilizar a marca Pix para fins comerciais ou promocionais.

Seção III

Da participação

Art. 103. A participação no Pix desde o seu lançamento, inclusive na etapa de operação restrita, depende da aprovação do Banco Central do Brasil com relação ao cumprimento dos requisitos das etapas cadastral e homologatória até o dia 16 de outubro de 2020.

Seção IV

Da fase de operação restrita do DICT

Art. 104. A fase de operação restrita do DICT ocorrerá durante o período de 5 de outubro de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Parágrafo único. Durante o período de 5 de outubro de 2020 a 2 de novembro de 2020:

I - a participação é facultativa, porém condicionada à aprovação da instituição pelo Banco Central do Brasil nas etapas cadastral e homologatória, conforme disposto no art. 103; e

II - estarão disponíveis as funcionalidades de registro, exclusão, alteração, reivindicação de posse, portabilidade e verificação de sincronismo de chaves Pix, de que tratam os incisos I a VI do art. 54.

Art. 105. Durante o período de 3 de novembro de 2020 a 15 de novembro de 2020:

I - a participação é obrigatória aos participantes que obtiveram aprovação do Banco Central do Brasil nas etapas cadastral e homologatória, conforme disposto no art. 103; e

II - estarão disponíveis todas as funcionalidades do DICT, conforme disposto no Capítulo XIII.

Art. 106. O Banco Central do Brasil detalhará, em ato normativo específico, orientações e determinações complementares ao disposto nesta Seção, inclusive no que diz respeito aos horários diferenciados de funcionamento do DICT durante a fase de operação restrita.

Seção V

Da fase de operação restrita do Pix

Art. 107. A fase de operação restrita do Pix ocorrerá durante o período de 3 de novembro de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 108. Para a fase de operação restrita do Pix, os participantes devem selecionar, entre os usuários finais que neles mantenham conta transacional, aqueles que poderão atuar como usuários pagadores.

Parágrafo único. Para a seleção de que trata o caput, a amostra de usuários pagadores deve refletir o perfil de clientes da instituição, sendo recomendada a seleção de:

I - prepostos da instituição que nela mantenham conta transacional; e

II - usuários finais que também possuam contas transacionais em outras instituições.

Art. 109. Devem participar da fase de operação restrita do Pix todos os participantes, obrigatórios e facultativos, que obtiveram aprovação pelo Banco Central do Brasil nas etapas cadastral e homologatória, conforme disposto no art. 103.

Art. 110. Os participantes que, durante a fase de operação restrita, apresentarem problemas operacionais e não conseguirem solucioná-los:

I - se forem participantes obrigatórios, devem realizar os devidos ajustes e entrar em operação plena no Pix assim que solucionado o problema;

II - se forem participantes facultativos, devem retomar a etapa de homologação a partir de 1º de dezembro de 2020, para, após realizados os devidos ajustes, entrarem em operação plena no Pix.

Art. 111. Os participantes obrigatórios que não obtiveram aprovação do Banco Central do Brasil na etapa de homologação ou que, por outro motivo, não participarem da fase de operação restrita ou, ainda, que se enquadrem na situação de que trata o inciso I do art. 110 ficam sujeitos à aplicação de multa por dia de atraso na entrada em operação, restrita ou plena, no Pix.

Art. 112. Os participantes facultativos que obtiveram aprovação do Banco Central do Brasil na etapa de homologação, mas que, por outro motivo, não participarem da fase de operação restrita, ficam sujeitos à aplicação de multa por dia de atraso na participação no Pix.

RESOLUÇÃO BCB Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 6 de agosto de 2020, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 6º e 7º, inciso III, da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, 9º, inciso II, e 15 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020, resolve:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO ÚNICO
DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras individuais e consolidadas que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução não se aplica às associações e às entidades civis sem fins lucrativos autorizadas a administrar consórcio.

TÍTULO II

Dos critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento

CAPÍTULO I
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
Seção I
Das Demonstrações Financeiras Obrigatórias

Art. 2º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem elaborar e divulgar as seguintes demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício social, e semestrais, relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro:

I - Balanço Patrimonial;
II - Demonstração do Resultado;
III - Demonstração do Resultado Abrangente;
IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
V - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

§ 1º As demonstrações financeiras devem ser divulgadas, identificadas pela nomenclatura definida no caput, de forma destacada, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

§ 2º É obrigatória a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras de que trata o caput a partir da data da publicação da autorização para funcionamento da instituição no Diário Oficial da União, exceto nos casos em que o Banco Central do Brasil, em caráter excepcional, determinar outra data com o objetivo de racionalizar o fluxo das informações.

§ 3º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento que não sejam registradas como companhia de capital aberto e que tenham patrimônio líquido inferior a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), na data-base de 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior, estão dispensadas da elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

§ 4º As demonstrações financeiras semestrais relativas aos semestres findos em 30 de junho podem ser acompanhadas de notas explicativas selecionadas.

Art. 3º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento que, nos termos da regulamentação vigente, tenham dependências no exterior devem divulgar as demonstrações financeiras mencionadas no art. 2º com a posição consolidada das operações realizadas no País e no exterior.

Art. 4º As administradoras de consórcio devem elaborar e divulgar, adicionalmente às demonstrações de que trata o art. 2º, as seguintes demonstrações financeiras anuais, relativas ao exercício social, e semestrais, relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro:

I - Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio; e
II - Demonstração Consolidada de Variações nas Disponibilidades de Grupos.

Parágrafo único. As demonstrações de que trata o caput devem ser:

I - elaboradas a partir das demonstrações de cada grupo de consórcio; e
II - divulgadas a partir da constituição do primeiro grupo de consórcio.

Art. 5º Na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem observar, além do disposto nesta Resolução, os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

I - Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010;
II - Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 3 de setembro de 2010;
III - Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 17 de julho de 2009; e
IV - Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 8 de julho de 2010.

§ 1º Os pronunciamentos técnicos citados no texto dos pronunciamentos mencionados no caput não podem ser aplicados enquanto não forem também recepcionados por regulamento emanado do Banco Central do Brasil.

§ 2º As menções a outros pronunciamentos no texto dos pronunciamentos mencionados no caput devem ser interpretadas como referências a pronunciamentos do CPC que tenham sido recepcionados pelo Banco Central do Brasil, bem como aos demais dispositivos regulamentares emanados dessa autoridade reguladora.

§ 3º As menções no texto do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) aos termos "controle", "controle conjunto", "entidade de investimento" e "influência significativa" devem ser interpretadas como referências aos seguintes conceitos:

I - controle: situação em que a instituição investidora está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida;

II - controle conjunto: situação em que há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de uma entidade, no qual as decisões sobre as atividades que afetam significativamente os retornos do negócio exigem o consentimento unânime das partes controladoras;

III - entidade de investimento: entidade que atende, cumulativamente, às seguintes condições:

a) tem como propósito comercial o investimento de recursos exclusivamente para fins de retornos de valorização do capital, receitas de investimentos ou ambos;

b) obtém recursos de investidores com o objetivo de fornecer-lhes serviços de gestão de investimento; e

c) realiza a mensuração e a avaliação do desempenho de parcela substancial de seus investimentos com base no valor justo; e

IV - influência significativa: poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, sem o controle individual ou conjunto dessas políticas.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, inciso IV:

I - são indícios da existência de influência significativa:

a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;

b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições de resultado;

c) operações materiais entre a investidora e a investida;

d) intercâmbio de diretores ou outros membros da alta administração; e

e) fornecimento de informação técnica essencial para a atividade da instituição; e

II - presume-se a existência de influência significativa quando a instituição investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

§ 5º Fica facultado às administradoras de consórcios e às instituições de pagamento que não sejam registradas como companhia aberta a observância do disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41.

§ 6º As menções no texto do Pronunciamento Técnico CPC 41 ao reconhecimento de ações preferenciais como passivo e a outros critérios ou procedimentos contábeis não previstos em normas do Banco Central do Brasil não autorizam a aplicação desses critérios ou procedimentos.

Seção II
Das Demonstrações Financeiras Intermediárias

Art. 6º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento que, voluntariamente ou por força de disposições legais, estatutárias ou contratuais, elaborarem e divulgarem demonstrações financeiras intermediárias devem divulgar o conjunto de demonstrações financeiras previsto no arts. 2º e 4º:

I - elaboradas de acordo com as disposições aplicáveis às demonstrações semestrais e anuais; ou
II - elaboradas de forma condensada, incluindo notas explicativas selecionadas.

Parágrafo único. Para fins de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais, consideram-se intermediárias as demonstrações financeiras relativas a períodos menores que seis meses.

Art. 7º Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem aplicar os mesmos critérios, procedimentos, práticas e políticas contábeis aplicadas nas demonstrações semestrais e anuais.

Seção III
Da Apresentação das Demonstrações Financeiras

Art. 8º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem, na elaboração e divulgação das demonstrações financeiras de que trata este Capítulo, representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da instituição, de acordo com as definições e os critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação específica.

§ 1º Para fins do disposto no caput, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem:

I - pressupor a continuidade das suas atividades no futuro previsível, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a instituição ou cessar seus negócios, ou ainda não possua alternativa realista senão a sua descontinuação;

II - apresentar separadamente cada classe relevante de itens similares, evidenciando de forma segregada os itens de natureza ou função diferente, exceto se não forem relevantes;

III - observar que ativos e passivos, receitas e despesas:

a) devem ser reconhecidos segundo o regime de competência; e

b) não podem ser compensados, exceto se exigido ou permitido por norma específica emanada do Banco Central do Brasil;

IV - divulgar informações comparativas em relação a período anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras do período corrente, assim como para as informações narrativas e descritivas que vierem a ser apresentadas, se for relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações;

V - manter consistência na apresentação e classificação dos diversos itens nas demonstrações financeiras de um período para outro, exceto se houver determinação distinta em norma emanada do Banco Central do Brasil, ou se uma mudança na apresentação ou classificação representar informação confiável e mais relevante para o usuário; e

VI - apresentar informações adicionais às requeridas na regulamentação específica se os requisitos ali estabelecidos forem insuficientes para permitir a compreensão do impacto de determinadas transações, eventos e condições sobre a posição financeira e patrimonial e o seu desempenho.

§ 2º As informações financeiras, inclusive as relativas a políticas contábeis, devem ser apresentadas de maneira que proporcionem informação relevante, confiável, comparável e compreensível.

§ 3º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento, ao observar o disposto no inciso II do § 1º, não podem ocultar informações, de modo que reduza a clareza e a compreensibilidade das suas demonstrações financeiras.

§ 4º O regime de competência de que trata a alínea "a" do inciso III do § 1º não se aplica à Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Art. 9º As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem declarar em notas explicativas, de forma explícita e sem reserva, que as demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Art. 10. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento que sejam registradas como companhia aberta ou líderes de grupo econômico integrado por instituição registrada como companhia aberta devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

§ 1º Fica facultada, até 1º de janeiro de 2022, às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento mencionadas no caput que, em 1º de janeiro de 2020, não estavam obrigadas a elaborar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas conforme o padrão internacional, a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de que trata o caput.

§ 2º Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de que trata o caput, deve ser observada a efetiva data de vigência dos pronunciamentos emitidos pelo IASB.

§ 3º A adoção antecipada dos pronunciamentos mencionados no caput está condicionada à previsão em norma do Banco Central do Brasil.

Art. 11. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento que divulgarem ou publicarem demonstrações financeiras consolidadas, voluntariamente ou por força de disposições legais, regulamentares, estatutárias ou contratuais, devem adotar o padrão contábil internacional na elaboração dessas demonstrações, conforme disposto no art. 10.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também às demonstrações financeiras consolidadas relativas a períodos inferiores a um ano.

Art. 12. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem informar, em notas explicativas às demonstrações financeiras de que trata este Capítulo, eventuais diferenças existentes entre os critérios, os procedimentos e as regras para identificação, classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas e os aplicados nas demonstrações financeiras individuais relativas ao mesmo período contábil.

CAPÍTULO III
DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 13. Observadas as demais disposições legais e regulamentares em vigor, as demonstrações financeiras de que trata este Título devem ser divulgadas na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, no endereço eletrônico oficial do Banco Central do Brasil na internet.

Parágrafo único. Caso a administradora de consórcio ou a instituição de pagamento divulgue novamente suas demonstrações financeiras com alterações, voluntariamente ou por determinação do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições legais, devem ser informados em notas explicativas os fatos determinantes para a nova divulgação.

Art. 14. As demonstrações financeiras de que trata este Título devem ser divulgadas acompanhadas do relatório da auditoria independente, observada a regulamentação específica, e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período.

Parágrafo único. Nas demonstrações financeiras intermediárias, fica facultada a divulgação do relatório da administração.

Art. 15. As demonstrações financeiras de que trata este Título devem ser assinadas pelos administradores e pelo diretor responsável pela contabilidade da instituição e por contador legalmente habilitado.

Art. 16. O Banco Central do Brasil poderá determinar que as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento realizem nova divulgação das demonstrações financeiras de que trata esta Resolução, com as correções que se fizerem necessárias para a representação apropriada dos itens patrimoniais e de resultado e dos fluxos de caixa.

Parágrafo único. As administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem fazer a nova divulgação nos mesmos meios de comunicação utilizados para a primeira divulgação, com o mesmo destaque e com menção explícita em notas explicativas dos fatos determinantes para a nova divulgação.

Art. 17. As administradoras de consórcio devem manter sob sua guarda os documentos relativos às demonstrações financeiras dos grupos administrados e do consolidado desses grupos.

Parágrafo único. Os documentos de interesse do consorciado devem ser mantidos em local que facilite seu acesso.

Art. 18. As administradoras de consórcio e instituições de pagamento devem manter à disposição do Banco Central do Brasil, por no mínimo cinco anos, as informações, os dados, os mapas de consolidação, os documentos, as interpelações, as verificações e os questionamentos necessários à adequada avaliação das operações ativas e passivas e dos riscos assumidos pelas entidades consolidadas, independentemente de sua natureza ou atividade operacional.

TÍTULO III

DOS procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras

CAPÍTULO I

DO CONTEÚDO E DA FORMA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Seção I

Do Balanço Patrimonial

Art. 19. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar, no Balanço Patrimonial, os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão de sua situação patrimonial.

§ 1º O Balanço Patrimonial deve conter, no mínimo, informações sobre os seguintes itens patrimoniais:

I - no ativo:

a) disponibilidades;

b) instrumentos financeiros;

c) operações de arrendamento mercantil;

d) provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

e) ativos fiscais correntes e diferidos;

f) investimentos em participações em coligadas e controladas;

g) imobilizado de uso;

h) intangível;

i) depreciações e amortizações; e

j) provisões para redução ao valor recuperável de ativos; e

II - no passivo:

a) depósitos e demais instrumentos financeiros;

b) provisões;

c) obrigações fiscais correntes e diferidas;

d) capital social;

e) reservas de capital;

f) reservas de lucros;

g) outros resultados abrangentes;

h) lucros ou prejuízos acumulados; e

i) ações em tesouraria.

§ 2º Os saldos das classes mais relevantes dos itens patrimoniais elencados nas alíneas "b", "d", "i" e "j" do inciso I e na alínea "a" do inciso II do § 1º devem ser divulgados de forma segregada no Balanço Patrimonial ou em notas explicativas.

§ 3º As operações de arrendamento mercantil financeiro devem ser apresentadas pelos seguintes saldos:

I - valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e

II - provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

§ 4º No cálculo do valor presente de que trata o § 3º, inciso I, deve ser utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo:

I - o valor residual garantido; ou

II - o valor presente provável de realização do bem arrendado no final do contrato, deduzidos os custos de venda, no caso de inexistência de valor residual garantido.

Art. 20. O ativo deve ser apresentado no Balanço Patrimonial segregado em:

I - circulante, composto por:

a) recursos considerados caixa ou equivalente a caixa, conforme regulamentação específica, exceto se o seu uso se encontre vedado durante pelo menos doze meses após a data do balanço;

b) ativos realizáveis até doze meses após a data do balanço;

c) instrumentos mantidos dentro de modelo de negócios que prevê a negociação do ativo, independente do seu prazo de vencimento, em até doze meses contados da data do balanço; ou

d) aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesa decorrente de obrigação a ser cumprida por terceiros no curso dos doze meses seguintes à data do balanço; e

II - não circulante, composto pelos ativos não classificados no circulante, subdivididos em:

a) realizável a longo prazo;

b) investimentos;

c) imobilizado; e

d) intangível.

§ 1º As contas do ativo devem ser apresentadas em ordem decrescente de liquidez.

§ 2º A classe de ativos de que trata a alínea "a" do inciso II do caput é constituída por:

I - direitos realizáveis após o término dos doze meses subsequentes à data do balanço;

II - ativos mantidos dentro de modelo de negócios que prevê a sua negociação, independentemente do seu prazo de vencimento, após o término dos doze meses subsequentes à data do balanço;

III - aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesa decorrente de obrigação a ser cumprida após o término dos doze meses seguintes à data do balanço;

IV - operações realizadas com sociedades coligadas ou controladas, diretores, cotistas, acionistas ou participantes no lucro da instituição que não constituam negócios usuais na exploração do objeto social; e

V - ativos fiscais diferidos.

Art. 21. O passivo deve ser apresentado no Balanço Patrimonial segregado em:

I - circulante, composto pelas obrigações:

a) cuja liquidação esteja prevista para ocorrer no período de até doze meses após a data do balanço, ainda que o prazo para sua liquidação seja superior a doze meses; ou

b) que estejam mantidas dentro de modelo de negócios que prevê a negociação do passivo, independentemente do seu prazo de vencimento, em até doze meses contados da data do balanço;

II - não circulante, composto pelas obrigações:

a) cuja liquidação esteja prevista para ocorrer após os doze meses seguintes à data do balanço;

b) cuja liquidação a instituição tenha o direito incondicional e unilateral e a intenção de diferir durante pelo menos doze meses após a data do balanço;

c) cujo credor tenha assumido compromisso firme, até a data do balanço, de estender o seu vencimento para pelo menos doze meses após a data do balanço, sem a possibilidade de exigência de sua liquidação antecipada; ou

d) fiscais diferidas; e

III - patrimônio líquido.

Parágrafo único. As contas do passivo devem ser apresentadas em ordem decrescente de exigibilidade.

Art. 22. Devem ser divulgadas, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ou em notas explicativas, as seguintes informações sobre o capital social e as reservas:

I - a quantidade de ações autorizadas, de ações subscritas e integralizadas e de ações subscritas, mas não integralizadas;

II - o valor nominal por ação, informando também quando houver ausência de valor;

III - a conciliação entre as quantidades de ações em circulação no início e no fim do período;

IV - os direitos, as preferências e as restrições associados a cada classe de ações, incluindo restrições na distribuição de dividendos e no reembolso de capital;

V - as ações ou quotas da instituição mantidas por ela própria, por controladas ou por coligadas;

VI - as ações destinadas à emissão para honrar opções e contratos de venda de ações, incluindo os prazos e respectivos valores; e

VII - a descrição da natureza e da finalidade de cada reserva.

Parágrafo único. A instituição não constituída sob a forma de sociedade por ações deve divulgar informações equivalentes às exigidas no caput, evidenciando as alterações no período em cada categoria de participação no patrimônio líquido e os direitos, as preferências e as restrições associados a cada categoria de instrumento patrimonial.

Art. 23. Fica facultada a apresentação das contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial baseada somente na liquidez e na exigibilidade, caso a instituição julgue que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

Parágrafo único. Caso seja exercida a prerrogativa descrita no caput, deve ser evidenciado em notas explicativas o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Seção II

Da Demonstração do Resultado

Art. 24. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar, na Demonstração do Resultado, os saldos relativos a todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão do seu desempenho no período, especificando, no mínimo, informações sobre os seguintes itens:

I - principais receitas e despesas de intermediação financeira;

II - resultado de intermediação financeira;

III - outras receitas operacionais;

IV - principais despesas operacionais;

V - despesas de provisões, segregadas as classes mais relevantes;

VI - resultado operacional;

VII - principais itens de outras receitas e despesas;

VIII - resultado antes dos tributos e participações;

IX - tributos e participações sobre o lucro;

X - resultado líquido; e

XI - resultado líquido por ação.

Seção III

Da Demonstração do Resultado Abrangente

Art. 25. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar, na Demonstração do Resultado Abrangente, as seguintes informações:

I - resultado líquido do período; e

II - outros resultados abrangentes do período, segregados em:

a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado; e

b) itens que não poderão ser reclassificados para o resultado.

§ 1º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se outros resultados abrangentes os itens de receitas e despesas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, conforme a regulamentação em vigor.

§ 2º As parcelas de outros resultados abrangentes atribuíveis à própria instituição devem ser segregadas das parcelas referentes à participação em outros resultados abrangentes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

§ 3º O valor do efeito tributário relativo a cada componente da demonstração deve ser evidenciado na Demonstração do Resultado Abrangente ou em notas explicativas.

Seção IV

Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Art. 26. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as alterações ocorridas nas contas do patrimônio líquido durante o período, evidenciando, no mínimo:

I - o resultado abrangente do período;

II - os efeitos de eventuais aplicações retrospectivas de políticas contábeis ou de reapresentações retrospectivas de itens patrimoniais, reconhecidos de acordo com a regulamentação em vigor, para cada componente do patrimônio líquido;

III - a conciliação do saldo no início e no final do período para cada componente do patrimônio líquido, demonstrando separadamente as modificações decorrentes:

a) do lucro líquido;

b) de cada item dos outros resultados abrangentes; e

c) de transações com proprietários, segregando as integralizações e as distribuições realizadas; e

IV - o valor da remuneração do capital reconhecido como distribuição aos proprietários durante o período, segregados os montantes relativos a dividendos e a juros sobre capital próprio.

Seção V

Da Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio

Art. 27. As administradoras de consórcio devem apresentar, na Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio, as seguintes informações:

I - no ativo:

a) caixa e equivalentes a caixa;

b) aplicações financeiras;

c) adiantamentos de recursos de terceiros;

d) valores a receber;

e) valor contábil dos bens retomados ou devolvidos;

f) direitos por crédito em processos de habilitação; e

g) direitos junto a consorciados;

II - na compensação ativa:

a) previsão mensal de recursos a receber de consorciados;

b) contribuições devidas ao grupo;

c) valor dos bens ou serviços a contemplar; e

d) outros valores que não possuam conta específica;

III - no passivo:

a) obrigações com consorciados;

b) valores a repassar;

c) obrigações por contemplações a entregar;

d) obrigações com a administradora;

e) recursos a devolver a consorciados; e

f) recursos do grupo; e

IV - na compensação passiva:

a) recursos mensais a receber de consorciados;

b) obrigações do grupo por contribuições;

c) bens ou serviços a contemplar; e

d) outros valores que não possuam conta específica.

Parágrafo único. Devem ser apresentados os títulos contábeis referentes às contas sempre que a sua omissão puder comprometer a compreensão das demonstrações.

Seção VI

Da Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos

Art. 28. As administradoras de consórcio devem evidenciar na Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos as variações ocorridas no período, especificando, no mínimo, informações sobre os seguintes itens:

I - caixa e equivalentes a caixa;

II - aplicações financeiras dos grupos;

III - aplicações financeiras vinculadas a contemplações;

IV - recursos coletados; e

V - recursos utilizados.

Parágrafo único. A instituição deve apresentar:

I - a conciliação do saldo no início e no final do período, para os incisos I, II e III do caput; e

II - os títulos contábeis considerando a natureza do recurso, para os recursos de que tratam os incisos IV e V do caput.

Seção VII

Disposições Gerais

Art. 29. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem informar, de forma destacada, as seguintes informações em cada demonstração financeira e nas notas explicativas:

I - o nome da instituição, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa denominação desde o término do período anterior;

II - o escopo das demonstrações financeiras, informando se estas se referem à instituição individual ou ao consolidado de um grupo de instituições;

III - a data de encerramento do período ou o período ao qual se referem as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas; e

IV - o nível de arredondamento de valores monetários utilizado na apresentação das demonstrações financeiras.

Parágrafo único. O arredondamento de que trata o inciso IV do caput não pode implicar distorção das informações prestadas.

Art. 30. A nomenclatura das contas utilizadas e sua ordem de apresentação ou agregação nas demonstrações financeiras podem ser modificadas de acordo com a natureza das atividades da instituição, desde que a nova estrutura de contas forneça informação mais relevante para a compreensão da sua situação patrimonial e financeira, do seu desempenho e dos seus fluxos de caixa.

Art. 31. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem apresentar nas demonstrações financeiras os saldos de grupamentos contábeis adicionais aos estabelecidos neste Capítulo sempre que forem relevantes para a compreensão da sua situação patrimonial e financeira, do seu desempenho e dos seus fluxos de caixa.

Parágrafo único. A apresentação no Balanço Patrimonial de contas adicionais conforme o disposto no caput deve considerar:

I - a natureza e a liquidez dos ativos;

II - a função dos ativos; e

III - os valores, a natureza e os prazos dos passivos.

Art. 32. Fica dispensada a apresentação de informações imateriais nas demonstrações financeiras de que trata esta Resolução e nas respectivas notas explicativas.

Art. 33. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar, além do disposto neste Título, a regulamentação vigente referente a procedimentos de divulgação de informações relativas a eventos, transações e instrumentos e produtos financeiros específicos.

CAPÍTULO II

DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Art. 34. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem evidenciar, na apresentação das notas explicativas às demonstrações financeiras:

I - todas as informações necessárias ao completo entendimento da sua posição e evolução patrimonial, da sua situação financeira, do seu desempenho e dos seus fluxos de caixa;

II - as informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e as políticas contábeis específicas aplicadas às transações e aos eventos significativos;

III - as informações não inseridas nas próprias demonstrações financeiras consideradas necessárias para uma apresentação adequada da sua situação patrimonial e financeira, do seu desempenho e dos seus fluxos de caixa, inclusive as adicionais às requeridas na regulamentação em vigor;

IV - os julgamentos realizados no processo de aplicação das políticas contábeis que provocarem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto os decorrentes de estimativas;

V - os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada; e

VI - as seguintes informações:

a) o seu domicílio e a sua forma jurídica, o endereço da sua sede e o local principal de seus negócios, se distinto da sede;

b) a descrição da natureza das suas operações e das suas principais atividades; e

c) o nome do controlador e do controlador do grupo econômico ao qual pertence em última instância.

§ 1º As políticas contábeis devem ser apresentadas de modo que proporcionem a adequada compreensão de como as transações habituais e os demais eventos afetam a situação patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da instituição.

§ 2º As instituições de que trata o caput devem apresentar as referências cruzadas de cada item das demonstrações financeiras com as respectivas informações apresentadas nas notas explicativas, exceto nos casos de divulgação de informação adicional não relacionada com item específico das demonstrações.

§ 3º As notas explicativas devem ser apresentadas de maneira sistemática, considerando os efeitos sobre a compreensibilidade e a comparabilidade das demonstrações financeiras a que se referem.

§ 4º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

§ 5º A natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

§ 6º A instituição deve estabelecer metodologia consistente e passível de verificação, devidamente documentada, para definir os critérios considerados na determinação do resultado não recorrente.

Art. 35. As notas explicativas devem conter informações específicas sobre:

I - as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social, incluindo:

a) a natureza e o valor contábil dos ativos e passivos ao término do período de reporte;

b) a natureza dos pressupostos e de outras incertezas nas estimativas;

c) a sensibilidade dos valores contábeis aos métodos, pressupostos e estimativas subjacentes ao respectivo cálculo, incluindo as razões para essa sensibilidade;

d) a variedade de cenários razoavelmente possíveis ao longo do próximo exercício social em relação aos valores contábeis dos ativos e passivos impactados; e

e) a explicação das alterações realizadas nos pressupostos adotados no passado referentes a esses ativos e passivos, caso a incerteza permaneça sem solução;

II - a gestão do capital, compreendendo:

a) informações qualitativas sobre os seus objetivos, políticas e processos, incluindo:

1. a descrição dos elementos abrangidos pela gestão do capital;

2. a natureza dos requisitos de capital impostos pela regulamentação em vigor e a forma como são integrados na gestão de capital; e

3. a forma como estão sendo cumpridos os objetivos da gestão de capital;

b) dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do capital;

c) eventuais alterações nas informações de que tratam as alíneas "a" e "b" deste inciso em relação ao período precedente; e

d) indicação de cumprimento ou não, durante o período, dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor, bem como as consequências do descumprimento;

III - a remuneração do capital declarada ou proposta, que não configure obrigação presente, bem como o respectivo valor por ação ou equivalente; e

IV - os instrumentos elegíveis a capital, incluindo:

a) os objetivos, as políticas e os processos de gerenciamento da obrigação de recompra ou resgaste dos instrumentos quando requerido a fazer pelos detentores desses instrumentos, incluindo quaisquer alterações em relação ao período anterior; e

b) os fluxos de caixa esperados na recompra ou no resgaste dessa classe de instrumentos financeiros.

§ 1º As informações de que trata o inciso II do caput devem basear-se nas informações disponibilizadas aos principais dirigentes da própria instituição.

§ 2º A instituição deve divulgar informações sobre os requerimentos de capital de forma agregada ou individual por requerimento, devendo prevalecer a forma que reflita o correto entendimento da gestão do capital.

Art. 36. As administradoras de consórcio devem apresentar ainda informações relativas à administradora e aos grupos de consórcio em andamento, especificando, no mínimo os seguintes itens:

I - quantidade de grupos administrados;

II - quantidade de bens entregues, no período corrente e no total;

III - taxa de inadimplência;

IV - quantidade de consorciados ativos e de excluídos, no período corrente e no total; e

V - quantidade de bens pendentes de entrega.

Art. 37. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que não elaborarem suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade devem divulgar:

I - as bases sobre as quais as demonstrações financeiras foram elaboradas; e

II - a razão pela qual não se pressupõe a continuidade da instituição.

CAPÍTULO III

DAS DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Seção I

Da Apresentação e Elaboração das Demonstrações Intermediárias

Art. 38. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que elaborarem e divulgarem demonstrações financeiras intermediárias devem apresentar:

I - a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Resultado Abrangente com base no saldo acumulado do exercício social corrente; e

II - as demais demonstrações com base no saldo do exercício social corrente.

Seção II

Das Demonstrações Condensadas

Art. 39. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que, com base na regulamentação em vigor, elaborarem e divulgarem demonstrações financeiras intermediárias de forma condensada devem incluir todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na sua situação patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

§ 1º Na definição das informações a serem incluídas nas demonstrações condensadas, deve ser avaliada a materialidade das informações do período intermediário.

§ 2º Devem ser incluídos nas demonstrações condensadas os saldos de itens adicionais aos previstos no caput, caso sejam relevantes para a compreensão dos itens ali mencionados.

Art. 40. Os itens apresentados nas demonstrações financeiras condensadas devem ser classificados, reconhecidos e mensurados de acordo com a regulamentação vigente até a data-base das demonstrações, segundo os mesmos critérios contábeis aplicáveis às demonstrações semestrais e anuais.

Parágrafo único. Fica vedado o ajuste retrospectivo dos valores divulgados nas demonstrações intermediárias de períodos anteriores em virtude de alteração de estimativas no período corrente.

Seção III

Das Notas Explicativas Selecionadas

Art. 41. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que elaborarem e divulgarem notas explicativas selecionadas devem evidenciar as informações significativas para a compreensão das alterações patrimoniais, econômicas e financeiras e de seu desempenho desde o término do último exercício social, conforme o disposto no Capítulo II deste Título.

§ 1º O conteúdo das notas explicativas selecionadas deve compreender, no mínimo:

I - a descrição da natureza e dos efeitos de eventuais alterações nas políticas contábeis e métodos de cálculo utilizados na elaboração das demonstrações ou, se não houver alterações, declaração de que essas políticas e métodos são os mesmos utilizados nas demonstrações financeiras anuais mais recentes;

II - as explicações necessárias para a compreensão de operações intermediárias sazonais ou cíclicas, se houver;

III - a natureza e os valores de itens não usuais em função de sua natureza, tamanho ou incidência que afetaram os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, o resultado líquido ou os fluxos de caixa;

IV - a natureza e os valores das alterações nas estimativas de valores divulgados em período intermediário anterior do ano corrente, em período intermediário final do exercício social corrente ou em períodos anuais anteriores;

V - as emissões, recompras e resgates de títulos de dívida e de títulos patrimoniais;

VI - a remuneração do capital paga separadamente por ações ordinárias e por outros tipos e classes de ações;

VII - os eventos subsequentes ao fim do período intermediário que não tenham sido refletidos nas demonstrações contábeis do período intermediário;

VIII - os efeitos de mudanças na estrutura da instituição durante o período intermediário, incluindo incorporação, fusão, cisão, obtenção ou perda de controle de controladas e investimentos de longo prazo, reestruturações e operações descontinuadas; e

IX - as informações definidas na regulamentação em vigor sobre o valor justo dos instrumentos financeiros.

§ 2º Fica facultada a apresentação, nas notas explicativas selecionadas, de informações que não tenham sofrido alteração significativa em relação às que foram evidenciadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais mais recentes.

CAPÍTULO IV

DA FORMA DE DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 42. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar suas demonstrações financeiras de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

I - o Balanço Patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; e

II - as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

§ 1º Admite-se que as demonstrações mencionadas no inciso II do caput relativas aos períodos findos em 31 de dezembro sejam comparadas com as demonstrações relativas ao exercício social anterior.

§ 2º As notas explicativas necessárias para o correto entendimento devem ser apresentadas de forma comparativa, quando relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações do período.

§ 3º Deve ser divulgado, adicionalmente ao exigido no caput, o Balanço Patrimonial correspondente ao início do período anterior, quando as seguintes alterações ocasionarem efeito material sobre as informações desse balanço:

I - aplicação de política contábil retrospectivamente;

II - reapresentação de forma retrospectiva dos itens das demonstrações financeiras; ou

III - reclassificação dos itens das demonstrações financeiras.

§ 4º Para as linhas de negócios relevantemente sazonais, devem ser divulgadas todas as informações necessárias para a compreensão dos efeitos da sazonalidade sobre a situação patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da instituição.

§ 5º Fica facultada a apresentação comparativa das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

Art. 43. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem reclassificar os valores apresentados para fins comparativos quando a apresentação ou a classificação de itens nas demonstrações financeiras forem alteradas, devendo evidenciar nas notas explicativas:

I - a natureza da reclassificação;

II - o valor de cada item ou classe de itens que foi reclassificado; e

III - o motivo da reclassificação.

Parágrafo único. Nas situações em que for impraticável a reclassificação de que trata o caput, devem ser divulgados:

I - o motivo da não reclassificação dos valores; e

II - a natureza dos ajustes que teriam sido realizados se os valores tivessem sido reclassificados.

Art. 44. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar as demonstrações financeiras de que trata esta Resolução nos seguintes prazos:

I - até sessenta dias da data-base, para as demonstrações relativas aos períodos findos em 30 de junho;

II - até noventa dias da data-base, para as demonstrações relativas aos períodos findos em 31 de dezembro; e

III - até quarenta e cinco dias da data-base, para as demais demonstrações.

CAPÍTULO V

DA REMESSA DAS DEMONSTRAÇÕES AO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 45. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem remeter ao Banco Central do Brasil suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, elaboradas para fins de cumprimento da obrigação de divulgação ou publicação estabelecida na legislação ou na regulamentação específica.

§ 1º A instituição deve remeter as demonstrações de que trata o caput no prazo definido na regulamentação em vigor para a publicação ou divulgação:

I - em conformidade com os requisitos legais e regulamentares; e

II - em inteiro teor.

§ 2º As demonstrações de que trata o caput devem ser acompanhadas de carta de apresentação, das respectivas notas explicativas, do relatório da auditoria independente e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período, conforme definido na regulamentação específica.

§ 3º A carta de apresentação mencionada no § 2º deve ser assinada, pelo menos, pelo diretor responsável pela contabilidade, pelo presidente do comitê de auditoria, se existente, e pelo contador responsável pela elaboração das demonstrações, na qual deve constar:

I - o logotipo da instituição;

II - a data-base a que se referem as demonstrações financeiras;

III - a relação de demonstrações financeiras e demais documentos contidos no arquivo;

IV - a data e o meio em que as demonstrações financeiras foram originalmente divulgadas, quando for o caso; e

V - o termo declaratório da alta administração quanto à responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo.

Art. 46. As demonstrações mencionadas no art. 45 devem ser remetidas por meio de sistema informatizado, em arquivo eletrônico no formato definido pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º As seguintes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias devem ser elaboradas e remetidas também em forma de dados abertos, segundo especificações estabelecidas na regulamentação específica:

I - Balanço Patrimonial;

II - Demonstração do Resultado;

III - Demonstração do Resultado Abrangente;

IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa; e

V - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

§ 2º Além das demonstrações mencionadas no § 1º, as administradoras de consórcio devem enviar em formato de dados abertos a Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcio e a Demonstração Consolidada de Variações nas Disponibilidades de Grupos.

§ 3º A autenticidade dos arquivos de que trata este artigo deve ser realizada mediante inclusão de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º A carta de apresentação de que trata o art. 45, § 2º, deve estar contida na primeira página do arquivo eletrônico mencionado caput.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. As demonstrações financeiras de que trata esta Resolução serão disponibilizadas no endereço eletrônico oficial do Banco Central do Brasil na internet, com o objetivo específico de divulgação pública e gratuita.

Art. 48. O Banco Central do Brasil divulgará os procedimentos operacionais necessários ao cumprimento do disposto nesta Resolução, inclusive quanto à forma de remessa das demonstrações de que tratam os arts. 45 e 46.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem aplicar o disposto nesta Resolução, prospectivamente, na elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras realizadas a partir da data da sua entrada em vigor.

Parágrafo único. O disposto nos arts. 10 e 11 produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada, exceto no caso de divulgação ou publicação voluntária.

Art. 50. Ficam revogados:

I - a Circular nº 3.578, de 16 de fevereiro de 2012;

II - a Circular nº 3.901, de 22 de maio de 2018;

III - os arts. 1º a 14 da Circular nº 3.950, de 25 de junho de 2019;

IV - a Circular nº 3.959, de 4 de setembro de 2019; e

V - a Circular nº 3.964, de 25 de setembro de 2019.

Art. 51. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

RESOLUÇÃO BCB Nº 3, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre informações e procedimentos para autorização para instalação de agências no País e sobre o fornecimento de informações de dependências das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 6 de agosto de 2020, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 14 da Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre informações e procedimentos para autorização para instalação de agências no País e sobre o fornecimento de informações de dependências das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO II

DAS INFORMAÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS PARA AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS

Art. 2º O pedido para autorização para instalação de agências deve ser encaminhado ao Banco Central do Brasil mediante a apresentação de requerimento subscrito por administradores cuja representatividade seja reconhecida pelo estatuto ou pelo contrato social, na forma definida por essa Autarquia.

Art. 3º A autorização para instalação de agências é concedida por prazo indeterminado.

Art. 4º Considera-se agência sede ou matriz a dependência reconhecida com essa natureza no ato de autorização para funcionamento da instituição.

CAPÍTULO III

DO FORNECIMENTO E DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIAS

Art. 5º As instituições mencionadas no art. 1º devem manter atualizadas, na forma de dados abertos, para fins de cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de informações relativas às suas dependências ao Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 14 da Resolução nº 4.072, de 26 de abril de 2012, as seguintes informações relativas a cada dependência:

I - identificação;

II - localização; e

III - produtos e serviços disponibilizados.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil divulgará o conteúdo e as especificações para divulgação das informações nos termos definidos no caput.

Art. 6º As instituições mencionadas no art. 1º, exceto cooperativas de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, devem observar o disposto no art. 5º, para fins do cumprimento do art. 13 da Resolução nº 4.072, de 2012, que trata da divulgação de informações na página da internet.

Parágrafo único. A exceção prevista no caput não se aplica às cooperativas de crédito de livre admissão de associados.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Circular nº 2.501, de 26 de outubro de 1994:

I - a partir de 1º de setembro de 2020:

a) art. 1º; e

b) art. 3º; e

II - a partir de 1º de março de 2021:

a) art. 2º; e

b) arts 4º a 20.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor:

I - em 1º de março de 2021, em relação aos arts. 5º a 7º, inciso II, alíneas "a" e 'b"; e

II - em 1º de setembro de 2020, em relação aos demais dispositivos.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 558, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000476/2020-49, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Companhia Brasileira de Estireno, CNPJ nº 61.079.232/0001-71 incorporadora da Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A. CNPJ nº 13.546.353/0001-33, na condição de patrocinadora do Plano Acrinor de Contribuição Definida, CNPB nº 2006.0028-56, e a entidade Icatu Fundo Multipatrocinado (IcatuFMP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 440, DE 14 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.607863/2020-70, resolve:

Art. 1° Aprovar a eleição dos membros da diretoria de TOO SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme reunião do conselho de administração realizada em 14 de maio de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 441, DE 14 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.608529/2020-33, resolve:

Art. 1° Aprovar as deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S.A. - SULACAP, CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro- RJ, na assembleia geral ordinária e extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020:

I - eleição dos membros do conselho de administração; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 442, DE 16 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607115/2020-97, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 72.145.931/0001-99, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 443, DE 17 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613793/2019-55, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores e membros do conselho fiscal de COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, CNPJ nº 62.088.042/0001-83, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas em 28 de março de 2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 444, DE 21 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605445/2020-48, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 17.341.270/0001-69, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de março de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 12.426.750,00, elevando-o para R$ 113.233.183,00, dividido em 113.233.183,00 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 445, DE 22 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do processo Susep nº 15414.607932/2020-45, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de diretores e membros do comitê de auditoria da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de abril de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 446, DE 22 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o disposto no Anexo II da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.607926/2020-98, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de abril de 2020:

I - reeleição dos membros do conselho de administração; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 447, DE 22 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o art. 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.609633/2020-45, resolve:

Art. 1° Aprovar a reforma e a consolidação do estatuto social de IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro- RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de junho de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 448, DE 22 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.608550/2020-39, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 01.704.513/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de maio de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 9.999.995,32, elevando-o para R$ 237.550.379,43, representado por 30.499.092 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 449, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607270/2020-11, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de XL SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 14.448.493/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 4 de maio de 2020:

I - eleição de administradores;

II - alteração do endereço da sede para Avenida Presidente Juscelino Kubistchek nº 1.600, 15º andar, conjunto comercial nº 151, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 450, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604213/2020-72, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 19 de fevereiro de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 451, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.608349/2020-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de AUXILIADORA PREVIDÊNCIA, CNPJ nº 17.188.350/0001-26, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 2 de março de 2020.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 452, DE 24 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da SUSEP , por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.605869/2020-11, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas da ICATU SEGUROS S.A., CNPJ nº 42.283.770/0001-39, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de março de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 90.350.000,00, elevando-o para R$ 590.350.000,00, representado por 90.990.969 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 78.878.363 ações ordinárias e 12.112.606 preferenciais; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAT Nº 453, DE 25 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606482/2020-73, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ nº 30.902.142/0001-05, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 22 de abril de 2020:

I - reeleição de administradores;

II - aumento do capital social em R$ 20.044.977,57, elevando-o para R$ 147.434.700,93, dividido em 3.529.110.900 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA Nº 648, DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2020

I Data, horário e local: 17 de fevereiro de 2020, às 12h30 (doze horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 21º andar do Edifício Matriz I da Caixa Econômica Federal, localizado em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4. (...) III Composição: Senhores Mauro Rodrigues da Cunha, Presidente, Marcelo de Siqueira Freitas e Pedro Duarte Guimarães, Conselheiros, Rogério Rodrigues Bimbi, Conselheiro Independente, e a Senhora Maria Rita Serrano, Conselheira representante dos empregados. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro Jonas de Miranda Gomes. (...) VII Os membros do Conselho de Administração apreciaram as matérias constantes da pauta, conforme a seguir: (...) (f) Caracterização da Oferta Pública de Ações da Caixa Seguridade Participações S/A (Caixa Seguridade), de titularidade da CAIXA, referente à Segunda Etapa Primeiro Filing da Fase 3 Resolução do Conselho Diretor nº 8388/2020. O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, inciso XIX, alínea b , do Estatuto Social da empresa, e, considerando a delegação de competência conferida pela Assembleia Geral realizada no dia 17/12/2019, aprovou, por maioria, a caracterização da Oferta Pública de Ações da Caixa Seguridade Participações S/A (Caixa Seguridade), de titularidade da CAIXA, referente à Segunda Etapa Primeiro Filling da Fase 3, conforme Resolução do Conselho Diretor nº 8388/2020, de 28/01/2020. (...). Registrado voto contrário da Conselheira Representante dos Empregados, Maria Rita Serrano (...). (...) VIII - Encerramento: nada mais havendo a tratar, eu, Rozana Alves Guimarães, Secretária Geral, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros presentes. Assinaturas: Mauro Rodrigues da Cunha, Marcelo de Siqueira Freitas, Maria Rita Serrano, Pedro Duarte Guimarães e Rogério Rodrigues Bimbi. Ausente por motivo justificado, o Conselheiro Jonas de Miranda Gomes. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1598548 em 11/08/2020.

EXTRATO DA ATA Nº 670, DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2020

I Data, horário e local: 10 de agosto de 2020, às 10h00 (vinte horas), por videoconferência. (...) III Composição: Senhor MAURO RODRIGUES DA CUNHA, Presidente; Senhora MARIA RITA SERRANO e Senhores ANDRÉ FERNANDES BERENGUER, CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ, MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS, PEDRO DUARTE GUIMARÃES, e ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI, Conselheiros. (...) VII Os membros do Conselho de Administração apreciaram a matéria constante da pauta, conforme a seguir: (a) Caracterização da Oferta Pública de Ações da CAIXA Seguridade Participações S.A. (CAIXA Seguridade), de titularidade da CAIXA, sendo a Segunda Etapa Primeiro Filling da Fase 3 Proposição VINOV/DEESC Nº 028/2020. (...) Aprovada, por maioria, (...). Registrado voto contrário da Conselheira Maria Rita Serrano (...). (...) VIII Encerramento: nada mais havendo a tratar, eu, Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária Geral, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros votantes. Assinaturas: André Fernandes Berenguer, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Mauro Rodrigues da Cunha, Marcelo de Siqueira Freitas, Maria Rita Serrano, Pedro Duarte Guimarães e Rogério Rodrigues Bimbi. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO ORIGINAL. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1598549 em 11/08/2020.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PORTARIA Nº 267, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 10.096, de 6 de novembro de 2019, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 65/2020 de 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO a persistência da pandemia causada pela COVID-19, e a necessidade de garantir a segurança dos servidores e usuários dos serviços da Fundacentro, restringindo o contato social, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo previsto na Portaria nº 65, de 17 de março de 2020, que foi protelado pelas Portarias nº 96 de 15 de abril de 2020, nº 137 de 16 de maio de 2020, nº 148 de 28 de maio de 2020, nº 163 de 10 de junho de 2020, nº 182 de 30 de junho de 2020, nº 203 de 13 de julho de 2020, e nº 220 de 27 de julho de 2020, até 31/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FELIPE MÊMOLO PORTELA

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 650, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 321/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601071.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Ideal de Brasília (IDEAL) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede à Avenida Independência Scc, Quadra 1, Bloco C, s/n, Planaltina, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo SEI - SISTEMA DE ENSINO IDEAL EIRELI, localizado em Engenheiro Herbert, nº 135, andar 3, bairro dos rodoviários, no município de Caratinga, no estado de Minas Gerais. (CNPJ 36.274.985/0001-90).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 651, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas em 03 de setembro de 2018 e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 9/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201700890.

Art. 2º Credenciar a Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, mantida pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal IBAM, ambos com sede à Rua Buenos Aires, nº 19, Centro, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ 33.645.482/0001-96).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 652, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 118/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201801979.

Art. 2º Credenciar o campus fora de sede da Universidade Positivo (UP), sediada no município de Curitiba, no estado do Paraná , mantida pelo Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., com sede na Rua Candido Hartmann, nº 1400, bairro Bigorrilho, no município de Curitiba, no estado do Paraná, (CNPJ 78.791.712/0001-63), a ser instalado na Rua Prefeito Faria Lima, nº 400, bairro Jardim Maringá, no município de Londrina, no estado do Paraná, com a oferta inicial do curso de superior de Processos Gerenciais, tecnológico.

Art. 3º Nos termos do art. 32 do Decreto nº 9.235/2017, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e gozará de prerrogativas de autonomia.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 653, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 157/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201906789.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Atenas Centro de Minas, a ser instalada na Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 6.000, bairro Distrito Industrial, no município de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, mantida pelo Centro Educacional Hyarte-ML Ltda., com sede na Rua Euridamas Avelino de Barros, nº 1400, bairro Prado, no município de Paracatu, no estado de Minas Gerais (CNPJ 01.428.030/0001-66).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 654, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 148/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201804595.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Educação Superior de Catalão, a ser instalada na Rua Ademar Ferrugem, nº 840, bairro Santo Antônio, no município de Catalão, no estado de Goiás, mantida pelo Brasil Educação S/A, com sede na Rua Aimores, nº 1451, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais (CNPJ 05.648.257/0001-78).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 655, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018; nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 161/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201901893.

Art. 2º Credenciar o Centro Universitário CESUCA, por transformação da Faculdade Inedi (CESUCA), a ser instalado na Rua Silvério Manoel da Silva, nº 160, bairro Colinas, no município de Cachoeirinha, no estado do Rio Grande do Sul, mantido pelo CESUCA - Complexo de Ensino Superior de Cachoeirinha Ltda., com sede no mesmo município e estado (CNPJ 05.687.481/0001-79).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 656, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 183/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201710984.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade de Sabará (SOECS), com sede na Avenida Expedicionário Romeu J. Dantas, nº 1.084, bairro Caieira, no município de Sabará, no estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade Educacional e Cultural de Sabará, com sede no mesmo município e estado (CNPJ 02.182.338/0001-37).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 657, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 158/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201808171.

Art. 2º Credenciar a Faculdade Santa Inês, a ser instalada na Avenida Marechal Castelo Branco, Centro, no município de Santa Inês, no estado do Maranhão, mantida pelo CESCO - Centro de Ensino Superior do Centro Oeste Ltda., situada na Quadra 2 Conj B Lote 5A, São Sebastião, no Distrito Federal. (CNPJ 03.383.280/0001-52).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

PORTARIA Nº 658, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 03 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 176/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201813931.

Art. 2º Recredenciar a Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC), com sede na Rua Alvares Maciel, nº 628, bairro Santa Efigênia, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Movimento Direito e Cidadania - Fundação MDC, com sede no mesmo endereço (CNPJ 02.475.083/0001-09).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 15, 16, 17 e 18 do mês de junho/2020
(Complementar à Publicada no DOU de 15/7/2020, Seção 1, pp. 81 a 83)

CONSELHO PLENO

Processo: 23001.000334/2020-21 Parecer: CNE/CP 10/2020 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19 Voto do Relator: Nos termos deste parecer, voto favoravelmente à prorrogação, por 12 (doze) meses, do prazo previsto no artigo 60 do Decreto nº 9.235/2017, para início das atividades de instituições credenciadas e de cursos autorizados, com a devida anotação pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) no cadastro do sistema e-MEC, em razão da situação excepcional decorrente da pandemia da COVID-19 Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201719815 Parecer: CNE/CES 296/2020 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda. - Cacoal/RO Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Educare (UNIEDUCARE), por transformação da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED), com sede no município de Cacoal, no estado de Rondônia Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Educare (UNIEDUCARE), por transformação da Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED), com sede na Avenida Cuiabá, nº 3.087, bairro Jardim Clodoaldo, no município de Cacoal, no estado de Rondônia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201413204 Parecer: CNE/CES 300/2020 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: União Paranaense de Ensino e Cultura - UNIPEC - Curitiba/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba (UNI SANTA CRUZ), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Santa Cruz de Curitiba (UNI SANTA CRUZ), com sede na Rua Affife Mansur, nº 565, bairro Novo Mundo, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201801510 Parecer: CNE/CES 301/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Cetrus - Diagnostico Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Cetrus, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Cetrus, com sede na Avenida Jabaquara, nº 474, bairro Mirandópolis, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de Gestão Hospitalar, tecnológico, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201906301 Parecer: CNE/CES 305/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Instituto de Ensino Superior Capixaba IESCAPI - Serra/ES Assunto: Credenciamento do Instituto de Ensino Superior Capixaba (IESCAPI), a ser instalado no município de Serra, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto de Ensino Superior Capixaba (IESCAPI), a ser instalado na Rua L, nº 11, bairro Rosário de Fátima, no município de Serra, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Odontologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201813961 Parecer: CNE/CES 306/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: SATC - Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - Criciúma/SC Assunto: Credenciamento do Centro Universitário SATC (UniSATC), por transformação da Faculdade SATC (FASATC), com sede no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário SATC (UniSATC), por transformação da Faculdade SATC (FASATC), com sede na Rua Pascoal Meller, nº 73, bairro Universitário, no município de Criciúma, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201814835 Parecer: CNE/CES 310/2020 Relator: Antonio de Araujo Freitas Júnior Interessada: Sociedade Universitária do Piauí & Cia S/S - ME - Parnaíba/PI Assunto: Recredenciamento da Faculdade Unirb Parnaíba, com sede no município de Parnaíba, no estado do Piauí Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Unirb Parnaíba, com sede no Loteamento Morada dos Ventos, s/n, bairro Sabiazal, no município de Parnaíba, no estado do Piauí, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201718778 Parecer: CNE/CES 311/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: UNEMPE - União Empresarial Educacional Ltda. - Belém/PA Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Belém (FABEL), com sede no município de Belém, no estado do Pará Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Belém (FABEL), com sede na Avenida Governador José Malcher, nº 1.332, bairro Nazaré, no município de Belém, no estado do Pará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201814766 Parecer: CNE/CES 312/2020 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Recredenciamento da Faculdade Uninassau Petrolina, com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Uninassau Petrolina, com sede na Avenida Coronel Clementino Coelho, nº 714, Centro, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201904032 Parecer: CNE/CES 314/2020 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Complexo de Ensino Renato Saraiva Ltda. - Recife/PE Assunto: Recredenciamento da Faculdade CERS, com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto da Relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade CERS, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 57, bairro Graças, no município de Recife, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201718822 Parecer: CNE/CES 315/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: União de Educação e Cultura - UNECE - Eunápolis/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia (UNESULBAHIA), com sede no município de Eunápolis, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia (UNESULBAHIA), com sede na Rodovia BR 367, Km 14, s/n, bairro Zona Rural, no município de Eunápolis, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201813989 Parecer: CNE/CES 316/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Centro de Educação Serra da Mesa Ltda. - CESEM - EPP - Uruaçu/GO Assunto: Recredenciamento da Faculdade Serra da Mesa (FASEM), com sede no município de Uruaçu, no estado de Goiás Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Serra da Mesa (FASEM), com sede na Avenida JK, Quadra U5, s/n, Centro, no município de Uruaçu, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201814418 Parecer: CNE/CES 317/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessado: Instituto Pater de Educação e Cultura - Uberlândia/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA), com sede no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA), com sede na Rua Bocaiúva, nº 82, bairro Morada da Colina, no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201719596 Parecer: CNE/CES 318/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Fundação Benedito Pereira Nunes - Campos dos Goytacazes/RJ Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Medicina de Campos (FMC), com sede no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Medicina de Campos (FMC), com sede na Avenida Doutor Alberto Torres, nº 217, Centro, no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201719567 Parecer: CNE/CES 319/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: ASSUPERO Ensino Superior Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento do Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior (IBHES), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior (IBHES), com sede na Rua Albita, nº 131, bairro Cruzeiro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201813951 Parecer: CNE/CES 320/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessado: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), com sede na Avenida Amazonas, nº 5.253, bairro Nova Suíça, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201719499 Parecer: CNE/CES 325/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Associação Educacional Nove de Julho - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Universidade Nove de Julho (Uninove), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), com sede na Rua Vergueiro, nº 235, bairro Liberdade, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 10 (dez) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017. Nos termos do § 1º do artigo 32 do Decreto nº 9.235/2017, voto também favoravelmente à concessão da extensão das prerrogativas de autonomia aos campi fora de sede da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), sendo: campus Osasco, com sede na Rua Dante Battiston, nº 107, Centro, no município de Osasco, no estado de São Paulo; campus Guarulhos, com sede na Rua Harry Simonsen, nº 21, bairro Vila das Palmeiras, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo; campus São Bernardo do Campo, com sede na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 90, bairro Planalto, no município de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo; campus Mauá, com sede na Rua Álvares Machado, nº 48, bairro Vila Bocaina, no município de Mauá, no estado de São Paulo; e campus Bauru, com sede na Rua Nicolau Assis, nºs 1, 15, 21, 27, 35, 41, 46, 51, Quadra 7, bairro Jardim Panorama, no município de Bauru, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201814014 Parecer: CNE/CES 327/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Empresária de Ensino Superior do Litoral Norte Ltda. - Caraguatatuba/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Módulo, com sede no município de Caraguatatuba, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Módulo, com sede na Rua Maria D'Assumpção Carvalho, nº 1.000, bairro Jardim Itamar, no município de Caraguatatuba, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201710679 Parecer: CNE/CES 328/2020 Relatora: Marília Ancona Lopez Interessada: Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. - Joinville/SC Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário SOCIESC, com sede no município de Joinville, no estado de Santa Catarina Voto da Relatora: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário SOCIESC, com sede na Rua Gothard Kaesemodel, nº 833, bairro Anita Garibaldi, no município de Joinville, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.026909/2019-10 Parecer: CNE/CES 329/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. - Boa Vista/RR Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Estácio de Bauru, como sede no município de Bauru, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Estácio de Bauru, com sede na Rua Professor Alberto Brandão de Rezende, nºs 1-126, bairro Jardim Amália, no município de Bauru, no estado de São Paulo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos da Faculdade Estácio de Bauru Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000100/2019-82 Parecer: CNE/CES 335/2020 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. - Araçatuba/SP Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdades Integradas Toledo de Três Lagoas, com sede no município de Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdades Integradas Toledo de Três Lagoas, com sede na Rua Urias Ribeiro, nº 2.327, bairro Jardim Progresso, no município de Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdades Integradas Toledo de Três Lagoas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.009539/2018-67 Parecer: CNE/CES 336/2020 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - Florianópolis/SC Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade de Tecnologia SENAI São José (SENAISC), com sede no município de São José, no estado de Santa Catarina Voto da Relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade de Tecnologia SENAI São José (SENAISC), com sede na BR 101, Km 211, nº 7.235, bairro Área Industrial, no município de São José, no estado de Santa Catarina, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Faculdade de Tecnologia SENAI Florianópolis ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade de Tecnologia SENAI São José Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.004117/2017-14 Parecer: CNE/CES 337/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - Varginha/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Betim (FABE), com sede no município de Betim, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Betim (FABE), com sede na Rua José da Conceição, nº 189, bairro Angola, no município de Betim, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS-MG ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos da Faculdade Betim (FABE) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.036034/2016-11 Parecer: CNE/CES 338/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Instituto Ensinar Brasil - Belo Horizonte/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Doctum da Serra, com sede no município de Serra, no estado do Espírito Santo Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Doctum da Serra, com sede na Rua Chopin, nº 357, bairro Parque Residencial Laranjeiras, no município de Serra, no estado do Espírito Santo, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Faculdade Doctum de Serra ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos da Faculdade Doctum da Serra Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000033/2019-04 Parecer: CNE/CES 339/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Fundação Assis Gurgacz - Cascavel/PR Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade União de Quedas do Iguaçu (FAQ), com sede no município de Quedas do Iguaçu, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade União de Quedas do Iguaçu (FAQ), com sede na Rua das Oliveiras, nº 109, bairro Alto Recreio, no município de Quedas do Iguaçu, no estado do Paraná, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Fundação Assis Gurgacz ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade União de Quedas do Iguaçu (FAQ) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000041/2019-42 Parecer: CNE/CES 340/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Fundação Presidente Antônio Carlos - Belo Horizonte/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Presidente Antônio Carlos de São Lourenço - FUNEES São Lourenço, com sede no município de São Lourenço, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Presidente Antônio Carlos de São Lourenço - FUNEES São Lourenço, com sede na Rua Melo Viana, nº 180, Centro, no município de São Lourenço, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Fundação Presidente Antônio Carlos ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Presidente Antônio Carlos de São Lourenço - FUNEES São Lourenço Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201719623 Parecer: CNE/CES 341/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda. - Indaial/SC Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), com sede no município de Indaial, no estado de Santa Catarina Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), com sede na Rua Doutor Pedrinho, nº 77, bairro Rio Morto, no município de Indaial, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201712876 Parecer: CNE/CES 342/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: CESA - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas S/S Ltda. - ME - Londrina/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 131, de 5 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de maio de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Positivo de Londrina (FPL), com sede no município de Londrina, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 131, de 5 de maio de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Positivo de Londrina (FPL), com sede na Rua Prefeito Faria Lima, nº 400, bairro Jardim Maringá, no município de Londrina, no estado do Paraná, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201717183 Parecer: CNE/CES 343/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade de Ensino Superior Master S/S Ltda. - ME - Parauapebas/PA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 137, de 6 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 11 de maio de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Agronomia, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Master do Pará - Famap Xinguara, com sede no município de Xinguara, no estado do Pará Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 137, de 6 de maio de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Agronomia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Master do Pará - Famap Xinguara, com sede na Rua Sol Nascente, s/n, bairro Tanaka, no município de Xinguara, no estado do Pará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808251 Parecer: CNE/CES 345/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Faculdade Alfa América Ltda. - Praia Grande/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 331, de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 15 de julho de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Filosofia, licenciatura, na modalidade a distância, pleiteado pela Faculdade Alfa América, com sede no município de Praia Grande, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 331, de 11 de julho de 2019, para autorizar o funcionamento do curso superior de Filosofia, licenciatura, na modalidade a distância, a ser oferecido pela Faculdade Alfa América, com sede na Rua Bartolomeu Dias, nº 205, bairro Vila Oceânica III, no município de Praia Grande, no estado de São Paulo, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808469 Parecer: CNE/CES 346/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda. - Manaus/AM Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 128, de 27 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Design Gráfico, tecnológico, pleiteado pela Faculdade Estácio do Amazonas - Estácio Amazonas, com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 128, de 27 de abril de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Design Gráfico, tecnológico, que seria ministrado pela Faculdade Estácio do Amazonas - Estácio Amazonas, com sede na Avenida Constantino Nery, nº 3.693, bairro Chapada, no município de Manaus, no estado do Amazonas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000199/2019-12 Parecer: CNE/CES 347/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná - Curitiba/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 88, de 23 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 24 de outubro de 2019, determinou o descredenciamento da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa no Despacho nº 88, de 23 de outubro de 2019, que determinou o descredenciamento da Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201902485 Parecer: CNE/CES 348/2020 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Sociedade Educacional Santo Antônio Ltda. - Belo Horizonte/MG Assunto: Credenciamento do Centro de Ensino Superior de Serra Dourada, a ser instalado no município de Lorena, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente ao credenciamento do Centro de Ensino Superior de Serra Dourada, a ser instalado na Estrada Chiquito de Aquino, nº 46, bairro Santa Lucrécia, no município de Lorena, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Enfermagem, bacharelado; Engenharia Elétrica, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado; Fisioterapia, bacharelado; e Psicologia, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201809986 Parecer: CNE/CES 349/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Instituto Teológico Padre Giuliano - ITEPAGI - Alto Santo/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 464, de 17 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 21 de outubro de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Plus, com sede no município de Fortaleza, no estado do Ceará Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 464, de 17 de outubro de 2019, para autorizar o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Plus, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 304, Centro, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201901016 Parecer: CNE/CES 352/2020 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Sociedade Educacional Santo Ângelo Ltda. - Santo Ângelo/RS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Santo Ângelo (FASA), com sede no município de Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Engenharia Elétrica, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Santo Ângelo (FASA), com sede na Rua do Seminário, s/n, bairro Vera Cruz, no município de Santo Ângelo, no estado do Rio Grande do Sul, com 25 (vinte e cinco) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201809424 Parecer: CNE/CES 353/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade Educacional Zacarias de Góes Vasconcelos Ltda. - Valença/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 578, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de dezembro de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Estética e Cosmética, tecnológico, pleiteado pela Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG), com sede no município de Valença, no estado da Bahia Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 578, de 19 de dezembro de 2019, para autorizar o funcionamento do curso superior de Estética e Cosmética, tecnológico, a ser oferecido pela Faculdade Zacarias de Góes (FAZAG), com sede na Rua A Loteamento Jardim Grimaldi, s/n, bairro Jardim Grimaldi, no município de Valença, no estado da Bahia, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000248/2016-74 Parecer: CNE/CES 354/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira Ltda. - ME - Pesqueira/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 623, de 14 de setembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 17 de setembro de 2018, determinou o descredenciamento do Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP), com sede no município de Pesqueira, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 623, de 14 de setembro de 2018, que determinou o descredenciamento do Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP), com sede na Rua José Nepomuceno das Neves, nº 57, Centro, no município de Pesqueira, no estado de Pernambuco. Voto, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação providencie o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos do Instituto Superior de Educação de Pesqueira (ISEP) à Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira Ltda. - ME, que ficará, também, responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201809443 Parecer: CNE/CES 355/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Ensino Superior Ortodoxo - Guarantã do Norte/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 578, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de dezembro de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, pleiteado pela Faculdade Metodista Conexional (FACO), com sede no município de Guarantã do Norte, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 578, de 19 de dezembro de 2019, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Pedagogia, licenciatura, que seria ministrado pela Faculdade Metodista Conexional (FACO), com sede na Rua Amazonas, Quadra 5, s/n, bairro Jardim Araguaia, no município de Guarantã do Norte, no estado de Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 201712543 Parecer: CNE/CES 356/2020 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos das Culturas Amazônicas - ENVIRA - Rio Branco/AC Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Educação Acriana Euclides da Cunha (Inec), com sede no município de Rio Branco, no estado do Acre Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade de Educação Acriana Euclides da Cunha (Inec), com sede na Rua do Aviário, nº 204, bairro Aviário, no município de Rio Branco, no estado do Acre Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000948/2017-15 Parecer: CNE/CES 357/2020 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.156, de 8 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 10 de novembro de 2017, autorizou o funcionamento do curso superior de Engenharia Mecânica, bacharelado, pleiteado pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (UNIVERITAS UNG), com sede no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, contudo, determinou a redução de 240 (duzentas e quarenta) para 200 (duzentas) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.156, de 8 de novembro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso superior de Engenharia Mecânica, bacharelado, a ser oferecido pela Universidade Universus Veritas Guarulhos (UNIVERITAS UNG), com sede na Praça Tereza Cristina, nº 88, Centro, no município de Guarulhos, no estado de São Paulo, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.001093/2016-51 Parecer: CNE/CES 358/2020 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda. - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 739, de 24 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 25 de novembro de 2016, autorizou o funcionamento do curso superior de Serviço Social, bacharelado, pleiteado pelo Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador, com sede no município de Salvador, no estado da Bahia, contudo, determinou a redução de 240 (duzentas e quarenta) para 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 739, de 24 de novembro de 2016, para autorizar o funcionamento do curso superior de Serviço Social, bacharelado, a ser oferecido pelo Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador, com sede na Rua dos Maçons, nº 364, bairro Pituba, Cidade da Luz, no município de Salvador, no estado da Bahia, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201902636 Parecer: CNE/CES 359/2020 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessada: Escola Universitária de Botucatu e Região Ltda. - Botucatu/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 127, de 27 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de abril de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, da Faculdade de Botucatu (FDB), com sede no município de Botucatu, no estado de São Paulo, contudo, determinou a redução de 50 (cinquenta) para 25 (vinte e cinco) vagas totais anuais Voto da Relatora: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 127, de 27 de abril de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Enfermagem, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Botucatu (FDB), com sede na Avenida Paula Vieira, nº 542, bairro Vila Jahu, no município de Botucatu, no estado de São Paulo, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820023 Parecer: CNE/CES 360/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Sociedade Educacional Vale do Aporé Ltda. - EPP - Cassilândia/MS Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 23 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdades Integradas de Cassilândia (FAVA), com sede no município de Cassilândia, no estado de Mato Grosso do Sul Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 120, de 22 de abril de 2020, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdades Integradas de Cassilândia (FAVA), com sede na Avenida Presidente Dutra, nº 1.500, Centro, no município de Cassilândia, no estado de Mato Grosso do Sul Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808831 Parecer: CNE/CES 361/2020 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Organização Tecnológica de Ensino Ltda. - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 128, de 27 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 29 de abril de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Engenharia Ambiental, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Petrolina, com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 128, de 27 de abril de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Engenharia Ambiental, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC Petrolina, com sede na Avenida Clementino Coelho, nº 714, Centro, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201808445 Parecer: CNE/CES 362/2020 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Fundação Assis Gurgacz - Cascavel/PR Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 131, de 11 de março de 2020, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 578, de 19 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 20 de dezembro de 2019, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Gestão Hospitalar, tecnológico, pleiteado pela Faculdade Assis Gurgacz (FAG Toledo), com sede no município de Toledo, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 131/2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 578/2019 e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Gestão Hospitalar, tecnológico, a ser oferecido pela Faculdade Assis Gurgacz (FAG Toledo), com sede na Avenida Ministro Cirne Lima, nº 2.565, bairro Jardim Coopagro, no município de Toledo, no estado do Paraná, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.029785/2019-16 Parecer: CNE/CES 363/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessado: Centro de Ensino Superior Nilton Lins - Manaus/AM Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 25, de 18 de março de 2020, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 19 de março de 2020, aplicou a penalidade de suspensão temporária de oferta do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS), com sede no município de Manaus, no estado do Amazonas Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa no Despacho nº 25, de 18 de março de 2020, para cancelar a penalidade de suspensão temporária de oferta do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, da Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS), com sede na Avenida Professor Nilton Lins, nº 3.259, bairro Parque das Laranjeiras, no município de Manaus, no estado do Amazonas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201820861 Parecer: CNE/CES 364/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Faculdade Supremo Redentor Ltda. - EPP - Pinheiro/MA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 130, de 5 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 6 de maio de 2020, autorizou o funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Supremo Redentor (FACSUR), com sede no município de Pinheiro, no estado do Maranhão, contudo, determinou a redução de 200 (duzentas) para 100 (cem) vagas totais anuais Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 130, de 5 de maio de 2020, para autorizar o funcionamento do curso superior de Direito, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Supremo Redentor (FACSUR), com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 604, Centro, no município de Pinheiro, no estado do Maranhão, com 200 (duzentas) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201703365 Parecer: CNE/CES 365/2020 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Fainor Faculdade Independente do Nordeste Ltda. - Vitória da Conquista/BA Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 206, de 13 de março de 2019, que tratou de recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 909, de 24 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 26 de dezembro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Jogos Digitais, tecnológico, pleiteado pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), com sede no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção do Parecer CNE/CES nº 206/2019, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 909/2018 e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Jogos Digitais, tecnológico, a ser oferecido pela Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), com sede na Avenida Luís Eduardo Magalhães, nº 1.305, bairro Candeias, no município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201711640 Parecer: CNE/CES 366/2020 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 620/2019, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que por meio da Portaria nº 101, de 22 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 25 de fevereiro de 2019, autorizou o funcionamento do curso superior de Fisioterapia, bacharelado, da Faculdade Uninassau Garanhuns, com sede no município de Garanhuns, no estado de Pernambuco, contudo, determinou redução de 240 (duzentas e quarenta) para 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela correção do erro material constante no Parecer CNE/CES nº 620/2019 que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 101/2019 e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Fisioterapia, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Garanhuns, com sede na Rua Ernesto Dourado, nº 362, bairro Heliópolis, no município de Garanhuns, no estado de Pernambuco, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201601880 Parecer: CNE/CES 367/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Universitária Mileto Ltda. - EPP - Natal/RN Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 798, 5 de dezembro de 2018, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 117, de 21 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 22 de fevereiro de 2018, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Nutrição, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Uninassau Parnamirim, com sede no município de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção integral do Parecer CNE/CES nº 798/2018, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa

na Portaria SERES nº 117/2018 e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Nutrição, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade Uninassau Parnamirim, com sede na Rua Pedro Bezerra Filho, nº 35, bairro Santos Reis, no município de Parnamirim, no estado do Rio Grande do Norte, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201806072 Parecer: CNE/CES 368/2020 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Grid Ensino Ltda. - Sinop/MT Assunto: Reexame do Parecer CNE/CES nº 122, de 10 de março de 2020, que tratou do recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 14, de 20 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 17 de fevereiro de 2020, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Ciências Aeronáuticas, bacharelado, pleiteado pela Faculdade de Tecnologia de Sinop (FASTECH), com sede no município de Sinop, no estado de Mato Grosso Voto do Relator: Voto, em sede de reexame, pela manutenção integral do Parecer CNE/CES nº 122/2020, que deu provimento ao recurso contra a decisão expressa na Portaria SERES nº 14/2020 e manifesto-me favorável ao funcionamento do curso superior de Ciências Aeronáuticas, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Tecnologia de Sinop (FASTECH), com sede na Estrada Claudete, nº 442A, bairro Jardim Curitiba, no município de Sinop, no estado de Mato Grosso, com 80 (oitenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000385/2020-52 Parecer: CNE/CES 369/2020 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessado: Michel Andrade Lopes Santos - Diadema/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, concluído na Faculdade Diadema (FAD), com sede no município de Diadema, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Michel Andrade Lopes Santos, brasileiro, portador do RG nº 57.956.850-7 SSP-SP, no curso superior de Direito, no período de 2010 a 2015, ministrado pela Faculdade Diadema (FAD), com sede no município de Diadema, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Direito Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000797/2019-59 Parecer: CNE/CES 371/2020 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Luzia da Consolação Lima - Sete Lagoas/MG Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Pedagogia, licenciatura, concluído na Universidade de Franca (UNIFRAN), com sede no município de Franca, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Luzia da Consolação Lima, brasileira, portadora do RG nº M2719239/MG, no curso superior de Pedagogia, no período de 2016 a 2018, ministrado pela Universidade de Franca (UNIFRAN), com sede no município de Franca, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de licenciatura em Pedagogia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000071/2020-50 Parecer: CNE/CES 372/2020 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Iara Almeida Dantas - Montes Claros/MG Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Psicologia, concluído no Centro Universitário FIP-MOC, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Iara Almeida Dantas, brasileira, portadora do RG M-3410877/MG, no curso superior de Psicologia, no período de 2013 a 2017, ministrado pelo Centro Universitário FIP-MOC, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Psicologia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 12 de agosto de 2020.
PAULO ROBERTO COSTA E SILVA
Secretário-Executivo

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 6, 7, 8, 9 e 10 do mês de julho/2020
(Complementar à Publicada no DOU de 9/7/2020, Seção 1, p. 129)

Processo: 23000.040581/2018-55 Parecer: CNE/CP 14/2020 Comissão: Maria Helena Guimarães de Castro (Presidente), Mozart Neves Ramos (Relator), Alessio Costa Lima, Antonio de Araujo Freitas Júnior, Antonio Carbonari Netto, Francisco César de Sá Barreto, Ivan Cláudio Pereira Siqueira, Luiz Roberto Liza Curi, Nilma Santos Fontanive e Suely Melo de Castro Menezes (membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) Voto da Comissão: A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23001.000146/2019-69 Parecer: CNE/CES 438/2020 Comissão: Antonio de Araujo Freitas Júnior (Presidente), Antonio Carbonari Netto (Relator), Marco Antonio Marques da Silva e Sergio de Almeida Bruni (membros) Interessado: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - Brasília/DF Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração Voto da Comissão: A Comissão vota favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução, anexo, do qual é parte integrante Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 12 de agosto de 2020.
PAULO ROBERTO COSTA E SILVA
Secretário-Executivo

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 248, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Instaurar procedimento sancionador com medida cautelar. Processo MEC nº 23000.020662/2020-53

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, substituto, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MEC nº 647, publicada em 11 de agosto de 2020, tendo em vista os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 217/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, contida no processo de administrativo de supervisão nº 23000.020662/2020-53, bem como nas normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal, 46 da Lei nº 9.394/96, 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, Decreto nº 9.235/2017 e Portaria MEC nº 315/2018, resolve:

Art. 1º a instauração de Procedimento Sancionador em face da Faculdade Politécnica de Campinas (cód. 3456);

Art. 2º aplicação da medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201107866 de seu recredenciamento;

Art. 3º a notificação e intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017.

MÁRCIO LEÃO COELHO

PORTARIA Nº 249, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Instaurar procedimento sancionador com medida cautelar. Processo MEC nº 23000.020695/2020-01.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, substituto, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MEC nº 647, publicada em 11 de agosto de 2020, tendo em vista os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 219/2020/CGSE/DISUP/SERES/SERES, contida no processo de administrativo de supervisão nº 23000.020695/2020-01, bem como nas normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição Federal, 46 da Lei nº 9.394/96, 2º, I, VI e XIII, e 45 da Lei nº 9.784/1999, Decreto nº 9.235/2017 e Portaria MEC nº 315/2018, resolve:

Art. 1º a instauração de Procedimento Sancionador em face da Faculdade dos Cerrados Piauienses (cód. 1609),

Art. 2º aplicação da medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201408218 de seu recredenciamento,

Art. 3º a notificação e intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017.

MÁRCIO LEÃO COELHO

DESPACHO Nº 116, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Decide o processo nº 23000.020099/2020-13

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, substituto, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MEC nº 647, publicada em 11 de agosto de 2020, em atenção ao disposto nos artigos 206 e 209 da Constituição, artigo 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 208/2020/CGSE/DISUP/SERES determina perante a Faculdade Serrana de Saúde - FASS (cód. 20003), mantida pela Sociedade Serrana de Ensino Superior Ltda - ME (cód. 16356):

(i) O seu descredenciamento institucional;

(ii) A intimação da sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar à Coordenação-Geral de Monitoramento da Educação Superior sobre alunos remanescentes, se for o caso, e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

(iii) A determinação à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

(v) A notificação da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999;

(vi) A efetivação da notificação por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC;

(vii) O arquivamento após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, do presente Processo MEC nº 23000.020099/2020-13.

MÁRCIO LEÃO COELHO

DESPACHO Nº 117, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Decide o processo nº 23709.000232/2019-12

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, substituto, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MEC nº 647, publicada em 11 de agosto de 2020, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação do SINAES, às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei 9.394, de 1996, arts. 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 2004, arts. 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 56 do Decreto nº 9.235, de 2017, com base na Nota Técnica nº 176/2020/CGSE/DISUP/SERES determina perante a instituição Faculdade UNIBRAS do Mato Grosso - FACBRAS (Cód. 3204), mantida pela Educare Gestão de Educação LTDA -ME, CNPJ nº 05.306.381/0001-55, localizada no São José dos Quatro Marcos/MT:

a) Suspender a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação, até a conclusão do processo e-MEC n° 201102562 de recredenciamento.

b) Notificar a Instituição do teor da decisão com a informação da possibilidade de recurso ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no prazo de 30 (trinta dias), nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

c) Notificar a Faculdade UNIBRAS do Mato Grosso - FACBRAS (Cód. 3204) da decisão por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

MÁRCIO LEÃO COELHO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 687, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 1.266/2017-GR, de 26 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27/10/2017, Seção 1, Página 67, que criou o Núcleo de Tecnologia da Informação ligado à Reitoria da Universidade Federal Rural de Pernambuco, alterada pela Portaria nº 1.305/2017-GR, de 09 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 10/11/2017, Seção 1, página 15.

Art. 2º - CRIAR a Secretaria de Tecnologias Digitais - STD, conforme Resolução nº 028/2020-CONSU, de 08/06/2020, nos moldes do quadro abaixo (Processo UFRPE nº 23082.004588/2020-51):

SECRETARIA DE TECNOLOGIAS DIGITAIS - STD Resolução nº 028/2020	
FG-02	Secretaria de Tecnologias Digitais - STD
----	Coordenadoria de Governança Digital - CGD.STD
----	Coordenadoria de Suporte ao Usuário - CSAU.STD
FG-06	Seção de Apoio Administrativo e Patrimonial - SAAP.STD
CD-04	Divisão de Soluções Corporativas - DSC.STD
FG-01	Coordenadoria de Sistemas - CSIST.DSC
FG-01	Coordenadoria de Conectividade - CCONEC.DSC
FG-01	Coordenadoria de Serviços Computacionais - CSC.DSC
FG-04	Divisão de Soluções para Campus Inteligente - DSCI.STD
----	Coordenadoria de Prospecção - CPP.DSCI
----	Laboratório de Soluções Inteligentes - STDLABS.DSCI

MARCELO BRITO CARNEIRO LEÃO

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 1.824, DE 20 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.009860/2020-14, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Bolsa-RJ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0085;

III - município (UF): Rio de Janeiro (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 54' 08'' S / 43° 10' 27'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1513/SIA, de 10 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2010, Seção 1, Página 9.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.825, DE 20 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022046/2020-87, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Aché;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0286;

III - município (UF): Guarulhos (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 28' 29" S / 046° 31' 20" W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1878/SIA, de 22 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2010, Seção 1, Página 7.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.829, DE 20 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022204/2020-07, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Bom Jardim;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0014;

III - município (UF): Mangaratiba (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 56' 10'' S / 44° 05' 55'' W

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 3179/SIA, de 27 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2015, Seção 1, Página 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.830, DE 20 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022105/2020-17, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Foz do Chopim;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0127;

III - município (UF): Cruzeiro do Iguaçu (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 25° 34' 19'' S / 053° 07' 23'' W.

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2026/SIA, de 11 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2010, Seção 1, Página 11.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.899, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022260/2020-33, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: EMS Sigma Pharma 2;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0398;

III - município (UF): Hortolândia (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 53' 45'' S / 047° 11' 26'' W.

Art. 2º A renovação da inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2890/SIA, de 14 de setembro de 2028, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2018, Seção 1, Página 87.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.901, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.022226/2020-69, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Caturama;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1308;

III - município (UF): Zacarias (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 06' 49"S / 050° 02' 20"W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.903, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021912/2020-12, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Harmony;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0108;

III - município (UF): Balneário Camboriú (SC);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 26° 59' 14" S / 048° 37' 58" W.

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.904, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo 00065.021589/2020-87, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda San Diego;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0567;

III - município (UF): Campo Verde (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 15° 20' 39" S / 054° 40' 37" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.908, DE 27 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021571/2020-85, resolve:

Art. 1º Inscrever o heliponto abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Jardim Metropolitano;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: CE0079;

III - município (UF): Eusébio (CE);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 52' 02'' S / 038° 28' 52'' W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.931, DE 29 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.021854/2020-27, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Pousada Amazônia Fishing Lodge;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0242;

III - município (UF): Jacareacanga (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 08' 21" S / 057° 02' 59" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 1.935, DE 29 DE JULHO DE 2020

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º, inciso II, alínea "b", item 1, da Portaria nº 2.748/SIA, de 4 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.018542/2020-36, resolve:

Art. 1º Inscrever o aeródromo abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Madeireira;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0594;

III - município (UF): Colniza (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 14' 11" S / 060° 20' 17" W

Art. 2º A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.935-ANTAQ, DE 10 DE AGOSTO 2020

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012912/2020-70, ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido cautelar de procedência da Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro - USUPORT, para suspender a Cartilha de Direitos e Deveres dos Usuários da Navegação Marítima e de Apoio, especificamente no que tange à sobre-estadia de contêiner (página 7 do documento constante no link http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/CARTILHA-ANTAQ2018-vf.pdf, do Portal da ANTAQ), em todos os efeitos internos e externos, o qual deve ser suprimido da referida cartilha até o tema ser esgotado no âmbito do Processo nº 50300.010899/2020-14, ou decisão em sentido contrário da Diretoria Colegiada, uma vez que presentes os requisitos ensejadores da concessão da medida, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a probabilidade do direito contido no pleito deduzido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

FRANCISVAL DIAS MENDES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 7, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 50300.010348/2018-36. Fiscalizada: TECON SALVADOR S/A, CNPJ nº 03.642.342/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: I - Não conhecer o Recurso, uma vez intempestivo, nos termos dispostos no art.64, inciso I, da Norma aprovada pela Resolução nº 3.259-ANTAQ, mantendo a penalidade de multa no valor de R$ 22.275,00 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais), pela prática da infração disposta no art. 32, inciso XXV, da Norma aprovada pela Resolução nº 3274-ANTAQ.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na publicação do Despacho de Julgamento nº 57/2020/SFC, de 11/08/2020, publicado no DOU de 12/08/2020, Seção 1, pág. 60, onde se lê: "...Processo nº 50300.011233/2018-69...", leia-se: "...Processo nº 50300.006007/2018-66...".

UNIDADE REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS-SC

DESPACHO Nº 3, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2020

Processo nº 50300.005377/2019-67. Fiscalizada: BARCA ALIANÇA ITAPIRANGA LTDA, CNPJ nº 82.819.798/0001-62. Objeto e Fundamento Legal: I - Aplicar a penalidade de multa no valor de R$ 1.058,75 (Hum mil cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos), por deixar de enviar à ANTAQ as informações referidas nos incisos VIII, XV ou XVI do art. 14 da Resolução nº 1274-ANTAQ, resultando na infração capitulada pelo art. 23, inciso XX, da Norma aprovada pela Resolução nº 1274-ANTAQ. II - Aplicar a penalidade de multa no valor de R$ 635,25 (Seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), por deixar de apresentar documentos solicitados pela ANTAQ, resultando na infração capitulada pelo art. 23, inciso XXI da Norma aprovada pela Resolução nº 1274-ANTAQ.

LUCAS SAMPAIO ATALIBA
Chefe
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 268, DE 12 DE JUNHO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do artigo 5° da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do processo nº 50500.419368/2019-01, resolve:

Art. 1º Homologar a renovação da Licença Complementar nº 36/2014-ANTT da empresa NUESTRA SEÑORA DE LA ASUNCIÓN - C.I.S.A. para prestação do serviço regular de transporte rodoviário internacional de passageiros entre a República do Paraguai e a República Federativa do Brasil, referente à linha Asunción (PY) - São Paulo (BR), serviço executivo (diferencial), com tráfego pela fronteira Ponte Internacional da Amizade.

Parágrafo único. O prazo de vigência da referida licença é até 07 de outubro de 2026, com base na Resolução nº 1199, de 05/10/17, expedida pela Dirección Nacional de Transporte, no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002 e nos Acordos Bilaterais Brasil/Paraguai.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 459, DE 24 DE JULHO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, em concordância com o art. 8º da Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.045017/2020-85, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO REAL ITA LTDA, CNPJ nº 27.177.468/0001-02, para a supressão das linhas Natividade (RJ) - Muriaé (MG), prefixo 07-0036-20, e Guaçuí (ES) - Natividade (RJ), prefixo 17-0102-20, com paralisação dos mercados a seguir de sua Licença Operacional - LOP, de número 56:

I - De Itaperuna (RJ) para: Eugenópolis (MG);

II - De Natividade (RJ) para: Eugenópolis (MG) e Muriaé (MG);

III - De Guaçuí (ES) para: Varre-Sai (RJ), Natividade (RJ) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 671, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em concordância com o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no processo nº 50500.030282/2020-69, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa LOPES & OLIVEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.423.509/0001-60, para a supressão da linha CACU (GO) - JUNDIAÍ (SP), prefixo 12-0078-00 e suas seções.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 367, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 079, de 03 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.555914/2017-05, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionária Autopista Litoral Sul S/A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a anulação do Auto de Infração nº 048, de 25/10/2017.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 369, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 93, de 11 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.068747/2020-54, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Mato Grosso - SINDICAM - MT e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes todos os argumentos apresentados.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 370, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 92, de 11 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.248593/2014-34, delibera:

Art. 1º Aplicar a pena de cassação da autorização especial à Eucatur - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 76.080.738/0001-78, de que trata o art. 78-A, IV, com fulcro no art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Facultar que a Eucatur - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda mantenha a operação de suas linhas por até 90 (noventa) dias após a ciência dessa decisão, devendo interromper a venda de bilhetes pelo menos 30 (trinta) dias úteis antes desse prazo, conforme o art. 8º da Resolução nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 371, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAP - 054, de 11 de agosto de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.008561/2020-46, delibera:

Art. 1º Restituir à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS o pedido da empresa Expresso Satélite Norte Ltda, CNPJ nº 01.031.060/0001-34, de inclusão de mercados, para que seja observado o disposto no § 1º do art. 4º da Deliberação nº 955, de 22 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.

BALANCETE PATRIMONIAL

CNPJ - 44.837.524/0001-07
BALANCETE PATRIMONIAL ENCERRADO EM 30/06/2020

ATIVO	R$ MIL	*PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO*	R$ MIL
Circulante	**684.538**	***Circulante***	**553.793**
Caixa e equivalentes de caixa	607.999	Salários, provisão e encargos sociais	50.727
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	12.842	Fornecedores e prestadores de serviços	6.601
Contas a receber, líquidas	51.137	Impostos e contribuições a recolher	24.513
Estoques	611	Plano de pensão – Contribuição mensal	3.025
Créditos tributários	6.196	Plano de pensão – Termo de comp. financeiro	31.668
Outros créditos	5.753	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	369.487
		Provisão Plano Desligamento Incentivado	18.179
		Obras efetuadas por arrendatários	18.900
		Outras obrigações	30.693
Não Circulante	**2.337.518**	***Não Circulante***	**2.247.156**
Realizável a Longo Prazo	**666.933**	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	120.089
Contas a receber, líquidas	23.911	Receita diferida	299.124
Imposto de renda e contribuição social diferidos	473.121	Obras efetuadas por arrendatários	97.221
Depósitos judiciais	162.396	Créditos da União para aumento capital	857.098
Bens destinados a alienação	243	Plano de pensão – Provisão déficit atuarial	430.276
Partes relacionadas	6.882	Plano de pensão – Termo de comp. Financeiro	443.348
Outros créditos	380		
		Patrimônio Líquido	**221.107**
		Capital social	1.414.100
Imobilizado	1.665.382	Prejuízos acumulados	(1.178.889)
Intangível	5.203	Outros Resultados Abrangentes	(14.104)
TOTAL DO ATIVO	**3.022.056**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**3.022.056**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 01-01-2020 A 30-06-2020

	R$ MIL
Receita líquida	507.473
Custo dos serviços	(164.213)
Despesas administrativas	(124.860)
Outras receitas (despesas) operacionais	(63.236)
Resultado financeiro líquido	(2.361)
Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL	152.803
Imposto de renda e contribuição social corrente	(51.938)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(20.545)
Resultado do exercício	80.320

FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL
Diretor-Presidente

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Contador CRC/1SP215355/O-0

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da CFRB, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, na alínea "b" do inciso II do art. 2º, inciso XVIII do art. 4º e no § 1º do art. 45 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 5º do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, nos termos do art. 6º, caput, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, é o constante do Anexo VIII da Portaria MJSP nº 821, de 31 de outubro de 2019.

Art. 3º Fica revogada, pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a Portaria MJSP nº 1.075, de 21 de novembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 20 de agosto de 2020.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Advogado-Geral da União

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO I

NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (CONJUR) é órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) e de assessoria jurídica ao Ministro de Estado, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 2º e do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A CONJUR é administrativamente subordinada ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, sem prejuízo das atribuições institucionais, subordinação técnica, coordenação, orientação, supervisão e fiscalização da AGU.

Art. 2º Compete à CONJUR:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser seguida uniformemente na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos de interesse do Ministério;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos de interesse do Ministério;

V - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa dos atos normativos que serão remetidos pelo Ministro de Estado à consideração da Presidência da República;

VI - examinar a coerência com o ordenamento jurídico e a regularidade jurídica dos projetos de atos normativos em fase de sanção;

VII - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e da entidade a ele vinculada;

VIII - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação e de contratos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação;

IX - examinar e manifestar-se nas sindicâncias, nos processos administrativos disciplinares, nos processos administrativos de responsabilização e respectivos recursos submetidos à decisão do Ministro de Estado;

X - acompanhar o andamento dos processos judiciais nos quais o Ministério tenha interesse, em auxílio aos órgãos de execução da AGU;

XI - orientar as áreas técnicas do Ministério, quando necessário, quanto ao cumprimento de decisões judiciais;

XII - fornecer os subsídios requeridos para a atuação consultiva, judicial e extrajudicial da AGU, em questões relacionadas às competências do Ministério; e

XIII - zelar pelo cumprimento e observância das orientações emanadas dos órgãos de direção da AGU.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA

Art. 3º A CONJUR tem a seguinte estrutura:

I - Coordenação Administrativa - COAD:

a) Divisão de Apoio Administrativo - DIAD;

b) Divisão de Triagem Processual - DTP;

c) Divisão de Suporte Jurídico - DSJ; e

d) Divisão de Análise e Destinação de Processos - DADP;

II - Coordenação-Geral de Estudos e Pareceres - CGEP:

a) Coordenação de Estudos e Pareceres - CEP;

III - Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Atos Normativos - CGAN:

a) Coordenação de Análise de Atos Normativos Internos - CAN;

b) Coordenação de Análise de Projetos Legislativos - CAPL; e

c) Coordenação de Revisão e Consolidação Normativa - CCON;

IV - Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos - CGLIC:

a) Coordenação de Licitações e Contratos - CLC; e

b) Coordenação de Estudos, Convênios e Atuação Proativa - CECAP;

V - Coordenação-Geral de Contencioso Judicial - CGCJ:

a) Coordenação de Contencioso Judicial - CCJ;

1. Divisão de Contencioso Extrajudicial - DCE; e

VI - Coordenação-Geral de Sindicância e Processo Disciplinar - CGPAD.

Parágrafo único. A CONJUR é dirigida por Consultor Jurídico, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores e as Divisões por Chefes.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I

Gabinete

Art. 4º À Coordenação Administrativa compete:

I - apresentar relatórios das atividades desenvolvidas pela CONJUR;

II - coordenar e fixar diretrizes para as atividades das unidades que lhe são subordinadas;

III - coordenar os trabalhos que envolvam o planejamento das atividades de suporte administrativo da CONJUR;

IV - elaborar, no âmbito da CONJUR, a programação de viagens nacionais e internacionais, administrar o Sistema de Diárias e Passagens e providenciar junto aos órgãos competentes a emissão e a prorrogação de passaportes e a concessão dos vistos, quando necessário;

V - coordenar as atividades desenvolvidas pelas secretárias e zelar pela eficiência e eficácia do atendimento ao público externo e interno;

VI - coordenar a seleção de estagiários, acompanhando o quadro de vagas em conjunto com os Coordenadores-Gerais;

VII - exercer o controle do patrimônio e dos recursos tecnológicos e materiais, no âmbito da CONJUR;

VIII - manter, em condições de pronta consulta, o cadastro dos advogados em exercício na CONJUR;

IX - coordenar as atividades de encaminhamento de frequências, licenças, férias, nomeações, exonerações, designações, dispensas, e outros atos pertinentes;

X - elaborar e acompanhar o Plano Anual de Capacitação dos servidores em exercício na CONJUR; e

XI - exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto.

Art. 5º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - encaminhar ao Consultor Jurídico os documentos que devam ser por ele assinados ou chancelados;

II - encaminhar os processos aos órgãos de origem, após a aprovação das manifestações jurídicas pela autoridade competente, se for o caso;

III - assessorar a elaboração das respostas aos pedidos de acesso à informação encaminhados à CONJUR pelo Serviço de Informação ao Cidadão Central do Ministério;

IV - elaborar as informações e relatórios administrativos solicitados;

V - preparar os atos de encaminhamento de frequências, licenças, férias, nomeações, exonerações, designações, dispensas, e outros atos pertinentes;

VI - dar suporte aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores na homologação do sistema de ponto eletrônico; e

VII - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Coordenador Administrativo.

Art. 6º À Divisão de Triagem Processual compete:

I - organizar o recebimento, o registro e o acompanhamento do trâmite dos processos e documentos recebidos e remetidos pela CONJUR;

II - realizar a gestão e o trâmite de processos na CONJUR, em observância ao Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais legislações pertinentes;

III - manter o controle estatístico dos processos e das manifestações jurídicas;

IV - distribuir processos e documentos destinados à CONJUR; e

V - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas pelo Consultor Jurídico.

Art. 7º À Divisão de Suporte Jurídico compete:

I - preparar minutas de manifestações jurídicas e examinar processos que lhe sejam cometidos pelo Consultor Jurídico e pelo Consultor Jurídico Adjunto; e

II - atender consultas informais dos órgãos assessorados por correio eletrônico, telefone ou outros meios.

Art. 8º À Divisão de Análise e Destinação de Processos compete:

I - examinar processos que lhe sejam cometidos pelos Coordenadores-Gerais; e

II - atender, quando necessário, consultas informais dos órgãos assessorados por correio eletrônico, telefone ou outros meios.

Seção II

Coordenação-Geral de Estudos e Pareceres

Art. 9º À Coordenação-Geral de Estudos e Pareceres compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades da unidade que lhe é subordinada;

II - coordenar a análise jurídica dos processos pertinentes às áreas do Ministério, excetuados os que sejam afetos às demais Coordenações-Gerais da CONJUR, nos seguintes temas:

a) políticas nacionais de nacionalidade, migrações, estrangeiros e refugiados;

b) enfrentamento ao tráfico de pessoas;

c) classificação indicativa;

d) políticas de justiça, modernização, aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania;

e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

f) cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos, e a execução dos pedidos relacionados a essas matérias;

g) adoção internacional de crianças e adolescentes;

h) prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao terrorismo;

i) políticas sobre drogas;

j) gestão de pessoas;

k) atos administrativos de efeitos concretos de interesse do Ministério;

l) política nacional de documentos e arquivos;

m) requisição ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para a promoção de ação penal pública condicionada;

n) direitos dos índios;

o) políticas de segurança pública, bem como seu planejamento, coordenação e administração;

p) política penitenciária nacional, bem como seu planejamento, coordenação e administração.

q) relativos à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal; e

r) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

III - assistir, juridicamente, os órgãos técnicos do Ministério no controle interno da legalidade dos atos administrativos; e

IV - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 10. À Coordenação de Estudos e Pareceres compete:

I - coordenar as atividades da unidade; e

II - realizar a análise de processos e documentos e emitir manifestações jurídicas relativas aos seguintes temas:

a) políticas nacionais de nacionalidade, migrações, estrangeiros e refugiados;

b) enfrentamento ao tráfico de pessoas;

c) classificação indicativa;

d) políticas de justiça, modernização, aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania;

e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

f) cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos, e a execução dos pedidos relacionados a essas matérias;

g) adoção internacional de crianças e adolescentes;

h) prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao terrorismo;

i) políticas sobre drogas;

j) gestão de pessoas;

k) atos administrativos de efeitos concretos de interesse do Ministério;

l) política nacional de documentos e arquivos;

m) requisição ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para a promoção de ação penal pública condicionada;

n) direitos dos índios;

o) políticas de segurança pública, bem como seu planejamento, coordenação e administração;

p) política penitenciária nacional, bem como seu planejamento, coordenação e administração.

q) relativos à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal; e

r) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais.

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Seção III

Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Atos Normativos

Art. 11. À Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Atos Normativos compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades das unidades que lhe são subordinadas;

II - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de leis, tratados e demais atos normativos de interesse do Ministério;

III - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de leis, tratados e demais atos normativos de interesse do Ministério;

IV - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa das propostas de leis, tratados, atos internacionais e demais atos normativos que serão remetidos pelo Ministro de Estado à consideração da Presidência da República;

V - examinar a coerência com o ordenamento jurídico e a regularidade jurídica dos projetos de atos normativos em fase de sanção;

VI - elaborar estudos e pareceres sobre projetos de atos normativos em tramitação no Congresso Nacional, quando solicitado pelo Gabinete do Ministro;

VII - elaborar, quando for o caso, projetos de atos normativos, de forma articulada com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e com as áreas técnicas do Ministério; e

VIII - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 12. À Coordenação de Análise de Atos Normativos Internos compete:

I - elaborar, quando for o caso, projetos de atos normativos, de forma articulada com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e com as áreas técnicas do Ministério;

II - manifestar-se sobre a regularidade formal dos atos normativos internos; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 13. À Coordenação de Análise de Projetos Legislativos compete:

I - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de leis, tratados e demais atos normativos de interesse do Ministério;

II - examinar a coerência com o ordenamento jurídico e a regularidade jurídica dos projetos de atos normativos em fase de sanção;

III - elaborar estudos e pareceres sobre projetos de atos normativos em tramitação no Congresso Nacional, quando solicitado pelo Gabinete do Ministro; e

IV - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 14. À Coordenação de Revisão e Consolidação Normativa compete:

I - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a técnica legislativa das propostas de leis, tratados e demais atos normativos que serão remetidos pelo Ministro de Estado à consideração da Presidência da República;

II - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de leis, tratados e demais atos normativos de interesse do Ministério; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 15. As competências da Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Atos Normativos e das unidades que lhe são subordinadas serão exercidas, quando necessário, em articulação com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Seção IV

Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos

Art. 16. À Coordenação-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades das unidades que lhe são subordinadas;

II - coordenar a análise de processos e emissão de manifestações jurídicas, nos seguintes assuntos:

a) acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

b) transferências obrigatórias e voluntárias de recursos a Estados e Municípios;

c) editais de licitação e contratos de interesse do Ministério;

d) atos que visem a reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação; e

e) acordos e termos de cooperação técnica, nacionais e internacionais;

III - coordenar a análise de recursos hierárquicos, pedidos de reconsideração ou representações concernentes às suas áreas de competência;

IV - responder às consultas formuladas pelas áreas técnicas do Ministério, em assuntos de sua área de competência; e

V - exercer outras atividades atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 17. À Coordenação de Licitações e Contratos compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - examinar a legalidade e emitir manifestações jurídicas referentes a:

a) editais de licitação e contratos de interesse do Ministério; e

b) atos que visem a reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação;

III - analisar recursos hierárquicos, pedidos de reconsideração ou representações concernentes à sua área de competência; e

IV - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 18. À Coordenação de Estudos, Convênios e Atuação Proativa compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - examinar a legalidade e emitir manifestações jurídicas referentes a:

a) acordos, convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;

b) transferências obrigatórias e voluntárias de recursos a Estados e Municípios; e

c) acordos e termos de cooperação técnica, nacionais e internacionais;

III - analisar recursos hierárquicos, pedidos de reconsideração ou representações concernentes à sua área de competência;

IV - prestar assessoramento prévio aos órgãos quanto às matérias previstas no art. 16, mediante reuniões periódicas com os assessorados e elaboração e fornecimento de materiais didáticos, como apostilas, manuais, cadernos de instrução e outros que se mostrarem aptos a auxiliá-los na formação e instrução dos processos de contratação, acordos, convênios e congêneres; e

V - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Seção V

Coordenação-Geral de Contencioso Judicial

Art. 19. À Coordenação-Geral de Contencioso Judicial compete:

I - supervisionar e coordenar as atividades das unidades que lhe são subordinadas;

II - elaborar e encaminhar manifestações jurídicas para a defesa nos autos dos processos judiciais conduzidos pelos órgãos de execução da AGU, em questões de interesse do Ministério;

III - requisitar aos órgãos do Ministério e das entidades a ele vinculada informações e subsídios que permitam o adequado atendimento do disposto no inciso II;

IV - acompanhar o andamento dos processos judiciais nos quais o Ministério tenha interesse, em auxílio aos órgãos de execução da AGU;

V - acompanhar o andamento dos processos administrativos e das decisões de interesse do Ministério junto ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público e demais órgãos e instituições pertinentes e encaminhar os subsídios solicitados, na hipótese de judicialização;

VI - elaborar peças de informação em mandados de segurança, habeas corpus e reclamações impetrados contra atos do Ministro de Estado;

VII - acompanhar e orientar os órgãos do Ministério a respeito da implementação e do exato cumprimento das determinações judiciais e das cartas rogatórias, comunicando a AGU, se for o caso;

VIII - elaborar peças de informação para instruir procedimento preparatório e inquérito civil instaurados pelo Ministério Público;

IX - exercer o juízo de admissibilidade dos pedidos de representação judicial e extrajudicial pela AGU, de agentes públicos ocupantes de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos da estrutura do Ministério, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e legislação específica da AGU; e

X - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 20. À Coordenação de Contencioso Judicial compete:

I - coordenar as atividades da unidade;

II - submeter ao Coordenador-Geral de Contencioso Judicial:

a) as manifestações jurídicas nos assuntos pertinentes à sua área de competência; e

b) as orientações aos órgãos do Ministério a respeito da implementação e do exato cumprimento das determinações judiciais e das cartas rogatórias, comunicando a AGU, se for o caso; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Art. 21. À Divisão de Contencioso Extrajudicial compete:

I - acompanhar o andamento dos processos administrativos e das decisões de interesse do Ministério junto ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público e demais órgãos e instituições pertinentes e encaminhar os subsídios solicitados, na hipótese de judicialização;

II - exercer o juízo de admissibilidade dos pedidos de representação judicial e extrajudicial pela AGU, de agentes públicos ocupantes de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos da estrutura do Ministério, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e legislação especifica da AGU, submetendo-o à aprovação do Coordenador-Geral; e

III - exercer outras atividades atribuídas pelo Coordenador-Geral.

Seção VI

Coordenação-Geral de Sindicância e Processo Disciplinar

Art. 22. À Coordenação-Geral de Sindicância e Processo Disciplinar compete:

I - supervisionar e coordenar a análise de processos e a elaboração de manifestações jurídicas, para subsidiar as decisões a serem tomadas, no âmbito do Ministério e das direções-gerais da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, em sindicâncias administrativas, processos administrativos disciplinares e processos administrativos de responsabilização;

II - coordenar o exame de pedidos de reconsideração, pedidos de revisão e recursos hierárquicos interpostos, no âmbito disciplinar;

III - elaborar as minutas dos atos decisórios a serem chancelados pelo Ministro de Estado, nos processos que tramitam na Coordenação-Geral;

IV - coordenar a emissão de manifestações jurídicas em resposta às consultas formuladas pelas áreas técnicas do Ministério, no âmbito disciplinar; e

V - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 23. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico direto e imediato ao Ministro de Estado;

II - assessorar o Ministro de Estado na defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e das instituições democráticas e republicanas;

III - dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades da CONJUR;

IV - atuar na uniformização das manifestações jurídicas produzidas no âmbito da CONJUR;

V - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida nas áreas de atuação e coordenação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

VI - apreciar as manifestações elaboradas no âmbito da CONJUR e submetê-las ao Advogado-Geral da União ou encaminhá-las via Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais - SIDOF à Presidência da República, nos termos do art. 5º, inciso II, do Decreto nº 4.522, de 17 de dezembro de 2002, e do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, se for o caso;

VII - suscitar divergências de entendimentos jurídicos entre a CONJUR e demais Consultorias Jurídicas;

VIII -zelar pelo cumprimento e observância das orientações normativas firmadas pela AGU;

IX - promover o atendimento aos pedidos de informações formulados por autoridades da AGU;

X - dirigir-se diretamente aos titulares dos órgãos do Ministério para alertar quanto ao prazo para cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação;

XI - indicar servidores e advogados em exercício na CONJUR para representá-lo em reuniões e grupos de trabalho, quando necessário;

XII - indicar servidores e advogados em exercício na CONJUR para participar de programas e cursos de treinamento ou aperfeiçoamento;

XIII - acompanhar as autoridades do Ministério em viagens nacionais e internacionais;

XIV - editar atos normativos complementares a este Regimento Interno necessários à execução das competências da CONJUR; e

XV - instaurar e instruir os processos de tomada de contas especial referentes às atividades da CONJUR, se necessário.

Parágrafo único. A instrução dos processos de que trata o inciso XV poderá ser atribuída ou delegada a servidor, por meio de ato formal do dirigente, no âmbito da respectiva unidade.

Art. 24. Ao Consultor Jurídico Adjunto incumbe:

I - substituir o Consultor Jurídico nos seus afastamentos, impedimentos regulamentares, na vacância do cargo e quando por ele previamente determinado;

II - dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades administrativas da CONJUR;

III - submeter ao Consultor Jurídico pareceres, informações, notas, planos de trabalho e relatórios das atividades desenvolvidas;

IV - supervisionar a distribuição de trabalhos no âmbito da CONJUR e a eventual colaboração entre as Coordenações-Gerais; e

V - exercer outras atividades delegadas pelo Consultor Jurídico.

Art. 25. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - aprovar os pareceres, notas, informações e despachos elaborados no âmbito de suas unidades, encaminhando-os à consideração do Consultor Jurídico, se for o caso;

II - emitir pronunciamento a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

III - planejar, coordenar, orientar e praticar atos de administração necessários à execução das atividades das respectivas unidades;

IV - zelar, em conjunto com o Consultor Jurídico, pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da CONJUR;

V - avocar as competências das respectivas unidades, sempre que necessário, como medida de equalização de demandas e para evitar o acúmulo de serviços ou a perda de prazos;

VI - programar, orientar e controlar a distribuição e a execução das atividades a cargo de suas respectivas unidades e a colaboração entre as mesmas, quando não houver delegação de competência; e

VII - exercer as atribuições e atividades que lhes sejam delegadas ou subdelegadas, expressamente, pelo Consultor Jurídico.

Art. 26. Aos Coordenadores incumbe:

I - administrar a execução das atividades afetas à respectiva unidade;

II - submeter ao Coordenador-Geral pareceres, informações, notas, planos de trabalho e relatório das atividades desenvolvidas nas respectivas áreas, se for o caso;

III - assistir o Coordenador-Geral em assuntos de competência de sua unidade;

IV - solicitar diligências necessárias à instrução dos processos e expedientes, submetendo-as diretamente aos setores técnicos do Ministério, aos seus órgãos autônomos e vinculados; e

V - praticar atos de administração necessários à execução das atividades afetas às suas unidades.

Art. 27. Aos Chefes de Divisão incumbe auxiliar na orientação dos trabalhos realizados nas respectivas unidades e executar outras tarefas que lhes forem atribuídas.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DEMAIS INTEGRANTES DA CONJUR

Art. 28. Aos advogados em exercício na CONJUR incumbe:

I - elaborar as manifestações jurídicas e submetê-las à consideração dos Coordenadores e/ou dos Coordenadores-Gerais, observado o disposto neste Regimento, nas normas da AGU e em eventuais atos de delegação e dispensa;

II - atender as consultas informais dos órgãos assessorados apresentadas por correio eletrônico, telefone ou outros meios e esclarecer àqueles, quando a complexidade do assunto o reclamar, sobre a sua adequada formalização;

III - participar de reuniões e grupos de trabalho representando a CONJUR; e

IV - registrar suas atividades nos sistemas disponibilizados pela AGU, na forma indicada pelos órgãos de direção superior.

CAPÍTULO VI

ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Seção I

Consultas

Art. 29. As consultas jurídicas submetidas à apreciação da CONJUR serão encaminhadas pelas seguintes autoridades:

I - Ministro de Estado;

II - Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto;

III - Secretários e seus respectivos Adjuntos;

IV - Chefes de gabinete; e

V - Diretores, Corregedor e demais ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5 ou substitutos eventuais.

Art. 30. Os pedidos de reunião por parte dos órgãos assessorados, sempre que possível, deverão ser encaminhados por escrito, com a devida antecedência, preferencialmente pelo e-mail da unidade, e conter as seguintes informações:

I - número do processo, se houver;

II - assunto e identificação da manifestação jurídica, se houver; e

III - as questões de fato e de direito que caracterizam o questionamento jurídico objeto da demanda de reunião.

Art. 31. As consultas avulsas, por telefone ou por e-mail, desde que tenham um mínimo de relevância temática ou administrativa, devem ser objeto de registro nos sistemas da AGU.

Seção II

Instrução das Consultas

Art. 32. As consultas encaminhadas pelas autoridades de que trata o art. 29 serão autuadas em processo administrativo, devidamente instruído com nota técnica, informação ou despacho da unidade ou órgão envolvido que contenha:

I - a identificação do setor de origem responsável pela propositura;

II - a exposição clara do caso concreto e a especificação do questionamento jurídico a demandar esclarecimento;

III - a justificativa da necessidade do ato e, quando for o caso, o normativo que o ampare;

IV - a aprovação expressa da autoridade responsável, quando o pronunciamento for originário de setor subordinado;

V - a estimativa do impacto orçamentário, se for o caso; e

VI - a indicação dos principais documentos a serem analisados com referência à sua localização no processo eletrônico.

§ 1º Os processos que tratarem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento da unidade técnica, deverão ser instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, com a obrigatória indicação funcional-programática dos recursos financeiros por onde correrão as despesas, dentre outros aspectos pertinentes.

§ 2º Os processos que tratarem de licitação, contratos, convênios e congêneres deverão observar as minutas e os manuais de procedimentos elaborados pela AGU e pela CONJUR, devendo a sua não adoção ser previamente justificada nos autos.

Art. 33. A CONJUR poderá restituir à origem, para complementação da instrução, os processos insuficientemente preparados, submetidos a seu exame.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. O Consultor Jurídico, os Coordenadores-Gerais e os Coordenadores serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos legais, por advogados por eles indicados e designados na forma da legislação específica.

Parágrafo único. Nos casos de ausências concomitantes do titular e do substituto eventual, o Consultor Jurídico indicará o responsável pela unidade no período que durar uma das ausências, e encaminhará para a Secretaria-Executiva deste Ministério para fins de designação.

Art. 35. Na distribuição dos processos e das consultas serão observados o volume de serviço e a sua complexidade, de acordo com as competências das Coordenações-Gerais e dos membros da CONJUR.

§ 1º Em ato próprio do Consultor Jurídico, poderão ser definidos critérios de distribuição de serviço jurídico levando-se em conta as peculiaridades de cada Coordenação-Geral, e o estabelecimento de fluxos e rotinas que se mostrarem necessários para o bom funcionamento da unidade.

§ 2º Nos casos em que a demanda tratar sobre assunto de competência de mais de uma Coordenação-Geral, será adotada, preferencialmente, a elaboração de manifestação jurídica única, mas com o aprovo de cada um dos Coordenadores-Gerais envolvidos, e excepcionalmente a elaboração de manifestação conjunta.

Art. 36. O Consultor Jurídico poderá, mediante prévio aviso e para fins de equalização de demanda, estabelecer colaboração temporária dos advogados em exercício na CONJUR em unidades diversas da respectiva Coordenação ou em grupos de atuação específica.

Parágrafo único. Periodicamente, haverá mediante análise de demanda e produtividade, avaliação quanto à necessidade de redistribuição de advogados entre as Coordenações da CONJUR.

Art. 37. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão dirimidas pelo Consultor Jurídico.

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.974, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40756 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa GR - GARANTIA REAL SEGURANCA LTDA. , CNPJ nº 68.317.817/0008-06, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

634 (seiscentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.975, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40852 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa SERVIARM-SERVIÇO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.451.428/0001-25, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 13.649.411/0001-54:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.976, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41773 - DPF/LDA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa STOP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 33.596.251/0001-30, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente PROSIGA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 06.297.793/0001-39:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.988, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/11912 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CTS VIGILANCIA E SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 02.250.366/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 494/2020 (CNPJ nº 02.250.366/0001-44); nº 657/2020 (CNPJ nº 02.250.366/0003-06) e nº 1109/2020 (CNPJ nº 02.250.366/0002-25).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.989, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/22820 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOLIDEZ SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.992.301/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1168/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.990, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/23456 - DPF/SJK/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TTC SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 31.782.985/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1327/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.991, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/26751 - DPF/MGA/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DINAMUS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - ME, CNPJ nº 12.286.635/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1307/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.992, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/27526 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGSERV SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 36.040.947/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 857/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.993, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29497 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARVIE & GAMA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 23.715.555/0001-15, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1247/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.994, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/29579 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FLYSTAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 17.612.984/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1285/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.995, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/31149 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEL AVIV SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 28.111.178/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1315/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.996, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/37106 - DPF/LGE/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.955.642/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1325/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.997, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/38514 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO ARUJAZINHO IV, CNPJ nº 54.782.792/0001-22 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1324/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.998, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/39172 - DELESP/DREX/SR/PF/PI, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0163-09, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

700 (setecentas) Munições calibre .380

1000 (uma mil) Munições calibre 12

600 (seiscentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 3.999, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/39325 - DPF/MGA/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0065-40, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1374 (uma mil e trezentas e setenta e quatro) Munições calibre 38

1050 (uma mil e cinquenta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.000, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/39727 - DPF/STS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 12

45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas calibre 38

6000 (seis mil) Gramas de pólvora

45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis calibre 38

1500 (uma mil e quinhentas) Espoletas calibre .380

1500 (um mil e quinhentos) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.001, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/39816 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0075-71, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

30 (trinta) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.002, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40161 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO JARDIM VERSAILLES, CNPJ nº 21.946.267/0001-46 para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.003, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40218 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO NOVA AMERICA, CNPJ nº 04.711.184/0001-59 para atuar no Rio de Janeiro.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.004, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41405 - DPF/PCA/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa EPIFEV - ESCOLA PIRACICABANA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.837.519/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.005, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41553 - DPF/XAP/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, CNPJ nº 75.904.383/0037-32 para atuar em Santa Catarina.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.006, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41642 - DPF/LGE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa SWOT SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 18.865.654/0001-43, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

140 (cento e quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.007, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/41681 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARSAM REFINADORA DE METAIS LTDA, CNPJ nº 02.340.486/0001-32 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.008, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/26798 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONFIANÇA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 15.156.374/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 924/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.009, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/32072 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXSEG SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 21.550.729/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1006/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.010, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/35726 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa CEARÁ AMÊNDOAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 28.222.423/0001-75, para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.011, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/36673 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa AMIM VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 26.391.604/0002-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1216/2020, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.012, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/36700 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MARCONDES SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.686.808/0001-28, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SERVIÇO ESPECIAL DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA INTERNAS SESVI DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 57.524.399/0001-27:

20 (vinte) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

660 (seiscentas e sessenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.013, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/37385 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa AR15 ESCOLA DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.558.174/0001-16, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

15 (quinze) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

10 (dez) Armas de choque elétrico de contato direto

8 (oito) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

15 (quinze) Granadas fumígenas lacrimogêneas (CS ou OC)

8 (oito) Granadas fumígenas de sinalização

25 (vinte e cinco) Munições no calibre 12 (doze) lacrimogêneas de jato direto

25 (vinte e cinco) Munições no calibre 12 (doze) com projéteis de borracha ou plástico

15 (quinze) Lançadores de munição não-letal no calibre 12 (doze)

10 (dez) Máscaras de proteção respiratória modelo facial completo

10 (dez) Filtros com proteção contra gases e aerodispersóides químicos e biológicos

10 (dez) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.014, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/37999 - DPF/SAG/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA, CNPJ nº 03.994.920/0001-60, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

27 (vinte e sete) Revólveres calibre 38

270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.015, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2020/40005 - DPF/PAT/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DO DIA SUPERMERCADOS LTDA., CNPJ nº 08.637.640/0001-19 para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 15.461.164, DE 23 DE JULHO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08125.000724/2020-19 - DPF/PGZ/PR, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa POSITRONIC - SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ: 11.487.144/0001-30, localizada no Estado do PARANA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 229ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2020

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às 14h30min, reuniu-se, virtualmente, o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES, sob a Presidência da Sra. ADRIANA CRISTINA DULLIUS, os Conselheiros: Sr. MAURÍCIO OSCAR BANDEIRA MAIA, representante titular do Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Sra. MIRIAM JEAN MILLER, representante titular do Ministério do Meio Ambiente; Sra. BIANCA OLIVEIRA MEDEIROS, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente; Sra. FERNANDA HORNE DA CRUZ, representante suplente do Ministério da Saúde/Anvisa; Sr. RAFAEL CAMPELO DE MELO FERRAZ, representante titular do Ministério da Economia; Sra. ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA, representante titular do Ministério Público Federal; Sr. ANTÔNIO MORIMOTO JÚNIOR, representante suplente do Ministério Público Federal; Sr. CLAUDIO PIRES FERREIRA, representante do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor; Sr. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor; como convidado, representando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Sr. RODRIGO ABREU BELON FERNANDES; o Secretário Executivo do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA; os assessores técnicos da Secretaria Executiva do CFDD, Sra. KELEN RODRIGUES DE OLIVEIRA; e o Sr. VEROCHILE DA SILVA JUNIOR. Item 1º - Edital de Chamamento Público de 2020 - A Presidente do CFDD apresentou minutas de Editais de Chamamento Público para Estados, Municípios e entes Federais, visando selecionar projetos a serem executados no ano de 2021, que, depois de ampla discussão, foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros presentes. Concordou-se que, após manifestação da Consultoria Jurídica sobre as minutas, o processo eletrônico será disponibilizado a todos os conselheiros e, não sendo registrada nenhuma objeção dos conselheiros em 24 (vinte e quatro) horas, o edital de chamamento público será encaminhado para publicação no Diário Oficial. Item 2º - Questões administrativas - A Presidente do CFDD relatou que muitos proponentes não atendem às exigências de ajustes nos planos de trabalho ou de envio de documentos realizadas pela Secretaria-Executiva do CFDD, tanto na fase de análise do projeto anterior à apreciação pelo CFDD quanto no momento da formalização dos projetos, o que dificulta a realização do trabalho pela secretaria. Neste sentido, o Conselho decidiu, por unanimidade, que a Secretaria Executiva deverá realizar diligência no sentido de solicitar, no prazo de dez dias úteis, o cumprimento da exigência, sob pena de arquivamento do projeto. Não sendo atendida a solicitação, os projetos em fase de formalização, por terem sido objeto de prévia deliberação e aprovação pelo CFDD, deverão retornar ao conselho para deliberação sobre o arquivamento; os projetos em fase de análise pela Secretaria-Executiva, anterior à deliberação do CFDD, poderão ser arquivados por decisão da Presidente do CFDD. Neste momento o Conselheiro VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA justificou a necessidade de se ausentar da reunião, não participando da deliberação do próximo item. Item 3º - Solicitação de ajuste de plano de trabalho - PROCESSO Nº 08012.002579/2017-74. Relator: MAURÍCIO OSCAR BANDEIRA MAIA. DECISÃO: alteração sugerida pelo proponente foi aprovada por unanimidade. A reunião foi encerrada as 17h05min, lavrada a presente Ata, que será encaminhada aos Conselheiros para apreciação e aprovação eletronicamente.

ADRIANA CRISTINA DULLIUS
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 2.117, DE 31 DE JULHO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001620/2019-05, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANGELINA PABILLORE, de nacionalidade filipina e cipriota, filha de Pedro Pabillore e de Kantinta Abao, nascida em Carmen, na República das Filipinas, em 4 de agosto de 1954, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 12 (doze) anos, 1 (um) mês e 24 (vinte e quatro) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 2.210, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001931/2018-85, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, KURT ANDERSEN, de nacionalidade dinamarquesa, filho de Anni Andersen, nascido no Reino da Dinamarca, em 29 de junho de 1966, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 12 AGOSTO DE 2020

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016, resolve:

Nº 1.052 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social GALT VESTIBULARES, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 21.840.133/0001-46, conforme Nota Técnica nº 313/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11739760) aprovada pelo Despacho nº 562/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11739974). Processo SEI/MJ nº 08084.003341/2019-84.

Nº 1.642 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO VIA CULTURAL, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.954.879/0001-24, conforme Nota Técnica nº 331/2020/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11789644) aprovada pelo Despacho nº 586/2020/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (11789402), Processo SEI/MJ nº 08084.003405/2020-81.

ANNALINA CAVICCHIOLO TRIGO

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 913, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: QUANDO O SOL SE PÕE (Brasil - 2020)

Diretor(es): Fábio Faria

Distribuidor(es): NETFLIX

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos

Gênero: Drama

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos

Contém: Violência , Drogas Lícitas e Temas Sensíveis

Processo: 08017.001255/2020-74

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 914, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BARRETÃO (EX: BARRETÃO, O FILME) (Brasil - 2020)

Produtor(es): Movimento Filmes/Globo Comunicação e Participação S.A/Clariô Filmes/Canal Brazil S/A./TV Zero Cinema LTDA

Diretor(es): Marcelo Ferretti Santiago

Classificação Pretendida: livre

Gênero: Documentário

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos

Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas

Processo: 08017.001277/2020-34

Requerente: MOVIMENTO FILMES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 915, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: EU SOU O TAL (Brasil - 1960)
Produtor(es): Oswaldo Massaini
Diretor(es): Eurides Ramos
Distribuidor(es): CINEDISTRI PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência Fantasiosa e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001281/2020-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 916, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: QUEM ROUBOU MEU SAMBA (Brasil - 1958)
Produtor(es): Watson Macedo
Diretor(es): José Carlos Burle
Distribuidor(es): CINEDISTRI PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001283/2020-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 917, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PORNO PARA INICIANTES (PORNO PARA PRINCIPIANTES, Argentina / Brasil / Uruguai - 2019)
Produtor(es): Salado/Río Rojo/Bossa Nova Films
Diretor(es): Carlos Ameglio
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001287/2020-70
Requerente: PANDORA FILMES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 918, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: VOLUME MORTO (Brasil - 2019)
Produtor(es): Daniel Alvim/Bruno Autran/Kauê Telloli
Diretor(es): Kauê Telloli
Distribuidor(es): O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001313/2020-60
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 919, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Coordenador de Política de Classificação Indicativa Substituto, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O MENINO QUE LIA CARTAS (THE LETTER READER, Africa do Sul - 2019)
Diretor(es): Sibusiso Khuzwayo
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001316/2020-01

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 3, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

Encerramento Processo Administrativo (Arquivamento).
Processo nº 08700.001885/2017-35 (Apartado Restrito nº 08700.000030/2013-63). Represesentante: Cade Ex - Officio. Representados: Allsan Engenharia e Administração Ltda., Associação Brasil Medição, Construtora Incorporadora Santa Teresa, Emissão S/A, Enorsul Serviços em Saneamento Ltda, Floripark Energia Ltda, FR Incorporadora Ltda, GMF Gestão de Medição e Faturamento Ltda, HR Serviço de Leitura e Entrega de Contas de Energia Ltda, Job Engenharia e Serviços Ltda, Lotus Serviços Técnicos Ltda, RDN Serviços Ltda, Sanear Engenharia e Construção Ltda, Selleta Serviços Ltda, Sociedade Civil de Saneamento, Strategos Engenharia Informática e Consultoria Ltda, TCM Serviços de Limpeza e Conservação, Toltec Engenharia e Construção Ltda, Afonso Rosseto Junior, Alberto Gaston Sosa Quiles, Alexandra Helena de Souza Raña, Ana Paula Conceição Cruz, Ângelo Pereira, Cláudio de Sena Martins, Dimitrius Anastase Tzortzis, Douglas Ricardo Baltazar Campos, Fabiana Borges Hauck, Jakson Ferreira Lima, João Artur Rassi, Joaquim Carvalho Motta Junior, Luiz Renato Pereira, Mário César Campos, Moisés Ruberval Ferraz Filho, Natanael Silva Pessoa, Nelson José Malgueiro Filho, Ney Marcondes Baltazar Campos, Paulo José Debatin da Silveira, Reginaldo Fagundes Barbosa, Renato Guimarães da Silveira, Reynaldo Costa Filho, Roberto Martignago, Sandra Rosa Maglio Silva, Sebastião Cristovam, Waldecir Colombini. Advogados: Theo Felipe de Esquerdo, Aroldo Joaquim Camilo Filho, Carolina Cepera Moreira Xavier, Sander Ananias Helvecio, Fabiola Carolina Lisboa Cammarota Abreu, Marcelo Vieira de Campos, Rodrigo Pozzi Borba da Silva, Joaquim Lemus Pereira, Rafael Rocha de Macedo, Joyce Ruiz Rodrigues Alves, Maria Tereza do Couto Perez Rufino, Braz Martins Neto, Martileide Vieira Perroti, Estevão Prado de Oliveira Carvalho, Claudio de Abreu, Eric Hadmann Jasper, Roselle Adriane Sóglio, Luiz Antonio Santos de Oliveira, Aureliano Pernetta Caron, Eduardo Leandro de Queiroz e Souza, Fabio José de Almeida de Araújo, Marlon Charles Bertol, Jonathan Bordone Paes Proença, Jorge Vacite Neto e outros. Acolho a Nota Técnica nº 47/2020/CGAA8 (SEI 0788013), e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 e art. 155, §1º, do Regimento Interno do Cade, pela remessa dos presentes autos ao Tribunal Administrativo com recomendação de arquivamento pela ausência de indícios mínimos de comprovação de autoria e materialidade dos fatos investigados, uma vez que as provas emprestadas da investigação criminal foram declaradas nulas pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Sorocaba/SP, em decisão transitada em julgado.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 14, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Instauração Processo Administrativo.
Inquérito Administrativo nº 08700.004563/2017-48. Representante: Cade ex officio. Representada: Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Márcio C. S. Bueno e outros. Com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as razões da Nota Técnica nº 16/2020/CGAA3/SGA1/SG/Cade à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na referida nota técnica, pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos artigos 13, V, e 69, da Lei nº 12.529/11, em face da Representada, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, inciso I, c/c §3º, incisos IX, XI e XII, da Lei nº 12.529/2011, na forma dos artigos 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifique-se a Representada, nos termos do artigo 70 do referido diploma legal, para que apresente defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, a Representada deverá, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretende sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos dos artigos 72 da Lei nº 12.529/2011 e 154 do Regimento Interno do Cade. Caso a Representada tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHOS DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Nº 854 - Ato de Concentração nº 08700.003308/2020-83. Requerentes: Nacional Comercial Hospitalar S.A. e Surya Dental Comércio de Produtos Odontológicos e Farmacêuticos Ltda. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Marcela Junqueira Cesar Pirola e Fabricio A. Cardim de Almeida. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 855 - Ato de Concentração nº 08700.003428/2020-81. Requerentes: Hapvida Participações e Investimentos S.A., Clínica São José Saúde Ltda, Clínica São José Ltda e Pró-Infância SJC Hospital e Pronto Socorro Pediátrico Ltda. Advogados: Daniel Oliveira Andreoli e Paula Pinedo. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSK
Superintendente-Geral
Substituta

DESPACHO Nº 860, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo Administrativo nº 08700.005778/2016-03. Representante: Agrovia S.A. Advogados: Vicente Bagnoli e Outros. Representada: Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e América Latina Logística S.A. Advogados: Vinicius Marques de Carvalho e Outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Protocolo.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSK
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 1.876, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre os procedimentos relativos à apuração disciplinar de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e estabelece procedimentos e competências para os fins da atividade correcional e disciplinar no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23 do Decreto n. º 8.973 de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017 e o art. 132 do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ibama nº 4.396 de 10 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente, e ainda o que consta do processo administrativo nº 02001.035550/2019-83, resolve:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Estabelecer, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a presente regulamentação para a padronização dos procedimentos relacionados à atividade correcional e disciplinar, de modo a viabilizar a melhor aplicação do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e demais normativos correlatos à matéria, em especial às orientações da Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 2º. Os procedimentos previstos nesta Portaria são de observância obrigatória por todos os servidores e em todas as unidades da Autarquia, e tramitarão, desde o ingresso do processo na COGER até a decisão final da autoridade julgadora, em caráter sigiloso.

Art. 3º. Para os fins da atividade correcional e disciplinar no âmbito do IBAMA resta oportuno estabelecer as seguintes definições:

I - denúncia ou representação: comunicação de fato que noticia prática de suposta falta funcional por servidor do IBAMA, podendo ser externa ou interna, independentemente de identificação do denunciante ou representante;

II - juízo de admissibilidade: é ato administrativo por meio do qual a autoridade competente decide, de forma fundamentada, pelo arquivamento ou instauração de procedimento correcional em quaisquer de suas modalidades investigativas ou acusatórias (arts. 5º e 6º, da IN CGU 14/2018);

III - investigação preliminar: procedimento instaurado no âmbito da Corregedoria para fins de coleta de dados necessários à identificação de materialidade e autoria quanto à denúncia/representação apresentadas;

IV - sindicância investigativa: procedimento apuratório que se desenvolve sem a obrigatoriedade da observância do contraditório e da ampla defesa, instaurado com o fim de colher provas sobre a existência de falta funcional e identificação de autoria, diferenciado da investigação preliminar pela necessidade de publicação de portaria de designação da Comissão;

V - sindicância punitiva: procedimento disciplinar submetido à observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa destinado à apuração de fatos cuja penalidade máxima a ser aplicada é de suspensão até 30 (trinta) dias, exigindo a configuração de materialidade e identificação de autoria (art. 145, II, Lei nº 8.112/90);

VI - processo administrativo disciplinar - PAD: procedimento voltado à apuração de falta funcional praticada por servidor vinculado ao IBAMA, seja em cargo efetivo ou comissionado, submetido ao crivo do contraditório e ampla defesa, exigindo a configuração de materialidade e identificação de autoria para sua instauração (art. 148, Lei nº 8.112/90);

VII - inspeção correcional: procedimento preventivo instaurado para verificação de funcionamento das unidades do IBAMA no tocante à observância de normas e alcance dos fins estabelecidos, podendo desencadear ou não procedimentos disciplinares;

VIII - sindicância patrimonial: procedimento meramente investigativo, em regra não submetido ao crivo do contraditório ou da ampla defesa, destinado a apurar possível incompatibilidade de patrimônio de servidor público federal frente à sua remuneração (Decreto nº 5.483, de 30.06.2005);

IX - processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica - PAR: procedimento apuratório instaurado em razão de supostas irregularidades praticadas por empresas privadas que tenham relação jurídica com a Autarquia, observados os princípios da contraditório e da ampla defesa (Lei nº 12.846/2013);

X - autoridade competente: autoridade pública com competência legal estabelecida para designar correição, instaurar e julgar procedimento disciplinar em quaisquer de suas modalidades: processo administrativo disciplinar, sindicância investigativa ou punitiva, sindicância patrimonial e processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica - PAR;

XI - Comissão Processante ou Sindicante: grupo de servidores designados pela autoridade competente para condução dos trabalhos apuratórios em sede de processo administrativo disciplinar, sindicância punitiva ou investigativa, sindicância patrimonial, processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica e correição;

XII - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC: procedimento administrativo destinado à resolução consensual de conflitos entre a Administração e o servidor, tratando de infrações funcionais de menor potencial ofensivo, regido nos termos da IN CGU nº 4, de 21 de fevereiro de 2020 e subsequentes que venham a ser editadas sobre o tema;

Art. 4º. As atividades correcionais e disciplinares no âmbito do IBAMA vinculam-se às atribuições da Corregedoria (COGER), como unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, conforme art. 2º, inciso III, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Art. 5º. Não estão inseridas nas atribuições da Corregedoria as hipóteses relacionadas às condutas éticas do servidor, as quais deverão ser encaminhadas à Comissão de Ética do IBAMA.

Art. 6º. Os procedimentos correcionais e disciplinares são atividades meio e de realização obrigatória e indispensável por parte da Autarquia, sujeitando as autoridades constituídas às penalidades legais previstas, inclusive ao crime de prevaricação (art. 319, Código Penal).

Art. 7º. Para os fins desta Portaria, a Unidade Seccional da CGU, no âmbito do IBAMA, é a Corregedoria, instalada na Sede da Autarquia, em Brasília, sem prejuízo da criação, por ato específico do Presidente do IBAMA, de unidades descentralizadas vinculadas à Corregedoria e instaladas nas demais regiões do país.

TÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º . No âmbito das atividades correcionais e disciplinares no âmbito do IBAMA, sem prejuízo das competências já estabelecidas no Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017 e na Portaria nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2019, COMPETE:

I - Ao Corregedor-Chefe:

a. Arquivar, de plano, denúncia ou representação apresentadas em face de servidor do IBAMA ou de pessoa jurídica de direito privado que não contenham indícios mínimos de irregularidades;

b. Determinar a investigação preliminar a ser realizada no âmbito da Corregedoria, como procedimento investigativo preparatório para juízo de admissibilidade, resguardado o sigilo;

c. Aprovar as Notas Técnicas de Juízo de Admissibilidade elaboradas no âmbito da Corregedoria;

d. Instaurar processo administrativo disciplinar e sindicância punitiva para apurar as irregularidades noticiadas em face de servidores efetivos ou ocupantes de Cargo em Comissão até DAS 101.4 vinculados à Autarquia;

e. Encaminhar ao Presidente do IBAMA representação ou denúncia formalizada em face de servidores ocupantes de cargo em comissão acima de DAS 101.5, com Nota Técnica opinativa, a fim de subsidiar a decisão da autoridade máxima do órgão quanto à instauração de processo administrativo disciplinar e/ou sindicância;

f. Instaurar, extraordinariamente, sindicância investigativa para apuração da materialidade e/ou autoria relacionadas a denúncias/representações recebidas na COGER, caso as mesmas não tenham sido identificadas por ocasião da investigação preliminar;

g. Instaurar e julgar sindicância patrimonial;

h. Aprovar Nota Técnica exarada para subsidiar decisão do Presidente do IBAMA para instaurar processo administrativo de responsabilização de pessoa jurídica - PAR, nos moldes da Lei nº 12.846/2013;

i. Instaurar inspeção correcional nas unidades administrativas do IBAMA, de ofício ou a pedido das autoridades;

j. Decidir sobre pedidos de substituição de membros de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicâncias, em qualquer de suas modalidades, bem como analisar alegações de suspeição ou impedimento suscitadas em processos administrativos;

k. Julgar os relatórios finais apresentados pelas Comissões de Sindicância Investigativa, determinando o arquivamento ou abertura de processo administrativo disciplinar;

l. Encaminhar à Procuradoria-Federal Especializada relatório final de processo administrativo disciplinar com sugestão de arquivamento ou aplicação de penalidade, bem como relatório final em processo de responsabilização administrativa de pessoa jurídica - PAR, para fins de elaboração de parecer jurídico;

m. Julgar os relatórios finais apresentados pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar cuja sugestão seja de arquivamento ou aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até 30 (trinta) dias, nos moldes do artigo 141, III, da Lei nº 8.112/90;

n. Encaminhar ao Presidente do IBAMA processo administrativo disciplinar com sugestão de aplicação de penalidade de suspensão superior a 30 (trinta) dias, após parecer jurídico exarado pela Procuradoria-Federal Especializada;

o. Celebrar o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC;

p. Analisar e decidir sobre pedido de reconsideração apresentado em face de penalidade aplicada a servidor em razão de processo administrativo disciplinar;

q. Elaborar normativos internos para organização dos trabalhos da Corregedoria e orientação às demais unidades da Autarquia quanto aos procedimentos relacionados à matéria correcional e disciplinar;

r. Designar servidores para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância, observados os pressupostos do artigo 149, da Lei nº 8.112/90;

s. Encaminhar ao Presidente do IBAMA os processos administrativos disciplinares relatados, cuja pena sugerida seja de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, para fins de envio ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para julgamento, nos termos do artigo 141, da Lei nº 8.112/90;

t. Encaminhar ao Presidente do IBAMA os recursos administrativos apresentados em face de penalidade aplicada a servidor, após decisão sobre pedido de reconsideração;

Parágrafo único. Para fins de auxiliar os trabalhos da Corregedoria no desempenho de suas atribuições correcionais, e considerando a inexistência de previsão no Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017 e na Portaria nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, COMPETE:

I - Às Superintendências Estaduais:

a. Disponibilizar a estrutura física e logística necessárias para auxiliar os trabalhos apuratórios conduzidos pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicâncias, inclusive quanto à indicação de servidor para atuar na função de secretário ad hoc.

b. Encaminhar à Corregedoria, no prazo de 20 (vinte) dias, notícia de irregularidades praticadas por servidores em exercício no âmbito territorial de sua atuação, por intermédio do sistema SEI-Ibama, observado o disposto no art.27 desta Portaria;

c. Indicar, quando instada pela Corregedoria, servidor estável para participar de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância.

d. Apurar, em sede de investigação preliminar ou sindicância investigativa, irregularidades ocorridas no âmbito territorial de sua atuação, quando determinado pela Corregedoria do IBAMA.

II - Aos Demais Setores da Administração:

a. Encaminhar à Corregedoria, por intermédio do sistema SEI-Ibama, no prazo de até 20 (vinte) dias, notícia de irregularidades praticadas por servidores da Autarquia, observado o disposto no art.27 desta Portaria;

b. Responder, no prazo estipulado, as demandas encaminhadas pela Corregedoria ou pelas Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e de Sindicâncias, a fim de subsidiar as análises quanto ao juízo de admissibilidade ou instrução probatória nos processos instaurados;

c. Indicar, quando instados pela Corregedoria, servidor estável para participar de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância;

d. Indicar servidor técnico para auxiliar os trabalhos apuratórios em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, quando instados pela Comissão Processante ou pela própria Corregedoria, neste caso, em sede de investigação preliminar.

Art. 9º. O Corregedor-Chefe poderá, motivadamente e identificada paralisação da apuração por período injustificável, avocar o processo administrativo disciplinar em curso para fins de análise quanto ao regular processamento do feito e, se for o caso, substituição da Comissão Processante ou Sindicante.

TÍTULO III

DAS ESPÉCIES DE PROCEDIMENTOS CORRECIONAIS E DISCIPLINARES

CAPÍTULO I

Dos Procedimentos Administrativos de Natureza Não Punitiva

Art. 10. Os Procedimentos Administrativos de Natureza Não Punitiva são aqueles que visam apurar a ocorrência ou não de determinada irregularidade funcional e de sua autoria e que prescindem da observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º. São procedimentos investigatórios, também nominados preliminares ou preparatórios, e consistem em:

I - Investigação preliminar;

II - Sindicância Investigativa; e

III - Sindicância Patrimonial.

§ 2º. Os procedimentos mencionados no parágrafo anterior serão instaurados no âmbito da Corregedoria do IBAMA.

SEÇÃO I

Da Investigação Preliminar

Art. 11. A Investigação Preliminar constitui procedimento sigiloso instaurado no âmbito da Unidade Seccional da CGU - COGER, com o objetivo de coletar elementos para verificar o cabimento da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 1º. Por se tratar de procedimento prévio e com objetivo específico de identificar materialidade e autoria para fins de Juízo de Admissibilidade, o mesmo independe de designação por portaria da autoridade competente.

§ 2º. A Investigação Preliminar consiste na realização das diligências necessárias aos esclarecimentos dos fatos para fins de elaboração de Nota Técnica de Juízo de Admissibilidade, aí compreendidas todas aquelas admitidas em Direito, tais como, solicitação de documentos, informações, esclarecimentos por escrito, oitivas, perícias, dentre outros.

§ 3º. A Investigação Preliminar só será dispensada quando os fatos denunciados ou representados trouxerem em seu bojo conjunto probatório suficiente para sugerir a abertura de processo administrativo disciplinar ou sindicância punitiva.

§ 4º. A Investigação Preliminar será conduzida pelo servidor a quem foi distribuído o processo para elaboração da Nota Técnica de Juízo de Admissibilidade, independentemente de portaria de designação específica.

§ 5º. Havendo necessidade, o Corregedor-Chefe poderá designar servidor lotado e em exercício na localidade dos fatos ou onde se achem os documentos comprobatórios necessários à elucidação dos mesmos, oportunidade em que serão delegados ao agente público os poderes atribuídos à Corregedoria para a finalidade da instrução probatória prévia.

SEÇÃO II

Da Sindicância Investigativa

Art. 12. A Sindicância Investigativa consiste em procedimento sigiloso, instaurado com a finalidade de apurar a existência de falta funcional, seja quanto à materialidade e/ou autoria, prescindível da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa, sendo vedada a aplicação de qualquer penalidade decorrente da conclusão dos trabalhos (art. 145, III, da Lei nº 8.112/90).

Parágrafo único. No âmbito da Corregedoria do IBAMA, a designação de Comissão de Sindicância Investigativa se dará de forma subsidiária e excepcional, ou seja, nas hipóteses em que, constatada a materialidade dos fatos, não restou possível, na Investigação Preliminar, a identificação de autoria.

SEÇÃO III

Da Sindicância Patrimonial

Art. 13. A Sindicância Patrimonial constitui procedimento sigiloso e investigatório com a finalidade de apurar suposto enriquecimento ilícito de servidor decorrente de evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do agente público.

§ 1º. A Sindicância Patrimonial observará o disposto no Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

§ 2º. A Sindicância Patrimonial não possui caráter punitivo e, em regra, não se submete aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo seu escopo delimitado à verificação da licitude da evolução patrimonial do servidor público federal.

§ 3º. O procedimento investigatório patrimonial será conduzido por uma Comissão composta por dois ou mais servidores efetivos da Autarquia, prescindível o elemento da estabilidade.

§ 4º. Para a instrução do procedimento, a comissão efetuará as diligências necessárias à elucidação do fato, ouvirá o sindicado e as eventuais testemunhas, carreará para os autos a prova documental existente e solicitará, se necessário, o afastamento de sigilos e a realização de perícias.

§ 5º. A comissão de Sindicância Patrimonial poderá solicitar a quaisquer órgãos e entidades detentoras de dados, tais como cartórios, departamentos estaduais de trânsito e juntas comerciais, informações relativas ao patrimônio do servidor ou empregado sob investigação, e de outras pessoas físicas e jurídicas que possam guardar relação com o fato sob apuração.

§ 6º. A apresentação de informações e documentos fiscais ou bancários pelo sindicado ou pelas demais pessoas que possam guardar relação com o fato sob apuração, independentemente de solicitação da comissão, implicará renúncia dos sigilos fiscal e bancário das informações apresentadas para fins da apuração disciplinar.

§ 7º. O relatório final da Sindicância Patrimonial deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de enriquecimento ilícito, devendo recomendar a instauração do procedimento disciplinar cabível ou o arquivamento, conforme o caso.

§ 8º. Confirmados os indícios de enriquecimento ilícito, a autoridade julgadora dará imediato conhecimento do fato ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e à Advocacia-Geral da União.

§ 9º. Da Sindicância Patrimonial não poderá resultar aplicação de penalidade.

CAPÍTULO II

Dos Procedimentos Administrativos de Natureza Punitiva

Art. 14. Os procedimentos administrativos de natureza punitiva são aqueles instaurados em face de servidor público efetivo ou ocupante de cargo em comissão, os quais podem gerar a aplicação das penalidades administrativas descritas no artigo 127, da Lei nº 8.112/90 ou, em casos de pessoas jurídicas de direito privado, àquelas previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Art. 15. Os processos administrativos de caráter punitivo são:

I - Sindicância Punitiva ou Acusatória;

II - Processo Administrativo Disciplinar - PAD;

III - Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR.

§ 1º. A instauração de qualquer um dos procedimentos indicados neste artigo deverá ser precedido de um juízo de admissibilidade aprovado pelas autoridades competentes mencionadas no artigo 8º, desta Portaria.

§ 2º. É imprescindível a indicação da materialidade e da autoria no juízo de admissibilidade para fins de instauração dos procedimentos previstos neste artigo.

§ 3º. Na hipótese de indícios de irregularidade, sem identificação da autoria, deverá ser instaurado procedimento preliminar nos moldes do art. 10, § 1º, incisos I ou II, desta Portaria.

§ 4º. A publicação da portaria de designação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Punitiva interrompe a contagem do prazo prescricional.

SEÇÃO I

Da Sindicância Punitiva ou Acusatória

Art. 16. A Sindicância Punitiva ou Acusatória é procedimento instaurado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa para apuração de faltas funcionais que comportem, em tese, pena de advertência ou suspensão de até 30 dias (art. 145, II, da Lei nº 8.112/90).

§ 1º. A Comissão de Sindicância Punitiva será composta por dois ou mais servidores estáveis, observado o critério estabelecido no artigo 149, da Lei nº 8.112/90, quanto à indicação do presidente da Comissão.

§ 2º. A Sindicância Punitiva ou Acusatória será instaurada em hipóteses excepcionais, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, vez que, ante a amplitude de apuração, o procedimento recomendado para a investigação de todas as infrações disciplinares é o Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

SEÇÃO II

Do Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Art. 17. O Processo Administrativo Disciplinar - PAD é o procedimento instaurado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa para apuração de faltas funcionais praticadas por servidores públicos federais com a finalidade de aplicação de penalidade administrativa prevista em lei (art. 146, da Lei nº 8.112/90).

Art. 18. O Processo Administrativo Disciplinar será instaurado:

I - sob o rito ordinário, nos termos dos artigos 148 a 166, da Lei nº 8.112/90;

II - sob o rito sumário, nos moldes dos artigos 133 a 140, da Lei nº 8.112/90.

Art. 19. O Processo Administrativo Disciplinar se desenvolve nas seguintes fases (art. 151, da Lei nº 8.112/90):

I - Instauração, que compreende a publicação da portaria e atos iniciais da Comissão;

II - Inquérito administrativo, que compreende a instrução, indiciamento, defesa e relatório final;

III - Julgamento.

§ 1º. A fase de instauração do Processo Administrativo Disciplinar tem início com a publicação da portaria de designação da Comissão Processante pela autoridade instauradora e se encerra após as comunicações feitas pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar à autoridades competentes.

§ 2º. A fase do Inquérito Administrativo tem início com o estabelecimento da relação jurídica processual, que se dá com a notificação do acusado e se encerra com a entrega do relatório final à autoridade instauradora, compreendendo toda a etapa de instrução probatória, indiciamento e citação para defesa.

§ 3º. A fase do julgamento tem início com a entrega do relatório final à autoridade instauradora, findando com a publicação da portaria de aplicação de penalidade, se for o caso, ou arquivamento do feito.

SEÇÃO III

Do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

Art. 20. O Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, criado pela Lei nº 12.846/2013, consiste em procedimento sancionador instaurado com a finalidade de apurar a responsabilidade de empresas por irregularidades em contratos com a Administração, em qualquer de suas espécies, assim como pela prática de atos de corrupção.

Art. 21. A instauração e o julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR observará o disposto nos artigos 8º e seguintes, da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo único. A Controladoria-Geral da União tem competência concorrente para a instauração do Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica - PAR, podendo avocar os processos instaurados pela autoridade competente no IBAMA.

Art. 22. A Comissão Processante será composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis e disporá do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão dos trabalhos, o qual poderá ser prorrogado, por ato fundamentado da autoridade instauradora.

CAPÍTULO III

Da Inspeção Correcional

Art. 23. A correição, ordinária ou extraordinária, consiste num procedimento prévio de análise e verificação da regularidade das atribuições afetas às unidades do IBAMA voltada, principalmente, à identificação de ações a serem corrigidas e adequadas aos normativos vigentes e aplicáveis, bem como ao encaminhamento de providências a serem adotadas pela Administração da Autarquia.

Art. 24. O procedimento correcional será deflagrado mediante publicação de portaria do Corregedor-Chefe que designará dois ou mais servidores efetivos do IBAMA para realização dos trabalhos.

Parágrafo único. O relatório final a ser elaborado pela Equipe Correcional conterá, dentre outras informações, a metodologia utilizada na análise, as ocorrências verificadas, os esclarecimentos prestados pelo responsável da unidade, as recomendações e sugestões, as providências a serem adotadas tanto pela unidade correcional, quanto pela Administração da Autarquia e os encaminhamentos, inclusive para fins de apuração disciplinar, na hipótese de identificação de falta funcional praticada por servidor ou por pessoa jurídica.

Art. 25. A Corregedoria elaborará, à medida do possível, um cronograma anual de correições a serem realizadas nas unidades do IBAMA, tanto na Sede como nas Superintendências Estaduais, aí incluídas as Gerências Executivas, as Unidades Técnicas e os CETAS.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS PARA ATUAÇÃO DISCIPLINAR

Capítulo I

Do Registro da Denúncia ou Representação

Art. 26. Todo procedimento previsto nesta Instrução Normativa será iniciado mediante denúncia, anônima ou não, representação, relatórios internos ou de órgãos de controle externo, notícias jornalísticas e qualquer meio idôneo e juridicamente admitido.

§ 1º. A denúncia anônima será de imediato autuada e, na hipótese de restar configurada a necessidade de instauração de Investigação Preliminar, nos moldes previstos no art. 11 desta Instrução Normativa, caberá à Secretaria da COGER os registros e adoção das providências pertinentes.

§ 2º. As denúncias anônimas que não ensejarem autuações deverão ser arquivadas na unidade correcional, dando-se conhecimento à Coordenação de Ouvidoria, no caso de a denúncia haver sido encaminhada por esta Unidade.

Art. 27. A autuação de um processo administrativo noticiando supostas irregularidades praticadas por servidores da Autarquia ou por pessoas jurídicas vinculadas ao IBAMA não implica, necessariamente, na deflagração de investigação preliminar ou processo administrativo disciplinar em quaisquer de suas modalidades.

§ 1º. A representação ou denúncia apta a ensejar a instauração de investigação preliminar ou processo administrativo disciplinar, se for o caso, deverá conter:

I - a descrição ou indicação do(s) fato(s) supostamente irregular, bem como a indicação do servidor, quando conhecido;

III - indicação dos meios de prova, informações e documentos pertinentes, se houver.

§ 2º. Não se insere nas atribuições da Corregedoria a análise de processos técnicos ou de outros setores para o fim de identificar a existência de falta funcional, pelo que compete ao representante ou denunciante, ao encaminhar a notícia da irregularidade, apontar, ao menos, a suposta falta funcional praticada e, em sendo possível, o agente público responsável.

§ 3º. Não havendo a indicação da irregularidade praticada, o processo administrativo será remetido ao representante ou denunciante, a fim de que indique o objeto de análise da Corregedoria para fins de responsabilização funcional.

§ 4º. Não sendo apontada a irregularidade passível de atuação da Corregedoria, mesmo após a diligência prevista no parágrafo anterior, os autos do processo administrativo serão restituídos ao representante ou denunciante, mediante despacho de ausência de objeto para fins de apuração disciplinar.

Art. 28. As denúncias ou representações noticiando supostas faltas funcionais atribuídas a servidores do IBAMA ou atos de corrupção cometidos por pessoas jurídicas com vínculo com o IBAMA serão encaminhadas diretamente à Corregedoria.

§ 1º. A unidade do IBAMA que receber a denúncia ou representação deverá formalizar o processo administrativo junto ao sistema SEI-Ibama e enviá-lo à Corregedoria para os fins de sua competência.

§ 2º. Na hipótese de representação formulada por servidor ou autoridade do IBAMA, o processo administrativo formalizado deverá ser encaminhado à Corregedoria pelo sistema SEI-Ibama, acompanhada dos documentos existentes que demonstrem a suposta irregularidade praticada pelo servidor ou pela pessoa jurídica.

§ 3º. Após o envio do processo administrativo contendo a denúncia ou representação à Corregedoria, o remetente deverá concluir o processo em sua unidade, para fins de classificação sigilosa a ser feita pela COGER.

Art. 29. Os processos administrativos recebidos na Corregedoria tramitarão com a numeração original cadastrada, admitida a autuação de novo processo quando a situação do caso concreto exigir e mediante despacho fundamentado do Corregedor-Chefe.

Art. 30. As denúncias ou representações poderão ser recebidas:

I - Pela Ouvidoria;

II - Pelo e-mail institucional: coger.sede@ibama.gov.br;

III - Pelo protocolo central;

IV - Pelo sistema SEI-Ibama;

V - Qualquer outro meio lícito que permita à autoridade competente tomar ciência dos fatos.

Art. 31. Todas as denúncias ou representações encaminhadas à COGER, externas ou internas, inclusive as anônimas, deverão ser cadastradas no sistema SEI-Ibama, em caráter sigiloso, tendo como Tipo do Processo "Corregedoria: Juízo de Admissibilidade".

§ 1º No caso de denúncias ou representações recebidas pela Ouvidoria, caberá a esta unidade a abertura de processo junto ao sistema SEI-Ibama, o qual será classificado como "sigiloso" e encaminhado o processo à Corregedoria para as análises de sua competência.

§ 2º Recebida a denúncia ou representação da Ouvidoria, a Corregedoria informará a esta Unidade sobre as providências adotadas, para fins de informação ao denunciante/representante, devendo a Ouvidoria renunciar à credencial de acesso ao processo, o qual correrá sob sigilo no âmbito da Corregedoria.

§ 3º Na hipótese de denúncia/representação recebida no Protocolo Central, caberá a esta unidade a digitalização dos documentos físicos e inserção dos mesmos no sistema SEI-Ibama, devendo, após remessa do processo à Corregedoria, ser renunciada a credencial de acesso aos autos, os quais seguirão sob sigilo no âmbito da COGER.

Art. 32. Recebidas as denúncias/representações na Corregedoria, o processo será atribuído, pela secretaria da COGER, ao Corregedor-Chefe para fins de distribuição dos autos para elaboração de Nota Técnica de Juízo de Admissibilidade.

Art. 33. À exceção dos casos em que a denúncia/representação tiver sido recebida da Ouvidoria, nas demais hipóteses e havendo identificação do denunciante/representante, a secretaria da COGER encaminhará e-mail ao mesmo informando a autuação da demanda, o caráter sigiloso do procedimento e indicando o número do processo SEI-Ibama, caso o denunciante/representante queira complementar informações sobre os fatos, oportunidade em que o fará com a indicação do número do processo.

§ 1º. A informação tratada neste artigo só se dará via e-mail, pelo que, não havendo sido informado o endereço eletrônico pelo denunciante/representante, a secretaria da COGER estará dispensada do procedimento.

§ 2º. A comunicação referida também não será necessária quando a representação se der por qualquer servidor ou ocupante de cargo em comissão do IBAMA, em atendimento ao previsto no artigo 143, da Lei nº 8.112/90.

Art. 34. Os documentos ou informações complementares relacionadas com denúncia ou representação já cadastrada no sistema SEI-Ibama deverão ser recepcionados na secretaria da COGER e juntados aos autos do processo eletrônico.

Art. 35. Havendo processos tratando da mesma representação ou denúncia, estes deverão ser apensados (relacionados no sistema SEI-Ibama) ao processo administrativo já inaugurado.

Parágrafo único. Em não se tratando de representação/denúncia já autuada, cada representação ou denúncia apresentada será tratada e analisada individualmente, independentemente de envolver fato ou servidor que já responda processo administrativo disciplinar.

Capítulo II

Do Juízo de Admissibilidade

Art. 36. Autuada a representação/denúncia em processo administrativo eletrônico junto ao sistema SEI-Ibama, os autos serão enviados ao Corregedor-Chefe para despacho de distribuição ao GTT-Juízo de Admissibilidade para elaboração de Nota Técnica.

§ 1º. Não serão objeto de análise para fins de juízo de admissibilidade as denúncias/representações que:

a. não contiverem indícios mínimos de irregularidade funcional;

b. não estejam relacionadas com as atribuições funcionais do servidor, exceto na hipótese de ações ou omissões privadas de servidor que atinjam a imagem do IBAMA.

§ 2º. As denúncias ou representações enquadradas no parágrafo anterior serão de plano arquivadas por intermédio de despacho do Corregedor-Chefe.

§ 3º. O despacho de encaminhamento do processo administrativo para fins de elaboração de Nota Técnica de juízo de admissibilidade equivalerá à instauração de Instrução Preliminar a ser conduzida pelo servidor a quem for distribuído o feito.

Art. 37. Em sede de juízo de admissibilidade, o servidor responsável adotará todas as providências legais e necessárias à instrução do feito de forma suficiente a propiciar à autoridade competente proferir decisão quanto à instauração ou não de procedimento administrativo disciplinar, em quaisquer de suas modalidades.

Art. 38. As solicitações de informações a qualquer setor da Administração Central ou das Superintendências deverão ser realizadas junto ao sistema SEI-Ibama observando o caráter sigiloso do requerimento, o qual deverá ser resguardado pelo servidor responsável pelo atendimento da demanda encaminhada pela COGER.

§ 1º. As denúncias ou representações autuadas submetem-se aos prazos prescricionais previstos no artigo 142, da Lei nº 8.112/90, pelo que as demandas oriundas da COGER deverão ser respondidas pelos destinatários no prazo estabelecido na solicitação, sob pena de responsabilidade.

§ 2º. Na hipótese de solicitação de esclarecimentos por servidor do IBAMA, estes deverão ser prestados no prazo estipulado, sob pena de responsabilidade.

§ 3º. O servidor apontado como responsável pela falta funcional, se instado a prestar esclarecimentos em sede de juízo de admissibilidade, não está obrigado a fazê-lo.

Art. 39. A Nota Técnica elaborada para subsidiar o ato administrativo decisório da autoridade competente para instauração de processo administrativo disciplinar deverá conter:

a. o fato denunciado/representado e a data da ciência deste à autoridade instauradora;

b. o agente público apontado como autor;

c. o cargo/função ocupada pelo suposto autor à época dos fatos;

d. o cargo/função ocupada atualmente pelo suposto autor dos fatos;

e. a conduta do agente público à qual se atribuiu irregularidade;

f. as provas existentes nos autos, com a respectiva identificação nos autos do processo administrativo eletrônico;

g. o nexo de causalidade entre o fato, o autor e as provas colacionadas;

h. os esclarecimentos porventura prestados pelo suposto autor do fato funcional irregular;

i. o enquadramento, em tese, da falta funcional, com a indicação das normas legais ou infralegais supostamente violadas;

j. indicação, quando possível, dos aspectos e provas a serem produzidos/demonstrados pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a ser instaurada, se for o caso;

k. conclusão quanto à sugestão de instauração de processo administrativo disciplinar, sindicância investigativa ou patrimonial, processo administrativo de responsabilização, celebração de TAC ou arquivamento.

Art. 40. Concluída a Nota Técnica, o processo será atribuído ao Corregedor-Chefe para decisão quanto à sugestão lançada, podendo:

a. aprovar a Nota Técnica em sua integralidade, determinando a adoção das providências sugeridas;

b. determinar a complementação da Instrução Preliminar indicando, sempre que possível, que elementos devem ser buscados para melhor análise da denúncia/representação;

c. não aprovar a Nota Técnica, fundamentando a decisão.

Art. 41. Em se tratando de assuntos específicos e recorrentes no âmbito desta COGER, tais como prescrição em Autos de Infração, Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, sinistro de veículos, desaparecimento de bens, dentre outros, o Corregedor-Chefe poderá aprovar Nota Técnica de caráter geral e de observância obrigatória pelas unidades do IBAMA.

Art. 42. Compete ao servidor responsável pela elaboração da Nota Técnica o cadastramento e inserção dos documentos exigidos junto ao sistema CGU-PAD.

Art. 43. Todo o procedimento de Instrução Preliminar se dará em caráter sigiloso, cabendo ao responsável pela elaboração da Nota Técnica a concessão de acesso ao processo.

Parágrafo único. O servidor a quem foi concedido acesso ao processo administrativo sigiloso, solicitando informações, dados ou esclarecimentos, deverá renunciar acesso ao processo assim que atender a demanda solicitada pela COGER.

Capítulo III

Das Providências de Publicação da Portaria de designação

Art. 44. Compete à secretaria da COGER adotar as providências necessárias para publicação da portaria de designação de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância.

Parágrafo único. Não será lançado, na portaria instauradora, o nome do acusado nem os fatos em apuração, os quais deverão ser abordados na peça opinativa, exceto quando se tratar do procedimento sumário previsto nos artigos 133 e 140 da Lei nº 8.112/90, caso em que deverá constar do corpo do ato instaurador.

Art. 45. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será composta por (3) três servidores estáveis no cargo, cabendo a presidência da Comissão ao servidor ocupante de mesmo cargo ou superior ou de mesmo nível de escolaridade ou superior ao do acusado, nos moldes do artigo 149, da Lei nº 8.112/90.

§ 1º. Os servidores ficarão sob subordinação administrativa da autoridade instauradora durante o período de realização das atividades para as quais foram disponibilizados.

§ 2º. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada sob o rito sumário, será composta por dois servidores estáveis, nos termos do inciso I, do art. 133, da Lei nº 8.112/90.

Art. 46. A Comissão de Sindicância Investigativa será composta por um ou mais servidores efetivos, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa CGU nº 14, de 14 de novembro de 2018.

Art. 47. A Comissão de Sindicância Patrimonial será composta por dois ou mais servidores efetivos, nos moldes do artigo 9º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Art. 48. A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR será composta por dois ou mais servidores estáveis, nos termos do disposto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 49. A designação dos servidores para composição das Comissões de PAD, Sindicância Investigativa ou Patrimonial e Processo Administrativo de Responsabilização recairá, preferencialmente, sobre os servidores designados em portaria do Corregedor-Chefe do IBAMA para formarem a Comissão Permanente Processante.

§ 1º. A Comissão Permanente Processante vincula-se diretamente ao Corregedor-Chefe, independentemente da localidade de exercício dos servidores indicados, e a designação destes para a composição das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, em quaisquer de suas modalidades, prescinde de consulta prévia.

§ 2º. Enquanto não for publicada a portaria tratada no caput, as designações serão feitas observando-se os seguintes critérios:

a. participação em Comissões de PAD, considerando a lista de servidores existente na COGER e que já atuam na área;

b. ter participado de curso de Processo Administrativo Disciplinar na esfera federal;

c. exercer suas atividades ordinárias na localidade onde o acusado exerce suas funções, se ativo, ou onde reside, se inativo;

d. manifestação de interesse por parte do servidor em atuar na seara disciplinar, condicionada à autorização de sua chefia imediata.

Art. 50. A designação de servidor para compor Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em quaisquer de suas modalidades, é irrecusável por parte do servidor e independe de prévia autorização de sua chefia imediata, a qual será oficialmente comunicada.

Parágrafo único. Qualquer solicitação de substituição de servidor designado só se dará mediante expressa manifestação da autoridade instauradora, após análise das razões apresentadas e avaliação do nome indicado para substituir o servidor requerente, observados os critérios expostos no artigo 49, § 1º desta Portaria.

Art. 51. Compete à secretaria da COGER promover a juntada aos autos do processo administrativo da portaria de designação da Comissão, atribuindo o mesmo ao Corregedor-Chefe para encaminhamento à CPAD ou Comissão de Sindicância, resguardado o caráter sigiloso.

Capítulo IV

Da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar

Art. 52. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 150, da Lei nº 8.112/90, exercerá suas atribuições com independência e imparcialidade, entendidas estas como a autonomia na busca da verdade real e vinculação exclusiva às provas dos autos para fins da conclusão constante do relatório final.

§ 1º. Os membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância estarão dispensados do registro de ponto e de suas atividades ordinárias, dedicando-se com exclusividade aos trabalhos da Comissão, conforme dispõe o § 1º do art. 152, da Lei nº 8.112/90, em conformidade com o cronograma de trabalho apresentado e encaminhado às suas chefias imediatas.

§ 2º. A distribuição de tarefas aos servidores que compõem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância deverá ser adequada às necessidades das apurações deflagradas, mediante requerimento formulado pelos membros e dirigido às suas chefias imediatas com cópia ao Corregedor-Chefe.

§ 3º. A Comissão designada desenvolverá seus trabalhos exclusivamente na apuração do(s) fato(s) apontado(s) na Nota Técnica de juízo de admissibilidade, excluída qualquer situação conexa.

Art. 53. Compete à Comissão de PAD ou Sindicância a atualização e alimentação do sistema CGU-PAD com os documentos exigidos até a entrega do relatório final.

Art. 54. A responsabilidade da Comissão de PAD ou de Sindicância pela apuração dos fatos tem seu início com a publicação da portaria de designação e se encerra com a entrega do relatório final à autoridade instauradora.

§ 1º Compete à Comissão Processante ou Sindicante a observância de todos os prazos estabelecidos na legislação ordinária e nesta Portaria, ainda que o ato a ser praticado seja privativo do Presidente da Comissão.

§ 2º. Não haverá interrupção ou suspensão dos trabalhos apuratórios, exceto por determinação judicial ou fundada em laudo médico pericial que ateste a impossibilidade do acusado em acompanhar o processo administrativo disciplinar.

§ 3º. Na hipótese de pedido de substituição de membro de Comissão já designada, o servidor só estará desincumbido de suas atribuições na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar após a publicação da portaria de substituição.

Art. 55. Todas as solicitações e requerimentos administrativos formulados pela Comissão de PAD ou Sindicância deverão ser precedidos de deliberação em ata e encaminhados às autoridades competentes pelo sistema SEI-Ibama ou por Ofício, quando se tratar de autoridades externas à Autarquia.

Art. 56. A Comissão de PAD deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa, concedendo acesso integral do processo administrativo ao acusado ou advogado regularmente constituído.

Parágrafo único. Qualquer requerimento formulado à COGER, à Administração do IBAMA ou às suas unidades se realizará por intermédio de concessão de acesso à autoridade destinatária da demanda, o qual, após atendimento, renunciará ao acesso concedido pela Comissão.

Art. 57. Não há hierarquia entre os membros da Comissão de PAD, de modo que, os atos de competência do presidente da Comissão poderão ser realizados pelos membros "De ordem".

Parágrafo único. Não importa em vício processual a assinatura posterior, por qualquer dos membros, de atas de deliberação, desde que tal não importe em violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Seção I

Da Instalação dos Trabalhos

Art. 58. Recebidos os autos do processo administrativo, a Comissão de PAD providenciará, in continenti, a juntada da decisão da autoridade instauradora, acompanhada da Nota Técnica que subsidiou o juízo de admissibilidade e a portaria de designação ao sistema CGU-PAD.

Art. 59. Toda a apuração se desenvolverá no processo administrativo para o qual foi concedido acesso à Comissão de PAD, em caráter sigiloso, sendo vedada a abertura de outro processo administrativo, exceto na hipótese prevista no artigo 29 desta Portaria.

§ 1º Os membros de comissão têm o dever de manter o sigilo necessário à elucidação do fato ou o exigido pelo interesse da Administração, sendo vedada a divulgação do relatório antes do julgamento.

§ 2º O sigilo de que trata o parágrafo anterior não envolve o planejamento dos atos a serem praticados pela comissão, que devem ser informados à autoridade instauradora para fins de planejamento orçamentário e financeiro e de reserva de recursos suficientes, sem a necessidade de se detalhar o ato a ser praticado, como a indicação das pessoas a serem ouvidas ou os locais das diligências a serem realizadas.

Art. 60. A instalação dos trabalhos se dará por intermédio da respectiva "Ata de Instalação", onde a Comissão deliberará por comunicar à autoridade instauradora o início dos trabalhos, designará um dos membros para exercer o encargo de secretário da Comissão e notificará o acusado para ter ciência da instauração do procedimento disciplinar.

§ 1º. A comunicação da instalação da Comissão à autoridade instauradora se efetivará com a juntada, aos autos eletrônicos, de ofício.

§ 2º. A notificação do acusado conterá:

a. notícia da instauração do processo administrativo disciplinar;

b. comunicação do direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório, pessoalmente ou por intermédio de advogado constituído;

c. concessão de prazo para apresentar "defesa prévia" e rol de testemunhas, este acompanhando de um breve arrazoado da utilidade da prova oral;

d. orientação para acesso ao processo administrativo junto ao sistema SEI-Ibama, inclusive acesso externo, se for o caso.

§ 3º. Não sendo possível que a notificação prévia de que trata o parágrafo anterior seja feita pelos membros da comissão, esta pode solicitar que o Corregedor-Geral, na Sede, ou os Superintendentes Estaduais, nos órgãos descentralizados, a depender do órgão de lotação do servidor a ser notificado, designe dois servidores com o fim de dar cumprimento a tal diligência, devendo estes observar o disposto nesta Portaria em relação ao ato.

§ 4º. Havendo recusa do acusado em receber a notificação prévia, será lavrado "Termo de Recusa" com data e hora da diligência, firmado pelos membros da comissão ou pelos servidores encarregados do ato, do qual constará, preferencialmente, a assinatura de 2 (duas) testemunhas, considerando-se desde logo notificado o servidor.

§ 5º. Antes da lavratura do Termo de Recusa, quando possível, o servidor encarregado pela notificação informará em voz audível ao acusado sobre o conteúdo da notificação, em especial quanto aos itens a seguir listados, registrando tal procedimento no termo:

a. quanto à instauração de PAD em seu desfavor;

b. quanto ao prazo de 10 (dez) dias corridos para a apresentação dos meios de prova que pretende produzir;

c. quanto à possibilidade de ser defendido por advogado, se preferir;

d. quanto à concessão de acesso ao processo administrativo eletrônico junto ao sistema SEI-Ibama.

§ 6º. Restando infrutíferas duas diligências de notificação prévia do acusado, a Comissão Processante oficiará o Chefe imediato do mesmo, informando-o sobre dia e hora em que se dará o cumprimento do mandado de notificação, devendo a Chefia informar ao servidor acusado para que se faça presente na repartição no dia e hora designados.

§ 7º. Na hipótese do acusado ser ex-servidor ou inativo e restando infrutíferas as diligências referidas no parágrafo anterior, a comissão expedirá notificação prévia ao acusado por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (A.R.), do tipo "Mão Própria", considerando realizada sua notificação a partir da data de juntada do A.R aos autos.

§ 8º. Encontrando-se o acusado em local incerto e não sabido, será procedida sua notificação por edital, o qual será publicado no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação do último domicílio conhecido do acusado e, ainda, no Boletim de Serviço do IBAMA, juntando-se prova dessas publicações nos autos do procedimento disciplinar, o qual deverá indicar:

I - a autoridade instauradora;

II - o número da portaria de instauração, com a data de sua publicação em boletim de serviço;

III - o nome completo, o cargo e a matrícula do acusado;

IV - a finalidade da notificação;

V - a sede e o horário dos trabalhos da comissão;

VI - o prazo de 05 (cinco) dias para início da instrução do procedimento disciplinar, independentemente do comparecimento do acusado ou da apresentação de defensor.

§ 9º. Havendo advogado constituído nos autos com poderes para receber as comunicações processuais, a notificação deste suprirá a do acusado, sempre que a comissão disciplinar não lograr êxito em notificar o servidor pessoalmente.

§ 10º. Todas as tentativas de cumprimento do mandado de notificação prévia que restarem infrutíferas deverão ser certificadas, indicando local, data e hora da diligência, pelos membros da comissão ou pelos servidores encarregados do ato, do qual constará, quando possível, a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 61. Apresentada ou não a "defesa prévia" pelo acusado, a Comissão deliberará, em ata, por elaboração de um cronograma de trabalhos até a entrega do relatório final, o qual será encaminhado à autoridade instauradora.

§ 1º. O cronograma de trabalho, em referência, também será encaminhado às chefias imediatas dos membros da Comissão, para fins de dispensa de ponto e exclusividade nos trabalhos apuratórios.

§ 2. A Comissão Processante vincula-se ao cronograma programação apresentado, pelo que as alterações que se fizerem pertinentes deverão ser motivadas e submetidas à aprovação do Corregedor-Chefe.

Seção II

Da Instrução Processual

Art. 62. Toda instrução processual será deliberada em ata e comunicada ao acusado ou seu representante legal, por intermédio de intimação, no prazo de 3 (três) dias úteis antes de sua realização, nos moldes previstos no § 2º, do artigo 26, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 1º. Quando a Comissão identificar a necessidade de ter assistência de técnicos e peritos, deverá solicitar à autoridade instauradora a sua designação, que se procederá por meio de portaria publicada no Boletim de Serviço.

§ 2º. A designação ou requisição de servidores para atuarem como defensores dativos, peritos, assistentes-técnicos ou secretários nos procedimentos e processos disciplinares constitui missão de caráter relevante e obrigatório, não podendo o servidor recusá-la, salvo nas hipóteses previstas em lei.

§ 3º Em caso de convocação ou designação de servidor para atuar em procedimentos e processos correcionais, caberá a sua Chefia imediata, se necessário, viabilizar meios de redistribuição de suas atividades ordinárias entre os demais membros do setor, de modo a não prejudicar o desempenho do servidor convocado/designado, nem a continuidade do serviço público, sem que isso implique em avaliação negativa daquele servidor.

Art. 63. Todos os meios de prova em direito admitidas, inclusive prova emprestada, poderão ser realizados em busca da verdade real no processo administrativo disciplinar.

§ 1º. Para a elucidação dos fatos, poderá ser acessado e monitorado, independentemente de notificação de investigado ou acusado, o conteúdo dos instrumentos de uso funcional de servidor ou empregado público, tais como, computador, dados de sistemas, correio eletrônico, agenda de compromissos, mobiliário e registro de ligações.

§ 2º. Sempre que as circunstâncias assim o exigirem, poderá ser solicitado, com fundamento no art. 198, §1º, inciso II, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o acesso às informações fiscais de investigado, acusado ou indiciado, ficando o órgão solicitante obrigado a preservar o sigilo fiscal das informações recebidas.

§ 3º. As solicitações de informações fiscais direcionadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil e demais órgãos de administração tributária serão expedidas pela autoridade instauradora ou aquela que tenha competência nos termos de regulamentação interna, devendo estar acompanhadas dos elementos comprobatórios para o atendimento do previsto no art. 198, § 1º, inciso II, da Lei nº 5.172, de 1966.

Art. 64. A Comissão Processante não suspenderá os trabalhos apuratórios por força de demora ou recusa na prestação de informações de qualquer autoridade pública, seja do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, ou mesmo da Polícia Federal, Civil ou Militar ou do Ministério Público Federal ou Estadual.

Parágrafo único. A prova emprestada solicitada a qualquer dos órgãos mencionados ou qualquer outro tem por finalidade corroborar ou complementar as provas já existentes nos autos do processo administrativo.

Art. 65. Cabe ao acusado a produção das provas que entende necessárias à sua defesa, só se admitindo a inversão desse ônus em desfavor da Comissão Processante ou da Administração, nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo 373, do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. Para inversão do ônus da prova, o acusado deverá demonstrar cabalmente a impossibilidade ou excessiva dificuldade na obtenção do elemento probatório pretendido, principalmente em função da Lei de Acesso à Informação.

Art. 66. É de competência exclusiva da Comissão Processante o deferimento das provas requeridas pelo acusado, observando-se o disposto no artigo 156, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, subsidiariamente, o artigo 374, do Código de Processo Civil.

§ 1º. Na hipótese de indeferimento de provas requeridas pelo acusado, a Comissão deverá motivar a decisão em ata de deliberação.

§ 2º. A Comissão Processante poderá indeferir prova oral quando esta tiver por fim desconstituir documento público oficial, exceto no caso de alegação de coação física ou moral.

§ 3º. Os fatos incontroversos ou que a Comissão Processante entender que já se acham devidamente provados nos autos não necessitam de outras provas.

Art. 67. Importa em vício insanável a realização de qualquer prova no processo administrativo disciplinar sem a observância do direito ao contraditório, atraindo o disposto no artigo 169, da Lei nº 8.112/90.

Art. 68. O último ato da instrução probatória será o interrogatório do acusado.

Parágrafo único. Antes da designação de data para o interrogatório do acusado, a Comissão deverá intimar o acusado se pretende produzir outras provas, a fim de se evitar a reabertura da instrução probatória após o interrogatório.

Art. 69. A Comissão Processante deverá priorizar a realização de provas orais por intermédio de sistema de videoconferência, podendo requerer à autoridade instauradora a designação de um secretário ad hoc na localidade onde se encontrar o acusado e/ou a testemunha ou solicitar o deslocamento de um dos membros da Comissão para o local da diligência, oportunidade em que os demais membros acompanharão por sistema de videoconferência.

§ 1º. Fica dispensada a observância do caput se em alguma das localidades relacionadas com a diligência não houver disponibilidade de sistema de videoconferência.

§ 2º. A Comissão tem o poder-dever de buscar auxílio junto a outros órgãos da Administração Pública Federal com o fim de utilização de sistema de videoconferência disponível.

Art. 70. A confissão é prova inequívoca de materialidade dos fatos e de autoria, sendo dispensada a produção de qualquer outra prova sobre os fatos, resguardado o direito de instrução probatória sobre fatos excludentes ou atenuantes suscitados pelo acusado.

Art. 71. Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos para instrução probatória no processo administrativo disciplinar os dispositivos previstos nos artigos 369 a 484, do Código de Processo Civil, além de outras normas legais ou infralegais tendentes à garantia do contraditório e da ampla defesa.

Subseção I

Do Remanejamento de Atividades e do Afastamento Preventivo

Art. 72. A Comissão Processante poderá, no interesse das investigações e observada a legislação, solicitar à autoridade competente que o servidor acusado seja remanejado para outro local de trabalho, no mesmo âmbito de sua lotação, em observância aos princípios da conveniência e oportunidade.

§ 1º. A solicitação referida no caput deste artigo se dará mediante despacho fundamentado no qual serão indicadas as razões do pleito, notadamente quanto à possibilidade de interferência do acusado nas investigações deflagradas.

§ 2º. Cessados os motivos que fundamentaram o remanejamento ou o afastamento preventivo, ou quando restar provada a inocência do servidor por meio de apuração disciplinar, o ato administrativo será revogado.

Art. 73. Como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá, mediante portaria, determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, nos termos do art. 147 da Lei n.º 8.112/90, ou o afastamento previsto no parágrafo único do art. 20 da Lei n.º 8.429/92.

§ 1º. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º. A medida cautelar objeto deste artigo somente será aplicada quando o remanejamento de atividades previsto no artigo anterior não for suficiente para impedir a influência do acusado na apuração da irregularidade.

§ 3º. A medida prevista neste artigo enseja o pleno afastamento do servidor, o qual não poderá ser remanejado para o desempenho de qualquer atividade administrativa durante o período de afastamento decretado.

§ 4º. O servidor afastado preventivamente permanecerá à disposição da comissão processante enquanto durar o processo, devendo o presidente estabelecer os critérios e o controle de sua apresentação perante o colegiado durante o período de afastamento.

Art. 74. Cessando os motivos que fundamentaram o afastamento preventivo, a autoridade revogará, a qualquer tempo, a medida cautelar.

Subseção II

Do Incidente de Sanidade Mental

Art. 75. A sanidade mental do acusado é, em regra, incidente processual de defesa, devendo ser alegado pelo interessado ou por quem o represente, podendo se dar em dois expedientes distintos, quais sejam:

a. para indicar impossibilidade total ou parcial do acusado de compreensão da irregularidade dos fatos em apuração, à época em que os mesmos ocorreram; ou,

b. para indicar a impossibilidade temporária ou definitiva do acusado em acompanhar o processo administrativo disciplinar.

Art. 76. Nos moldes do artigo 160, da Lei nº 8.112/90, e em caráter extraordinário, a Comissão Processante poderá propor à autoridade instauradora que o servidor acusado seja submetido a exame por Junta Médica Oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra, quando houver dúvida fundamentada de sua sanidade mental.

Parágrafo único. A instrução processual será interrompida apenas em relação ao servidor que a Junta Médica Oficial tenha concluído por sua incapacidade para acompanhar o feito.

Art. 77. Juntamente com os motivos que geraram a suspeita de insanidade mental do acusado, a comissão deverá elaborar quesitos a serem dirimidos pela Junta Médica Oficial, dentre eles:

I - quanto à integral ou parcial capacidade do servidor de entender o caráter ilícito do fato;

II - quanto à faculdade de determinar-se de acordo com a possível ilicitude do ato;

III - se o servidor tem desenvolvimento mental incompleto ou retardado;

IV - se o servidor, à época dos fatos, entendia o caráter ilícito da suposta irregularidade por ele cometida;

V - quanto ao atual estado de saúde mental do servidor e se ele possui capacidade para acompanhar oitivas e para ser interrogado.

Parágrafo único. Os autos do incidente de sanidade mental deverão ser apensados aos autos do procedimento disciplinar tão logo seja encerrado.

Seção III

Do Indiciamento e Da Defesa

Art. 78. Realizado o interrogatório do acusado, a Comissão, em ata de deliberação, declarará encerrada a instrução e concluirá:

a. pela elaboração de relatório final, na hipótese de não configuração da materialidade do fato ou comprovação da autoria;

b. pelo indiciamento, quando demonstrada a materialidade do fato e a autoria.

Art. 79. O Termo de Indiciação é obrigatório quando restar demonstrada a materialidade e a autoria em relação aos fatos investigados, e deverá conter:

a. o(s) fato(s) objeto da apuração, conforme Nota Técnica de juízo de admissibilidade;

b. a(s) prova(s) coligidas aos autos;

c. o nexo causal entre o(s) fato(s) apurados, as provas colacionadas e a responsabilidade do autor;

d. a tipificação da irregularidade, conforme os artigos 116, 117 e 132, da Lei nº 8.112/90;

e. a existência de agravantes, nos termos dos artigos 128 e 129, da Lei nº 8.112/90;

f. a determinação de citação do indiciado.

Art. 80. O Termo de Indiciação deverá ser minucioso e claro quanto aos fatos irregulares apurados, às provas dos mesmos e a responsabilidade do indiciado, tendo em vista o princípio in dubio pro reo que rege esta fase do processo disciplinar.

Parágrafo único. Compete à Comissão Processante fazer a enumeração precisa dos documentos e provas que fundamentaram o indiciamento, inclusive com a indicação de onde tais podem ser analisados nos autos do processo administrativo eletrônico.

Art. 81. O indiciado será citado para apresentar defesa escrita, nos termos do previsto no artigo 161, da Lei nº 8.112/90.

Parágrafo único. A ciência do mandado de citação, por parte do indiciado, deverá ser cabalmente demonstrada nos autos do processo administrativo disciplinar. A citação dar-se-á:

a. por entrega pessoal do mandado de citação ao indiciado ou ao seu representante legal com poderes específicos para receber citação;

b. por certidão de membro da Comissão Processante, acompanhada por assinatura de 2 (duas) testemunhas, quando da recusa do indiciado em receber o mandado de citação;

c. por qualquer meio oficial de comunicação interna do IBAMA onde reste demonstrado que o indiciado teve acesso ao mandado de citação.

Art. 82. A Comissão poderá, a pedido do indiciado, prorrogar o prazo de apresentação de defesa escrita.

Art. 83. Não apresentada defesa no prazo concedido ou se apresentada de forma inepta, a Comissão deliberará por solicitar à autoridade instauradora a designação de defensor dativo, não sendo admitida a conclusão do processo sem a apresentação da defesa escrita.

Parágrafo único. A designação de defensor dativo deverá ser comunicada, via intimação, ao acusado ou seu representante legal.

Seção IV

Do Relatório Final

Art. 84. O relatório final é documento opinativo elaborado pela Comissão Processante tendo como destinatário final a autoridade julgadora.

Art. 85. Apresentada a defesa escrita pelo indiciado, a Comissão elaborará relatório final que conterá, obrigatoriamente:

a. resumo dos fatos apurados no processo administrativo disciplinar;

b. cadeia de portarias que delegaram à Comissão Processante a competência para a apuração (indicação dos documentos no processo eletrônico);

c. a instrução probatória realizada pela Comissão Processante com indicação das principais peças que basearam o indiciamento;

d. resumo ou transcrição do termo de indiciação;

e. pontos suscitados na defesa escrita apresentada pelo indiciado;

f. confronto entre as razões de indiciamento e a defesa escrita apresentada, individualizando cada análise;

g. conclusão da Comissão Processante quanto à materialidade e responsabilidade do indiciado;

h. enquadramento das condutas irregulares nos dispositivos legais cabíveis, inclusive com indicação da penalidade cabível;

i. indicação das circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como a natureza e a gravidade da infração para os fins do artigo 128, da Lei nº 8.112/90;

j. indicação da data da ciência dos fatos pela autoridade instauradora e da publicação da portaria de designação da Comissão, para fins de análise da prescrição punitiva da Administração.

k. indicação de providências a serem adotadas pela Administração do IBAMA para adequação de procedimentos ou melhorias do trabalho;

l. sugestão de encaminhamento ao Ministério Público Federal em se tratando de infração disciplinar capitulada como crime.

Art. 86. O relatório final deve ser apresentado de forma concisa e objetiva, oferecendo à autoridade julgadora os elementos indispensáveis à compreensão dos fatos, à certificação da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa e à convicção quanto à coerência entre a materialidade dos fatos, o conjunto probatório e a conclusão da Comissão Processante.

Art. 87. É dispensável, no relatório final, a transcrição dos depoimentos prestados durante a instrução probatória, seja de testemunhas ou do interrogado, exceto daqueles trechos que fundamentarem a conclusão da Comissão Processante.

Art. 88. Todos os documentos e provas mencionados no relatório final deverão ser destacados pela ferramenta disponibilizada no sistema SEI-Ibama que remete diretamente às peças processuais constantes dos autos do processo administrativo (número de SEI).

Art. 89. A Comissão Processante deverá se debruçar sobre todos os argumentos de defesa apresentados pelo indiciado, realizando o cotejo com as razões do indiciamento e com as provas constantes dos autos do processo, concluindo, ao final, pelo acolhimento ou não da argumentação trazida.

Art. 90. A Comissão Processante deverá realizar o enquadramento dos fatos em todos os dispositivos legais concernentes à(s) irregularidade(s) constatadas e provadas nos autos, independentemente de absorção de uma penalidade por outra mais grave.

Art. 91. A Comissão Processante, no caso de enquadramento que implique em penalidade de suspensão, poderá sugerir o prazo da aplicação da pena.

Art. 92. Na hipótese de conclusão da Comissão Processante pelo enquadramento legal em qualquer dos incisos positivados no artigo 132, da Lei nº 8.112/90 não se aplica o disposto no artigo 128, do mesmo diploma legal.

Art. 93. A Comissão Processante deverá tratar, a título informativo, da prescrição da pretensão punitiva da Administração, indicando a data de ciência dos fatos pela autoridade instauradora, da publicação da portaria originária que designou a Comissão Processante e os prazos prescricionais, nos moldes do artigo 142, da Lei nº 8.112/90.

Art. 94. Concluído o relatório final, a Comissão Processante providenciará a juntada ao sistema CGU-PAD de todos os documentos exigidos pela Corregedoria-Geral da União, incluindo o relatório final.

Art. 95. Encerrados os trabalhos, a Comissão Processante enviará o processo administrativo com relatório final à autoridade instauradora para os fins previstos nos artigos 167 e seguintes da Lei nº 8.112/90.

§ 1º. Com a entrega do relatório final, a Comissão Processante se desfaz, devendo seus membros renunciarem à credencial de acesso ao processo administrativo sigiloso.

§ 2º. É vedado aos membros da Comissão Processante ou a qualquer outro servidor dar a conhecer o conteúdo do relatório final ao acusado ou a qualquer interessado antes do efetivo julgamento pela autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

Seção V

Dos Requerimentos Administrativos da Comissão de PAD ou Sindicância

Art. 96. Todos os requerimentos formulados pela Comissão de PAD à autoridade instauradora ou a outras autoridades da Administração Pública deverão ser previamente deliberados em ata e juntadas aos autos do processo administrativo eletrônico.

§ 1º. As demandas encaminhadas a qualquer unidade do IBAMA deverão se dar por intermédio do sistema SEI-Ibama com permissão de credencial de acesso ao processo sigiloso, concedida diretamente ao servidor responsável por prestar a informação requerida pela Comissão.

§ 2º. As demandas externas ao IBAMA deverão ser formalizadas por ofício dirigido à autoridade competente para fornecer os dados ou informações requeridas, o qual poderá ser encaminhado em documento físico ou por e-mail institucional, devendo o documento ser juntado aos autos do processo administrativo eletrônico.

Art. 97. Constitui direito do acusado no processo administrativo disciplinar ter ciência de toda e qualquer diligência realizada ou solicitada pela Comissão Processante, inclusive quanto ao seu conteúdo, devendo ser oportunizada vista ou manifestação antes da realização do interrogatório.

Art. 98. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá solicitar prorrogação do prazo de apuração ou sua recondução sempre que necessário à conclusão dos trabalhos.

§ 1º. Qualquer requerimento de prorrogação de prazo ou recondução da Comissão deverá constar de ata de deliberação.

§ 2º. A prorrogação do prazo de condução dos trabalhos deverá ser requerida e publicada em boletim de serviço interno antes do vencimento da portaria que designou a Comissão Processante ou Sindicante.

§ 3º. Vencida a portaria de prorrogação de prazo e havendo necessidade, os trabalhos apuratórios continuarão por intermédio de portarias de recondução da Comissão Processante ou Sindicante, cujo requerimento deve ser efetivado antes do termo de vigência da portaria vigente.

§ 4º. Para os fins de prorrogação ou recondução da Comissão Processante ou Sindicante, a Comissão deverá instruir o requerimento com relatório sucinto relatando as diligências já realizadas e as previstas para o período de vigência da portaria requerida.

Art. 99. As solicitações de deslocamento dos membros da Comissão para instrução do processo administrativo disciplinar devem ser feitas em formulário próprio disponibilizado no sistema SEI-Ibama, dirigidas ao Corregedor-Chefe, sempre fazendo indicação precisa do processo administrativo onde se dará a diligência.

Parágrafo único. Os deslocamentos serão autorizados para realização de diligências de instrução probatória oral, tais como oitiva de testemunhas e interrogatório, observados os seguintes critérios:

a. inexistência de equipamento para videoconferência em pelo menos uma das unidades do IBAMA envolvidas na diligência;

b. não recomendação de realização de oitiva por sistema de videoconferência em face da complexidade dos fatos em apuração, o que deverá ser justificado pela Comissão no requerimento;

c. prioridade para deslocamento de um dos membros da Comissão com o acompanhamento dos demais por sistema de videoconferência;

d. solicitação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes da viagem;

e. comprovação da efetiva intimação das testemunhas e do acusado acerca da realização das oitivas.

Art. 100. As diligências de instrução probatória que envolvam deslocamentos do(s) membro(s) da Comissão deverão se concentrar, dentro do possível, no período de segunda a sexta-feira.

Parágrafo único. O deferimento de deslocamentos com início ou término em fins de semana ou por mais de cinco dias só se dará excepcionalmente e mediante justificativa escrita a ser analisada e autorizada pelo Corregedor-Chefe.

Capítulo V

Do Julgamento

Art. 101. Os procedimentos de julgamento do processo administrativo disciplinar ou sindicância obedecerão ao disposto nos artigos 167 a 171, da Lei nº 8.112/90.

Art. 102. A competência para o julgamento do processo administrativo disciplinar, da sindicância investigativa ou patrimonial e do processo administrativo de responsabilização obedecerá ao disposto no Título II desta Portaria.

Art. 103. Em se tratando de sugestão de aplicação de penalidade prevista no artigo 127, da Lei nº 8.112/90, o processo administrativo será encaminhado à Procuradoria Federal Especializada para elaboração de parecer jurídico.

Art. 104. Em se tratando de sugestão de aplicação de penalidade, cujo julgamento é de competência do Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, observar-se-á o disposto no art. 8º, inciso I, letra "s" desta Portaria.

Art. 105. O não acatamento do relatório final importará na designação de nova Comissão Processante nas seguintes hipóteses:

a. violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa;

b. falta de instrução probatória;

c. ausência de indiciamento quando constatada a materialidade e a autoria das irregularidades investigadas;

d. vício insanável.

Art. 106. Na hipótese de discordância da autoridade julgadora à conclusão contida no relatório final apresentado pela Comissão Processante, e tendo havido o indiciamento do servidor, a autoridade julgadora observará, no que couber, o disposto no parágrafo único do artigo 168, da Lei nº 8.112/90.

Art. 107. Efetuado o julgamento pela autoridade competente, a decisão será juntada ao sistema CGU-PAD, incluindo a portaria de aplicação de penalidade, se for o caso.

§ 1º. Os autos do processo administrativo disciplinar serão arquivados na Corregedoria do IBAMA, ainda que a decisão tenha sido proferida pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2º. A secretaria da COGER adotará as providências necessárias no sentido de dar conhecimento do julgamento proferido, inclusive do parecer jurídico exarado, aos membros da Comissão Processante.

Capítulo VI

Dos Recursos

Art. 108. Das penalidades aplicadas caberá pedido de reconsideração para a autoridade que proferiu a decisão, na forma dos artigos 104 e seguintes da Lei nº 8.112/90.

Art. 109. Caberá recurso hierárquico ao Presidente do IBAMA, na hipótese de não acolhimento do pedido de reconsideração previsto no artigo anterior, na forma dos artigos 104 e seguintes da Lei nº 8.112/90 e, subsidiariamente, o que dispõe os artigos 56 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 110. Caberá pedido de revisão do processo, a pedido ou de ofício, na forma dos artigos 174 a 182 da Lei nº 8.112/90, o qual deverá ser dirigido ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Admitido o pedido de revisão pelo Chefe da Pasta Ministerial, o processo será encaminhado à Corregedoria do Ibama para designação de Comissão Processante Revisional.

TÍTULO V

DOS DEMAIS INSTRUMENTOS GERENCIAIS

Capítulo I

Do Termo de Ajustamento de Conduta

Art. 111. Nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo ou de extravio ou dano a bem público, será celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), desde que atendidos os requisitos previstos na Instrução Normativa CGU nº 4, de 21 de fevereiro de 2020.

Art. 112. O Termo de Ajustamento de Conduta importa em ato administrativo voltado à resolução consensual de conflitos celebrado entre o servidor e a Administração, sem que tal importe em reconhecimento da prática faltosa.

Parágrafo único. O compromisso a ser firmado pelo servidor deve ter como finalidade reparar o possível dano funcional causado e viabilizar o bom andamento de suas atribuições, respeitados os deveres e observadas as proibições estabelecidas na legislação vigente.

Art. 113. Em qualquer hipótese, a celebração do TAC será regida pelas normas exaradas pela Corregedoria-Geral da União, com prevalência destas sobre o contido nesta Portaria.

Capítulo III
Da Certidão Disciplinar
Art. 114. A "Certidão Disciplinar" consiste em documento expedido pela unidade seccional correcional - COGER, no qual deve ser informado se determinado servidor responde ou não a sindicância ou processo administrativo disciplinar.
§ 1º Somente constarão da Certidão Disciplinar os procedimentos a que o servidor esteja respondendo na data da expedição do documento.
§ 2º Para efeito de emissão de certidão disciplinar, entende-se que o servidor está respondendo a processo ou sindicância acusatória se houver Comissão Processante ou Sindicante designada por intermédio de portaria da autoridade competente.
Art. 115. A Certidão Disciplinar será expedida a pedido do servidor ou de qualquer unidade administrativa do IBAMA, indicada a finalidade do requerimento.
Art. 116. As informações referentes às denúncias anônimas, aos Procedimentos Preliminares e às notícias de irregularidades existentes contra servidores do IBAMA serão prestadas pela Corregedoria, em caráter sigiloso, quando fundamentada e motivadamente solicitadas por autoridade pública.
Parágrafo único. Apresentado o pedido de informação na forma do caput, a resposta negativa deve ser sempre motivada e fundamentada.
Art. 117. As informações referentes às penalidades aplicadas serão prestadas diretamente pela unidade de Gestão de Pessoas do IBAMA.
Art. 118. A Certidão Disciplinar deverá ser expedida no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento da solicitação na unidade correcional competente, conforme disposto no artigo 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995.
Parágrafo único. O prazo previsto no artigo anterior poderá ser ajustado para atender necessidade apresentada pela Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA, visando o atendimento de prazos judiciais ou requisições do Ministério Público Federal.
Capítulo IV
Do Relatório Correcional
Art. 119. O relatório correcional consiste em documento elaborado pela COGER, contendo os dados dos processos e procedimentos correcionais em andamento, o qual deverá ser encaminhado trimestralmente ao Corregedor-Chefe para elaboração de informações estatísticas e para possibilitar a gestão da atividade disciplinar.
Parágrafo único. Os relatórios correcionais deverão ser encaminhados ao Corregedor-Chefe por intermédio de processo administrativo autuado junto ao sistema SEI-Ibama.
Capítulo V
Do Orçamento Para as Atividades Correcionais
Art. 120. Os recursos para deslocamento dos membros das Comissões serão alocados de acordo com a previsão orçamentária apresentada pela Corregedoria anualmente à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística.
Art. 121. Para o desenvolvimento das atividades correcionais, a Corregedoria terá recursos especialmente designados no planejamento orçamentário do IBAMA e reservados no início do exercício financeiro por ato do Presidente da Autarquia, logo após a edição do decreto de programação orçamentária e financeira do Governo Federal, cuja gestão e controle orçamentários serão feitos pelo Corregedor-Chefe.
§ 1º A fim de não haver prejuízos às atividades de correição, o orçamento não será inferior ao do ano anterior, podendo ser maior que este, salvo circunstância devidamente justificada.
§ 2º Havendo contingenciamento de recursos orçamentários pelo Governo Federal com impacto no IBAMA, os valores reservados na forma do caput poderão ser ajustados através da edição de novo ato do Presidente devidamente fundamentado.
Art. 122. As solicitações de autorização para deslocamento, concessão de bilhetes de passagens aéreas ou terrestres e de diárias devem ser feitas pelo Presidente da Comissão, discriminadamente, ao Corregedor-Chefe, observados os requisitos mencionados no art. 99, desta Portaria.
Capítulo VI
Dos Procedimentos de Inserção de Dados aos Sistemas
Art. 123. Recebida a notícia de irregularidade, a secretaria da COGER autuará o processo no sistema SEI-Ibama, classificando-o como sigiloso, e inserindo todos os documentos que acompanharem a denúncia ou representação.
Art. 124. Havendo outros processos administrativos autuados e que se vinculem à apuração deflagrada, seja em sede de juízo de admissibilidade ou em processo administrativo disciplinar propriamente dito, estes deverão ser "relacionados" ao procedimento disciplinar principal e nunca anexados, em razão do caráter sigiloso da tramitação.
Art. 125. A credencial de acesso a processos administrativos disciplinares sigilosos será permanente para o Corregedor-Chefe.
§ 1º. A credencial de acesso aos processos administrativos de competência da COGER será temporária na forma e hipóteses seguintes:
a. à secretaria da COGER - para providências administrativas, tais como, publicação de portarias, procedimentos administrativos para deslocamentos, atendimento de demandas das Comissões Disciplinares, dentre outras;
b. ao GTT - Juízo de Admissibilidade - durante a análise dos fatos para fins de elaboração de Nota Técnica de Juízo de Admissibilidade;
c. à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância - desde a publicação da portaria de designação até a entrega do relatório final;
d. aos servidores ou autoridades do IBAMA - quando demandados pela COGER ou pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância para fins de instrução do processo;
e. ao acusado e/ou seu representante legal - desde a notificação prévia até a apresentação da defesa escrita ou termo de interrogatório, conforme for o caso.
§ 2º. Compete a cada um dos servidores indicados nas letras "a" a "d" deste artigo renunciar à credencial de acesso após o atendimento da demanda ou conclusão de suas atribuições junto ao processo administrativo sigiloso.
§ 3º. Compete à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar cassar o acesso ao acusado e/ou seu representante legal findas as investigações, nos moldes da letra "e" retro.
Art. 126. As solicitações de cópia dos processos administrativos em trâmite ou arquivados na COGER serão analisadas pelo Corregedor-Chefe.
Parágrafo único. As solicitações de cópias ou informações acerca de processos administrativos disciplinares instaurados e em andamento serão encaminhadas à Comissão Processante para análise quanto à pertinência e oportunidade de atendimento.
Art. 127. O peticionamento eletrônico junto ao processo administrativo disciplinar por usuários externos seguirão os normativos internos do IBAMA sobre o procedimento.
Parágrafo único. Os documentos físicos recebidos pelo SEDIN que se refiram a processos administrativos disciplinares deverão ser autuados junto ao sistema SEI-Ibama e encaminhados à Corregedoria, vedada a inclusão destes documentos diretamente no processo administrativo disciplinar.
Art. 128. Para fins de gestão documental, a secretaria da COGER criará um bloco interno, no sistema SEI-Ibama, denominado "Denúncias Arquivadas", para o qual devem ser direcionadas as denúncias recepcionadas e arquivadas, após despacho do Corregedor-Chefe.
TÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES NA CORREGEDORIA
Capítulo I
Do Corregedor-Chefe Substituto
Art. 129. Para o cumprimento das atividades correcionais, a Corregedoria contará com um quadro próprio de servidores lotados e em exercício na COGER, além de outros servidores que, embora lotados e em exercício em outras unidades estaduais do IBAMA, estarão vinculados técnica e administrativamente à Corregedoria.
Parágrafo único. O Corregedor-Chefe, no uso do poder hierárquico que é próprio da Administração Pública, poderá, através de instrumento adequado, distribuir internamente, entre os servidores lotados na Corregedoria, as atividades que são afetas às suas competências, a fim de conferir à sua execução maior eficiência, qualidade e efetividade.
Art. 130. Ao Corregedor-Chefe substituto compete:
I - substituir o Corregedor-Chefe em suas ausências legais, bem como atuar nas demandas que lhe forem repassadas pelo mesmo;

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 852, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Aprova o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro/RO (Processo nº 02070.006371/2018-34)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 1.690/Casa Civil, publicada no Diário Oficial da União Extra de 30 de abril de 2019, resolve:
Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro, localizada estado de Rondônia, constante no processo n.º 02070.006371/2018-34.
Art. 2º Tornar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro, impresso e em meio digital, na sede da Unidade de Conservação e no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na internet.
Parágrafo único. Os arquivos digitais, em formato shapefile e kml, com os limites das zonas de manejo da UC serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.
Art. 3º O Plano de Manejo da Floresta Nacional do Bom Futuro foi aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio, conforme estabelecido pela Portaria n° 298, de 26 de junho de 2019.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

HOMERO DE GIORGE CERQUEIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.126, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº 48500.003475/2020-03. Interessado: Cavernoso III Energia SPE Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Cavernoso III , CEG nº PCH.PH.PR.037314-1.01, localizada nos municípios de Candói, Cantagalo e Virmond, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução, e seus anexos, constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.128, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo nº: 48500.002366/2016-84. Interessado: Foz do Santana Geração de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública complementar as áreas necessárias à implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Foz do Santana, CEG PCH.PH.PR.035443-0.01, localizada nos localizadas nos municípios de São João e Itapejara do Oeste, no estado do Paraná . A íntegra desta Resolução, e seus anexos, constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.132, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.004197/2020-01. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Igaraçu do Tietê, localizada no município de Igaraçu do Tietê, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.140, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.005314/2017-41. Interessada: EDP Transmissão Litoral Sul S.A. Objeto: Alterar o Anexo da Resolução Autorizativa nº 6.686, de 17 de outubro de 2017, que trata da declaração de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da EDP Transmissão Litoral Sul S.A., de área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Atlântida 2 - Torres 2, localizada nos municípios de Xangri-lá, Capão da Canoa, Terra de Areia, Três Forquilhas, Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara e Torres, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.142, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:
Processo: 48500.002490/2019-92. Interessada: Chimarrão Transmissora de Energia S.A. Objeto: Altera o Anexo da Resolução Autorizativa nº 7.863, de 4 de junho de 2019, que trata da declaração de utilidade pública, em favor da Chimarrão Transmissora de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 525 kV Guaíba 3 - Gravataí C1, localizada os municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Portão, Sapucaia do Sul e Gravataí, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.144, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.006408/2019-07. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: Alterar o Anexo II da Resolução Autorizativa nº 8.532, de 21 de janeiro de 2020, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Vila Carli - Ibema Papel, localizada nos municípios de Guarapuava e Turvo, no estado do Paraná. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

PORTARIA Nº 6.463, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, de acordo com deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I CD II	01 04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I CGE II CGE III CGE IV	19 03 19 13
ASSESSORIA	CA I CA II CA III	08 03 17
ASSISTÊNCIA	CAS I CAS II	01 02
TÉCNICO	CCT V CCT IV CCT III CCT II CCT I	18 86 02 44 53

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.374.423,79 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.315, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.001058/2018-01, decide (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - Eletrobras CGTEE; e (ii) estabelecer que o ressarcimento decorrente do não atendimento à inflexibilidade contratual do ano de 2017 pela Eletrobras CGTEE ocorra em 6 (seis) parcelas mensais, nas apurações da receita de venda mensal dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs por disponibilidade, procedidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, nos termos do Submódulo 3.5 dos Procedimentos de Comercialização, acrescidos de atualização monetária pelo IGP-M e juros de mora de 1% ao mês, pro rata die.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO N° 2.318, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002604/2017-32, decide declarar a perda de objeto do requerimento administrativo interposto pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, com vistas a assinatura de aditivo contratual, por restar exaurida sua finalidade, nos termos do art. 14 da Norma de Organização ANEEL n° 001, aprovada pela Resolução Normativa n° 273, de 2007.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

DESPACHO Nº 2.322, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.002496/2020-01 decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Central Energética Vale do Jequiá Ltda. em face do Despacho nº 9, de 2020, emitido pela Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, que fixou o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, relativo ao exercício de 2020 para autoprodutores e produtores independentes de energia elétrica.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.323, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002846/2020-21, decide não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pelo Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa Mato Grosso do Sul - Concen, em face da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre a Conta-COVID, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes, pois interposto contra ato normativo, de caráter geral e abstrato, editado pela Agência.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.327, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 29000.006307/1991-25, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela empresa Enercoop Ltda. em face do Despacho nº 4.287, de 2017, que indeferiu o pedido de extinção da concessão referente à Pequena Central Hidrelétrica - PCH Salto Belo, localizada na Fazenda Itaquerê, município de Novo São Joaquim, estado do Mato Grosso.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.329, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo 48500.003529/2020-22 decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Impugnação interposto pela Fibraplac Painéis de Madeira S.A., em face da decisão proferida pelo Conselho de Administração - CAD, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em sua 1.120ª Reunião, que deliberou pelo desligamento da Fibraplac por descumprimento de pagamento da penalidade por insuficiência de lastro; (ii) declarar, por exaurimento da finalidade, a perda de objeto do pedido de Medida Cautelar apresentado pela Fibraplac, com fulcro no artigo 52 da Lei nº 9.784, de 1999, c/c o artigo 14, caput, da Norma de Organização ANEEL nº 001, com redação dada pelo Anexo da REN nº 273, de 2007; (iii) indeferir o pleito para redução da penalidade imposta pela CCEE; (iv) autorizar o parcelamento da dívida em 6 (seis) vezes mensais, acrescidas de atualização monetária pelo IGP-M e juros de mora de 1% pro rata die sobre o saldo devedor, condicionada à desistência da ação judicial e com vencimento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias após a publicação desse Despacho; e (v) determinar que a CCEE suspenda o procedimento de desligamento enquanto a Fibraplac estiver adimplindo com suas obrigações parceladas, caso contrário, o desligamento deve ser efetuado.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.925, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº: 48500.002008/2020-58. Interessado: Azulão Geração de Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas da UTE Jaguatirica II, cadastrada sob o CEG nº UTE.GN.RR.044619-0.01, localizada no município de Boa Vista, estado de Roraima. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.265, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processos nºs: 48500.001957/2015-53, 48500.001954/2015-10, 48500.001955/2015-64 e 48500.001962/2015-66. Interessados: Central Eólica Santo Agostinho 13 Ltda., Central Eólica Santo Agostinho 14 Ltda., Central Eólica Santo Agostinho 15 Ltda. e Central Eólica Santo Agostinho 16 Ltda. Decisão: a) negar o pedido de emissão de DRO para as EOL Santo Agostinho 13 a 16, pertencentes respectivamente às Santo Agostinho 13 a 16, em razão da não apresentação da Declaração de Ciência de Proposta de Implantação de Novo Parque Eólico e b) estabelecer que, caso as Interessadas queiram retomar o pedido de emissão de DRO para as citadas usinas deverá 1) apresentar a Declaração de Ciência de Proposta de Implantação de Novo Parque Eólico a ser emitida pela Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A., ou, em caso de dissensão, aplicar a sistemática prevista no item 11 do Anexo I da REN nº 876, de 2020, ou 2) definir nova localização para os empreendimentos, de maneira a não interferir em outras centrais geradoras eólicas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.320, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 48500.001376/2008-92. Interessado: Ponte Serrada Geração de Energia S.A. Decisão: alterar as características técnicas e o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Ponte Serrada, cadastrada no CEG sob o nº PCH.PH.SC.033228-3.01. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No resumo do Despacho nº 2.134, de 21 de julho de 2020, constante do Processo nº 48500.003643/2000-00, publicado no DOU de 06 de agosto de 2020, Seção 1, p. 45, v. 158, n. 150, onde se lê: "Despacho de 30 de junho de 2020" leia-se: "Despacho de 21 de julho de 2020". A íntegra desta Retificação consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.334, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 48500.003863/2020-86. Interessada: Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. Decisão: Anuir previamente ao Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre a Interessada (contratante) e a State Grid Serviços de Engenharia S.A (contratada). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

DESPACHO Nº 2.335, DE 6 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº 48500.003864/2020-21. Interessada: Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. Decisão: Anuir previamente ao Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado entre a Interessada (contratante) e a State Grid Serviços de Engenharia S.A (contratada). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.359, DE 12 AGOSTO DE 2020

Processo n. 48500.004352/2019-48. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de JUNHO de 2020. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de SETEMBRO de 2020. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.360, DE 12 AGOSTO DE 2020

Processo n. 48500.004668/2019-30. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de OUTUBRO de 2020. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de SETEMBRO de 2020. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.343, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Processo nº: 48500.006429/2019-14 Interessado: Elektro Eletricidade e Serviços S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 10.571.327,36 (dez milhões, quinhentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos), e a glosa de R$ 23.386,00 (vinte e três mil, trezentos e oitenta e seis reais) na realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0385-0002/2008; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 133/20120

FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA (5.49)

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução

Notificado: Mineração Maracá Ind. E Comércio S.A.Processo de Cobrança n.º 960.127/2018

CNPJ/CPF: 86.902.053/0001-13 NFLDP nº 189/2018

Valor: R$ 57.840.899,88 Parecer Técnico: 22/2020

Notificado: Mineração Maracá Ind. E Comércio S.A. Processo de Cobrança n.º 960.136/2018

CNPJ/CPF: 86.902.053/0001-13 NFLDP nº 190/2018

Valor: R$ 3.030.726,32 Parecer Técnico: 21/2020

EDUARDO ÁLVARO PINTO DE FREITAS NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 359/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)

864.119/2020 - MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA - ALVARÁ Nº 3199/2020 - Destacado do Processo 864.071/2019 - ALVARÁ Nº 6152/2019 - Vencimento em 29/10/2022

868.063/2020 - MICHEL ISSA FILHO - ALVARÁ Nº 3200/2020 - Destacado do Processo 868.091/2018 - ALVARÁ Nº 7353/2018 - Vencimento em 19/09/2020

810.409/2020 - CLEVERSON PEREIRA BORGES - ALVARÁ Nº 3198/2020 - Destacado do Processo 810.689/2018 - ALVARÁ Nº 8724/2018 - Vencimento em 09/11/2020

871.551/2019 - CERÂMICA RIO DAS CONTAS LTDA. - ALVARÁ Nº 3197/2020 - Destacado do Processo 871.335/2018 - ALVARÁ Nº 4183/2019 - Vencimento em 30/07/2022

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 360/2020

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

864.161/2015-NORBERTO GUIMARÃES NETO-ALVARÁ N° 5975 Publicado DOU de 25/07/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 401,54 ha...'', Leia-se:'' ... numa área de 352,46 ha...''

864.344/2018-ELIAS ASSAD CHEDID NETO-ALVARÁ N° 2134 Publicado DOU de 29/04/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 1433,81 ha...'', Leia-se:'' ... numa área de 1383,82 ha...''

864.125/2017-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-ALVARÁ N° 3096 Publicado DOU de 25/04/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 728,13 ha, ...''; Leia-se:'' ... numa área de 631,61 ha...''

820.769/2018-CICERO FERREIRA DE SOUZA-ALVARÁ N° 2783 Publicado DOU de 20/05/2019- Onde se lê: ... numa área de 626,03 ha...''; Leia-se: ... numa área de 576,03 ha...''

866.915/2014-FERDINANDO CARVALHO GUIMARÃES-ALVARÁ N° 4620 Publicado DOU de 09/07/2015- Onde se lê:'' ... numa área de 399,2 ha...''; Leia-se: ... numa área de 359,71 ha...''

866.500/2014-BMM PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA-ALVARÁ N° 1663 Publicado DOU de 07/03/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 5987,32 ha...''; Leia-se: ... numa área de 5792,32 ha...''

868.052/2018-ITALIVIO COELHO NETO-ALVARÁ N° 999 Publicado DOU de 14/03/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 880,76 ha...''; Leia-se: ... numa área de 782,8 ha...''

820.195/2017-P J TEIXEIRA DE SOUZA ME-ALVARÁ N° 3295 Publicado DOU de 14/05/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 2000 ha...''; Leia-se: ... numa área de 1257,07 ha...''

848.178/2018-PAPAIZ EMPREENDIMENTOS LTDA ME-ALVARÁ N° 6818 Publicado DOU de 06/09/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 711,74 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 675,2 ha...''

811.384/2015-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-ALVARÁ N° 4124 Publicado DOU de 30/07/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 1508,17 ha...''; Leia-se: ... numa área de 1160,01 ha...''

864.085/2018-MINERADORA MORRO DA ONÇA EIRELI-ALVARÁ N° 4774 Publicado DOU de 21/06/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 249,13 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 199,74 ha...''

864.337/2012-JOSE ROBERTO BARNABE-ALVARÁ N° 12447 Publicado DOU de 16/10/2015- Onde se lê:'' ... numa área de 106,62 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 46,18 ha...''

864.142/2017-MINERADORA MORRO DA ONÇA EIRELI-ALVARÁ N° 8770 Publicado DOU de 04/12/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 339,61 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 290,51 ha...''

866.884/2018-JOÃO GIMENES RODRIGUES-ALVARÁ N° 1508 Publicado DOU de 03/04/2019- Onde se lê:'' ... numa área de 601,47 ha...''; Leia-se: ... numa área de 551,51 ha...''

860.925/2019-WALDIVINO NUNES DOS SANTOS-ALVARÁ N° 508 Publicado DOU de 05/30/2020- Onde se lê:'' ... numa área de 1989,2 ha...''; Leia-se: ... numa área de 1939,43 ha...''

867.236/2017-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.-ALVARÁ N° 7287 Publicado DOU de 19/09/2018- Onde se lê: ... numa área de 4542,68 h...''; Leia-se: ... numa área de 4520,16 ha...''

866.217/2018-R. CAMPAGNOLO & CIA ME-ALVARÁ N° 5799 Publicado DOU de 31/07/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 843,75 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 445,43 ha...''

810.684/2018-DARCI ANTONIO CARNIEL MARQUETTO-ALVARÁ N° 8721 Publicado DOU de 09/11/2018- Onde se lê:'' ... numa área de 45,07 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 40,35 ha...''

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 146/2019

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

815.265/2019-GENOIR SOARES-OF. N°95/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

815.320/2019-LAIS DE OLIVEIRA GONÇALVES EPP

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

815.085/2015-EDUARDO PEREIRA KREBS-OF. N°91/2019/DIREM - SC/GER - SC

815.086/2015-EDUARDO PEREIRA KREBS-OF. N°94/2019/DIREM - SC/GER - SC

815.030/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-OF. N°15/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.039/2018-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°16/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.147/2018-GEOENVI GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°18/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.308/2018-SÃO GABRIEL MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°19/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

Intima para defesa caducidade/nulidade do titulo-Prazo 60 dias(266)

815.298/2018-MINÉRIOS BRASIL ARGILAS INDUSTRIAIS EIRELI-OF. N°11/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.405/2018-MARCELO DE SOUSA TRANSPORTES ME-OF. N°8/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.448/2018-NELSON HANSEN-OF. N°Ofício nº 9/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

815.618/2018-ARGISUL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°13/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

815.139/1993-MINERAÇÃO E PESQUISA BRASILEIRA LTDA.-OF. N°22/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

816.123/1995-PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°194/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.207/2007-VERDE VALE GRAMAS E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°199/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.511/2011-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°232/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.726/2012-BLAUDINEI NUNES GONÇALVEZ-OF. N°66/2019/GER - SC

815.726/2012-BLAUDINEI NUNES GONÇALVEZ-OF. N°66/2019/GER - SC

815.445/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°21/2019/CAREAS - SC/DIREM - SC/GER - SC

Nega anuência prévia aos atos de cessão parcial do requerimento de lavra(603)

815.726/2012-BLAUDINEI NUNES GONÇALVEZ- Cessionário:815.320/2019-Lais de Oliveira Gonçalves Epp - CNPJ nº 05.004.967/0001-65

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

815.397/2012-SX TRANSPORTE E EXTRAÇÃO DE AREIAS E CASCALHOS LTDA-SÃO JOÃO BATISTA/SC - Guia n° 190/DIREM - SC/2019-36.000toneladas/ano-Areia-Validade:21/12/2021

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)

816.102/2013-Carbonífera Siderópolis Ltda- AI N°423/2019/GER - SC/UAC - SC e 424/2019/GER - SC/UAC - SC

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

815.151/2004-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°241/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.777/2010-JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA. EPP-OF. N°229/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.099/2011-CERÂMICA E MINERAÇÃO SILVA LTDA-OF. N°231/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

003.668/1961-MINERAÇÃO NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA-OF. N°235/2019/DIFAM - SC/GER - SC

820.968/1972-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°195/2019/DIFAM - SC/GER - SC e 196/2019/DIFAM - SC/GER - SC

800.489/1975-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.-OF. N°197/2019/DIFAM - SC/GER - SC e 198/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.566/2007-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-OF. N°239/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.098/2009-FLORESTAL GATEADOS LTDA.-OF. N°243/2019/DIFAM - SC/GER - SC

815.631/2013-REGINALDO LUZ DA SILVA TRANSPORTES ME-OF. N°245/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

815.480/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença N° 915/2001 - Vencimento em 27/07/2020

815.001/2003-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1041/2003 - Vencimento em 11/10/2024

815.002/2003-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1042/2003 - Vencimento em 11/10/2024

815.196/2004-MARIA DOLORES ZANCANELA ME- Registro de Licença N° 1134/2006 - Vencimento em 11/07/2021

815.566/2007-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Registro de Licença N° 1330/2007 - Vencimento em 08/07/2023

815.098/2009-FLORESTAL GATEADOS LTDA.- Registro de Licença N° 1415/2009 - Vencimento em 07/10/2039

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

815.378/2019-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA-OF. N°230/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(1204)

815.001/2003-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

815.002/2003-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA

Fase de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)

815.403/2014-PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA-OF. N°241/2019/DIFAM - SC/GER - SC

Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)
815.142/2019-TRANSPORTADORA SÃO ROQUE LTDA-Of. exigência nº 225/2019/DIFAM - SC/GER - SC - Prazo: 60 (sessenta) dias.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.488/2018-MATEU ANGELO ROMANI-OF. N°244/2019/DIFAM - SC/GER - SC

MARCUS GERALDO ZUMBLICK
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 208/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Advertencia aplicada / Prazo para recurso30 dias.(222)
850.168/2019-PEGASUS SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA- OF. N°189/2020/DIREM - PA/GER - PA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.105/2020-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.
850.330/2020-GUSTAVO SAMARTANO CARNEIRO
850.659/2020-ANTONIO CARLOS DAS DORES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.818/2019-METMAN MINERADORA LTDA-OF. N°395/2020/DIREM-PA/GER-PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 213/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.741/2020-ALLAN DA SILVA ABREU-OF. N°934/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.707/2020-EDMARIA DE O CORREIA-OF. N°942/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.611/2020-ANTÔNIO ROGÉRIO DO REGO FIGUEIREDO-OF. N°941/2020/DIFAM-PA/GER-PA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.748/2020-SILVIO MARCIO NASCIMENTO BRITO

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 215/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
850.831/2007;MINERAÇÃO DO PARÁ LTDA;ITAITUBA/PA ; Guia n° 015/2020;50.000Toneladas/ano;Minério de Ouro; Validade da Guia:09/10/2021 ; Licença Ambiental: 12.054/2020 ; Data de Expiração da Licença Ambiental: 25/11/2020

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 216/2020

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.517/2004-ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA.-OF. N°940/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.516/2004-ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA.-OF. N°939/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.514/2004-ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA.-OF. N°938/2020/DIFAM-PA/GER-PA
850.421/2004-ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA.-OF. N°937/2020/DIFAM-PA/GER-PA

MARIA DO ROSÁRIO MIRANDA COSTA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 64/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
890.080/2018-A & H EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA -Alvará N°7249/2018
890.081/2018-A & H EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA -Alvará N°7250/2018
890.082/2018-A & H EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA -Alvará N°7251/2018
890.083/2018-A & H EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA -Alvará N°7252/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.225/2015-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.379/2002-A.F. VICENTE ME- Marca Casimiro de Abreu - Fonte São Vicente - 20 Litros - sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
890.379/2002-A.F. VICENTE ME- Marca Hidraleve - Fonte São Romão - 20 Litros - sem gás- CASIMIRO DE ABREU/RJ
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
890.244/1994-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.713/1998-ÁGUA MINERAL BICUDA GRANDE LTDA-OF. N°412/2020/SEFAM - RJ/GER - RJ
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.239/2010-AREAL SÃO BENEDITO DE SEROPÉDICA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.648/2011 - Vencimento em 28/02/2021
890.782/2014-AREAL DUNAS DE CAMPO LINDO LTDA- Registro de Licença N° 3.050/2019 - Vencimento em 28/02/2021
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.594/2010-F. P. R INDÚSTRIA CERÂMICA LTDA ME-OF. N°551/2020/SEFAM - RJ/GER-RJ
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
890.120/2012-Lafargeholcim (brasil) S.a.- AI N°5349/2020/GER - RJ/SEFAM - RJ
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)
890.002/2013-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTALAGO-Registro de Extração N°1/2013 de 06/09/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
890.169/2017- R. MINAS LTDA.
Reitera exigência(366)
890.278/2004-AREAL BOA ESPERANÇA DE QUEIMADOS LTDA-OF. N°552/2020/SEFAM - RJ/GER-RJ-60 dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.148/2018-PEDRAS DECORATIVAS UNIÃO LTDA-OF. N°548/2020/SEFAM - RJ/GER-RJ

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 66/2020

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1670)
890.148/2018-PEDRAS DECORATIVAS UNIÃO LTDA- DOU de 30/07/2020

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 44/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.024/2020-MORRO ALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA- Cessionário:L. R. Andrade Transportes Me- CPF ou CNPJ 07.779.206/0001- 00- Alvará n°1904/2020
826.363/2018-MARTINS & PORTES LTDA- Cessionário:N G Martins e Cia Ltda- CPF ou CNPJ 14.062.453/0001- 57- Alvará n°2266/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.101/2020-DELTA SUL COMÉRCIO DE CONCRETO BRITA AREIA INDUSTRIAL E ASFALTO LTDA-OF. N°1436/2020
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.190/2017-CARLOS SERGIO BARRANCO
826.190/2017-CARLOS SERGIO BARRANCO
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.028/2018-AREIAL DO VALE LTDA-Areia-São Mateus do Sul/PR
826.030/2018-AREIAL DO VALE LTDA-Areia-Carambeí/PR
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)
826.565/1993-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.- Início:27/05/2015-Término:18/10/2021
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
826.052/2010-CALPAR COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA.-CASTRO/PR - Guia n° 22/2020-16.500ton/ano-saibro- Validade:10/08/2023
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
826.749/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.755/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.758/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.759/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.756/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.762/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.763/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.768/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.765/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.761/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.760/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.757/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.742/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.751/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.746/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.741/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.740/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.724/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.712/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.714/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.748/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.745/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
826.752/2013-CLAUDIO ROQUE MARTINS ME
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
826.612/2012-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°1398/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.218/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1400/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.260/2015-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS BALSA NOVA LTDA.-OF. N°1402/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.264/2015-MINERAÇÃO DE AREIA MALASSISE LTDA - ME-OF. N°1404/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.426/2015-GEOSISTEMA PANGEA LTDA-OF. N°1407/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.202/2000-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1410/2020/SEFAM - PR/GER-PR
826.185/2004-M. T. TORTATO - EIRELI-OF. N°1412/2020/SEFAM - PR/GER-PR
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
827.014/2013-ROSANGELA XICARELI- Alvará n° 3933/2014 - Cessionário: Porto de Areia Horizonte Ltda. Me- CNPJ 20.991.001/0001- 52
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.182/2012-FACTUAL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1416/2020
826.756/2009-PORTO DE AREIA CINZAS LTDA.-OF. N°1415/2020
826.327/2011-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°1437/2020
826.728/2010-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°1438/2020
826.694/2010-PORTO UNIÃO - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.-OF. N°1439/2020
826.026/2017-R. MINAS LTDA.-OF. N°1369
826.023/2017-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°1370
826.027/2017-R. MINAS LTDA.-OF. N°1371
826.020/2017-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°1372
826.021/2017-VICENTE APARECIDO DAMASCENO & FILHO LTDA - ME-OF. N°1373
826.019/2017-RIO DA VARZEA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1374
826.042/2017-VICENTE APARECIDO DAMASCENO & FILHO LTDA - ME-OF. N°1375
826.342/2012-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL OURO VERDE LTDA.-OF. N°1376
826.460/2014-DIAMANTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°1377
826.002/2017-AREAL ITABAUNA LTDA.-OF. N°1378
826.005/2017-TONIAL EXTRAÇÃO COMÉRCIO DE AREIA E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA-OF. N°1379

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.029/2020-ADROALDO BUENO-OF. N°1366/2020/SEFAM - PR/GER-PR
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
826.417/2019-JOSÉ RAMOS
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.064/2020-BRITADOR DAL ROSS EIRELI-OF. N°26/2020/CAREAS - PR/SEREM - PR/GER-PR
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
826.139/2020-GLAUCE CRISTINA SA

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 47/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.098/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°299/2020/SEREM-MS/GER-MS
868.207/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°300/2020/SEREM-MS/GER-MS
868.397/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°298/2020/SEREM-MS/GER-MS
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.150/2016-RCA MINERAÇÃO EIRELI ME- Registro de Licença N° 14/2016 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 02/03/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.144/2017-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°305/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.182/2018-NIVALDO BARRANCO-OF. N°304/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.111/2018-AREEIRO CAMPO GRANDE LTDA EPP-OF. N°303/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.088/2018-PEDREIRA AMAMBAI LTDA ME-OF. N°302/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.043/2018-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA-OF. N°301/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.032/2018-CONSTRUBASE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°300/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.024/2018-TATHIANE FRANZONI DA SILVEIRA-OF. N°299/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.285/2016-PORTO DE AREIA CAMPO ALEGRE LTDA ME-OF. N°290/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.177/2017-JOSE CARLOS DA ROCHA-OF. N°298/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.176/2017-EXTRACAO DE AREIA BERGAMO LTDA-OF. N°297/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.175/2017-ÂNGELA MARIA FERREIRA BÁSICO DA CONSTRUÇÃO ME-OF. N°296/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.133/2017-CALCÁRIO XARAÉS LTDA EPP-OF. N°295/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.071/2017-FENIX LOG TRANSPORTE EIRELI EPP-OF. N°294/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.376/2016-SEBASTIÃO ROSÁRIO DA CRUZ ME-OF. N°291/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.266/2015-GERSON FARIAS SANTOS-OF. N°289/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.082/2015-A. R. KRAEMER & CIA LTDA ME-OF. N°286/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.265/2013-TOME ARANTES SOBRINHO-OF. N°285/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.163/2013-A CONSTRUTORA LUAR LTDA EPP-OF. N°284/2020/SEFAM - MS/GER-MS
868.208/2015-MIRALVA GOMES COSTA SILVA ME-OF. N°288/2020/SEFAM - MS/GER-MS
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
868.307/2015-MAYKON COSTA SCHONS ME
868.220/2014-ULYSSES PASTORA PINHEIRO DE CASTRO ME
868.188/2014-LUIZ THOMAZ DE AQUINO JÚNIOR
868.326/2013-LOKAÇAMBA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 38/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
864.018/2017-KENEDY JOSE URZEDO DE QUEIROZ- Alvará n°1022/2018 - Cessionario:864.192/2019-Lucas dos Santos Brito- CPF ou CNPJ 046.628.931-60
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.158/2017-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA- Cessionário:WIilber Pereira Santana- CPF ou CNPJ 233.970.471-53- Alvará n°5886/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.384/2014-TERRA GOYANA MINERADORA LTDA
864.025/2013-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA
864.173/2015-SAMUEL BRAGA BONILHA
864.346/2013-EMS EMPRESA DE RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS LTDA.
864.606/2010-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
864.433/2013-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
864.350/2012-MINERAÇÃO RODOLITA LTDA
864.127/2018-MARCIO LAMOUNIER DOS REIS
864.346/2014-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.042/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
864.138/2016-TAU LOCAÇÕES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
864.365/2014-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
864.198/2015-CORCOVADO GRANITOS LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.280/2012-PREMIER GEMS LTDA-OF. N°58/2020/SEREM-TO/GER-TO
864.145/2015-PREMIER GEMS LTDA-OF. N°57/2020/SEREM-TO/GER-TO
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
864.533/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
864.106/2013-FERMAC2010 MINERAÇAO LIMITADA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
864.423/2010-JOÃO HÉLIO TEIXEIRA MONTEIRO ME-ALVARÁ N°1.897/2011
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
864.529/2011-VULCANO MINERADORA S A- Cessionário:BASSARI MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 31.732.059/0001-06- Alvará n°19.322/2011
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.092/2020-ABF GEOLOGIA, MANUTENÇÃO E SONDAGENS LTDA.-OF. N°44/2020/CAREAS-TO/SEREM-TO/GER-TO

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

DESPACHO
Relação nº 39/2020

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(199)
864.213/2011-CESAR AUGUSTO DE SOUSA SENA-OF. N°1.196/2017/SUP/DNPM/TO-DOU de 26/09/2017

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 557, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.211106/2020-37, autoriza a empresa SULLAIR DO BRASIL LTDA, CNPJ n.º 59.772.855/0001-83, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 214/2010 e nº 206/2009.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 560, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.210112/2020-77, autoriza a empresa BUNGE AÇÚCAR E BIOENERGIA S/A, CNPJ n.º 49.972.326/0001-70, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP nº 189/2016.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 561, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo n.º 48610.210558/2020-00, autoriza a empresa VETOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n.º 04.677.033/0005-55, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustiveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação. Ficam revogadas as Autorizações ANP n.º 209/2019 e 581/2017.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 562, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 777, de 05/04/2019, e o que consta do processo n.º 48610.210115/2020-19, autoriza a empresa USINA OUROESTE - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ n.º 05.553.456/0001-00, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior. Fica revogada a Autorização ANP nº 182/2016.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 658, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SP0201331	AUTO POSTO BARBACENA LTDA	57.493.397/0001-18	48610.004344/2020-98
PR/SP0201309	AUTO POSTO REDE LEMANS LTDA	36.710.410/0001-73	48610.003987/2020-14
PR/CE0201314	DINIZ & DINIZ LTDA	01.432.174/0002-77	48610.002454/2020-15
PR/PA0201312	FRANCISCO LOPES FREIRE EIRELI	29.228.792/0002-19	48610.003723/2020-61
PR/PA0201337	J. V. D. P. BRITO EIRELI	35.363.961/0001-45	48610.003918/2020-19
PR/CE0201332	JV COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	35.611.171/0001-31	48610.003908/2020-75
PR/PI0201310	L. CARVALHO & CIA LTDA	31.287.599/0001-10	48610.004164/2020-14
PR/RN0201313	POSTO DE COMBUSTIVEL RIACHAO EIRELI	23.218.200/0001-10	48610.002747/2020-01
PR/SP0201336	POSTO FAROL 48 DA CASTELO LTDA	26.117.984/0001-89	48610.003339/2020-68
PR/PA0201329	POSTO ICCAR LTDA	02.280.133/0066-30	48610.003912/2020-33
PR/RS0201311	POSTO NETHER & EMMEL LTDA	37.705.114/0001-47	48610.004173/2020-05
PR/RJ0201335	POSTO NORTE SUL LTDA	14.835.120/0001-13	48610.004386/2020-29
PR/BA0201334	POSTO NOVA VISTA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	37.321.996/0001-47	48610.003981/2020-47
PR/RN0201338	POSTO SAO FRANCISCO LTDA	32.587.795/0001-72	48610.004417/2020-41
PR/SP0201330	POSTO UNI ICARAY LTDA	37.715.385/0001-83	48610.004187/2020-11
PR/MG0201333	REDE DE POSTOS DE COMBUSTIVEIS LAIR E FILHOS LTDA.	12.310.127/0002-77	48610.004351/2020-90

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 659, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0201315	T PEDROSA E CIA LTDA	29.379.714/0001-34	48610.011437/2018-54

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 660, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PM/SC0201316	NAVEGANTES COMBUSTIVEIS E FERRAGENS LTDA	24.728.760/0002-69	48610.003009/2020-72

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 661, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRS0359474	ADRIANO GUARAGNI	36.988.100/0001-15	48610.004178/2020-20
GLPPR0359462	ALDEMIR CORREIA COMERCIO DE GAS	14.199.478/0002-88	48610.004416/2020-05
GLPPR0359513	ALEXSANDRO JOSE MAIRINQUE - LIMITADA	37.498.253/0001-47	48610.004428/2020-21
GLPSP0359471	CARLA GONCALVES MARTINS GUIMARAES	37.252.344/0001-06	48610.004339/2020-85
GLPSP0359483	DISTRIBUIDORA DE GAS SAO BENEDITO LTDA.	37.383.303/0001-40	48610.004420/2020-65
GLPMG0359525	EDERSON ALVES PEREIRA	37.752.335/0001-76	48610.004434/2020-89
GLPMA0359515	F DE A S CAMPOS EIRELI	23.321.280/0002-16	48610.004429/2020-76
GLPSE0359527	GAS NF COMERCIAL EIRELI	32.995.655/0001-33	48610.004437/2020-12
GLPPR0359507	HUALAN CORDEIRO PINTO	36.274.977/0001-44	48610.004426/2020-32
GLPMT0359480	J. M. NETO EIRELI	27.440.630/0003-03	48610.004255/2020-41
GLPPA0359496	J3D COM VAREJISTA DE GAS LTDA	14.593.152/0001-50	48610.004418/2020-96
GLPMS0359476	LUCAS PEREIRA E SILVA COMERCIO DE GAS EIRELI	37.217.906/0001-72	48610.003277/2020-94
GLPGO0359505	MARIA APARECIDA BATISTA BORGES SILVA	35.569.416/0001-00	48610.004425/2020-98
GLPMG0359485	MARIA DO CARMO COSTA PENA	19.029.357/0001-20	48610.004318/2020-60
GLPSP0359523	MARTINS SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA	37.782.092/0001-19	48610.004433/2020-34
GLPMT0359499	MICHEL ROCHA EIRELI	36.922.308/0001-31	48610.004424/2020-43
GLPSC0359492	POSTO SC SANGAO EIRELI	31.219.750/0001-82	48610.004261/2020-07
GLPMA0359460	POSTO VICTORIA 1 LTDA	28.005.419/0001-55	48610.004415/2020-52
GLPMG0359489	RENDE MAIS GAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA	37.190.687/0001-85	48610.004387/2020-73
GLPMG0359494	RODOCAR TRANSPORTE E COMERCIO LTDA	15.794.160/0001-27	48610.004423/2020-07
GLPPR0359510	SERGIO LUIZ MACHADO JUNIOR REPRESENTACOES EIRELI	34.288.973/0001-90	48610.004427/2020-87
GLPMT0359468	TP DE OLIVEIRA	35.918.086/0001-10	48610.004419/2020-31
GLPSP0359487	VAS COMERCIO DE GAS LTDA	32.097.616/0001-19	48610.002506/2020-53

CEZAR CARAM ISSA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 654, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Fica CREDENCIADA a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionada à área, tema e subtema abaixo.

2.Cabe à unidade credenciada manter atualizadas as informações referentes ao credenciamento no SIPED, a contar da data de publicação deste Despacho.

CREDENCIAMENTO ANP N°	0996/2020	
UNIDADE DE PESQUISA	Laboratório de Síntese Orgânica - LABSINT	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC- Rio	
CNPJ/MF	33.555.921/0001-70	
PROCESSO ANP	48610.202294/2020-11	
LOCALIZAÇÃO	Rio de Janeiro / RJ	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
Outras Fontes de Energia	Hidrogênio	Sistemas Catalíticos
Temas Transversais	Materiais	Nanomateriais

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 655, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, considerando o que consta no processo nº 48610.205690/2020-91, resolve:

Indeferir a solicitação de credenciamento da Unidade de Pesquisa Núcleo de Energias Renováveis e Eficiência Energética de Sergipe, vinculada à SERGIPE PARQUE TECNOLOGICO - SERGIPE TEC, localizada em São Cristóvão - SE, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 06.938.508/0001-11, tendo em vista o não atendimento de forma satisfatória aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP nº 47/2012 e no Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019.

MARIA INÊS SOUZA

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO Nº 656, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno, pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e pela Portaria ANP nº 470, de 5 de novembro de 2019, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e de acordo com a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, considerando o que consta do Processo ANP nº 48610.208362/2019-11, resolve:

Ficam CANCELADAS a Autorização ANP nº 224, de 04/05/2010, publicada no DOU em 05/05/2010, referentes à instalação produtora de biodiesel, com capacidade de produção de 81 m³/d, localizada à Rodovia BR 153, km 480, atualmente, Av. Norte e Sul, Mod 07 ao 10, Parque Agroindustrial, Paraíso do Tocantins - TO, e a Autorização ANP nº 731, de 23/08/2018, publicada no DOU em 24/08/2018, referente ao exercício da atividade de produção de biodiesel, ambas outorgadas à COMPANHIA PRODUTORA DE BIODIESEL DO TOCANTINS, CNPJ nº 07.913.930/0001-85, por requerimento do próprio produtor, conforme o artigo 25, inciso I, alínea c da Resolução ANP nº 734/2018.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.961, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16087, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 683, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por LAERTE JUSTINO DA MOTA, inscrito no CPF sob o nº 002.430.432-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.962, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16084, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 684, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por LAURECI AGENOR CORRÊA, inscrito no CPF sob o nº 024.485.722-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.963, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.18237, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 685, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por PAULO BRAGA DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 102.983.044-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.964, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.25154, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 686, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por MARCOS AURELIO ROCHA VILA BELA E SILVA, inscrito no CPF sob o nº 231.009.317-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.965, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.21811, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 687, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JORGE HENRIQUE NARDINI, inscrito no CPF sob o nº 302.651.858-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.966, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.21810, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 688, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ODAIR ARNELO DE FREITAS, inscrito no CPF sob o nº 642.276.698-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.967, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06826, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 689, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 130.023.337-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.968, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06819, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 690, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por LUIS CARLOS LIMA, inscrito no CPF sob o nº 290.679.287-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.969, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14736, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 691, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ALMIR FARIA ALVES, inscrito no CPF sob o nº 260.369.917-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.970, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14742, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 692, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ISMAEL DARCI LOPES, inscrito no CPF sob o nº 042.226.101-78.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.971, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.08450, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 693, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ FERREIRA GUIMARÃES NETO, inscrito no CPF sob o nº 056.666.358-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.972, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10416, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 694, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ORLANDO VICENTE, inscrito no CPF sob o nº 221.532.768-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.973, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.22022, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 695, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ DE JESUS OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 057.598.201-25.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.974, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.22142, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 696, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por MAURÍCIO DURÃES, inscrito no CPF sob o nº 387.700.757-00.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.975, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.22825, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 697, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ANTONIO LUIZ MARCELINO, inscrito no CPF sob o nº 458.471.698-68.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.976, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.23184, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 698, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ALTAMIRO FRANCELINO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 063.947.017-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.977, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2004.01.46199, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 699, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Declarar anistiado político post mortem MARCONDES FERNANDES DE OLIVEIRA, filho de SERAFINA FERNANDES DOS SANTOS, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.978, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos dos Requerimentos de Anistia nº 2001.02.02239 e 2004.01.48797, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 700, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Declarar anistiado político post mortem PAULO JOSÉ CARDOZO, filho de PHILOMENA EDUARDA DE JESUS, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.979, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da

União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61167, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 701, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 195.823.151-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.980, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2009.01.63980, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 702, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por CAMILO BRÁS BORSONI, inscrito no CPF sob o nº 077.848.428-99.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.981, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 08000.008191/2015-54 (2015.01.74743), utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 703, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de MANOEL ERISON DE ALMEIDA, filho de MARIA VIDAL DE ALMEIDA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.982, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2005.01.51925, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 704, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de CARLOS GONÇALVES DA SILVA, filho de VIVALDA GONÇALVES DA SILVA.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.983, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15308, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 705, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por CARLOS ALBERTO COELHO, inscrito no CPF sob o nº 328.972.277-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.984, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.16992, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 706, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por RUY MENDONÇA GONDIM, inscrito no CPF sob o nº 004.019.513-91.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.985, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.27557, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 707, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por MARCOS FERNANDO SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 042.077.692-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.986, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.11764, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 708, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ MORAES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 329.372.028-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.987, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.11332, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 709, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ALIELSON MENDES DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob o nº 352.134.694-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.988, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.09201, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 710, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ANTONIO RICARDO RODRIGUES GUIMARÃES, inscrito no CPF sob o nº 217.781.914-87.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.989, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15293, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 711, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por GILSON LEAL, inscrito no CPF sob o nº 591.556.557-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.990, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.22387, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 712, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ MENDES PONTE, inscrito no CPF sob o nº 024.122.682-15.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.991, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.28719, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 713, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ NIOMAR DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 054.684.341-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.992, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.07711, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 714, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por WALTER DE PAULA, inscrito no CPF sob o nº 338.607.938-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.993, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.10682, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 715, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ CÉLIO FERREIRA MATOS, inscrito no CPF sob o nº 146.193.698-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.994, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.07055, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 716, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ MARIA RODRIGUES TRINDADE, inscrito no CPF sob o nº 001.086.692-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.995, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.07092, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 717, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por SEBASTIÃO ARAÚJO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 333.811.607-10.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.996, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15470, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 718, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por DILBERTO JORGE SEADE DOURADO, inscrito no CPF sob o nº 086.190.852-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.997, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15614, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 719, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por BENEDITO DALMO DE SOUZA MEIRELES, inscrito no CPF sob o nº 101.143.358-34.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.998, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.14608, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 720, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ DE SOUZA LANA, inscrito no CPF sob o nº 194.910.506-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 1.999, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.15186, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 721, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por RONALDO DE LIMA GOUVEA, inscrito no CPF sob o nº 282.092.228-72.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.000, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.11593, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 722, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por CARLOS ALBERTO PEREIRA VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 007.932.052-04.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.001, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06249, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 723, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por ARNALDO BEZERRA DE ARAÚJO, inscrito no CPF sob o nº 227.844.547-20.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.002, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06794, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 724, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por JOSÉ FERNANDO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 134.763.354-53.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.003, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados nos autos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.06275, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 725, de 12 de agosto de 2020, resolve:

Indeferir o Pedido de Reconsideração formulado por CELESTINO GONÇALVES DE FIGUEIREDO FILHO, inscrito no CPF sob o nº 275.824.347-49.

DAMARES REGINA ALVES

PORTARIA Nº 2.004, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1003247-93.2017.4.01.3400, em trâmite na 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, e nos termos do Parecer de Força Executória nº 00158/2017/COASPEQUAD/PRU1R/PGU/AGU, e utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 726, de 12 de agosto de 2020, referente ao Requerimento de Anistia nº 2004.09.44151, resolve:

NÃO ACOLHER o pedido de reconsideração formulado por NATALINO DE OLIVEIRA LIMA, inscrito no CPF sob o nº 102.159.098-36.

DAMARES REGINA ALVES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.097, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Adequar Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 99, de 7 de fevereiro de 2020, que redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Seção III Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, do Capítulo II das Equipes, do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Seção IX do Capítulo I do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6 de 28 de setembro de 2017, referente ao Incentivo Financeiro Mensal de Custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR), das Equipes de Saúde da Família Fluvial (ESFF) e das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF);

Considerando a Portaria nº 3.204, de 26 de dezembro de 2013, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR);

Considerando a Portaria nº 311, de 4 de março de 2016, que Credencia Municípios a receber os incentivos de custeio às Equipes de Saúde da Família que possuem profissionais médicos do Projeto Mais Médicos para o Brasil; e

Considerando a redefinição do arranjo organizacional das ESFR, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada, resolve:

Art. 1º Adequar Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017, de acordo a redefinição do arranjo organizacional da ESFR, que necessita de embarcação de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e pode agregar profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Art. 2º As ESFR descritas no Anexo I desta Portaria encontram-se aptas a receber os incentivos financeiros mensais, de acordo a redefinição do arranjo organizacional das ESFR, referentes aos componentes:

I - As embarcações de pequeno porte, listadas no Anexo II;

II - As unidades de apoio, listadas no Anexo II; e

III - Profissionais acrescidos à composição mínima das ESFR, listados no Anexo III.

Art. 3º A transferência dos incentivos financeiros dispostos no caput do Artigo 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os às respectivas ESFR.

Art. 4º As ESFR listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção da transferência dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Município com adequação de ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR
PA	1502509	Chaves	2
TOTAL			2

ANEXO II

Embarcação de pequeno porte e Unidades de Apoio das ESFR

UF	IBGE	Município	INE da ESFR	Quantidade de Unidade de Apoio	Quantidade de Embarcação
PA	1502509	Chaves	0001609602	4	4
PA	1502509	Chaves	0001528068	4	4

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFR

UF	IBGE	INE da ESFR	Município	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	Auxiliar ou Técnico de Saúde Bucal	Profissional de nível superior
PA	1502509	0001609602	Chaves	0	0	4	1	2
PA	1502509	0001528068	Chaves	0	0	4	1	2

PORTARIA Nº 2.098, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Credencia Municípios a receberem incentivos financeiros referentes às Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 99, de 7 de fevereiro de 2020, que redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica credenciado o Município descrito no Anexo I a esta Portaria a receber o incentivo de custeio referente às Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), com periodicidade de transferência mensal, caso não exista nenhuma irregularidade que motive a suspensão.

Art. 2º Estabelece que a UBSF atende às regras instituídas na seção III, do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria nº 2 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que redefine o arranjo organizacional das UBSF e ESFR dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Art. 3º Para a UBSF descrita no Anexo I desta Portaria fica estabelecido incentivo financeiro, de acordo a redefinição do arranjo organizacional da UBSF, referentes aos componentes:

I - As embarcações de pequeno porte, listadas no Anexo II;

II - As unidades de apoio, listadas no Anexo II; e

III - Profissionais acrescidos à composição mínima das UBSF, listados no Anexo III.

Parágrafo único. A transferência dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do Artigo 3º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os a respectiva UBSF.

Art. 4º A transferência do custeio a Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) dependerá do cadastro da Equipe de Saúde da Família Fluvial (ESFF) no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculada ao CNES da UBSF.

Art. 5º A UBSF listada nesta Portaria deve se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na seção III e IV do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria nº 2 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção da transferência dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 6º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no Plano Orçamentário PO - 000A - Incentivo para Ações Estratégicas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO I

Município com credenciado de UBSF

UF	IBGE	Município	UBSF	com Consultório Odontológico
AM	1303403	Parintins	1	1
Total			1	1

ANEXO II

Embarcações e Unidades de Apoio das UBSF

UF	IBGE	Município	INE da UBSF/ESF	Quantidade de Unidade de Apoio	Quantidade da Embarcação de pequeno porte
AM	1303403	Parintins	0001689819	4	4

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da UBSF

UF	IBGE	Município	INE da UBSF/ESF	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	Auxiliar ou Técnico de Saúde Bucal	Profissional de nível superior
AM	1303403	Parintins	0001689819	1	5	11	1	2

PORTARIA Nº 2.108, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PB	SAO JOAO DO CARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARIRI - PB	12447221000120003	71160003	19.325,00	19.325,00	10302501885357079
TOTAL			1 PROPOSTAS			19.325,00	

PORTARIA Nº 2.109, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	11399442000120002	41580002	91.409,00	91.409,00	10302501885353322
TOTAL			1 PROPOSTAS			91.409,00	

PORTARIA Nº 2.110, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	GROSSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11418305000120011	38860008	120.197,00	120.197,00	10301501985810024
TOTAL			1 PROPOSTAS			120.197,00	

PORTARIA Nº 2.111, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000120033	71080009	1.212.000,00	1.212.000,00	10301501985810053
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000120034	71080009	1.383.000,00	1.383.000,00	10301501985810053
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000120045	71080009	1.383.000,00	1.383.000,00	10301501985810053
TOTAL			3 PROPOSTAS			3.978.000,00	

PORTARIA Nº 2.112, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RN	FRANCISCO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO DANTAS	11973748000120002	38860008	139.997,00	139.997,00	10301501985810024
TOTAL			1 PROPOSTAS			139.997,00	

PORTARIA Nº 2.113, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o ? 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	MACEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000120004	41740017	399.157,00	399.157,00	10301501985810027
PB	BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELEM	11429813000120005	39970003	119.231,00	119.231,00	10301501985810025
TOTAL			2 PROPOSTAS			518.388,00	

PORTARIA Nº 2.114, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao custeio de ações e serviços relacionados à COVID 19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública, de importância internacional, decorrente do Coronavírus - COVID 19, responsável pela atual pandemia;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que regulamenta a operacionalização do disposto na Lei supracitada, resolve:

Art. 1º Os entes federativos elencados no anexo a esta Portaria ficam habilitados a receber recursos referentes ao Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional.

Art. 2º Os recursos financeiros serão destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID 19, podendo abranger a atenção primária e especializada, a vigilância em saúde, a assistência farmacêutica, a aquisição de suprimentos, insumos e produtos hospitalares, o custeio do procedimento de Tratamento de Infecção pelo novo coronavírus - COVID 19, previsto na Portaria nº 245/SAES/MS, de 24 de março de 2020, bem como a definição de protocolos assistenciais específicos para o enfrentamento à pandemia do coronavírus.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.122.5018.21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLINDA	19000335473202000	41750002	500.000,00	500.000,00	10122501821C06500
SE	FEIRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000335471202000	31000016	250.000,00	250.000,00	10122501821C06500
SE	MARUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000335464202000	31000008	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19000335483202000	39790004	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
SP	CARAPICUIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARAPICUIBA	19000335477202000	27990006	100.000,00	100.000,00	10122501821C06500
TOTAL			5 PROPOSTAS			1.050.000,00	

PORTARIA Nº 2.115, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
MA	VITORINO FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO FREIRE	36000335363202000	1.961,00	36990006	1.961,00	1030250182E900021	5397499	1.961,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	1.961,00					

PORTARIA Nº 2.116, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000335389202000	573.856,00	25790007	573.856,00	1030250182E900027	6424813	573.856,00
MG	ARAXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000335263202000	100.000,00	39240005	100.000,00	1030250182E900031	2164604	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000335266202000	129.700,00	41680009 41680009	54.700,00 75.000,00	1030250182E900043 1030250182E900043	2244225 2244330	54.700,00 75.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000335267202000	54.118,00	19860006	54.118,00	1030250182E900043	2244101	54.118,00
SP	CATANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVA	36000335313202000	220.000,00	39050010 28180005	120.000,00 100.000,00	1030250182E900035 1030250182E900035	2058626 2058626	120.000,00 100.000,00
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000335391202000	900.119,00	39050010	900.119,00	1030250182E900035	6363210	900.119,00
SP	MAIRIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000335276202000	150.000,00	23660003	150.000,00	1030250182E900035	2086336	150.000,00
TOTAL			7 PROPOSTAS	2.127.793,00					

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 524ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de março, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25773.014011/2011-18	Unimed de Sobral Sociedade Cooperativa Médica Ltda	Art. 20 e art. 81 RN 124/2006	97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais)

ROGERIO SCARABEL BARBOSA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.967, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta Resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no art. 17 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
CLORIDRATO DE SERTRALINA 25351092451201215
2260054200 GENÉRICO - Mudança maior de método analítico
TRASOLIN 25351092083201284
2668705204 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 2260054200 - 25351092451201215)

CIMED INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA
CLORIDRATO DE SERTRALINA 25351614001201242
2319107204 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança maior de método analítico - 2260054200 - 25351092451201215)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.968, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

Soc.Benef.Isr.Bras.Hospital Albert Einstein - 60.765.823/0001-30
Citrato de tofacitinibe
96/2016
25351.691941/2020-41 2355142/20-9
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Ad26.RSV.preF
98/2018
25351.350120/2018-33 2180394/20-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - 56.998.982/0001-07
Nivolumabe
36/2016
25351.336600/2017-19 3547630/19-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.983, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 61068755000112
cloridrato de dexmedetomidina 25351.611435/2020-87 08/2030
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2103334/20-0
1.0714.0274.001-1 24 Meses
100 MCG/ML SOL DIL INJ IV CT 10 FA VD TRANS X 2ML

4ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.971, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

4HANDS DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 036.982.255/0001-44
25351.682387/2020-10 / 4022761
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2321176202

QUALITY MEDICAL COMERCIAL DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 034.243.692/0001-10
25351.743218/2019-11 / 8204689
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 2226063200

KCI BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 010.918.419/0003-42
25351.645660/2020-17 / 8204169
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2209384206
---
3 A BRASIL LOGISTICA EIRELI / 035.807.998/0001-15
25351.644432/2020-20 / 8204107
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2207887208

LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 011.595.806/0001-96
25351.682344/2020-26 / 8204692
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2321108207

MULTIOZON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 036.841.903/0001-42
25351.666296/2020-29 / 8204675
861 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTO PARA SAÚDE - FABRICANTE / 2274920206

M. T. SHIMANO TRANSPORTES LTDA / 025.999.663/0001-92
25351.666336/2020-32 / 8204661
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2274964203

MEDITEC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 019.697.328/0001-37
25351.671308/2020-37 / 8204631
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2290019208
---
3 A BRASIL LOGISTICA EIRELI / 035.807.998/0001-15
25351.644485/2020-41 / 3095638
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2207634204

WOLTINE COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI / 011.387.190/0001-68
25351.682340/2020-48 / 4022743
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2321103205

VS TRANSPORTES LTDA / 009.423.645/0001-01
25351.346908/2020-60 / 1240944
7056 - AFE/AE - Recurso Administrativo - DEMAIS EMPRESAS (exceto farmácia e drogaria) / 1938890205

LUX MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 011.595.806/0001-96
25351.682435/2020-61 / 1241387
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 2321265205

EXPREX LOG DISTRIBUICAO LTDA / 018.900.446/0001-38
25351.682361/2020-63 / 4022757
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2321126205

São Paulo Service Entregas Inteligentes Ltda - EPP / 027.466.097/0001-89
25351.645620/2020-75 / 8204155
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2209292204

TECMAR TRANSPORTES LTDA / 001.610.798/0045-77
25351.672253/2020-82 / 8204644
862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 2292776200

São Paulo Service Entregas Inteligentes Ltda - EPP / 027.466.097/0001-89
25351.645587/2020-83 / 1241004
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2209248205

BIOMEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 029.490.268/0001-30
25351.666376/2020-84 / 8204658
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2275007202
---
3 A BRASIL LOGISTICA EIRELI / 035.807.998/0001-15
25351.644431/2020-85 / 1240989
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2207881209

M. T. SHIMANO TRANSPORTES LTDA / 025.999.663/0001-92
25351.666337/2020-87 / 4022730
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2274965200
---
3 A BRASIL LOGISTICA EIRELI / 035.807.998/0001-15
25351.644599/2020-91 / 4022453
728 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2207774200

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.972, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

AMFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS EIRELI EPP / 025.195.558/0001-09
25351.068314/2017-03 / 1162881
7058 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 0809971195

STV COMERCIO DE COSMÉTICOS LTDA EPP / 019.612.029/0001-52
25351.154342/2017-05 / 2092681
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2321181206

NUVASIVE BRASIL COMERCIAL LTDA / 001.213.619/0008-13
25351.476821/2016-08 / 8143829
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2321229209

MRJ FARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO - eireli / 028.320.837/0001-37
25351.663554/2018-09 / 4003581
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2356824201

4HANDS DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 036.982.255/0001-44
25351.682387/2020-10 / 4022761
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2372383205
---
golden brazil industria de cosmeticos ltda me / 021.390.886/0001-05
25351.550258/2019-11 / 4014322
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2327995205

COMAR LOGISTICA LTDA - ME / 020.275.520/0001-14
25351.440624/2015-11 / 8124332
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2321380209

DM DENTAL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP / 007.098.235/0001-07
25351.786086/2010-13 / 8071543
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2305886209

SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI / 033.154.286/0001-19
25351.329831/2019-20 / 8182863
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2321353201

MRJ FARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO - eireli / 028.320.837/0001-37
25351.663559/2018-23 / 8172395
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2356914200

VERITAS COMERCIO PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI / 016.972.824/0001-63
25351.375253/2017-29 / 8153570
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2454881209
25351.375253/2017-29 / 8153570
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2321268204

GOLDEN COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI - ME / 027.091.513/0001-01
25351.404819/2017-40 / 8154072
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2356761209

COMAR LOGISTICA LTDA - ME / 020.275.520/0001-14
25351.188331/2015-41 / 1138469
7120 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 2321397209

DM DENTAL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - EPP / 007.098.235/0001-07
25351.786155/2010-43 / 2057101
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2305820208

CAPROMED FARMACEUTICA LTDA / 013.085.369/0001-96
25351.129363/2011-50 / 2058493
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2305859201

TRANSPORTES DIAMANTE LTDA / 076.728.385/0001-70
25023.020446/2004-55 / 2038655
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2305842201

CAPROMED FARMACEUTICA LTDA / 013.085.369/0001-96
25351.129391/2011-57 / 8074752
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2305882203

ORTOMED LTDA - EPP / 003.335.907/0001-08
25351.004993/2012-61 / 8082866
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2357379201

COMAR LOGISTICA LTDA - ME / 020.275.520/0001-14
25351.208138/2015-79 / 2080087
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 2321379201
---
sm empreendimentos farmacêuticos ltda / 044.015.477/0008-92
25351.235747/2020-80 / 8198569
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2321340207

W M COMERCIO E SERVICOS IMP E EXP LTDA / 008.978.089/0001-77
25351.542238/2009-90 / 1081556
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 2321291206

MRJ FARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO - eireli / 028.320.837/0001-37
25351.663556/2018-90 / 1181368
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2356868208

MB INDUSTRIA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 003.917.989/0001-90
25019.000166/2004-90 / 8019245
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 2356808205

CISCRE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 007.014.318/0001-70
25351.081050/2008-96 / 1074850
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2356888209

J.L. MATERIAL CIRURGICO LTDA / 040.842.791/0001-11
25351.013690/00-45 / 8003414
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 2321373202

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.973, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

flexfarma comercial hospitalar ltda / 037.485.247/0001-55
25351.645607/2020-16 / 1241018
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2209274206
---
3 A BRASIL LOGISTICA EIRELI / 035.807.998/0001-15
25351.644425/2020-28 / 1240992
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2207683202

REITER TRANSPORTES E LOGÍSTICA LDTA / 010.466.983/0001-00
25351.672311/2020-78 / 1241360
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 2293037200

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.974, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

COMAR LOGISTICA LTDA - ME / 020.275.520/0001-14
25351.372301/2015-68 / 1142371
7014 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 2321255200

CISCRE IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 007.014.318/0001-70
25351.167550/2010-77 / 1225477
7105 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2356924205

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.975, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

I N BEZERRA PAULINO EIRELI / 023.994.837/0001-07
25351.645600/2020-02 /
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTADORA / 2209266203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 8.20176-0, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99. Antes de obter nova autorização, é necessário solicitar o cancelamento da autorização vigente.

MARQUES MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 030.535.468/0002-22
25351.582039/2018-11 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 0806422189
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 1176868/18-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

MUNILA COSMETICOS EIRELI / 016.519.306/0001-99
25351.666311/2020-39 /
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 2274937206
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:

Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

VITORIA LICITACOES E COMERCIO EIRELI / 024.005.322/0001-91
25351.666373/2020-41 /
860 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - VAREJISTA / 2275004203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Os produtos com os quais a empresa pretende trabalhar citados na petição são de uso profissional, não caracterizando assim o comércio varejista de produtos para saúde, conforme as definições do artigo 2º, inciso V e VI da RDC nº 16/2014. A empresa deverá peticionar Autorização de Funcionamento para a atividade de distribuidora.

TACYANA PEDROSA DE MELO - ME / 004.938.112/0001-49
25351.645624/2020-53 /
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 2209306205
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de relatório de inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

VALENTINA NOLASCO RENOFIO 54306972810 / 030.460.650/0001-80
25351.670249/2020-80 /
721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 2288428201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto no artigo 15º e artigo 18º da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei n° 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto n° 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

MARQUES MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 030.535.468/0001-41
25351.601493/2018-88 / 1180544
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0833617182
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0011839/19-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Ademais, a empresa já possui AFE vigente para a classe de produtos solicitada, nº 1.18669-0, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, RDC nº 76/2008 e Lei 9782/99.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.976, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

W2 COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA / 019.079.667/0001-50
25351.328398/2014-00 / 8105747
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2321211202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta expressamente o cumprimento dos requisitos técnicos para a atividade e classe pleiteada (importar correlatos), conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

ELBA MEDICAL INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 037.012.285/0001-90
25351.417389/2020-21 / 8202458
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 2321302208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não atesta expressamente o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas (distribuir correlatos), conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.977, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para a Empresa de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constante no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

MARQUES MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 030.535.468/0002-22
25351.601480/2018-17 / 1180558
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0833606187
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0011839/19-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.978, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

KEITI SOBRAL VENANCIO EIRELI / 037.443.830/0001-01
25351.645992/2020-00 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210302203
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESILIÊNCIA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA / 028.193.876/0001-10
25351.635944/2020-03 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180494200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O licenciamento apresentado contém atividades pendentes de autorização.
---
mbe drogaria e perfumaria / 035.635.544/0001-04
25351.646001/2020-06 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210322208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.
---
correia empreendimentos ltda / 037.458.175/0001-57
25351.645990/2020-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210298201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O documento apresentado está incompleto, tendo em vista que não foi assinado pelos responsáveis.

FARMACIA PRECO JUSTO LTDA / 037.461.628/0001-02
25351.666761/2020-21 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276131204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

FARMACIA TR CONDESSA DO RIO NOVO LTDA / 025.367.177/0003-13
25351.645997/2020-24 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210314207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

TAMIRES DE MELO SANTOS FARMACIA / 035.172.612/0001-46
25351.671814/2020-26 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291202209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

FARMACIA JMR DE SANTA CATARINA LTDA / 037.515.226/0001-35
25351.666747/2020-28 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276103209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
farmacia central do trabalhador ltda / 000.287.164/0001-41
25351.646004/2020-31 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210328207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

Farmalan Comercio de Produtos Farmaceuticos LTDA / 081.340.762/0005-62
25351.671812/2020-37 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291198207
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

DROGARIA RAISSA LTDA - ME / 018.515.375/0001-50
25351.666750/2020-41 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276109208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

DESCONTÃO FARMACIA E DROGARIA LTDA / 035.224.001/0001-02
25351.645984/2020-55 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210286208
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011. O documento apresentado não informa o endereço do estabelecimento.

LEAL TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 010.898.022/0001-74
25351.671831/2020-63 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291237201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O pedido foi indeferido, tendo em vista que o documento apresentado informa apenas atividades atacadistas, não previstas no art. 10 da RDC nº 275/2019.

FERNANDO CESAR SILVA / 034.429.695/0001-43
25351.682793/2020-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322214200
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

L R DE CARVALHO EIRELI / 037.018.268/0001-60
25351.671678/2020-74 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2290955209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

NP DA SILVEIRA LTDA / 031.312.750/0001-22
25351.682801/2020-82 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322230201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

BRUNA UHMANN WUST / 036.329.195/0001-65

25351.645994/2020-91 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210307204
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.
---
c & e comercio de medicamentos ltda - me / 017.798.535/0001-52
25351.666744/2020-94 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276097201
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.979, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

Meyrer e Carniel / 022.168.493/0001-06
25351.650678/2020-31 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2224144202
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

Farmacia de Manipulação Veterinária LTDA / 033.803.258/0001-85
25351.651145/2020-76 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2225412209
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da Resolução RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.980, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

TACIANA VAZ ELY / 037.230.184/0001-96
25351.682808/2020-02 / 7735508
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322244201

TUCUMANTEL E TUCUMANTEL LTDA / 007.095.372/0013-21
25351.671827/2020-03 / 7735357
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291229201

VERAS MEDICAMENTOS EIRELI / 040.595.472/0005-82
25351.682798/2020-05 / 7735330
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322224207

DROGARIA E PERFUMARIA MAIA FARMA LTDA ME / 033.448.075/0001-99
25351.635951/2020-05 / 7733677
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180508203

JERONIMO DA ROCHA LEAO / 011.747.657/0002-14
25351.666767/2020-07 / 7734980
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276143208

MARCIO GONÇALVES DROGARIA E PERFUMARIA / 037.064.621/0001-49
25351.645985/2020-08 / 7734149
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210288204

FABIANO RIBEIRO DA SILVA / 032.928.724/0001-96
25351.646008/2020-10 / 7734516
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210335200

WELISON LUCAS SPARRENBERGER ME / 023.502.873/0001-06
25351.666763/2020-11 / 7734928
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276135207

F S BARBOSA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 036.612.195/0001-78
25351.671818/2020-12 / 7735189
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291211208

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 088.212.113/0865-78
25351.682806/2020-13 / 7735482
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322240209

NAYLA KAUANY ARAUJO VOGADO / 037.093.976/0001-66
25351.693336/2020-13 / 7735451
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357754201

DROGA LESTE LTDA EPP / 071.813.612/0014-66
25351.645999/2020-13 / 7734243
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210318200

HIPER FARMA LTDA / 029.474.162/0011-15
25351.671825/2020-14 / 7735309
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291225208

MARALICE VICENTE DE LUCENA XAVIER / 035.552.107/0001-27
25351.635942/2020-14 / 7733590
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180488205

L C FURTADO CUTRIM EMPREENDIMENTOS / 035.758.970/0001-35
25351.671816/2020-15 / 7735161
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291207200

AMANDA MARIA ALVES DE SOUSA / 036.330.877/0001-98
25351.691922/2020-15 / 7735403
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2355064203

Drogaria Bom Preço Eireli / 027.996.997/0002-19
25351.682796/2020-16 / 7735312
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322220204

R A M DE CARVALHO / 034.999.365/0001-93
25351.682804/2020-16 / 7735465
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322236201

RAIA DROGASIL S/A / 061.585.865/2110-12
25351.666758/2020-16 / 7735022
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276125200

DROGARIA AMERICA LTDA / 037.698.192/0001-61
25351.693334/2020-16 / 7735448
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357750209

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A / 079.430.682/0366-66
25351.671823/2020-17 / 7735235
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291221205

DROGARIA SÃO PAULO S.A / 061.412.110/1068-16
25351.693207/2020-17 / 7735421
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357399206

VERA E DILSON DROGARIA BARBOSA LTDA / 016.384.368/0002-11
25351.666749/2020-17 / 7734871
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276107201

Michele Aparecida Alves Santa Rosa - Farmacia / 037.464.160/0001-00
25351.635940/2020-17 / 7733572
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180484202

BRANCHINI & ACCARINI FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 036.692.626/0001-53
25351.666765/2020-18 / 7734945
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276139200

DROGARIA ARANHA EIRELI / 034.269.631/0001-22
25351.693341/2020-18 / 7735560
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357764209

VENANCIO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 000.285.753/0093-09
25351.671830/2020-19 / 7735434
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291235205
---
virtuoso & favoretto comercio de medicamentos ltda / 036.410.171/0001-36
25351.682794/2020-19 / 7735113
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322216206

DROGARIA ZERO GRAU LTDA / 038.980.645/0001-00
25351.666756/2020-19 / 7735005
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276121207

E.Farma Genéricos LTDA / 037.166.954/0001-89
25351.635958/2020-19 / 7733741
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180522209

RODRIGUES & SODEIRO LTDA / 029.202.989/0002-89
25351.645983/2020-19 / 7734135
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210284201

P. S. CUNHA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 036.859.992/0001-54
25351.682792/2020-20 / 7735100
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322212203

FRANCIELLY RODRIGUES NASCIMENTO / 037.014.575/0001-73
25351.666754/2020-20 / 7734914
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276117209
---
ferreira novaes e nunes comercio de medicamentos LTDA / 037.052.300/0001-24
25351.635956/2020-20 / 7733723
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180518201
---
allef sá bezerra eireli / 033.531.642/0001-76
25351.666698/2020-23 / 7734837
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276011203

DROGARIA ISOBATA LTDA. / 036.079.052/0001-42
25351.645813/2020-26 / 7734118
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2209731207

ALVES & COSTA COMÉRCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.725.361/0001-42
25351.682802/2020-27 / 7735388
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322232208

MR FARMA LTDA / 015.757.918/0008-23
25351.671821/2020-28 / 7735218
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291217207

F.S.A. PREPARE FARMACIA E MANIPULACAO LTDA / 003.043.240/0005-95
25351.635949/2020-28 / 7733650
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180504201

Pharma Petrolina Comercio varejista de prdutos farmacêuticos LTDA / 035.457.161/0001-93
25351.666752/2020-31 / 7734899
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276113206

ADILMA SANTOS DA CUNHA - ME / 023.089.845/0001-09
25351.635954/2020-31 / 7733706
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180514208

R G M DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 011.887.997/0007-55
25351.635961/2020-32 / 7733771
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180528208

DROGARIA PAGUN LTDA / 036.977.996/0001-37
25351.645988/2020-33 / 7734170
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210294209

RAPHAELA RODRIGUES BARBOSA / 036.779.543/0001-04

25351.645995/2020-35 / 7734212
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210310204

F T B CANINDE LTDA / 034.069.691/0001-00
25351.491076/2020-35 / 7735391
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2168238201

BARRETO E NASCIMENTO LTDA / 035.886.482/0001-03
25351.682800/2020-38 / 7735361
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322228200

NORDFARMA FARMACIAS LTDA / 036.240.585/0001-64
25351.666745/2020-39 / 7734841
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276099207

METTA DROGARIAS LTDA / 035.812.253/0001-44
25351.635947/2020-39 / 7733632
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180500208

HAMAMELIS FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 005.059.454/0005-85
25351.671828/2020-40 / 7735374
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291231202

DROGARIA SAO CARLOS NOVA UNIAO LTDA / 030.342.230/0002-80
25351.635945/2020-40 / 7733615
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180496206

R PEREIRA BARROS / 035.443.265/0001-49
25351.635952/2020-41 / 7733681
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180510205

GB DE OLIVEIRA E CIA LTDA / 003.613.918/0018-42
25351.646002/2020-42 / 7734439
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210324204

MARIA MICHERLENE OLIVEIRA FIRMIANO / 034.254.820/0001-21
25351.666768/2020-43 / 7734993
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276145204

YARA MARTINS RIGOTTI - ME / 001.943.695/0003-70
25351.645986/2020-44 / 7734152
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210290206

Moises Blanco Argueta / 036.953.177/0001-50
25351.645993/2020-46 / 7734209
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210305208

BRUNA CRISTINA FURLAN / 037.143.322/0001-08
25351.671810/2020-48 / 7735053
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291194204

DROGARIA ESTACAO LTDA - ME / 035.848.219/0001-20
25351.635938/2020-48 / 7733555
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180480200

DROGARIA FARMINAS LTDA-ME / 005.140.715/0001-63
25351.682809/2020-49 / 7735511
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322246208

FARMAXIMA DRUGSTORE EIRELI / 037.038.150/0001-02
25351.693339/2020-49 / 7735542
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357760206
---
lima drogarias ltda / 036.491.177/0001-85
25351.682807/2020-50 / 7735496
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322242205

REJANE ARAUJO DE FIGUEIREDO / 015.393.345/0002-00
25351.693337/2020-50 / 7735539
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357756208
---
saturno e souza comércio de medicamentos ltda / 035.128.839/0001-94
25351.671826/2020-51 / 7735343
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291227204

EMPREENDIMENTOS FARMACEUTICOS GLOBO LTDA / 063.503.007/0109-66
25351.635943/2020-51 / 7733601
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180492203
---
drogaria jlr ltda / 011.215.959/0001-60
25351.682797/2020-52 / 7735326
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322222201

DROGARIA NUTRAFARMA LTDA ME / 005.953.794/0001-21
25351.666759/2020-52 / 7735036
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276127206

SANDRA DE CARVALHO PINTO FARMACIA - ME / 008.487.519/0001-58
25351.635950/2020-52 / 7733663
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180506207

R. C. R. DO CARMO EIRELI / 034.780.756/0001-12
25351.646000/2020-53 / 7734411
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210320201

FARMA ALPHA MANIPULAÇÃO EIRELI / 036.543.929/0001-04
25351.666766/2020-54 / 7734976
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276141201

J. H. DA PAZ NETO / 037.552.217/0001-14
25351.645991/2020-57 / 7734197
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210300207

VENANCIO PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 000.285.753/0092-28
25351.671819/2020-59 / 7735192
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291213204

DROGARIA FAMILIA DO JARDIM ANHANGA EIRELI / 020.869.196/0001-62
25351.671817/2020-60 / 7735175
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291209206

J C MENDES / 034.346.093/0001-22
25351.671824/2020-61 / 7735249
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291223201

DA SILVA DROGARIA LTDA / 037.145.626/0001-04
25351.682805/2020-61 / 7735479
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322238207
---
neila medeiros salgado - me / 036.514.912/0001-29
25351.635941/2020-61 / 7733586
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180486209

CT VARELA DROGARIA LTDA. / 037.211.568/0001-61
25351.635571/2020-62 / 7733541
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2179694207

Farmácia Melhor Popular LTDA / 036.530.045/0001-15
25351.693342/2020-62 / 7735573
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357766205

S M R PINHEIRO COMERCIO DE PRODUTO FARMACEUTICOS / 021.017.594/0001-13
25351.682795/2020-63 / 7735127
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322218202

V J DEBONA LTDA / 036.896.853/0001-09
25351.666757/2020-63 / 7735019
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276123203

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 084.683.481/0621-05
25351.635959/2020-63 / 7733754
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180524205

R. DA S. O. ROSA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 036.936.477/0001-20
25351.646009/2020-64 / 7734533
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210337206

A J COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS / 033.700.841/0001-60
25351.666764/2020-65 / 7734931
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276137203

R&M DROGARIA EIRELI / 036.376.282/0001-73
25351.645982/2020-66 / 7734121
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210282205

FARMAVAZ DROGARIA LTDA / 037.163.774/0001-43
25351.635395/2020-69 / 7733538
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2178989204

A CALDEIRA DA TRINDADE / 028.260.414/0001-79
25351.671815/2020-71 / 7735158
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291205203

RAIA DROGASIL S/A / 061.585.865/2487-90
25351.671822/2020-72 / 7735221
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291219203

OSMAR VIEIRA DO PRADO / 037.377.295/0001-20
25351.666748/2020-72 / 7734868
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276105205

RAIA DROGASIL S/A / 061.585.865/2490-95
25351.682810/2020-73 / 7735525
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322248204

RAIA DROGASIL S/A / 061.585.865/2489-51
25351.693340/2020-73 / 7735556
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2357762202

DROGARIA T & M ALMEIDA LTDA / 025.384.586/0002-47
25351.635957/2020-74 / 7733737
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180520202

FARMACIA SAIS ATIVOS LTDA-ME / 074.477.613/0001-50
25351.666755/2020-74 / 7734962
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276119205

JESSYKA ALENCAR FERREIRA / 036.096.990/0001-50
25351.646007/2020-75 / 7734491
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210333203

CLAUDIA AYUMI NAGAISHI BOSCO FARMACIA / 037.298.603/0001-21
25351.666762/2020-76 / 7735071
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276133201

MARTINS E REIS LTDA / 036.676.143/0001-65
25351.645998/2020-79 / 7734230
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210316203

Damafarma Comércio de Medicamentos ltda / 037.405.181/0001-46
25351.645996/2020-80 / 7734226
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210312201

M ALEXANDRE COSTA SILVA / 031.068.046/0001-76
25351.671813/2020-81 / 7735131
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291200202

MARIA SANDRA DE FARIAS SOUZA - ME / 031.287.382/0001-00
25351.671820/2020-83 / 7735204
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291215201

MULTIVIDA FARMACIAS LTDA / 015.656.187/0002-34
25351.635948/2020-83 / 7733646
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180502204

P GOMES PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 035.337.168/0001-71
25351.666746/2020-83 / 7734854
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276101202
---
vanessa b goncalves de omena eireli / 036.527.961/0001-04
25351.666753/2020-85 / 7734901
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276115202

DROGARIA AMERICO BARBOZA EIRELI / 036.228.902/0001-27
25351.635955/2020-85 / 7733710
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180516204

FARMACIA DO CENTRO LTDA / 030.017.452/0001-47
25351.682791/2020-85 / 7735084
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2322210207

DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS FILIAL 739 / 092.665.611/0514-05
25351.646005/2020-86 / 7734473

733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210330209

JCD COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 036.697.265/0001-38
25351.635962/2020-87 / 7733785
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180530200

FEITOSA & OLIVEIRA FARMACIA LTDA / 036.715.483/0001-58
25351.666760/2020-87 / 7735067
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276129202

DROGARIA E PERFUMARIA FARMAVAN XV LTDA / 037.153.638/0001-72
25351.645989/2020-88 / 7734183
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210296205

ICL FARMACIA LTDA / 019.147.250/0006-91
25351.635939/2020-92 / 7733569
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180482206

L D M CANTANHEDE / 030.645.891/0001-02
25351.671811/2020-92 / 7735098
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291196201

R G M DA SILVA COMERCIO DE MEDICAMENTOS / 011.887.997/0010-50
25351.635946/2020-94 / 7733629
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180498202

MM FARMACIAS EIRELI / 032.399.725/0001-90
25351.671829/2020-94 / 7735417
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2291233209

CLICKMED COMERCIO ELETRONICO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.715.872/0001-83
25351.635953/2020-96 / 7733694
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180512201

ROSANGELA SOLDA STAKOWIAK / 035.948.202/0001-44
25351.666751/2020-96 / 7734885
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2276111200

DROGARIA LVC LTDA / 035.310.636/0001-14
25351.646003/2020-97 / 7734460
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210326201

MULTFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 013.000.452/0050-01
25351.635960/2020-98 / 7733768
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2180526201

JT COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 036.458.023/0001-91
25351.645987/2020-99 / 7734166
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210292202
----
msf da silva drogaria / 035.635.302/0001-10
25351.646010/2020-99 / 7734551
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2210339202

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.981, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

RAMAIANE PIMENTEL PINTO LTDA / 034.438.386/0001-30
25351.518949/2020-64 / 7728098
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 2120774207

D & D DROGARIA LTDA - ME / 023.269.276/0001-75
25351.440731/2017-91 / 7535702
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0777722201

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.982, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Coordenadora de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 169, aliado ao art. 54, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA AZEVEDO CHAGAS

ANEXO

D M de oliveira drogaria-me / 015.721.688/0001-76
25351.671991/2020-11 / 1241356
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2291800201

SERAFIM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 033.027.404/0001-28
25351.651146/2020-11 / 1241282
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2225414205

Magistrallis Farmácia de Manipulação Ltda / 036.520.677/0001-06
25351.670274/2020-63 / 1241342
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2288454208

CLINICAL PHARMA LTDA / 026.780.816/0001-79
25351.651147/2020-65 / 1241296
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2225416201

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 084.683.481/0051-36
25351.693442/2020-99 / 1241373
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 2358094201

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.950, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo, em cumprimento à Decisão da Diretoria Colegiada divulgada pelo Aresto nº 1.381, de 3 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União n° 149, em 5 de agosto de 2020, seção 1, pág. 92.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

EMPORIUM CIGARS IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE TABACOS LTDA
CNPJ: 08.201.306/0001-18
Marca: COHIBA ROBUSTO (charuto - (124 x 20)mm) - embalagem primária caixa para 25 unidades
Processo: 25351.301246/2017-55
Expediente: 0914912/18-1
Assunto: 6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

DESPACHO Nº 116, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco - GGTAB, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 162, aliado ao art. 54, IV, §4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, vem tornar pública a Decisão Administrativa referente ao processo abaixo relacionado:

Autuado (a): SOUZA CRUZ SA
CNPJ: 33.009.911/0001-39
Processo nº: 25069.113398/2018-17 - AIS nº: 06/2018
Expediente nº: 0161979/18-9

Decisão: Anular de ofício a Decisão nº 039/2018, de 26/06/2018, e tornar sem efeito a publicação realizada por meio do Despacho nº 163, de 16 de julho de 2018, publicado no DOU nº 145, de 30/07/2018, Seção 1, pág. 124, para o processo supracitado.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.984, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, com validade de 1(um) ano em atenção ao art. 12 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020 e considerando o art. 8º e o art. 10 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 349, de 19 de março de 2020, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
____

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
AGUAMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA / 25.137.947/0001-70
Oxímetro de pulso portátil e mesa
25351.768854/2020-90 / 81543809002
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 2585653207

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
ART MEDICAL PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 06.217.117/0001-08
WARM AIR 135
25351.735655/2020-03 / 80271299007
8024 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Equipamento para Saúde / 2486917201

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
DPM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME / 01.224.113/0001-33
TESTE RÁPIDO COVID-19 IgM / IgG GOLD
25351.509498/2020-74 / 80100640001
8433 - IVD - Registro de produto / 1782537207

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
ENDOBRAX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 07.427.470/0001-85
Eletrocardiógrafo ECGMAC
25351.767990/2020-62 / 80393910038
80027 - EQUIPAMENTO - Cadastro de Família de Equipamentos para Saúde / 2583969201

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Sistema de Tomografia Computadorizada
25351.681763/2014-38 / 80071260343
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 2653524206
Sistema de Tomografia Computadorizada
25351.681763/2014-38 / 80071260343
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 2653530201
Sistema de Tomografia Computadorizada
25351.681763/2014-38 / 80071260343
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 2653528209

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _
lotus industria e comercio ltda / 02.799.882/0001-22
ARCO CIRUGICO ATENA
25351.730205/2020-16 / 80123860010
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2470725202

_ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _ _

MEDCORP HOSPITALAR LTDA / 67.630.541/0001-74
Lâminas para Laringoscópio VS-10
25351.735634/2020-80 / 10312210085
80009 - MATERIAL - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico / 2486875202

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Ventilador Bellavista
25351.777976/2020-77 / 80102512552
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2613484205
Kit de Teste de Anticorpos do COVID-19 IgM/IgG (Ouro Coloidal)
25351.723348/2020-71 / 80102512557
8433 - IVD - Registro de produto / 2452276207

Nº de Processos: 11

Total de Empresas: 8

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.985, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CELER BIOTECNOLOGIA S/A / 04.846.613/0001-03
CELER FINECARE SARS-CoV-2 IgM/IgG Test
25351.734089/2020-12 / 80537410057
8433 - IVD - Registro de produto / 2484017203

Nº de Processos: 1

Total de Empresas: 1

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.986, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

HADASSAH COSMÉTICOS LTDA / 07.967.729/0001-80
COVID-19 IgG/IgM TESTE RÁPIDO
25351.681961/2020-12 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2320277207

JRMEDIC -COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA / 03.329.477/0001-03
Novo Kit de Teste Combinado Anticorpo para Coronavírus (2019-nCoV) (IgG / IgM) (método imunocromatográfico)
25351.741246/2020-38 /
8433 - IVD - Registro de produto / 2503468205

Nº de Processos: 2

Total de Empresas: 2

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.969, DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

+ BRIEFING AGENCIA DE PUBLICIDADE E REPRESENTACOES EIRELI / 021.566.221/0001-00
GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS LIMPA & HIDRATA 70° DNA PHARMA
25351.448567/2020-66 / 285040032
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1594708/20-7

AGAPE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 008.540.561/0001-95
PROTETOR SOLAR FÍSICO COM HIDRATAÇÃO PALM
25351.161735/2020-10 / 257530017
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0710566/20-4

BELLA-QUIMICA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA ME / 009.217.010/0001-58
ÁLCOOL EM GEL - YBERA
25351.415164/2020-31 / 253220008
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1493654/20-9

COSINTER INTERNACIONAL IND E COM COSMETICOS LTDA / 085.080.836/0001-04
PROTETOR SOLAR FPS 30 KIDS RED APPLE
25351.026582/01-96 / 216760069
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1396885/20-0

EXAT BEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA ME. / 002.393.589/0001-60
GEL ANTISSÉPTICO PARA MÃOS QATAR CARE
25351.439698/2020-52 / 234870002
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1568035/20-9

INSTITUTO BRASIL COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 004.658.623/0001-07
FRESH MINT BODY'NKEY GEL ANTISSEPTICO E DESODORIZANTE
25351.174369/2020-51 / 234630057
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0750207/20-5
STRAWBERRY BODY'NKEY GEL ANTISSEPTICO E DESODORIZANTE
25351.174387/2020-32 / 234630058
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0750259/20-5
RED PITANGA BODY'NKEY GEL ANTISSEPTICO E DESODORIZANTE
25351.174398/2020-12 / 234630059
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0750273/20-8
BODY'NKEY ÁLCOOL GEL NEUTRO ANTISSÉPTICO E DESODORIZANTE
25351.188662/2020-03 / 234630060
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0803599/20-0

LE PIERI COSMÉTICOS LTDA / 001.045.796/0001-61
Álcool em Gel Blumare
25351.420830/2020-52 / 224860016
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1509475/20-6

NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA / 048.561.369/0001-08
FLOR DE LARANJEIRA ÁLCOOL GEL HIDRATANTE ANTISSÉPTICO PARA MÃOS TANIA BULHÕES
25351.396466/2020-01 / 206640904
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1435231/20-1

Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda. / 022.966.065/0001-29
PROTETOR SOLAR FPS 70 FACIAL E CORPORAL SUNDAY
25351.292263/2020-38 / 291200304
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1127657/20-8
PROTETOR SOLAR FPS 70 FACIAL E CORPORAL SUN
25351.292279/2020-41 / 291200305
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1127674/20-0
PROTETOR SOLAR FPS 70 CORPORAL SOLAR GOLD
25351.292286/2020-42 / 291200306
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1127681/20-6
PROTETOR SOLAR FPS 70 FACIAL E CORPORAL BARBIE
25351.292296/2020-88 / 291200307
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1127692/20-8

PROLAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 064.988.678/0001-07
D'AMAZON FITOCOSMÉTICOS GEL HIGIENIZANTE ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS
25351.346547/2020-51 / 232410029
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1294731/20-3

RISHON PERFUMES E COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA / 011.858.354/0001-98
Álcool Gel Brota
25351.329848/2020-11 / 213040032
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1246957/20-5

R-NANO INDUSTRIA DE COSMETICOS EIRELI / 028.759.482/0001-87
ÁLCOOL GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS R NANO
25351.396505/2020-61 / 413990001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1435279/20-4

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTOS

Certidão de julgamento - 0141657
Processo:
0002149-86.2020.4.90.8000 - SEG - Gestão de projetos
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Dispositivo:

O Conselho, por maioria, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a adoção do Sistema Nacional de Cálculos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região SINACA, como sistema corporativo nacional, nos termos do voto do relator.

Acompanham os Conselheiros: MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Vencido: Conselheiro MAIRAN MAIA.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141658
Processo:
0002299-16.2020.4.90.8000 - PRES - Normatização
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Dispositivo:

O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a instituição do Código de Ética do Auditor Interno da Justiça Federal, nos termos do voto do relator.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141659
Processo:
0002073-43.2020.4.90.8000 - PRES - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Dispositivo:
O Conselho, por maioria, DECIDIU REFERENDAR a decisão da Presidência deste Colegiado, que autorizou a alteração do Plano Anual de Veículos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região para promover a aquisição de 3(três) veículos blindados, sendo 2(dois) para o Tribunal e 1(um) para Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos termos do voto do relator.

Acompanham os Conselheiros: ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Vencida: Conselheira MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141660
Processo:
0001528-59.2020.4.90.8000 - SEG - Arquitetura organizacional do Conselho e da Justiça Federal
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que institui o Guia de Governança e Gestão do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto do relator.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141661
Processo:
0000385-15.2019.4.90.8000 - STI - Segurança da informação
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Relator do Acordão:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:
O Conselho, por maioria, DECIDIU CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, nos termos do voto divergente apresentado pela Conselheira Maria Thereza de Assis Moura, que assinalou o prazo de 30 (trinta) dias para consulta dos membros do Colegiado do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais sobre o mérito da proposta, que foi acompanhado pelos demais Conselheiros.

Acompanham os Conselheiros: ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Vencido: Relator e Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141662
Processo:
0000135-21.2019.4.90.8000 - CGE - Procedimento de controle administrativo - magistrado
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia - SINDJUFE/BA, nos termos do voto da relatora.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141663
Processo:
0006992-52.2019.4.90.8000 - CGE - Inspeção
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR o relatório de inspeção realizada no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos termos do voto da relatora.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141664
Processo:
0001401-23.2019.4.90.8000 - CGE - Grupos de trabalho, comitês e comissões
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de alteração da resolução que dispõe sobre o Manual de Orientação de Procedimentos para os cálculos na Justiça Federal, nos termos do voto da relatora.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141665
Processo:
0001408-42.2020.4.90.8000 - SGP - Expediente
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF, nos termos do voto do relator.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0141666
Processo:
0005021-31.2019.4.90.8000 - CGE - Acompanhamento, fiscalização, controle e orientação
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
03/08/2020 09:00:00
Relator:
Desembargador Federal VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de alteração da Resolução CJF n. 458/2017, com a inclusão do artigo 53-A, nos termos do voto do relator.

Presentes os Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2020 - Gestão 2019/2021)

PAUTA DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2020

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 25 de agosto de 2020
INÍCIO: 15h00
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Mett.
RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI/RJ
1 -Processo-COFECI nº 3003/2016. Recte: JANAINA FELICE RAYMUNDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 -Processo-COFECI nº 3011/2016. Recte: GLAUCO INÁCIO MARTINS JUNQUEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 3012/2016. Recte: BMC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro MARCELO BEZERRA WANDERLEY/PE
1 - Processo-COFECI nº 1782/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VIDA IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA-CRECI J-17966. 2 -Processo-COFECI nº 380/2018. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 1084/2018. Recte: LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A-CRECI J-19585. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA
1 - Processo-COFECI nº 696/2018. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: CRISTIANO COSTA BELLO-CRECI 18238. 2 - Processo-COFECI nº 1780/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: TÂNIA CRISTIANE BAGLIONE PENHA-CRECI 44469. 3 - Processo-COFECI nº 103/2020. Recte: THYAGO GERALDO DE OLIVEIRA GALDENES-CRECI 21210. Recdo: CRECI 5ª Região/GO.
RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES
1- Processo-COFECI nº 1858/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2- Processo-COFECI nº 1859/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 1860/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4- Processo-COFECI nº 1861/2017. Recte: HABITCASA CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA-CRECI J-20004. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 1862/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1863/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 7- Processo-COFECI nº 1864/2017. Recte: RICARDO MONTEIRO TEIXEIRA-CRECI 67389. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 8- Processo-COFECI nº 1865/2017. Recte: RONALDO SANTORO SILVA RODRIGUES-CRECI 70832. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 9- Processo-COFECI nº 1866/2017. Recte: JOSÉ TEIXEIRA-CRECI 84369. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro RENATO ALEXANDRE MACIEL G. NETTO/RN
1 -Processo-COFECI nº 1663/2017. Recte: ROSANGELA QUINQUIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 -Processo-COFECI nº 1665/2017. Recte: SUZI MEIRE DE ARAÚJO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 1683/2017. Recte: CINTIA SILVA DE SANTANA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro LUIZ FERNANDO PINTO BARCELLOS/MT
1 -Processo-COFECI nº 2968/2016. Recte: ELIAS RODRIGUES DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 -Processo-COFECI nº 1719/2017. Recte: KARINA LOPES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3- Processo-COFECI nº 1721/2017. Recte: JULIANO MIGUEL MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA MARQUES DE A. LIMA JÚNIOR/PB.
1 - Processo-COFECI nº 1945/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLAVY ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/S LTDA-CRECI J-19934. 2 - Processo-COFECI nº 1946/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CLÁUDIO DA SILVA REIS-CRECI 70778. 3 - Processo-COFECI nº 2975/2016. Recte: RUBENS JOSÉ DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 4 - Processo-COFECI nº 2976/2016. Recte: ANDRESSA GAMBARONI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.
RELATOR: Conselheiro FERNANDO CÉSAR CASAL BATISTA/RO
1 -Processo-COFECI nº 1851/2016. Recte: PITAGORAS TEOBALDO PONTES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 -Processo-COFECI nº 2159/2016. Recte: MÁRCIA FAGUNDES CRESCENCIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 -Processo-COFECI nº 2247/2016. Recte: SIGA LOOCAU IMÓVEIS LTDA-CRECI J-2170. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.
RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC
1 - Processo-COFECI nº 2977/2016. Recte: EDILENE MOREIRA BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 2 - Processo-COFECI nº 2978/2016. Recte: CLEONICE ALMEIDA DA GAMA RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 3 - Processo-COFECI nº 2979/2016. Recte: JEFFERSON ZANI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

Brasília (DF), 10 de agosto de 2020
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

1ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2020 - Gestão 2019/2021)

DECISÕES DE 28 DE JULHO DE 2020

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 1668/2017. Recte: CRISTINA MARIA CASTRO HERDEIRO - CRECI 41443. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1669/2017. Recte: REALLER ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4482. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 716/2018. Recte: TÂNIA MARA BRAGA CALDEIRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATORA: Conselheira SANDRA MARA DA SILVA CAMARGO/RS

1- Processo-COFECI nº 1323/2018. Recte: LA VITA IMÓVEIS LTDA - ME - CRECI J-4077. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 1324/2018. Recte: LUÍS ANTÔNIO HAHN - CRECI 15131. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1836/2018. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-19766. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VINÍCIUS ÂNGELO ARAÚJO/MG

1- Processo-COFECI nº 1645/2017. Recte: LEONARDO RIZZO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-2863. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1818/2017. Recte: SILVIA GALLI GIBRAIL DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 687/2018. Recte: VANIRA CRISTINA RODRIGUES DE BESSA BRITO - CRECI 13887. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROSALMIR MOREIRA/PR

1- Processo-COFECI nº 1303/2018. Recte: LPS SUL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2693. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos à origem em Diligência. 2- Processo-COFECI nº 1304/2018. Recte: ALEXANDRE CAMARGO GRACIANO - CRECI 21411. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos à origem em Diligência. 3- Processo-COFECI nº 1305/2018. Recte: REAL MAP IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3698. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Determinado o retorno dos autos à origem em Diligência.

RELATOR: Conselheiro GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO/DF

1- Processo-COFECI nº 971/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GRANJA VERDE IMÓVEIS LTDA - CRECI 18766. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 972/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ DOS SANTOS MATIAS - CRECI 43654. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1605/2017. Recte: ROSANA RODRIGUES DE OLIVEIRA Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS MAGNO DOS SANTOS/PA

1- Processo-COFECI nº 488/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALEXANDRE MARQUES TIRELLI - CRECI 65450. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, cumulada com Multa de 04 anuidades. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 489/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: TARCISIO ANTÔNIO GUELER - CRECI 166308. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 490/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANA CRISTINA LANZELLOTTI - CRECI 141945. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 491/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: NISA KATIA CHOHFI - CRECI 148136. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 493/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCOS VIANNA DE MOURA E SILVA - CRECI 166190. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 494/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: WELLINGTON AUGUSTO MACHADO SENDAS - CRECI 147281. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 496/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: RICARDO GONÇALVES NORBERTO - CRECI 105205. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 498/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDERSON MARIN - CRECI 75961. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 499/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO CÉSAR DE SOUZA EGIDIO - CRECI 60224. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 500/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SÉRGIO FAZIA DOMINGUES - CRECI 64811. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 501/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SALOMÃO DE FREITAS SABBAG - CRECI 92070. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 502/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS ZANZIM - CRECI 126788. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 503/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO ANTÔNIO MURANO - CRECI 49425. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 504/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DEBORA ANDRADE SILVA - CRECI 140679. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 505/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ARNALDO ALVES DO NASCIMENTO FILHO - CRECI 152919. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 506/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EWERTON CORDEIRO FULINI - CRECI 135440. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 507/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EVALDIR BARBOZA DE PAULA - CRECI 170073. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 508/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANTENOR APARECIDO DE OLIVEIRA - CRECI 173520. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 509/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: IVAN WACKERS MOSCONI - CRECI 42092. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 510/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VIVIANA ARACELI AMANTE SEGOVIA - CRECI 134171. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 21- Processo-COFECI nº 511/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CLÁUDIA BOLONHA SECURATO DA COSTA GOMES - CRECI 133823. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 22- Processo-COFECI nº 512/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VANTUIR DONISETE DA SILVA - CRECI 68491. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 23- Processo-COFECI nº 513/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALVARINO LEMES - CRECI 61705. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 24- Processo-COFECI nº 515/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DAIANE THAIS MOURA - CRECI 116384. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 25- Processo-COFECI nº 516/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDSON CROCCO - CRECI 76908. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 26- Processo-COFECI nº 517/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SABRINA ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 136063. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 27- Processo-COFECI nº 518/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CAMILA FLOR DE SOUZA - CRECI 159226. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 28- Processo-COFECI nº 519/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCO APARECIDO PARENTE - CRECI 119533. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 29- Processo-COFECI nº 521/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CRISTIANO PEREIRA VERDI - CRECI 142629. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 30- Processo-COFECI nº 523/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA CECILIA CASTRO MARTIN - CRECI 71101. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 31- Processo-COFECI nº 524/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FREDERICO TONELLI NETO - CRECI 79292. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 32- Processo-COFECI nº 525/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO COELHO PINTO DE ALMEIDA - CRECI 13920. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 33- Processo-COFECI nº 526/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO PINTO DE ALMEIDA - CRECI 94390. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 34- Processo-COFECI nº 527/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MICAEL FERRONE ALVES PEREIRA - CRECI 65456. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 35- Processo-COFECI nº 085/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VIVIAN MARIA DIAS - CRECI 70506. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 36- Processo-COFECI nº 086/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: LEANDRO DOS SANTOS SILVA - CRECI 112565. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 37- Processo-COFECI nº 087/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MICHELLE ALVES CARDOZO - CRECI 77174. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 38- Processo-COFECI nº 088/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ERILDO XAVIER FEIGEL - CRECI 16939. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 39- Processo-COFECI nº 089/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GENALDO SILVA - CRECI 60373. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 40- Processo-COFECI nº 090/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ENIO TADEU LUCAS DE MORAES - CRECI 104296. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 41- Processo-COFECI nº 091/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DANILO DE ANDRADE - CRECI 89983. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 42- Processo-COFECI nº 092/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCELO LUIS PEREIRA - CRECI 140966. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 43- Processo-COFECI nº 093/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CARMEN REGINA PEREIRA DA SILVA - CRECI 64918. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 44- Processo-COFECI nº 529/2019. Recte: LEANDRO RODRIGUES DA SILVA - CRECI 137904. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 45- Processo-COFECI nº 530/2019. Recte: CELSO SAMUEL DE MOURA SANTOS - CRECI 105040. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 46- Processo-COFECI nº 531/2019. Recte: FÁBIO OLIVEIRA COSTA - CRECI 170400. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 47- Processo-COFECI nº 532/2019. Recte: EDMIR DOS SANTOS - CRECI 67178. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 48- Processo-COFECI nº 533/2019. Recte: RODRIGO NOGUEIRA GOMES - CRECI 104406. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 49- Processo-COFECI nº 534/2019. Recte: JOSÉ MARIO ALVES SILVA CRECI 128502. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AYRTON MARTINS JÚNIOR/CE

1- Processo-COFECI nº 1479/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JEAN CARLOS PEREIRA SILVA - CRECI 107674. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1521/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: UBIRATAN DA SILVA FREITAS - CRECI 72557. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1572/2017. Recte: LINDOMAR RODRIGUES CHAVEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO NASCIMENTO RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 1481/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO FERREIRA SANTOS - CRECI 58350. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1491/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO PAULO GONÇALVES - CRECI 122108. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1492/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO PAULO GONÇALVES - CRECI 122108. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro AIRES RIBEIRO DE MATOS/RO

1- Processo-COFECI nº 1731/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PEDRO ÁLVARO MAGALHÃES - CRECI 87623. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1734/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CASA FIRME - NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-23623. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1740/2017. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DGE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-23902. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO Nº 1.271, DE 31 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a constituição de representações, escolha e designação de delegados do CRCSP e dá outras providências

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que, conforme o Art. 7º da Lei Federal n.º 570/1948, os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) podem criar delegacias dentro dos seus respectivos recursos financeiros;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei n.º 9.295/1946 deu aos CRCs estrutura federativa, determinando a subordinação hierárquica destes ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), atribuindo-lhe a competência de disciplinar as atividades do Sistema CFC/CRCs, a fim de manter a unidade administrativa;

CONSIDERANDO que, conforme o § 3º do Art. 2º, da Lei Federal n.º 11.000/2004, os conselhos federais de fiscalização de profissões regulamentadas estão autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os CRCs;

CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.557/2018, ao dispor sobre a normatização das Representações Institucionais dos CRCs, estabelece que os CRCs poderão regular, de forma complementar, outras condições não previstas naquela norma, permitindo a adoção de critérios diversos em conformidade com a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária e financeira dos CRCs, desde que estabelecidos em norma própria, resolve:

CAPÍTULO I

DAS REPRESENTAÇÕES FORA DA SUA SEDE

Art. 1º O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRCSP), a bem do cumprimento de suas funções institucionais, poderá constituir representações fora da cidade de São Paulo, observadas as regras gerais estabelecidas na presente norma.

Art. 2º As representações poderão ser constituídas, por meio de estudo de viabilidade da Câmara de Política Institucional, com análise que abranja as condições dentre os municípios do Estado de São Paulo de acordo com a divisão geográfica imediata do IBGE, observadas as seguintes condições:

I - possuir o município da Região Geográfica Imediata, no mínimo 30.000 (trinta mil) habilitantes;

II - possuir o município da Região Geográfica Imediata, a somatória mínima de 50 (cinquenta) profissionais da contabilidade e/ou organizações contábeis;

III - serão ainda verificados e observados os critérios de conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 3º Os municípios que não atendam o estabelecido nos incisos I e II do artigo anterior, serão acrescidos na base de atuação da representação mais próxima, especificadas nos atos de constituição.

Parágrafo único. Verificada a necessidade, poderá ser constituída mais de uma representação na Região Geográfica Imediata.

CAPÍTULO II

DA ESCOLHA DO DELEGADO REPRESENTANTE DO CRCSP

Art. 4º Para a escolha dos Delegados Representantes, o CRCSP publicará Edital de Convocação para Registro de Candidatura, conforme modelo constante do Anexo I, para que os profissionais domiciliados nos municípios integrantes da área de atuação correspondente manifestem o interesse em candidatar-se.

§ 1º O Edital de Convocação para Registro de Candidatura será publicado na imprensa oficial, jornal de grande circulação e no sítio eletrônico do CRCSP, no mínimo, 10 (dez) dias antes da abertura do prazo para registro de candidatura, que será de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º A publicação de Edital de Convocação para Registro de Candidatura ocorrerá sempre que houver a necessidade de escolha do Delegado Representante, nos termos das normas correlatas.

Art. 5º Poderão candidatar-se contadores e técnicos em contabilidade que preencherem os seguintes requisitos mínimos:

I - cidadania brasileira;

II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III - idoneidade moral e conduta ilibada;

IV - não ser empregado ou conselheiro de CRC;

V - não ter realizado nenhum ato de improbidade administrativa no CFC ou em qualquer CRC, apurado em processo transitado em julgado;

VI - não ter, nos últimos 5 (cinco) anos:

a) sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular na administração privada, ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão transitada em julgado;

b) sofrido penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por Conselho de Contabilidade;

c) sido condenado por crime, transitado em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação enquanto persistirem os efeitos da pena.

VII - estar com seu registro ativo e em situação regular no CRCSP quanto a débitos de qualquer natureza, inclusive, referente à organização contábil da qual é sócio ou proprietário, se for o caso.

§1º Preferencialmente, o candidato deve ter domicílio no município aonde esta estabelecida a representação, facultado, contudo, possuir domicílio em um dos municípios da sua área de atuação.

§2º As condições estabelecidas neste artigo deverão ser mantidas durante o exercício do mandato, sob pena de perda do mandato, mediante regular processo administrativo.

Art. 6º O pedido de registro de candidatura deverá identificar o profissional da contabilidade candidato a Delegado Representante, seguindo, sob pena de invalidade, o modelo previsto nesta Resolução (Anexo III), bem como estar acompanhado de declaração do atendimento dos requisitos e das exigências de que tratam a presente norma (Anexo II), subscrita ou certificada digitalmente pelo candidato, que responderá pela respectiva veracidade, sob as penas da lei.

§ 1º O profissional da contabilidade deverá juntar ao pedido de registro de candidatura um currículo completo.

§ 2º O pedido de registro da candidatura, deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Seleção de Representantes, instituída por ato da Presidência, e encaminhado na forma estabelecida no Edital.

Art. 7º A Comissão Permanente de Seleção de Representantes, será constituída por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, contadores e/ou técnicos em contabilidade, conselheiros, ou não, sendo um dos membros designado Coordenador e outro, Coordenador-adjunto, com o objetivo de proceder à escolha dos Delegados Representantes.

§ 1º Os membros da Comissão deverão atender aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II, III, V, VI e VII do art. 5º desta Resolução.

§ 2º A investidura dos membros da Comissão de que trata o caput não excederá a 4 (quatro) anos, vedada a recondução da maioria de seus membros para o período subsequente.

Art. 8º Caberá à Comissão Permanente de Seleção de Representantes:

I - receber os pedidos de registro de candidatura para a escolha de Delegados Representantes;

II - analisar o cumprimento dos requisitos e aplicar os critérios de avaliação definidos nesta resolução, bem como da Resolução CFC nº 1.557/2018, procedendo à escolha dos candidatos mediante a formação de uma lista tríplice.

§1º A lista tríplice será submetida ao Conselho Diretor, a quem competirá definir os profissionais escolhidos, submetendo-os, posteriormente, à homologação do Plenário.

§2º Encerrado o prazo para candidatura e não havendo, no mínimo, 3 (três) candidatos, a Comissão Permanente de Seleção de Representantes encaminhará as informações do processo para a apreciação do Conselho Diretor, que decidirá a respeito do processo de escolha.

§3º A Comissão para seleção de candidatos a delegados representantes, poderá convocá-los para entrevista a fim de escolher a lista tríplice.

CAPÍTULO III

DO MANDATO E DA VACÂNCIA

Art. 9º O mandato do Delegado Representante será de 04 (quatro) anos, podendo ser autorizada uma recondução, a critério do Conselho Diretor e homologação do Plenário.

Art. 10. No caso de vacância da função de Delegado Representante, a Câmara de Política Institucional poderá deliberar por fazer uma nova convocação na forma prevista no Art. 7º ou proceder à escolha do substituto, mediante aprovação do Conselho Diretor e homologação do Plenário, dentre os remanescentes da lista formada no processo de escolha do delegado substituído.

Parágrafo único: O Delegado Representante escolhido ocupará a função até o término da vigência do mandato do delegado substituído.

CAPÍTULO IV

EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE DELEGADO REPRESENTANTE DO CRC

Art. 11. O exercício da atividade de Delegado Representante é honorífico e de caráter personalíssimo, não constituindo vínculo empregatício de qualquer natureza, sendo vedada a contratação, por parte destes, de estagiários ou colaboradores para auxiliá-los nesta finalidade.

Art. 12. São atribuições do Delegado Representante:

I - representar institucionalmente o CRCSP na respectiva base territorial, quando designado pela Presidência;

II - atender aos profissionais vinculados à sua jurisdição, orientando-os a encaminhar as suas solicitações de serviços ou outras demandas à sede do CRCSP;

III - efetuar contatos pessoais, periodicamente, com autoridades municipais, estaduais ou federais, dirigentes de entidades da classe, imprensa e instituições de ensino superior, da base territorial da sua área de atuação, quando designado pela Presidência;

IV - zelar pelo prestígio e pelo bom nome do CRCSP e de seus registrados;

V - manter colaboração e cordial relacionamento com autoridades locais;

VI - promover e divulgar, de maneira ampla, os atos do CRCSP, especialmente os de caráter normativo;

VII - encaminhar à sede do CRCSP as consultas que lhe forem formuladas, verbalmente ou por escrito, envolvendo matéria que exceda as suas atribuições;

VIII - participar do processo de educação profissional continuada, representando o CRCSP em eventos, mesas redondas, palestras e demais atividades-afins, sempre que solicitado e autorizado pela Presidência;

IX - Executar outras funções de representação institucional que lhe forem atribuídas pelo CRCSP.

X - participar dos treinamentos e encontros de Delegados Representantes promovidos pelo CRCSP.

CAPÍTULO V

DO AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO E DO RESSARCIMENTO DE DESPESAS

Art. 13. O Delegado Representante receberá a título de indenização, valor mensal e em parcela única fixa, denominada "auxílio de representação", em decorrência dos custos inerentes às suas atividades de representação institucional na jurisdição correspondente, tais como transporte urbano, material de expediente, telefonia, internet, divulgações e intervenções de interesse do CRCSP, entre outras que não configurem gastos cobertos por diárias.

Parágrafo único. A concessão da referida verba está condicionada à apresentação de relatório de atividades mensais realizadas pelos delegados, conforme formulário padrão elaborado pelo CRCSP .

Art. 14. Nos termos do art. 16 da Resolução CFC nº 1.557/2018, fica estabelecido como limite máximo, a título de indenização concedida por meio do "auxílio de representação", o valor correspondente à anuidade de contador.

Parágrafo único. Caberá ao CRCSP, por meio de resolução própria e de acordo com a sua capacidade orçamentária e financeira, estabelecer faixas e critérios de concessão do referido "auxílio", desde que respeitados os limites estabelecidos neste artigo.

Art. 15. Serão objeto de ressarcimento pelo CRCSP as seguintes despesas extraordinárias efetuadas pelos delegados representantes, desde que previamente autorizadas pela autoridade competente e processadas em nome do CRCSP e comprovadas mediante a apresentação de documentação hábil, legal e tempestivo:

a) cópias e impressões;

b) taxas, emolumentos e custas recolhidas nos órgãos públicos;

c) postagens emergenciais;

d) outras despesas extraordinárias requisitadas pelo CRCSP.

CAPÍTULO VI

SUBSTITUIÇÃO OU DESTITUIÇÃO DO DELEGADO REPRESENTANTE DO CRC

Art. 16. A substituição temporária ou definitiva, ou a destituição de Delegado Representante, dar-se-á:

I - em caso de falecimento;

II - a pedido do próprio interessado;

III - quando deixar de exercer a profissão contábil;

IV - quando apresentar estado de saúde precário que o impeça de responder, pessoalmente, pelas suas atribuições;

V - quando descumprir deveres inerentes à função perante os profissionais da contabilidade e obrigações no relacionadas com o CRCSP;

VI - quando houver a perda de um ou mais requisitos exigidos para a sua candidatura;

VII - quando restar prejudicado o interesse do CRCSP;

VIII - quando deixar de cumprir as disposições constantes da presente Resolução.

Parágrafo único. A substituição ou destituição dependerá da aprovação da Conselho Diretor e homologação do Plenário, exceto na condição estabelecida nos incisos I e II.

Art. 17. Até que se ultime a escolha de um novo Delegado Representante, ou nos casos de substituição temporária, as atribuições deste serão realizadas por outro Delegado Representante, designado pela Presidência do CRCSP, que responderá cumulativamente com a sua função de origem.

Parágrafo único. É vedado o acúmulo da percepção do auxílio de representação para o caso previsto no caput.

Art. 18. Ao deixar a função, o Delegado Representante devolverá ao CRCSP, ou a quem por este autorizado, todo o material, os documentos e arquivos que eventualmente lhe tenham sido confiados.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Aos Delegados Representantes aplicam-se, no que couber, as normas de condutas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Art. 20. Fica vedada a utilização de qualquer meio que possa identificar as organizações contábeis dos Delegados Representantes como sendo delegacia do CRCSP.

Art. 21. Fica vedada a transferência para terceiros, das atribuições inerentes aos Delegados Representantes do CRCSP.

Art. 22. Os Delegados Representantes, quando necessário, serão avaliados pela Câmara de Política Institucional quanto às atribuições constantes no artigo 12.

Art. 23. Desde que autorizados pela Câmara de Política Institucional, o Delegado Representante poderá:

I - promover parcerias e convênios em sua área de atuação;

II - cumprir o estabelecido pelas diretrizes da gestão do CRCSP;

III - adotar as providências necessárias à organização e ao regular funcionamento de toda e qualquer atividade do CRCSP, como seminários, convenções, palestras, cursos, encontros etc., no âmbito de sua área de atuação;

Art. 24. Os casos omissos nesta Resolução serão apreciados pela Câmara de Política Institucional à luz da Resolução CFC nº 1.557/2018.

Art. 25. Esta Resolução revoga a Resolução CRCSP 1080, de 14.03.2011.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DONIZETE VALENTINA
Presidente do Conselho

ANEXO I

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REGISTRO DE CANDIDATURA
ESCOLHA DE DELEGADOS REPRESENTANTES

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo comunica que, entre os dias ___ e ___ de _____ de 2020, estará aberto o prazo para registro de candidatura de contadores e/ou técnicos em contabilidade com registro ativo no CRCSP, interessados em habilitar-se para o exercício da função honorífica de DELEGADO REPRESENTANTE do CRCSP em uma das regiões abaixo indicadas, para o mandato de 4 (quatro) anos, conforme condições e requisitos especificados na Resolução CFC n.º.1557/2018 e na Resolução CRCSP n.º.1.271/2020:

DELEGADO DO CRCSP:

Vaga(s)	Região Imediata

O requerimento de registro da candidatura, conforme modelo constante da Resolução CRCSP n.º 1.271/2020, deverá ser encaminhado ao CRCSP por meio: _____.

Outras informações e/ou esclarecimentos, poderão ser obtidos:

No(s) endereço(s):_____ ou no sítio eletrônico:_____.

_____ de _____ de 20____

_____

Presidente do CRCSP

ANEXO II

DECLARAÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

_____

(nome, categoria profissional e número de registro), na condição de candidato a delegado representante do CRCSP, no município de _____.

declara que:

I - possui cidadania brasileira;

II - possui habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III - possui idoneidade moral e conduta ilibada;

IV - não é empregado ou conselheiro de CRC;

V - não realizou nenhum ato de improbidade administrativa no CFC ou em qualquer CRC, apurado em processo transitado em julgado;

VI - nos últimos 5 (cinco) anos:

a) não foi destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato irregular na administração privada, ou de improbidade na administração pública, declarada em decisão transitada em julgado;

b) não sofreu penalidade disciplinar ou ética, transitada em julgado, precedida de processo de fiscalização, aplicada por Conselho de Contabilidade;

c) não foi condenado por crime, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena;

VII - está com seu registro ativo e em situação regular no CRC quanto a débitos de qualquer natureza, inclusive referente à organização contábil da qual é sócio ou proprietário.

Declara, ainda, estar ciente das disposições da Resolução CFC n.º 1557/2018 e CRCSP n.º 1.271/2020, e, especialmente de que, sendo escolhido, deverá manter as condições declaradas durante o exercício do mandato, sob pena de perda do mandato, bem como de que se aplicam aos delegados as disposições previstas no Manual de Conduta publicado pelo CFC.

A presente declaração é expressão fiel da verdade, está acompanhada do currículo do declarante, e, ainda, estando o declarante ciente de que, no caso de inclusão de dados inverídicos, incorrerá no Art. 11, inciso II do Código de Ética Profissional do Contador, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista na legislação da profissão contábil e na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CFC/CRCs, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

_____

(local e data)

_____

(Assinatura)

ANEXO III

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA PARA DELEGADO
À Comissão Permanente de Seleção de Representantes
DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

_____

(nome), brasileiro, _____ (estado civil), _____ (categoria), registrado no CRC____ sob o n.º _____, residente e domiciliado _____(endereço), vem, pelo presente, requerer a Vossa Senhoria, nos termos do Art. 6º, da Resolução CRCSP n.º 1.271/2020, o registro de candidatura para o exercício da função honorífica de DELEGADO do CRCSP, no município_____, para a Região Geográfica (Intermediária ou Imediata) _____,conforme condições, requisitos e especificações constantes na Resolução CFC n.º.1557/2018 e na Resolução CRCSP n.º.1.271/2020.

Comunicações e notificações referentes ao processo de escolha podem ser enviadas para o endereço eletrônico: _____.

Termos em que pede deferimento.

_____, ____de _____de 20___.

_____

Candidato

N.º de Registro no CRCSP

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DA 2ª REGIÃO

DELIBERAÇÃO Nº 2, DE 7 DE AGOSTO DE 2020

O Plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região-SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que regulamenta a profissão do fonoaudiólogo; Considerando os termos do Regimento Interno Único dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, normatizado pela Resolução CFFa nº 574/2020;Considerando a Lei nº 13.979, de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto desde 2019;Considerando a Portaria nº 356, de 11/03/2020, do Ministério da Saúde que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);Considerando o Decreto Estadual de São Paulo nº 64862, de 13/03/2020 e suas alterações, que dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (novo Coronavírus), bem como sobre recomendações no setor privado estadual; Considerando o Decreto do Município de São Paulo nº 59283, de 16/03/2020 e suas posteriores alterações, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus; Considerando a necessidade de normatizar o cumprimento dos prazos dos documentos fiscais lavrados, tendo em vista a retomada do atendimento presencial ao público, no âmbito do Conselho Regional de Fonoaudiologia; Considerando, os termos da Portaria CRFa 2ª Região nº 018, de 29/07/2020 que instituiu o plano de reabertura gradual deste Regional para o funcionamento de funcionários, a partir de 03/08/2020;Considerando, que o atendimento ao público no âmbito da sede do CRFa 2ª Região será das 09h30 às 15h30, a partir do dia 10/08/2020, conforme disposto na Portaria nº 018, de 29/07/2020;Considerando a necessidade de suspender os prazos determinados nos processos éticos instaurados e em andamento; Considerando a necessidade de suspender os prazos nos processos administrativos fiscais - PAF instaurados e em andamento; Considerando os termos das Portarias 007/2020 e 11/2020 do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª região; Considerando os termos das Portarias 012, 014 e 017/2020 que dispõem sobre a suspensão de prazos dos documentos fiscais lavrados pela Comissão de Orientação e Fiscalização, dos processos administrativos Fiscais - PAF e dos processos éticos, em andamento, devido ao não atendimento presencial na Sede e subsedes do Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região; Considerando o teor do artigo 6º-C da Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020, que dispõe que não correrão os prazos processuais em desfavor dos acusados e entes privados processados em processos administrativos enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020;Considerando que a Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020 perdeu a eficácia no dia 21 de julho de 2020, o que impõe a retomada da contagem dos prazos processuais, prescricionais e decadenciais; Considerando a aprovação da Deliberação 001/2020, na 13ª Sessão Plenária Extraordinária, ocorrida no dia 07/08/2020, delibera:

Art. 1º - Continuam suspensos os prazos dos documentos fiscais lavrados pela Comissão de Orientação e Fiscalização, dos processos administrativos Fiscais - PAF e dos processos éticos, em andamento, até o dia 09/08/2020.

Art. 2° - Os prazos dos documentos mencionados no artigo 1º, serão retomados a partir do dia 10/08/2020.

Art. 3º - Os prazos prescricionais e decadenciais, suspensos no período de 23 de março a 21 de julho, em atenção à perda de eficácia do art. 6º-C da Medida Provisória nº 928, de 23/03/2020, reiniciaram ou tiveram início, dependendo do caso em concreto, no dia 22/07/2020.

Art. 4º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação e poderá ser alterada a qualquer tempo de acordo com a necessidade que a situação emergencial de saúde pública requer.

VERA REGINA VITAGLIANO TEIXEIRA
Presidente do Conselho

HELOISA DE OLIVEIRA MACEDO
Diretora Secretária

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO - ESTADO DE MINAS GERAIS - CRQ-MG

CNPJ nº 17.343.260/0001-62

DELIBERAÇÃO CRQ - 2ª Região/ MG nº 01/2020

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2019, do Conselho Regional de Química - 2ª REGIÃO. O Conselho Regional de Química da 2ª Região - Estado de Minas Gerais - CRQ-MG, Autarquia Pública Federal criada pela Lei nº 2800 de 18 de junho de 1956, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o Parecer da Comissão de Tomada de Contas do Controle Interno deste Conselho Regional e a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros presentes na 792ª Sessão Plenária realizada dia 10 agosto de 2020; RESOLVE: **Art. 1º -** Aprovar pela sua regularidade absoluta sem ressalva, a prestação de contas do Conselho Regional de Química - 2ª Região/CRQ-MG, referente ao exercício de 2019, conforme demonstrativo abaixo. **Art. 2º -** Esta deliberação entra em vigor, nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2020

Wagner José Pederzoli - Presidente do CRQ-2ª Região/MG

BALANÇO FINANCEIRO - Período: Janeiro/2019 a Dezembro/2019

Ingressos	2019	Dispendios	2019
Receita Orçamentária	**10.598.935,60**	**Despesa Orçamentária**	**10.336.778,27**
Receita Realizada	10.598.935,60	Crédito Empenhado Liquidado	15.240,70
Receita Corrente	10.598.935,60	**Cré. Emp. Liquidado Pago**	**10.321.537,57**
Receitas de Contribuições	**8.439.511,22**	**Cré. Emp. Liquidado - Despesas Correntes - Pago**	**10.218.451,06**
Contribuições das Categorias	**8.439.511,22**	**Pessoal e Encargos Sociais**	**3.902.264,72**
Profissionais e Econômicas		**Pessoal e Encargos Sociais Aplicações**	**3.902.264,72**
Anuídades de Pessoas Físicas	3.175.488,40	**Diretas**	
Anuídades de Pessoas Jurídicas	5.264.022,82	Vencimentos e Vantagens Fixas	2.790.293,65
Receitas Patrimoniais	**409.832,48**	Obrigações Patronais	822.085,67
Receitas Imobiliárias	29.612,60	Sentenças Judiciais	289.885,40
Aplicação Financeira de Líquidação Imediata	380.190,66	**Outras Despesas Correntes**	**6.316.186,34**
Aplicação Financeira Poupança e Renda Fixa	29,22	Transferências Intragovernamentais	2.547.275,80
Receitas de Serviços	**1.438.888,43**	Outras Despesas Correntes	3.768.910,54
Serviços Administrativos	1.438.888,43	**Crédito Emp. Liquidado Pago - Despesas de Capital**	**103.086,51**
Outras Receitas Correntes	**310.703,47**	**Investimentos**	**20.086,51**
Multas e Juros de Mora	**310.703,47**	**Investimentos Aplicações Diretas**	**20.086,51**
Multas e juros de Mora das contribuições	309.118,26	Equipamento e Material Permanente	20.086,51
Multas de Outras Origens	**1.585,21**	**Inversões Financeiras**	**83.000,00**
Multas pelo Exercío Ilegal da Profissão	1.585,21	Aquisição de Imóveis	83.000,00
Recebimentos Extra Orçamentários	**4.165.240,50**	**Pagamentos Extra Orçamentários**	**4.239.862,44**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	15.240,70	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	60.068,30
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	4.149.999,80	Outros Pagamentos Extra Orçamentários	4.179.794,14
Saldo em espécie do Exercício Anterior	3.832.515,92	Saldo para o Exercício Seguinte	4.020.051,31
Total	**18.596.692,02**	**Total**	**18.596.692,02**

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2019

Wagner José Pederzoli
Presidente - CRQ2 - 02300281 - CPF: 129.488.026-87

Nelson Alves Góes
Tesoureiro - CRQ2 - 02100073 - CPF: 162.853.106-10

Gilberto Gontijo do Amaral
Contador - CRC-MG 077502-0 - CPF: 001.468.716-00